



His tória

PVVC

PRÉ-VESTIBULAR CECIERJ | volume 1

Alessandra Carvalho

Claudiane Torres

Edson Azeredo

Maria Manuela Quintáns Alvarenga

Mônica Lima e Sousa



História

PVMC

PRÉ-VESTIBULAR CECIERJ | volume 1

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador
Cláudio Castro

**Secretário de Estado de Ciência,
Tecnologia e Inovação**
Dr. Serginho

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente

Rogério Tavares Pires

Vice-Presidente de Educação

Superior a Distância

Caroline Alves da Costa

Pré-Vestibular Cecierj

Diretor

Luiz Fernando Jardim Bento

Elaboração de Conteúdo

Alessandra Carvalho, Claudiane Torres, Edson Azeredo,
Maria Manuela Quintáns Alvarenga e Mônica Lima e Sousa

Biblioteca

Any Bernstein, Simone da Cruz Correa de Souza
Vera Vani Alves de Pinho

cecierj.edu.br/pre-vestibular-social/

Material Didático

Diretor de Material Didático

Ulisses Schnaider Cunha

Diretora de Design Instrucional

Diana Castellani

Diretora de Material Impresso

Bianca Giacomelli

Projeto Gráfico

Cristina Portella e Maria Fernanda de Novaes

Ilustração da Capa

Renan Alves

Design Instrucional

Vittorio Lo Bianco

Renata Vitoretto e Paula Barja

Revisão Linguística

Beatriz Fontes

Diagramação

Cristina Portella

Tratamento de Imagens e Ilustrações

Vinicius Mitchell

Produção Gráfica

Fabio Rapello

FICHA CATALOGRÁFICA

C331h Carvalho, Alessandra

História PVC : Pré-vestibular CECIERJ 1 : volume 1 / elaborado por Alessandra
Carvalho, Claudiane Torres, Edson Azeredo – Rio de Janeiro : Fundação
Cecierj, 2021.

188 p.; 21 x 28 cm.

ISBN: 978-85-458-0248-8

1. História. 2. Sociedades africanas. 3. Sociedades asiáticas. 4. Sociedades
europeias. 5. Economia e sociedade no Brasil Imperial. I. Torres Claudiane. II.
Azeredo, Edson. III. Título.

CDD: 900



Esta obra está licenciada com
uma Licença Creative Commons
Atribuição - Não Comercial -
Sem Derivações
4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).
Reservados todos os direitos
mencionados ao longo da obra.

Proibida a venda.

Referências bibliográficas e catalogação na fonte de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

His tória

sumário

- 1.** Sociedades africanas, asiáticas e europeias entre os séculos X e XV 7
- 2.** As transformações da Europa Ocidental entre os séculos XIV e XVI (Parte 1) 25
- 3.** As transformações na Europa Ocidental entre os séculos XIV e XVI (Parte 2) 41
- 4.** As novas relações entre europeus, africanos e asiáticos no contexto da expansão marítima europeia (sec. XV-XVI) 55
- 5.** Os povos indígenas das Américas e a colonização espanhola (sec. XV a XVIII) 69
- 6.** Os povos indígenas das Américas e as colonizações inglesa e francesa (secs. XV a XVIII) 85

7. Os povos indígenas e a colonização portuguesa na América (sec. XVI ao XVIII)	99
8. Transformações nos séculos XVIII e XIX: a construção dos sistemas políticos liberais na Europa	117
9. Transformações nos séculos XVIII e XIX: a construção do sistema capitalista mundial	133
10. Transformações nos séculos XVIII e XIX: independência, Estado e sociedade nas Américas	149
11. O processo de independência do Brasil e a construção do Estado imperial (sec. XIX)	163
12. Economia e sociedade no Brasil Imperial	177

Apresentação

“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender”.

Paulo Freire, em Pedagogia da indignação (2000).

Escolhemos começar a apresentação do nosso material didático com uma citação do educador Paulo Freire porque ela expressa o que acreditamos como professoras e professores: todos nós estamos no mundo fazendo, ensinando e aprendendo. Ou seja, estamos cotidianamente construindo nossa história como pessoa e como coletividade.

Para essa construção, é fundamental refletir sobre a história da nossa sociedade e do mundo em que vivemos. Isso nos ajuda a compreender melhor o funcionamento dos sistemas político e econômico e como se estabeleceram as hierarquias sociais e raciais das quais fazemos parte, aumentando nossa capacidade de planejar e fazer o futuro.

O material didático foi elaborado com o objetivo de te ajudar nessa reflexão e é composto por dois volumes. É importante esclarecer que, nas unidades, procuramos fazer uma síntese dos conteúdos selecionados, uma vez que não poderíamos ter a pretensão de abranger toda a história da humanidade em tão poucas páginas... Optamos por incluir, ainda que de forma resumida, as histórias indígena, africana e asiática, em razão de sua reconhecida importância na compreensão da história da sociedade brasileira.

Esperamos que você goste e se sinta inspirado/inspirada a fazer, ensinar e aprender cada vez mais.

Alessandra, Claudiane e Edson

Sociedades africanas, asiáticas e europeias entre os séculos X e XV

01

metas

Caracterizar as sociedades africanas, asiáticas e europeias entre os séculos X e XV e analisar as relações econômicas, políticas e socioculturais estabelecidas entre elas.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- caracterizar a diversidade cultural, política e religiosa de sociedades africanas, asiáticas e europeias;
- contextualizar as relações políticas e socioeconômicas entre povos africanos, asiáticos e europeus;
- analisar o feudalismo como sistema político, social e econômico da Europa Ocidental e suas transformações a partir do século XII.

Introdução

Quando um livro ou uma aula de História são elaborados, seus autores fazem um recorte: escolhem um objeto de estudo e definem onde e quando esse objeto se localiza. Nesta unidade não é diferente: iniciamos nossos estudos pelas sociedades africanas, asiáticas e europeias dos séculos X a XV. Começamos, assim, num período que faz parte da chamada Idade Média. Para você se localizar, reproduzimos abaixo a divisão tradicional da História:



Imagens ilustrativas de Wikipedia, sob licença "Creative Commons" ou Domínio Público. Em sentido de leitura, "Tablette à écriture précunéiforme", foto de Mbzt (2013); "Tremisse com efígie de Rômulo Augusto", imagem de Classical Numismatic Group (2014); "Cercos de Constantinopla", retratado por Jean Chartier (1453-1475) e pintura "Prise de la Bastille" de autor desconhecido (1789-1791).

Figura 1.1. Linha do tempo histórica.

Você pode estar se perguntando: por que não começamos pela Antiguidade, sobretudo pelas sociedades grega e romana, já que escutamos tanto que elas criaram conceitos que são fundamentais até hoje? Para justificar nossa escolha, é importante destacar que o número de aulas que temos no PVS é pequeno. Por isso, foi necessário selecionar os conteúdos. Mas fique tranquilo! Esses conceitos vão surgir ao longo das unidades em diálogo com os conteúdos apresentados.

Entre os séculos X e XV, aconteceram muitas mudanças. Sociedades diferentes se aproximaram e ocorreram novas migrações, num processo de influências recíprocas. Mas o que isso tem a ver com o Brasil? O que a história da China ou da Índia tem a ver conosco? Vamos pensar em um conteúdo conhecido: o que havia nas "Índias" de tão precioso que levava portugueses a arriscarem-se em viagens longas e perigosas? Por que era tão importante para eles chegar ao Oriente e, no mesmo processo, à terra que chamaram de América?

Nesta unidade, nossa meta é discutir as sociedades africanas, asiáticas e europeias durante os séculos X e XV, buscando caracterizar a diversidade desses povos e suas interações política, econômica e sociocultural. Discutiremos, também, aspectos ligados à religiosidade. Propomos aqui uma abordagem conectada, dando destaque às interações entre as sociedades. Veja no mapa abaixo as regiões que vamos conhecer melhor nas próximas páginas:



Figura 1.2. Regiões do continente africano, asiático e europeu.

Os povos da África

Você já deve ter ouvido falar do Deserto do Saara, que se localiza ao norte do continente africano e possui uma importância única para a história dos povos dali. Mas o que um deserto tem de tão importante?

Desde o século V a.C., os egípcios usavam uma rota que ligava o Vale do Nilo ao porto de Elim, no Mar Vermelho. Essa e muitas outras rotas cortaram o deserto ao longo dos séculos, dando origem às chamadas *rotas comerciais transaarianas*. A partir do século III d.C., os tuaregues, grupo **berbere**, intensificaram esse comércio, passando a utilizar camelos como animais de carga.

Um primeiro aspecto que destacamos sobre os povos da África, portanto, é a existência permanente de contatos e trocas econômicas. A partir do século VII, houve um amplo desenvolvimento do comércio entre diferentes regiões, o que resultou na interação entre as sociedades do norte e centro do continente. Alguns dos produtos trocados eram ouro, cobre, sal, marfim, pessoas escravizadas, camelos e cavalos.

berberes

“homens livres” ou “homens nobres”. Refere-se ao conjunto de povos do norte da África que falam línguas berberes, da família de línguas afro-asiáticas. Entre eles, estão os tuaregues, povos nômades do Saara. A conquista árabe e a conversão dos berberes ao islamismo ocorreram, completamente, no século XII.

animismo manifestação religiosa que compreende o mundo através de uma força espiritual, a *anima*, ou seja, a alma que todo ser possui, seja ele humano, animal ou objeto. O animismo considera a força vital dos antepassados como algo permanente, como uma força espiritual presente em todo o universo.

Ao sul do Deserto do Saara, vemos uma das regiões de maior diversidade do mundo, o Sahel. Ali, é possível encontrar religiões como o cristianismo, o islamismo (que vamos estudar nesta unidade) e o **animismo**. Também nos deparamos, entre os séculos X e XV, com sociedades organizadas em monarquias e cidades-estados e povos agricultores e mineradores, vivendo em áreas rurais ou grandes cidades. Nas próximas páginas, vamos conhecer melhor algumas dessas sociedades e as relações entre elas.

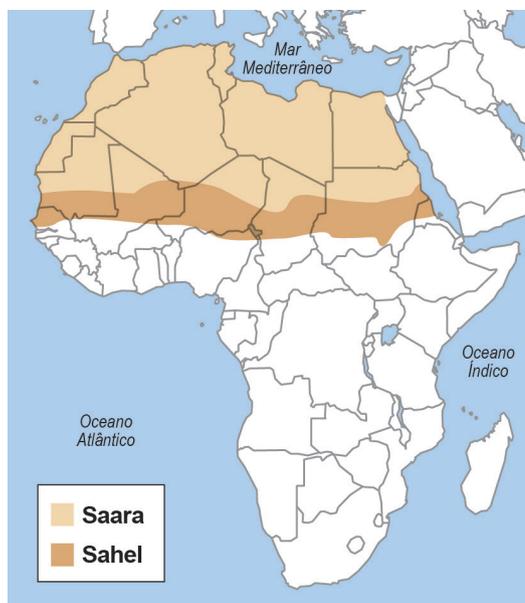


Figura 1.3. Continente africano, destacando a localização do Deserto do Saara e do Sahel (que estudaremos adiante).

Os reinos do Sahel

Como dissemos, havia, entre os séculos X e XV, populações muito diversas na sua organização social, política e econômica. Em termos econômicos, havia algumas sociedades

vivendo da caça, da pesca e da coleta de frutos silvestres. Outros grupos, nômades ou sedentários, praticavam uma agricultura simples para sobrevivência. Também havia aqueles que realizavam uma agricultura geradora de excedente, o que criava condições para o comércio. E, ainda, sociedades que, além da agricultura e do comércio, praticavam a mineração e extraíam ouro das ricas minas da África.

Entre essas últimas, havia uma antiga interação comercial com a Europa, a Península Arábica, a Índia e a China. Caravanas de comércio percorriam longas distâncias, levando mercadorias africanas (ouro, marfim, sal do deserto, pimentas, peles de animais, pessoas escravizadas) e trazendo produtos para serem vendidos na África, principalmente para os nobres locais. Era o chamado *comércio de longa distância*.

Algumas sociedades africanas enriqueceram com esse tipo de comércio e formaram reinos, que se tornaram verdadeiros impérios poderosos. Foi o caso de Gana, Mali e Songhai, na região do Sahel.

O *reino de Gana* foi tão próspero que ficou conhecido como o Império do Ouro. Localizado na área dos atuais Mali e sul da Mauritânia, foi fundado no século IV e alcançou maior força entre os séculos VII e XI. O historiador Alberto da Costa e Silva afirma que a palavra *Gana* era um título usado pelos reis e que o reino tinha uma organização política diferente. Seus reis não buscavam conquistar novas terras e anexá-las ao seu Estado, mas impor sua autoridade sobre cidades, aldeias e pessoas, que deviam lhes pagar tributos e fornecer soldados para a guerra, servidores para a corte e lavradores para os campos reais (COSTA E SILVA, 2006, p. 277).

O Império de Gana foi descrito nos registros do geógrafo e historiador hispano-muçulmano conhecido como Al-Bakri, que publicou no século XI uma obra intitulada *Livro de estradas e reis*. Nela, há relatos de viajantes que descreveram a opulência do reino e o sistema de controle que o monarca exercia sobre a economia local, especialmente sobre as riquezas geradas pelas minas de ouro. O reino também enriqueceu explorando o comércio de marfim e homens escravizados, além de desenvolver a produção agrícola, a tecelagem e a metalurgia, utilizada para a manufatura de armas e ferramentas.

Nos séculos X e XI, diferentes grupos atacaram as populações do reino de Gana, culminando com a invasão de povos islamizados, que impuseram sua religião. Nesse processo, as caravanas de comércio foram diretamente afetadas, e as principais cidades de Gana foram saqueadas em diferentes momentos. O enfraquecimento do reino se aprofundou com revoltas internas até o século XIII, quando Gana teve suas possessões incorporadas ao *reino do Mali*.

O reino do Mali surgiu por volta do século XIII, na fronteira entre a Guiné e o atual Mali, sob o comando do povo “malinquê” – conhecido também como povo mandinga. O povo mandinga praticava o animismo e era tido como formado por valentes guerreiros. Assim como Gana, tinha sido islamizado, mas muitos rituais animistas foram mantidos, demonstrando as diferentes adaptações que a religião islâmica sofreu entre os povos africanos. Os soberanos apresentavam-se como muçulmanos, mas também eram vistos como feiticeiros.

O reino do Mali passou a controlar importantes centros do intenso comércio transaariano, enriquecendo-se muitíssimo. Essa riqueza atraiu para suas cidades muitos comerciantes, artistas e estudiosos do mundo muçulmano. Geógrafos, escritores e estudiosos da religião islâmica foram para Tombuctu, uma das mais importantes cidades do Mali e um grande centro intelectual daquele tempo. Os livros eram uma das mercadorias mais valorizadas no local.

Mas o reino do Mali acabou se desagregando, no século XV, por não conseguir manter o controle sobre suas fronteiras. Nesse período, um novo reino se formava e acabou conquistando boa parte do antigo Mali. Era Songhai, que formou um império ainda maior que o reino do Mali.

O Império de Songhai era dividido em vice-reinados e províncias e tinha um exército profissional para garantir sua estabilidade e dar segurança ao comércio. Os soberanos desse reino, entre outras iniciativas, investiram em melhorias na agricultura, buscando especialistas estrangeiros, e unificaram pesos e medidas dentro de suas fronteiras.

O mapa da **Figura 1.4** indica a localização dos três reinos do Sahel que estudamos e suas posições estratégicas nas rotas comerciais transaarianas, mostradas na **Figura 1.5**.



Figura 1.4. Localização dos reinos de Gana, Mali e Songhai.

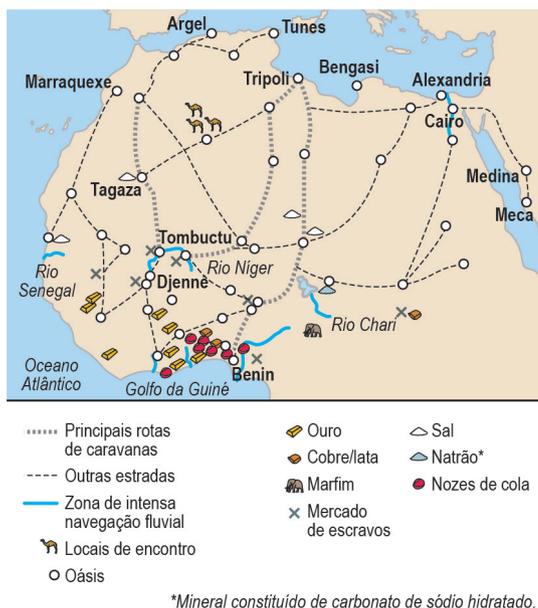


Figura 1.5. Rotas comerciais transaarianas.

Agora, se você observou com atenção os mapas anteriores, viu que as rotas comerciais ligavam os reinos do Sahel às áreas de savanas e florestas. Aliás, era nessas regiões que se localizavam as minas de ouro e diversos

povos com características específicas que interagiam constantemente com Mali, Gana e Songhai – como os hauçás.

>> saiba mais

A escravização de pessoas é uma prática muito antiga e se desenvolveu de formas diferentes, conforme o local e o tempo, nem sempre se relacionando à cor da pele. Na África, entre os séculos VII e XV, o comércio de pessoas escravizadas foi praticado, principalmente, através das rotas transaarianas. As guerras foram as principais formas de escravização, gerando prisioneiros que estariam disponíveis para o trabalho. Mas uma pessoa poderia ser escravizada por outros motivos, como a condenação por transgressão e crimes cometidos, impossibilidade de pagar dívidas ou de sobreviver independentemente por falta de recursos. Nesses casos, a pessoa escravizada mantinha seus laços familiares, do clã, etnia ou língua – elementos de identidade. Em algumas sociedades africanas, estrangeiros capturados viviam como escravizados e poderiam ser trocados por bens preciosos para aquele grupo. A escravização de mulheres também ocorria, pois elas dominavam técnicas agrícolas e podiam procriar. Nesse sentido, o sistema de escravidão existente na África não teve forte caráter mercantil. O escravizado, muitas vezes, não era considerado mercadoria e, sim, um braço a mais na colheita, na pecuária e na caça ou um guerreiro nas campanhas militares.

O reino do Congo

O reino do Congo ocupava um extenso território e era governado pelo *manikongo* (título de seus reis), tendo o povo bakongo como sua base. No século XV, esses reis ampliaram as fronteiras do reino através de

guerras e alianças matrimoniais, casando-se com as filhas de chefes vizinhos e recebendo o domínio de suas áreas.

A riqueza do reino do Congo era obtida de diferentes formas. Primeiramente, através do trabalho agrícola, que utilizava diversas tecnologias para o aproveitamento do solo pouco fértil. O comércio de ferro, sal, objetos de cobre e de marfim e de joias também enriquecia o reino.

Após a chegada dos portugueses à região no século XV, o reino do Congo estabeleceu acordos que permitiram aos europeus participar desse comércio. Já no século XVI, partiu dessa região a maior parte das pessoas escravizadas com destino ao Brasil.

A África Oriental

A diversidade e o dinamismo que vimos nas sociedades da África atlântica se repetiam na África Oriental. Em sua porção sul, crescia e tomava força um outro reino igualmente rico e poderoso – o *reino de Muene Mutapa* –, que alcançou especial destaque no século XV. O povo shona, que fundou esse reino, erigiu impressionantes construções de pedra que existem até hoje no atual Zimbábue.

A riqueza do reino vinha do comércio de objetos de ferro, fabricados a partir de matérias-primas de suas minas e de uma técnica sofisticada de metalurgia. Esse reino comerciava pelo porto de Sofala (em Moçambique atual) os seus produtos e as pessoas escravizadas, que capturava nas guerras que promovia. A Índia era um de seus principais compradores.

Em cidades costeiras, como Quiloa, o islamismo também estava presente, conquis-

tando fiéis na comunidade de mercadores que atuavam intensamente no comércio com o Oriente Médio e diversas regiões asiáticas. Os povos suaílis dominavam essa atividade, buscando mercadorias no interior do continente africano e vendendo para comerciantes árabes e indianos.

O resultado de todo esse dinamismo foi uma intensa navegação pelo Oceano Índico no século XV, conectando regiões e povos através do comércio, da religião islâmica, do intercâmbio de técnicas de navegação e armas.

A África em nós

O que apresentamos nos itens anteriores é uma parte do mundo africano nos séculos X a XV, tão diverso, tão rico e, por isso, tão atraente para os olhos cheios de interesse dos europeus. Não sem razão, os portugueses iniciaram a expansão marítima pelo norte da África, com o objetivo de alcançar as Índias.

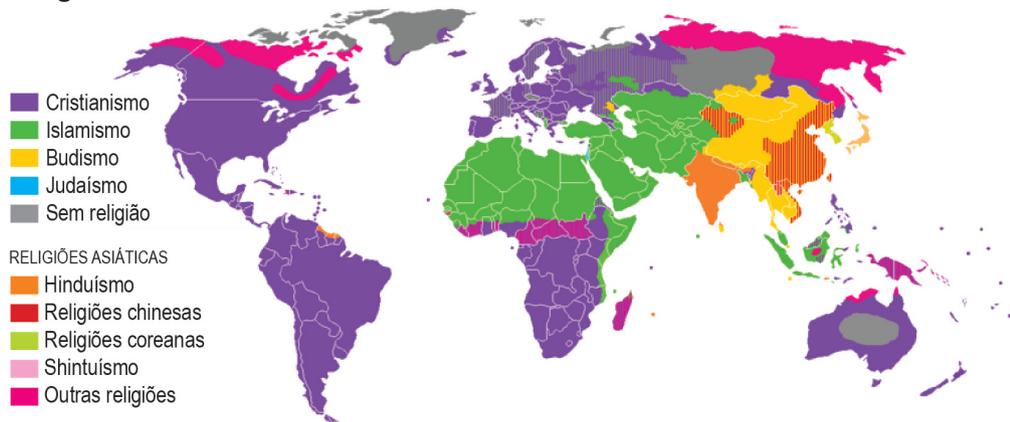
Dessas regiões que caracterizamos aqui brevemente, vieram forçados para o Brasil mais de 12 milhões de pessoas. E com elas vieram suas memórias, histórias, seus conhecimentos, suas religiões, técnicas de agricultura, de mineração, de artesanato, de ourivesaria, de construção... Esses caminhos acabaram por conectar a África ao Brasil – e foi o começo de uma nova fase da nossa história.

Outra importante observação que devemos ressaltar sobre os povos que estudamos é a forte presença da religiosidade. O islamismo esteve presente em quase todos os povos que abordamos até aqui. Por isso, é importante conhecer um pouco mais essa cultura e religião. É o que veremos no próximo item.

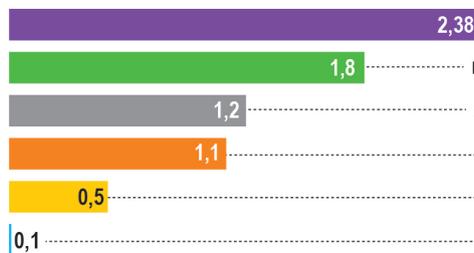
Os povos islâmicos

Você sabia que o islamismo é, atualmente, a religião com o segundo maior número de adeptos no mundo? Analise com atenção as informações que o mapa e o gráfico a seguir apresentam:

Religiões no mundo



Em bilhões de pessoas



Em (%) da população mundial

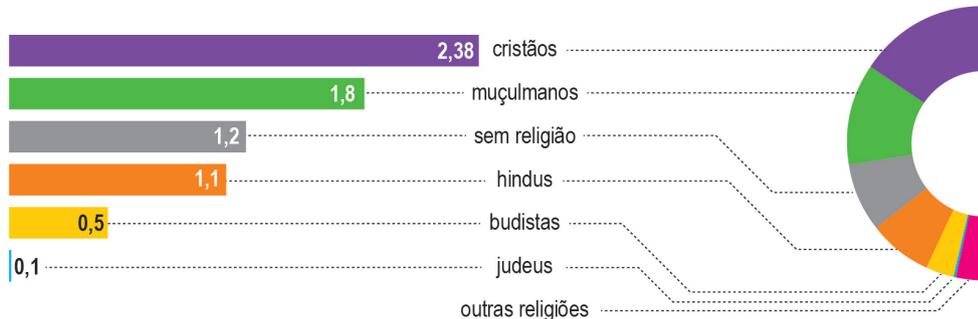


Figura 1.6. As religiões do mundo.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Principais_grupos_religiosos#/media/Ficheiro:Religion_distribution.png

No mapa, vemos que a religião islâmica é predominante no Oriente Médio, na Ásia e no norte e centro da África, além de pequenas áreas em sua porção oriental. Isso não quer dizer que não existam fiéis do Islã em outros continentes, inclusive no Brasil, onde o Censo de 2010 registrou cerca de 35 mil muçulmanos, mas que sua maior força está nas regiões indicadas acima. A questão é: como essa religião, surgida no século VII na Península Arábica, se expandiu pelo mundo e se consolidou como a segunda religião monoteísta em número de fiéis? Como ela originou Estados bastante poderosos politicamente e ricos em termos culturais?

O surgimento e a expansão do Islã

Surgido na Península Arábica, no começo do século VII, seu fundador foi o profeta de origem árabe Muhammad, também conhecido como Maomé. Na região, religiões monoteístas como o judaísmo e o cristianismo conviviam com religiões politeístas e animistas no tempo de vida de Muhammad. Também eram constantes as caravanas comerciais que cruzavam a península de alto a baixo. Como comerciante, profissão na qual atuou antes de sua atividade religiosa, Muhammad viajou intensamente e entrou em contato com essa diversidade.

Dois pilares do islamismo são a crença na existência de um só Deus e que Muhammad é seu profeta. Outras regras são a realização de cinco orações diárias, que devem ser feitas em direção à cidade de Meca, a ajuda aos pobres, o jejum no mês sagrado (Ramadã) e a peregrinação a Meca pelo menos uma vez na vida. O livro sagrado do Islã é o Alcorão, ou Corão, no qual o profeta Muhammad teria registrado as revelações que recebeu do anjo Gabriel.

Em meados do século VII, logo após sua fundação, o Islã já contava com muitos seguidores. De uma religião, transformou-se num Estado chefiado por Muhammad, que dominou a cidade de Meca e iniciou uma expansão pela Península Arábica através de guerras e conversões religiosas, unificando os povos árabes sob uma só autoridade política.

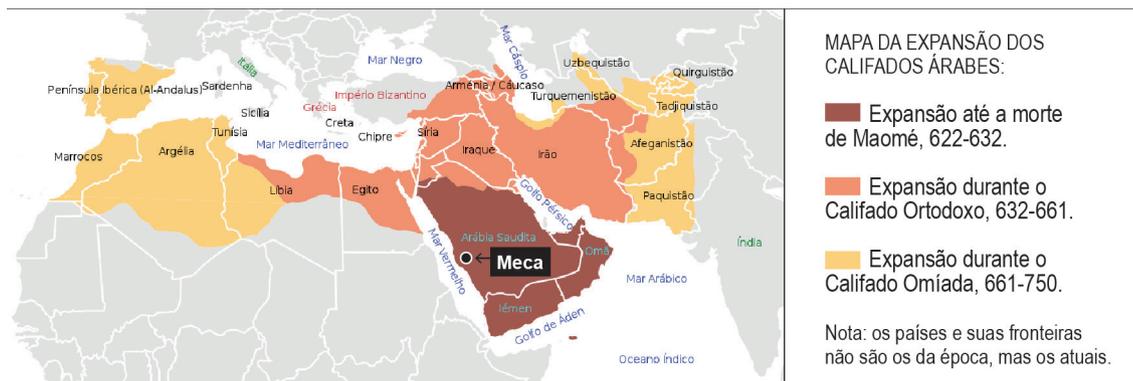


Figura 1.7. O Estado monárquico árabe-islâmico. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Expans%C3%A3o_isl%C3%A2mica#/media/Ficheiro:Map_of_expansion_of_Caliphate-pt.svg

Nos 120 anos seguintes à morte de Maomé, sob novas lideranças islâmicas, os árabes continuaram o processo de expansão através das armas e do Corão por todo o norte da África, sudoeste da Europa e Oriente próximo, como mostra o mapa da **Figura 1.7**.

Nessa expansão, os árabes levavam sua religião e, também, sua cultura – língua, artes, conhecimentos – para povos não árabes, criando um espaço geográfico, político e cultural comum. Mas não só isso. Também tomaram para si elementos culturais e conhecimentos dos povos que dominaram e estabeleceram um intenso comércio com sociedades da Europa, Ásia e África, como os reinos do Sahel e da África Oriental.

#lá na plataforma

Sobre a presença árabe na Europa entre os séculos VIII e XV, confira o material virtual que selecionamos para você.

O Império Turco-otomano

Como vimos, após a morte de Muhammad, os Estados islâmicos se expandiram por vastas áreas, impondo-se e convertendo ao islamismo outros povos. Um desses povos que se islami- zaram foram os turcos, que se destacaram pela atividade guerreira e pela defesa da religião islâmica, declarando-se guerreiros da fé – soldados do Islã.

No século XIV, os turcos iniciaram um processo de expansão, impondo-se militarmente sobre povos vizinhos. Seu governante, chamado Osman (Uthman, em árabe), deu nome ao reino que se formou a partir dessa expansão militar: reino otomano.

Em 1453, os turcos-otomanos deram mais um passo na formação de seu império: conquistaram Constantinopla, capital do cristão Império Bizantino. Constantinopla era a cidade mais importante da Europa Oriental Mediterrânea e um símbolo do limite entre a cristandade e o mundo muçulmano. Dominando Constantinopla, renomeada de Istambul, o Estado Turco-otomano dominou uma das principais regiões do comércio de longa distância desenvolvido entre a Europa, a África e a Ásia. Isso intensificou a rivalidade entre cristãos e muçulmanos e colocou novas dificuldades para os burgueses europeus que comercializavam os produtos orientais. Veja no mapa seguir o processo de formação do Império Turco-otomano:

FORMAÇÃO DO IMPÉRIO OTOMANO

- Entre 1300 e 1359
- Entre 1359 e 1481
- Entre 1481 e 1683

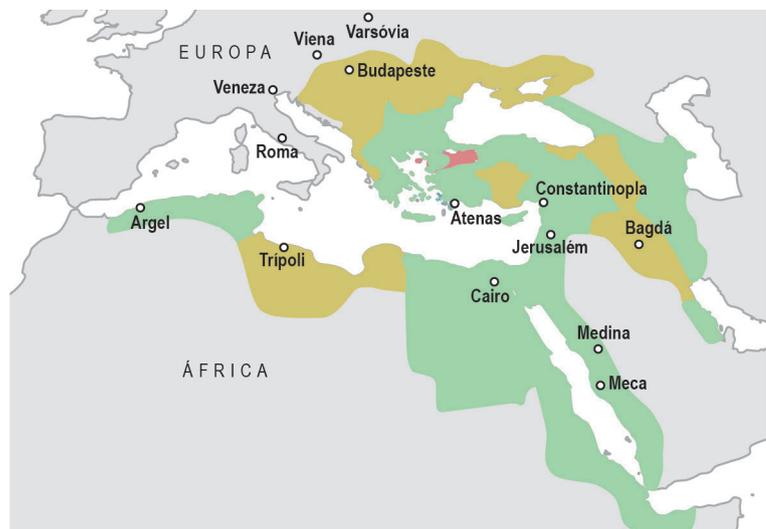


Figura 1.8. Império Turco-otomano (adaptado).

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Evolu%C3%A7%C3%A3o_territorial_do_Imp%C3%A9rio_Otomano

Os povos da Ásia Oriental

A expansão territorial do Império Turco-otomano inseriu esse Estado nas rotas comerciais de longa distância das quais falamos várias vezes nessa unidade. As regiões da Ásia Oriental desempenhavam um importante papel nesse comércio. Da China vinham o papel e a tinta, a pólvora, a bússola, a seda e a porcelana – produtos de luxo na época. Da Índia foram trazidos e adaptados pelos árabes os números que utilizamos no cotidiano, muito mais práticos para os cálculos que os algarismos romanos. De lá também saíram as especiarias. Vamos conhecer melhor algumas dessas sociedades localizadas na Ásia.

A China

O século XIV foi marcado pela ascensão de um governo centralizado na China, a Dinastia Ming, que iniciou suas ações reforçando a defesa do país (término da construção da Grande Muralha com seus 5.000 km) e buscando retomar territórios chineses no norte do país. Esses governantes também implementaram uma política de expansão comercial, estabelecendo trocas comerciais com distintas regiões asiáticas.

No mesmo período, grandes expedições marítimas, com até mais de 50 barcos cada uma, espalharam o nome do imperador chinês na África Oriental, na Arábia, na Índia, no Ceilão (atual Sri Lanka) e no sudeste asiático. O fortalecimento da China levou ao estabelecimento de autoridade sobre outras sociedades asiáticas, que deviam pagar tributos.

Os governantes chineses desse período realizaram uma política de recuperação da agricultura através da irrigação, drenagem, do reflorestamento e da introdução de novos cultivos. O trabalho dos camponeses e dos artesãos era a base da produção de riqueza nessa época. Mercadorias como as finíssimas sedas e a porcelana saíam dessas mãos.

Uma das mais antigas rotas internacionais de comércio no mundo ficou conhecida como a Rota da Seda, que perdurou do século VII ao XIII. Estendeu-se da China ao Mediterrâneo e incluía trechos terrestres e marítimos. O produto mais valioso era a seda, extremamente cobiçada pelos ocidentais. Dois portos eram fundamentais nessa rota: Bagdá, então capital do império islâmico, e Xi'an, capital da China. Além da seda, as caravanas carregavam papel, chá e cerâmicas.



Figura 1.9. Rota da Seda (adaptado). Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rota_da_Seda

A Rota da Seda promoveu o crescimento econômico de diversas cidades e intensificou a circulação de conhecimentos. Ideias, relatos, descobertas tecnológicas, cultura, ciência e astronomia estão presentes nos registros que envolveram o empreendimento. Assim, esse circuito comercial trouxe uma enorme interação durante o mundo medieval e uma grande riqueza para os muçulmanos que o controlavam.

As notícias sobre as terras do Oriente chegavam a cidades e castelos da Europa. Estiveram por lá muitos viajantes europeus, que levaram informações sobre riquezas e reinos poderosos nas regiões então distantes da Ásia, de onde vinham produtos muito desejados, especialmente pelos ricos comerciantes e pela nobreza europeia.

A Índia

A Índia, no século XV, estava dividida em sultanatos, ou seja, Estados independentes cujos governantes eram chamados sultões. Diferentes religiões ali conviviam, num contexto de tolerância. As mais expressivas eram o islamismo, o hinduísmo e o budismo.

>> saiba mais

O hinduísmo surgiu na Índia por volta de 1.500 a.C. e ocupa hoje o 4º lugar na lista de religiões com maior número de adeptos no mundo. Atualmente, é estimado que existam cerca de 900 milhões de seguidores em vários continentes. Trata-se de uma religião politeísta com vários deuses e deusas.

O budismo é uma religião indiana fundada por Sidarta Gautama, o Buda, por volta do século VI a.C. Entre suas práticas e crenças mais conhecidas, estão a meditação e a questão do carma – causa e efeito – e a ideia do renascimento. Hoje, o budismo é adotado por cerca de 376 milhões de pessoas ao redor do mundo.

Na região sul da Índia, nessa mesma época, surgiram muitas cidades de arquitetura luxuosa, onde reuniam-se as cortes, formadas por muitos estudiosos, filósofos e historiadores ligados aos grandes sacerdotes e sultões. Um verdadeiro grupo de intelectuais e escritores, que deixaram registradas suas ideias e obras em vasta literatura.

Uma das atividades que sustentava toda essa riqueza era a coleta, a produção e o comércio de gêneros alimentícios. Pimentas picantes, ervas de cheiro para tempero e corantes alimentícios eram produtos de muito valor. Pensemos: num tempo sem geladeira, como era possível conservar e dar sabor aos alimentos?

A Índia não produzia todas as especiarias, mas centralizava boa parte do comércio dessas mercadorias, produzidas em diferentes regiões próximas. Os comerciantes indianos traziam a canela do Ceilão e a noz-moscada das ilhas da Indonésia, por exemplo.

Então, vamos voltar à pergunta que fizemos na introdução desta unidade: o que havia nas chamadas Índias de tão precioso que levava navegantes da Europa a se arriscarem em viagens longas e perigosas? Acreditamos que, agora, você já saiba a resposta. Resta, por fim, conhecer essa sociedade europeia, entre os séculos X e XV, e saber como ela se inseriu nessa intensa dinâmica econômica e cultural que conectava africanos, árabes e asiáticos.

A sociedade feudal na Europa Ocidental

As principais características da sociedade feudal

No século X, grande parte dos habitantes da Europa Ocidental era composta de camponeses que viviam em propriedades rurais, as quais tinham como figura de liderança e autoridade um nobre, um aristocrata. Essas propriedades, que chamamos de *feudos*, eram o espaço de trabalho e das relações sociais e culturais dos camponeses. Mesmo os nobres feudais, donos das terras e detentores do poder econômico e político, não iam muito mais longe em seu conhecimento do mundo que os cercava.

Vivendo nas terras dos nobres, os camponeses praticavam a agricultura e a criação de animais, lutando com esforço por sua sobrevivência e fazendo pequenas trocas nas feiras que se realizavam dentro dos feudos. Muitas vezes, as colheitas mal davam para alimentar suas famílias e pagar os impostos aos nobres

e à Igreja Católica, o que deixava as pessoas frágeis diante das doenças, colaborando para os altos índices de mortalidade.

O comércio de longa distância nunca desapareceu, mas podemos dizer que se concentrou em produtos de luxo direcionados a uma minoria da população. Os centros urbanos também perderam muito em habitantes e importância, mas permaneceram existindo como locais para atividades artesanais, administrativas e religiosas.

Os laços entre camponeses e nobres se organizavam através da servidão, relação de trabalho que estabelecia obrigações entre ambos. Tornando-se servo de um nobre, o camponês conseguia o direito de cultivar uma porção de terra, que seria utilizada por seus filhos após sua morte. Em troca, o servo deveria cumprir certas obrigações, como trabalhar nas terras do senhor feudal, e pagar determinadas taxas, como uma parte de sua colheita. O servo também não tinha autonomia para abandonar a terra feudal. Dessa forma, o senhor feudal garantia um fluxo de riquezas para suas mãos, fortalecendo sua posição de domínio na sociedade.

Os nobres eram responsáveis pela administração da justiça e pela proteção militar das pessoas que moravam em sua propriedade, arcando com o custo da manutenção de exércitos particulares. Muitos deles também podiam cobrar taxas extras dos moradores do feudo ou de viajantes que atravessassem determinada região.

Quando um senhor feudal não tinha condições de explorar todas as suas posses, costumava doar parte das suas terras para um outro nobre. Nesse caso, o senhor das terras era visto como o suserano, e o nobre que

recebia parte da terra era conhecido como vassalo, que jurava defender as terras do senhor feudal. Essa relação de fidelidade era juramentada sob a tutela da Igreja Católica.

Nessa sociedade, não havia uma autoridade política forte o suficiente para se impor sobre todos os domínios dos nobres. Por isso, afirmamos que o poder político se encontrava descentralizado, uma vez que cada senhor feudal tinha condições de estabelecer as regras e leis em suas terras. Isso não quer dizer que não existisse a figura dos reis, mas seu poder encontrava muitos limites.

A religiosidade cristã ocupava um papel central na vida cotidiana dos europeus das áreas rurais ou urbanas. Um importante grupo social era formado pelo clero, as pessoas que faziam parte da Igreja Católica e desempenhavam funções importantes na área da espiritualidade, do estabelecimento da moral e das regras de convívio social. A Igreja Católica também se destacava no desenvolvimento das atividades ligadas à educação e às artes.

Composta, sobretudo, por nobres, camponeses e religiosos, a hierarquia da sociedade feudal se baseava, principalmente, na condição de nascimento das pessoas – como nobre ou como camponês. Formada por três ordens (clero, nobreza, plebe), essa hierarquia se fundava na ideia de que cada uma delas tinha uma função específica para o funcionamento da sociedade – uns oravam, outros combatiam e outros trabalhavam. A partir daí, as desigualdades entre os grupos sociais e os privilégios da nobreza e do clero eram compreendidos como aspectos naturais das relações sociais. Embora algumas pessoas conseguissem mudar de ordem – como um camponês que se transformava em padre ou

um rico comerciante que se transformava em nobre –, as possibilidades de mobilidade social eram pequenas.

Transformações econômicas e sociais a partir do século XI

O cenário europeu que caracterizamos brevemente começou a mudar já no século XI. Uma das razões para isso foi o aumento da população europeia, após o fim das invasões de povos estrangeiros, o que provocou a diminuição das guerras e do número de mortos. Além disso, os camponeses adotaram novas tecnologias agrícolas, que permitiram o aumento da produtividade e proporcionaram uma melhor alimentação, resultando também em menos mortes.

O aumento da produtividade dos servos também fez surgir um excedente, ou seja, uma parte da colheita que sobrava após o pagamento dos impostos e da reserva para alimentação. Para aqueles que conseguiam obter esse excedente, uma boa alternativa era tentar vendê-lo dentro do feudo ou em áreas próximas. Com isso, as trocas comerciais começaram a se intensificar e alguns camponeses aumentaram suas rendas.

Ao mesmo tempo, o comércio de longa distância se intensificou a partir dos contatos comerciais feitos em torno do Mar Mediterrâneo com mercadores da África e da Ásia. Para isso, o movimento religioso das Cruzadas, ocorrido entre os séculos XI e XIII, foi fundamental. As expedições europeias reuniram milhares de homens que, em seu caminho para a Palestina, conheceram e levaram para a Europa uma infinidade de produtos vindos da África e da Ásia.

O desenvolvimento do comércio teve duas consequências importantes para a sociedade feudal. A primeira delas foi o crescimento dos centros urbanos, onde se realizavam as trocas comerciais, e a segunda foram as crescentes atividades bancárias – empréstimo de dinheiro e câmbio de moedas diferentes, por exemplo. Era nas cidades que moravam os comerciantes e banqueiros enriquecidos e surgiam ou se multiplicavam as universidades e escolas.

Assim, a vida urbana ganhou importância e abriu novas perspectivas de mobilidade social para as pessoas. No caso de um camponês, por exemplo, morar na cidade podia significar um emprego numa oficina de artesanato, numa loja ou na casa de um comerciante, levando-o a escapar da exploração do senhor feudal. Por isso, as cidades atraíram muitos servos.

Em fins do século XIII, vamos encontrar uma Europa bem mais agitada. Rotas comerciais cortavam todo o continente, levando diferentes produtos. Os comerciantes italianos, principalmente das cidades de Veneza e Gênova, eram os responsáveis pelos contatos com o Oriente e obtinham enormes lucros revendendo as mercadorias estrangeiras.

Ao mesmo tempo, na região Norte, uma intensa atividade comercial distribuía alimentos e matérias-primas pela Europa. Outras áreas centrais, localizadas onde hoje é a França, se especializaram na produção e distribuição de alimentos e tecidos.

Localize no mapa a seguir as cidades e regiões que citamos e observe como elas se conectavam através de rotas comerciais que cruzavam a Europa e se ligavam à África e à Ásia:



Figura 1.10. Rotas comerciais na Europa no final da Idade Média. Fonte: SEVCENKO, 1985.

A segunda consequência importante do crescimento do comércio foi o surgimento de um novo grupo social, formado pelos comerciantes enriquecidos e que chamamos de burguesia. Moradores das cidades, os burgueses construíram suas fortunas através do grande comércio e das atividades bancárias, baseados na ideia de lucro e na posse de uma riqueza que não consistia em propriedades rurais. Ou seja, estamos falando de um grupo social em ascensão, cujo estilo de vida era muito diferente daquele que caracterizava o nobre feudal – senhor da guerra e proprietário rural.

Isso, porém, não nos permite afirmar que nobres e burgueses eram opostos e não estabeleciam relações entre si. Muito pelo contrário. Apesar de serem muitas vezes mais ricos, os burgueses invejavam o prestígio social dos nobres. Por sua vez, a fortuna burguesa era objeto de cobiça dos aristocratas. Assim, estabeleceram-se entre esses dois grupos relações sociais e econômicas, como o casamento entre descendentes de nobres e burgueses, que reuniam numa família só a riqueza e o prestígio.

Aqui terminamos esta unidade. Esperamos que tenham ficado claras para você algumas

ideias que indicamos no início do material didático: as conexões econômicas e culturais entre povos e regiões, a importância de compreender as influências entre diferentes sociedades sem dar protagonismo a uma delas e os diversos sujeitos que fazem a História. Agora, vamos ao resumo dos pontos principais que abordamos nesta unidade.

Resumo

Vimos que os diversos povos do continente africano se caracterizavam pela diversidade de etnias, culturas, religiões e organizações políticas; pelas diferentes atividades econômicas realizadas com vistas a garantir sua sobrevivência e produzir riquezas; pelo ativo e permanente contato comercial dentro do continente africano e com o mundo árabe-muçulmano, com a Europa e com o Oriente, com destaque para as rotas transaarianas.

Nesta unidade também ressaltamos que são características dos povos da Ásia Oriental: a presença de religiões muito antigas, como o hinduísmo e o budismo, convivendo com a religião muçulmana; a existência de diferentes sistemas políticos, centralizados em monarquias ou marcados pela convivência entre poderes locais; a produção de variadas mercadorias, de corantes e temperos a tecidos de luxo e joias, e a articulação entre as diferentes regiões através de rotas comerciais que conectaram a Ásia ao Oriente Médio, à África e à Europa, bem como o desenvolvimento de sofisticadas técnicas militares, de navegação e de arquitetura.

Sobre os povos islâmicos, destacamos: a expansão territorial ocorrida a partir do

século VII, estabelecendo um espaço islâmico em regiões da Europa, África e Ásia; a importância da religião e cultura islâmicas como elemento de conexão entre povos diferentes e distantes; o fortalecimento de um comércio de longa distância, fundamental para a riqueza dos Estados islâmicos; o desenvolvimento da produção intelectual, científica e artística em cidades como Bagdá e Tombuctu; a formação do Império Turco-otomano a partir do século XIII, com a conquista da cidade de Constantinopla (1453) e o controle sobre o comércio com o Oriente.

No contexto da Europa feudal, ressaltamos: o caráter principalmente rural da economia e sociedade feudais, com grande parte da população formada por servos; a descentralização política, com a autoridade dos nobres feudais sobre seus domínios; a importância social da Igreja Católica; o crescimento do comércio, decorrente do aumento da produtividade agrícola europeia e do aumento da participação nas rotas comerciais de longa distância com o Oriente; as transformações sociais ocorridas desde o século XI, com o crescimento demográfico e dos centros urbanos, e o surgimento da burguesia.

Atividade

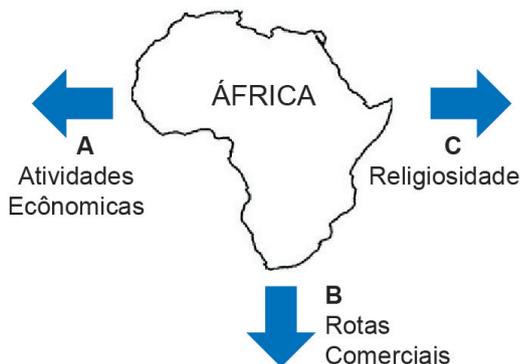
Leia com atenção o trecho a seguir:

Por que conhecer a história da África?

A resposta a essa questão nos coloca, primeiramente, diante da importância de construir outro olhar sobre a história da humanidade e a história do Brasil. Esse novo olhar sobre a trajetória das sociedades hu-

manas deve buscar uma perspectiva menos eurocêntrica e a inclusão de novos espaços e sujeitos no mapa da história. Reconhecer a presença africana amplia a nossa concepção de mundo e permite perceber aspectos das relações entre povos e regiões do planeta ao longo do tempo por nós ainda pouco conhecidos e compreendidos. [...] Em diversos momentos da história, povos da África, em suas relações internas ou com outros povos, estiveram diretamente envolvidos em transformações que alteraram profundamente a vida no nosso planeta. Desde o surgimento da humanidade, com as migrações que povoaram o mundo e as novas relações com o ambiente delas surgidas, à criação de instrumentos que mudaram as formas de sobrevivência e a constituição das primeiras instituições gregárias das sociedades humanas, os povos africanos foram protagonistas de grandes transformações na história (SOUZA, 2014).

O texto anterior trata da importância de estudar história da África, construindo um novo olhar para as sociedades africanas desde a Antiguidade. Partindo dessa proposta de desconstrução da visão eurocêntrica, elabore uma síntese das principais informações contidas nessa unidade sobre os povos africanos. Utilize a estrutura apresentada a seguir: (*Anote a resposta em seu caderno.*)



Resposta comentada

A ⇒ Atividades econômicas reinos

Algumas sociedades: caça, pesca e coleta de frutos silvestres.

Gana: produção agrícola, a tecelagem e a metalurgia para a manufatura de armas e ferramentas.

Mali: produção agrícola, comércio de ouro e escravização de pessoas; importância do comércio de longa distância.

Songhai: agricultura, comércio de ouro e escravização de pessoas; importância do comércio de longa distância.

Congo: produção agrícola, comércio de ferro, de sal, cobre, joias e objetos de marfim.

África Oriental: produção agrícola, metalurgia, comércio.

B ⇒ Rotas comerciais

Importância das caravanas no Deserto do Saara e das rotas marítimas.

Rotas transaarianas: conexão da região subssariana com o norte da África, Península Arábica, Ásia e Europa.

África Oriental: circuitos comerciais com Península Arábica e Ásia pelo Oceano Índico.

C ⇒ Religiosidade

Animismo: compreensão do mundo através de uma força espiritual, a *anima*, ou seja, a alma que todo ser possui, seja ele humano, animal ou objeto.

Islamismo: religião monoteísta que se expandiu através de guerras e das rotas comerciais, alcançando a África do Norte, o Saara, reinos do Sahel e região.

Referências

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual, 1985.

SOUZA, Mônica Lima e. *Por que conhecer a história da África*. A Cor da Cultura/Geledés, 10 jan. 2014. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/artigos/10012014/por-que-conhecer-a-historia-da-africa>. Acesso em: 27 mar. 2020.

Ampliando horizontes

BINSFELD, Andrea. Imagens da escravidão na Antiguidade como meios de auto representação. *Varia História*, v. 25, n. 41, p. 27-42, 2009.

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

DOMINGUES, Joelsa Ester. Enem 2017: a prova de História e de outras disciplinas afins. *Ensinar História*, 6 nov. 2017. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/enem-2017-a-prova-de-historia/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

EL FASI, Mohammed. *História geral da África*, III: África do século VII ao XI. Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16146. Acesso em: 19 jun. 2020.

LOPES, André Leme. O conflito entre o Islã e o Ocidente: da ascensão dos árabes ao ocaso otomano. *Hegemonia: Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário UNIEURO*, n. 1, v. 1, jan.-abr.

2006. Disponível em: http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia_01_conflito_entre_o_isla_e_o_ocidente.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020.

LOPES, Nei; MACEDO, José R. *Dicionário de história da África: séculos VII a XVI*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SILVA, Bruno Rafael Vêras de Moraes. *Périplo do ouvir, ver e narrar: retórica, alteridade e representação do outro na Rihla de Ibn Battuta (1304-1377)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24292>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SILVA, Solange Maria da. *Para além do exótico: as ciências na África, da história ao ensino*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81133/tde-14012016-152759/pt-br.php>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PELÓGIA, Rosa Aparecida; GONÇALVES, José Henrique Rollo. A história da África na sala de aula. *Cardenos PDE: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE*, v. 1, 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_hist_artigo_rosa_aparecida_pelogia.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

As transformações na Europa Ocidental entre os séculos XIV e XVI (Parte 1)

02

meta

Explicar as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na Europa Ocidental, entre os séculos XIV e XVI, e a construção da sociedade do Antigo Regime.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- explicar a crise da sociedade feudal no século XIV, analisando as transformações econômicas e sociais;
- analisar o processo de centralização política, caracterizando o absolutismo monárquico em seus aspectos políticos e econômicos;
- caracterizar a sociedade do Antigo Regime.

Introdução

Na unidade anterior, vimos como viviam e se organizavam povos que habitavam os continentes europeu, africano e asiático. É muito importante que você tenha em mente que esses povos estabeleceram intensas relações culturais, políticas, sociais e econômicas entre si. Trocaram produtos, conhecimentos, informações e religiões de forma cada vez mais profunda... Não é à toa que alguns autores chegam a afirmar que a globalização, fenômeno sobre o qual tanto ouvimos falar nos nossos dias, teve início no século XV, quando os contatos e as trocas entre os continentes se fortaleceram.

Nesse processo, os povos europeus participaram ativamente das dinâmicas econômicas e culturais e é para eles que nos voltamos agora. Nosso objeto de estudo, nesta unidade, é a sociedade europeia ocidental entre os séculos XIV e XVI. Estudar a história da Europa nesse período é tratar de uma série de processos que produziram importantes transformações. Entre elas, podemos citar o desenvolvimento da atividade comercial e da burguesia, a centralização política que propiciou o surgimento das monarquias absolutistas da Época Moderna e a adoção de práticas econômicas que tinham como objetivo estimular ainda mais o comércio entre continentes.

Finalmente, podemos registrar o surgimento da sociedade do Antigo Regime, que substituiu a organização feudal medieval que estudamos anteriormente, reunindo aspectos tradicionais e novos, continuidades e mudanças. Foram os homens e as mulheres dessa sociedade que estiveram à frente das caravelas que aportaram na América, África

e Ásia entre os séculos XV e XVI e, portanto, à frente dos primeiros núcleos de povoamento estabelecidos fora da Europa. Quem eram essas pessoas? Em que tipo de sociedade viviam e quais eram seus valores? O que as levou a querer ocupar e dominar territórios tão distantes? Essas são algumas das perguntas que pretendemos responder no decorrer da unidade.

Antes de começarmos nosso caminho, enfatizamos que nosso olhar estará voltado, principalmente, para a Europa Ocidental, que você pode ver como centro do mapa abaixo:



Figura 2.1. Localizando a Europa Ocidental.

A crise do século XIV e as transformações da sociedade feudal

Rotas comerciais cruzando os continentes europeu, africano e asiático e intercambiando produtos de luxo, alimentos, ouro, especiarias; comerciantes e banqueiros se enriquecendo e grupos de artesãos urbanos e de camponeses encontrando novas oportunidades de trabalho; cidades em expansão, com o estímulo a atividades artís-

ticas e intelectuais. Como foi possível que, nesse cenário de crescimento, uma crise trágica atingisse a Europa Ocidental a partir de meados do século XIV, levando milhões de pessoas à morte e produzindo mudanças profundas nessas sociedades?

Em fins do século XIII, alguns sinais já mostravam que uma época de dificuldades se aproximava da Europa. O número de mendigos e de epidemias aumentou, e muitos camponeses não conseguiam produzir alimentos suficientes para sua sobrevivência, vivendo à beira da fome. Em outras palavras, se cada vez mais riquezas circulavam na Europa naquele momento, a pobreza também crescia. Uma contradição? Vamos entender como isso aconteceu.

Como vimos na unidade anterior, a partir do século XI, registrou-se o crescimento da população na Europa. Com isso, houve a necessidade de cultivar novas terras para acomodar as famílias camponesas. Muitas delas, entretanto, ocuparam terras de qualidade inferior, que não forneciam colheitas suficientes para pagar as taxas ao senhor feudal e garantir sua alimentação. Outros camponeses nem terras conseguiram e, por isso, vagavam como mendigos pelas estradas.

lá na plataforma

Se você quiser relembrar o que discutimos sobre o feudalismo na Unidade 1, acesse os materiais na nossa plataforma.

As cidades também foram atingidas por esse processo de empobrecimento. Sem condições de sobreviver nas áreas rurais, muitos camponeses migraram para os centros

urbanos. Com isso, o número de pessoas procurando emprego aumentou, fazendo os salários caírem. Com menores salários, os habitantes das cidades tinham menos dinheiro para consumir alimentos e outras mercadorias. Resultado: também os artesãos e pequenos comerciantes urbanos viram suas rendas diminuir.

Diante desse processo de empobrecimento que atingiu trabalhadores rurais e urbanos, três más colheitas no início do século XIV reduziram a oferta de alimentos para a população e acabaram detonando uma grande crise na sociedade. Com a pouca oferta de alimentos no mercado, os preços subiram rapidamente e a fome se espalhou pelos campos e cidades da Europa. Para se ter uma ideia, o preço do trigo subiu 500% na Inglaterra e 2.400% na região de Flandres (atual Bélgica). Isso comprometeu seriamente a saúde de camponeses e trabalhadores urbanos. Sem dinheiro nem para comprar pão, imagine o que aconteceu com as mercadorias menos necessárias – como roupas, móveis e outros alimentos. Nas cidades, artesãos e pequenos comerciantes foram à falência.

Enfraquecida pela fome, a população europeia não pôde resistir à epidemia de peste bubônica que chegou ao continente em 1348, trazida pelos tripulantes dos navios que faziam o comércio com o Oriente. Os índices de mortalidade foram altíssimos! Um terço dos europeus morreu em consequência da doença. Vejamos só um exemplo: a população da França, que era de 21 milhões no ano de 1340, caiu para 14 milhões pouco mais de um século depois, em 1470.

#lá na plataforma

No século XIV, a peste bubônica matou 1/3 da população europeia. Para saber mais sobre essa doença, acesse nossa plataforma virtual.

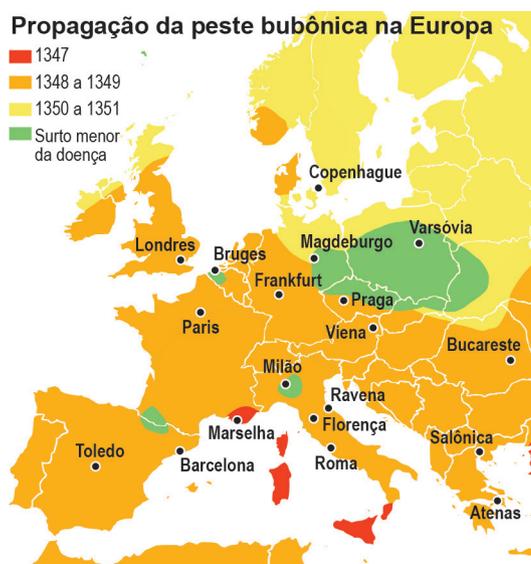


Figura 2.2. A propagação da epidemia de peste bubônica na Europa (adaptado). Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bubonic_plague-es.svg

Não bastassem esses problemas, durante grande parte do século XIV, os reis da Inglaterra e da França se enfrentaram no conflito que ficou conhecido como *Guerra dos Cem Anos* (1337-1453). Essa e outras guerras ocorridas no mesmo período também colaboraram para a morte de muitas pessoas e para a desorganização da produção agrícola. Por isso, aprofundaram a crise econômica e a mortalidade da população europeia.

Com as pessoas morrendo aos milhares, os senhores feudais viram suas rendas diminuir rapidamente. Os nobres mais poderosos tentaram se proteger da crise, aumentando os impostos cobrados dos camponeses. Imagi-

ne a situação vivida por esses trabalhadores rurais: poucos alimentos disponíveis e mais caros, a peste ameaçando sua vida e os donos das terras aumentando as taxas cobradas! O resultado da ação dos nobres foi uma série de violentas revoltas camponesas, que desestabilizaram ainda mais a sociedade feudal.

>> saiba mais

A *Guerra dos Cem Anos* envolveu Inglaterra e França entre os séculos XIV e XV. É importante contextualizar os aspectos que marcaram o conflito, percebendo os vários fatores que caracterizavam o aumento da hostilidade entre os dois reinos: disputas que envolviam os reis e setores da nobreza; casamentos entre dinastias que favoreciam o poder de um dos monarcas, interesses territoriais e comerciais, ataques militares. Em diversas ocasiões, os enfrentamentos militares entre franceses e ingleses foram suspensos, devido a conflitos internos de cada reino. Ao longo de 116 anos, as batalhas militares, a instabilidade política e as perdas humanas e materiais da guerra colaboraram para aprofundar a crise do sistema feudal e fortalecer um sentimento nacional na França.

Para controlar essas revoltas e manter suas rendas, muitos nobres optaram por modificar as relações sociais. Passaram a alugar parte de suas terras em troca de uma quantia fixa. Alguns deles, endividados, também foram obrigados a vender suas propriedades a agricultores e burgueses que possuíam estoques de alimentos e lucraram muito com a quebra das colheitas. Por último, muitos servos foram libertados, transformando-se em agricultores, que arrendavam terras e buscavam produzir para o mercado.

Dessa forma, a ligação dos nobres com a posse da terra se modificou e a manutenção de seu prestígio social deixou de ser baseada somente nos impostos pagos pelos camponeses. A servidão, embora existente ainda por muito tempo em diferentes regiões da Europa, deixou de desempenhar o papel que tinha antes nas relações entre nobres e camponeses.

Por essas razões, parte da nobreza feudal saiu da crise do século XIV mais fraca. Isso não quer dizer que ela tenha perdido sua posição dominante na sociedade, mas que teve que aceitar algumas mudanças a fim de salvar suas rendas. Por outro lado, as atividades comerciais cresceram no campo, e a burguesia se colocou cada vez mais como um grupo com o qual os nobres deviam conviver.

Assim, a partir do século XV, as sociedades europeias apresentavam uma diversidade de relações sociais. Embora a maioria da população permanecesse vivendo e trabalhando no campo, o acesso à terra se dava por meio da servidão, do aluguel e, em algumas ocasiões, de formas de trabalho assalariado. A nobreza mantinha-se como detentora das terras e ainda recebia inúmeras taxas dos camponeses, mas cada vez mais desenvolvia uma produção agrícola voltada para atender ao mercado. Por fim, os grandes comerciantes e banqueiros fortaleceram-se economicamente e estabeleceram novos negócios com a nobreza e com as autoridades políticas.

Assim, a crise do século XIV, como ficou conhecido o período marcado por fome, guerra, peste e revoltas, provocou efeitos muito profundos na organização da sociedade. Por isso, os historiadores a relacionam com o fim do feudalismo.

A formação das monarquias absolutas

O processo de centralização do poder político e as relações dos reis com os grupos sociais

Vamos pensar: a crise vivida pelos europeus ao longo do século XIV produziu transformações importantes nos campos econômico e social que acompanhamos anteriormente. Mas como será que ela afetou as questões políticas? Será que a nobreza manteve em suas mãos a autoridade que possuía sobre as pessoas que viviam em suas terras? Como a burguesia, cada vez mais enriquecida, buscou defender seus interesses? São essas as questões que vamos discutir agora.

Na unidade anterior, vimos que os nobres feudais possuíam autoridade sobre as pessoas que viviam em suas terras, podendo fazer leis, julgamentos e recolher impostos. Muito de seu poder era garantido pelos exércitos particulares que eles mantinham e que os ajudavam a conseguir a fidelidade e a obediência das pessoas.

Também existiam os reis, mas estes, apesar do título, não tinham condições de impor sua autoridade sobre os habitantes do reino. Muitas vezes, isso acontecia porque seus recursos financeiros não eram suficientes para organizar exércitos capazes de enfrentar as forças dos nobres feudais. Dessa forma, o poder político – a autoridade – estava dividido entre os diversos senhores. É por

isso que afirmamos que o poder político encontrava-se *descentralizado*. Essa organização, entretanto, se transformou, e o que vamos acompanhar agora é um processo de centralização do poder e de fortalecimento dos reis que se desenvolveu entre os séculos XIV e XVII, dando origem às *monarquias absolutas* ou *estados absolutistas*.

Muitos fatores são importantes para entender esse processo que concentrou o poder político nas mãos dos reis, ou monarcas. O primeiro fator se relaciona diretamente com a crise do século XIV, que acabamos de discutir. As revoltas camponesas que se espalharam por diferentes regiões da Europa ameaçaram seriamente o poder da nobreza. Muitas vezes, os exércitos particulares dos nobres feudais foram incapazes de controlar os camponeses.



Figura 2.3. Representação de uma *jacquerie* (*Crônicas* de Jean Froissart). Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jacquerie#/media/Ficheiro:Jacquerie_meaux.jpg. Domínio público, séc XV.

A **Figura 2.3** apresenta uma imagem extraída de um livro chamado *Crônicas*, escrito pelo francês Jean Froissart entre os séculos XIV e XV. Tem como tema uma revolta camponesa (*jacquerie*) que teria ocorrido em 1358,

quando famílias nobres e suas propriedades foram atacadas pelos camponeses que experimentavam a fome, a doença e o aumento dos impostos. Observe com atenção os elementos presentes na imagem: a cidade medieval, o castelo, o grande número de cavaleiros contra os camponeses, que os lançam no rio, e os nobres protegidos.

Por isso, sentiu-se a necessidade de criar um exército ainda maior e mais forte, que tivesse condições de controlar as revoltas populares e manter a posição superior da nobreza. Nesse momento, os reis apareceram como os indivíduos com autoridade para organizar e liderar esses exércitos, que atuavam dentro de seu reino. Mas como ficariam os exércitos particulares dos nobres diante dessas tropas reais?

Para que o rei pudesse, de fato, ter força militar e impor sua autoridade dentro de seu território, os exércitos particulares foram proibidos, o que significou uma subordinação dos nobres a seu poder real. Esse processo foi longo e é importante dizer que uma parte da nobreza apoiou as iniciativas do monarca e passou a integrar os exércitos reais, enquanto outra resistiu com armas à perda de sua autoridade, mas foi vencida.

Essa aproximação com os monarcas fez com que muitos nobres encontrassem uma nova forma de recuperar as rendas perdidas com a crise do século XIV: muitos cargos públicos foram criados para atender às necessidades dos novos Estados, com poder mais centralizado. Antigos senhores feudais se transformaram em ministros, conselheiros, juizes ou arrecadadores de impostos, recebendo pelos serviços prestados ao reino. Essa foi outra maneira encontrada pelo rei para conquistar o apoio da nobreza.

Para criar seus fortes exércitos unificados, os reis precisavam de recursos. E de onde eles viriam? É aí que vamos encontrar a atuação da burguesia. Muitos banqueiros e comerciantes importantes emprestaram somas de dinheiro aos monarcas, financiando seus exércitos. Em épocas posteriores, o estabelecimento de impostos pagos pelos súditos garantiu um fluxo de recursos para as monarquias.

Além disso, o rei precisava de funcionários para fazer a justiça, cobrar impostos, fiscalizar o cumprimento das leis, cuidar das relações com outros países. E os homens com mais experiência nessas atividades vinham das grandes casas bancárias e comerciais, homens acostumados a organizar negócios a longa distância e que auxiliaram o monarca a estabelecer um sistema de contabilidade e administração para o reino. Isso tornou a burguesia uma grande parceira do rei. Mas que motivos podem ter levado os grandes comerciantes e banqueiros a apoiar o fortalecimento do poder real?

Vamos pensar um pouco na organização feudal. Cada nobre possuía autoridade dentro de seus domínios e, com isso, podia estabelecer sua própria moeda e taxas a serem pagas pelos viajantes. Isso encarecia as mercadorias e dificultava as trocas comerciais. Constantemente, também ocorriam conflitos armados entre os nobres que atrapalhavam o comércio.

O objetivo da burguesia era que o rei estabelecesse uma maior unidade das moedas, do sistema de pesos e das cobranças dentro do reino. Ou seja, em vez de cada região ter seus próprios impostos e moeda, haveria uma maior uniformidade, com a criação de um mercado unificado para o comércio. Os comerciantes também queriam que o rei impedisse

ou controlasse a entrada no reino de produtos importados, protegendo os produtores nacionais da concorrência estrangeira.

Podemos dizer que, para os burgueses, a centralização política nas mãos dos monarcas veio acompanhada do crescimento do comércio. Para os nobres, significou a perda de autoridade política em suas terras, mas também cargos públicos e novas rendas. E quanto aos camponeses? Para essa camada social, a centralização política fez com que todos se transformassem em súditos de um rei, a quem deveriam obrigações – como o pagamento de impostos e a obediência –, mas de quem eles também cobriam proteção contra abusos da nobreza e assistência em momentos de necessidade.

Podemos concluir, então, que o fortalecimento da autoridade dos reis se estabeleceu sobre uma rede de apoios e negociações que deveriam ser feitas com os nobres, com os principais comerciantes e banqueiros e, também, com as camadas mais pobres das cidades e dos campos. Em algumas ocasiões, seria impossível para o rei equilibrar todos esses interesses, o que gerava constantes conflitos.

Eram os monarcas “absolutos”?

Ao final desse processo de centralização de poder, podemos identificar a formação de um tipo de Estado que ficou conhecido como *Estado absolutista* ou *monarquia absolutista*, que vai perdurar durante a Época Moderna (entre os séculos XVI e XVIII). Nele, a autoridade política se concentrava nas mãos dos reis, que tinham poder para administrar o reino, fazer leis, organizar a justiça, coman-

dar a guerra. Mas não pense que esse processo foi rápido e, já no século XVI, os reis eram absolutos em seus domínios.

Muito pelo contrário, levou muito tempo para que isso acontecesse. Alguns historiadores afirmam que somente no século XVII os reis conseguiram controlar os poderes locais e regionais. A criação de uma administração eficiente, com funcionários presentes em todas as partes do reino, e a cobrança de impostos também se desenvolveram lentamente – numa época com poucas estradas. Por último, como já dissemos, o rei tinha também obrigações para com os moradores de seu país.

Por isso, não devemos entender ao pé da letra a ideia de um poder absoluto do rei, sem nenhum limite. No entanto, se compararmos as monarquias absolutas com a descentralização do poder que existia na sociedade feudal, vamos reconhecer que o rei passou a ocupar um lugar central no sistema político e social.

No século XV, vários reinos europeus já tinham estabelecido suas fronteiras, ainda que um pouco diferentes das atuais. Foi o caso de Portugal, Espanha, França e Inglaterra. Outras regiões, como as que viriam a ser Itália e Alemanha, ainda se dividiam em principados e ducados. Observe nos mapas a seguir como as fronteiras europeias foram se modificando ao longo dos séculos XIII a XVII, com a formação de reinos com territórios mais amplos, sobretudo na parte ocidental:

As fronteiras europeias em 1300



Figura 2.4. As fronteiras europeias em fins do século XIII (adaptado).
Fonte: <http://medievaluff.blogspot.com/2013/06/mapas-seculos-xi-xiii.html>

As fronteiras europeias em 1648



Figura 2.5. As fronteiras europeias em meados do século XVII (adaptado).
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Europe_map_1648.PNG

lá na plataforma

O monarca francês Luís XIV governou seu país durante boa parte do século XVII e se tornou um dos reis absolutistas mais conhecidos. Retratos seus foram pintados por artistas especialmente contratados para produzir uma imagem de seu poder. Você pode aprender mais sobre as relações entre arte e política na nossa plataforma.

De onde vem a autoridade absoluta dos monarcas?

Vários pensadores refletiram sobre o que justificava monarcas tão poderosos. Um desses foi o bispo católico francês Jacques Bossuet, em sua obra *Política tirada da Sagrada Escritura* (escrita em 1679 e publicada em 1709), na qual afirmou o seguinte:

O trono real não é o trono de um homem, mas **o trono do próprio Deus** [...]. Os reis [...] são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. **O rei vê de mais longe e de mais alto;** deve acreditar-se que ele vê melhor, e **deve obedecer-se-lhe sem murmurar**, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição (BOSSUET, [1977], p. 201, *grifos nossos*).

Ora, se lermos com atenção as afirmações de Bossuet, o poder dos reis se relacionava diretamente com a vontade divina e, por isso, deveria ser respeitado e obedecido por todos. Os monarcas seriam, na sua visão, escolhidos por Deus e possuiriam qualidades superiores que garantiriam o bom governo do país. Bossuet foi uma das pessoas que elaborou a *Teoria do Direito Divino dos Reis*, atribuindo a uma determinação sobrenatural o poder centralizado dos reis.

Outros pensadores, como o italiano Niccolau Maquiavel e o inglês Thomas Hobbes, tentaram compreender o fortalecimento da autoridade real por outros caminhos. Defenderam que aspectos como as ações e os sentimentos humanos, bem como as necessidades da política, justificavam o poder dos monarcas. Assim, defenderam uma *lógica humana* para a compreensão das monarquias absolutistas.

Os fins justificam os meios. Você provavelmente já escutou essa frase em algum lugar. Ela foi escrita no século XVI por Maquiavel, que afirmava que os reis e príncipes deviam ter como objetivos – *os fins* – a grandeza e o enriquecimento do Estado. Para isso, os monarcas deviam agir politicamente para fortalecer seu poder, sem se importar com o certo ou errado – *os meios*. O mais importante seria garantir um governo estável para as sociedades e a neutralização dos adversários do rei, ainda que, para isso, ele tivesse que recorrer a ações violentas ou mesmo à traição de aliados.

Já para Thomas Hobbes (século XVII), o Estado existia por causa de um contrato feito entre os indivíduos de uma sociedade. Eles abriam mão de sua liberdade natural e aceitavam a autoridade de um rei para que este acabasse

com os conflitos existentes entre as pessoas e, também, as protegesse contra ameaças vindas do exterior. Dessa forma, para Hobbes, o poder absoluto do rei era necessário para impedir que conflitos entre pessoas e países destruíssem a convivência social.

Mercantilismo

Você já deve ter escutado notícias e debates sobre medidas econômicas adotadas por ministros e presidentes. Tais medidas têm o objetivo de estimular a economia e, consequentemente, o país, tornando-o mais rico e importante. O governo pode emprestar dinheiro para a abertura de indústrias, investir em centros de pesquisa de novas tecnologias e na formação educacional das pessoas e dar incentivos aos exportadores, por exemplo.

Com os reis europeus da Época Moderna, acontecia o mesmo. Chefiando suas monarquias e disputando espaço com outros reinos, eles buscavam incentivar o crescimento de suas economias para enriquecer o país e alcançar uma posição de destaque. Para isso, adotaram uma série de medidas econômicas cujo conjunto denominamos *mercantilismo*.

A principal ideia que orientou as práticas mercantilistas foi a de que o acúmulo de metais preciosos como ouro e prata – chamado de metalismo – era a principal fonte de riqueza de um país. Para conseguir essa riqueza, era necessário que o Estado promovesse várias ações para estimular as trocas comerciais e garantir uma acumulação de metais. Por isso, dizemos que o mercantilismo se baseava na intervenção do Estado na economia.

Para um reino acumular metais preciosos, era preciso que o valor de suas vendas para outros países (exportações) superasse o de suas compras (importações). Assim, era possível ter uma balança de pagamentos favorável e acumular metais.

Para alcançar isso, os reis buscavam proteger os seus produtores. Faziam-no proibindo a importação de mercadorias ou cobrando altos impostos dos produtos estrangeiros. Dessa forma, as mercadorias nacionais ficavam mais baratas do que as importadas, sendo preferidas pelos consumidores.

Outra forma de adquirir metais preciosos e produtos comerciais de valor era através da guerra contra outros países ou até mesmo de roubos. Nessa época, a pirataria era incentivada pelos reis europeus como forma de conquistar riquezas e causar prejuízos a seus concorrentes.

A expansão marítima nos séculos XV e XVI e a formação de sistemas coloniais em outros continentes foram instrumentos importantes para que as monarquias europeias expandissem seus mercados internacionais e intensificassem o comércio. Tanto os artigos vindos das colônias – como o açúcar no Brasil, a prata no Peru, o tabaco no sul dos Estados Unidos – como os produtos consumidos pelos moradores dessas regiões colaboravam para aumentar o comércio, enriquecendo os reis e os comerciantes.

As práticas mercantilistas eram diversas e dependiam das condições particulares de cada reino. A Espanha, por exemplo, recebeu um grande fluxo de metais preciosos encontrados em suas colônias americanas no século XVI. O mesmo não aconteceu com a França, que buscou seu enriquecimento através da

produção e exportação de artigos de luxo. Portugal se beneficiou do estabelecimento da economia da cana-de-açúcar no Brasil. Assim, cada monarquia agiu de uma maneira específica, mas podemos afirmar que o acúmulo de metais preciosos e o aumento do comércio eram os objetivos de todas.

A burguesia se beneficiava imensamente das práticas mercantilistas. Muitas vezes, os reis concediam *monopólios comerciais* às companhias burguesas, deixando-as como únicas responsáveis pela compra e venda de determinado produto, em troca de impostos pagos para o reino.

Assim, podemos ver que as práticas mercantilistas colocaram do mesmo lado reis e burgueses. O desenvolvimento do comércio, a criação de colônias e as guerras travadas beneficiavam os monarcas, pois conquistavam maiores riquezas para seu reino. E também beneficiavam os burgueses, que tomavam conta dos lucros provenientes do crescimento das trocas comerciais entre os vários continentes do mundo.

A sociedade do Antigo Regime

Ao longo desta unidade, nosso foco principal foi compreender as profundas transformações políticas, sociais e econômicas que ocorreram na Europa entre os séculos XIV e XVI. Novas relações sociais, uma nova organização política e o desenvolvimento crescente das atividades comerciais, com o apoio do Estado absolutista, marcaram boa parte do continente europeu durante a Épo-

ca Moderna. Com isso, estruturou-se uma nova forma de vida social, que chamamos de sociedade do *Antigo Regime*.

Nessa sociedade, as cidades se tornaram centros cada vez mais importantes em termos econômicos e culturais, estimulando as atividades comerciais, a publicação de livros e jornais, a troca de informações... Mas a maior parte da população europeia ainda tirava sua subsistência das atividades agropecuárias e tinha muito pouco acesso à leitura e a notícias de lugares distantes.

No ambiente rural, a nobreza mantinha sua posição de detentora das terras, de onde saíam muitas rendas através de taxas e impostos. Porém, cada vez mais, os nobres dependiam dos favores do rei para manter sua posição – um cargo público, uma pensão, uma posição de destaque em seus palácios. Em muitos casos, essas pessoas dividiam ou disputavam com comerciantes e banqueiros os espaços de poder junto ao rei e ao Estado.

Ainda que estivessem cada vez mais enriquecidos, os burgueses não ocupavam a posição mais importante na sociedade do Antigo Regime. As hierarquias sociais eram determinadas a partir do pertencimento de uma pessoa a um estamento, ou ordem, numa tradição que vinha dos tempos medievais. O primeiro deles era formado pelo clero, ou seja, os religiosos das igrejas. Os segundo e terceiro estamentos eram definidos pelo nascimento da pessoa: se ela nascesse nobre, pertencia ao segundo estamento; todos os outros indivíduos – do rico banqueiro ao camponês mais pobre – faziam parte do terceiro estamento, que reunia a maior parte da população. Os primeiro e segundo estamentos possuíam privilégios em relação ao terceiro, tais como o não pa-

gamento de impostos e a existência de uma justiça específica.

Assim, tecnologias avançadas de navegação conviviam com a força das tradições religiosas; o crescimento das editoras de livros e da publicação de jornais caminhava junto com o analfabetismo da maioria da população, o aumento do comércio intercontinental estava ao lado da economia de subsistência dos camponeses. Ao mesmo tempo que homens enriqueciam individualmente através de suas atividades comerciais em vários continentes, os nobres ocupavam as posições mais valorizadas e estabeleciam padrões de elegância e etiqueta. Nas sociedades da Europa Moderna, as transformações acompanhavam as permanências históricas.

Resumo

Nesta unidade, nosso foco principal foi compreender as transformações ocorridas na sociedade feudal europeia, sobretudo em sua parte ocidental. A crise do século XIV, marcada pela epidemia de peste bubônica, guerras e revoltas camponesas, resultou na morte de um terço da população europeia. Vários aspectos que caracterizavam a sociedade foram modificados em razão dos efeitos dessa crise, como o fortalecimento das atividades comerciais e o enfraquecimento da nobreza feudal.

Outra mudança marcante foi a formação dos Estados absolutistas ou monarquias absolutistas da Época Moderna, com a centralização do poder político nas mãos dos reis, ou monarcas. Nesse processo, os nobres feudais viram diminuída sua autori-

dade, mas conseguiram manter a posição dominante sobre os camponeses e ocupar cargos no Estado absolutista. A burguesia apoiou o fortalecimento do poder real, visando melhores condições para o desenvolvimento das atividades comerciais.

Os reis eram chamados de absolutos, mas, na prática, seu poder encontrava limites. Eles adotaram um conjunto de medidas e práticas econômicas denominado de mercantilismo, que se baseou na crença metalista e na intervenção do Estado na economia, através de diferentes práticas que buscavam desenvolver o comércio e acumular metais.

Do conjunto de transformações ocorridas entre os séculos XIV e XVI, surgiu na Europa um tipo de organização social que chamamos de sociedade do Antigo Regime, caracterizada pela permanência de alguns aspectos da Idade Média e pelas mudanças econômicas, sociais e ideológicas ocorridas entre os séculos XIV e XVI.

Atividade

- MAQUIAVEL – O pensador florentino Niccolau Maquiavel (1469-1527), descendente da alta burguesia de Florença, foi historiador, diplomata e músico na época do Renascimento. Maquiavel, que desempenhara funções políticas, administrativas e diplomáticas em Florença, estava em desgraça e havia sofrido pena de prisão quando escreveu *O príncipe*, texto em que deixa transparecer sua amargura e a descrença em relação à condição humana. A intenção primordial de *O príncipe* será, baseando-se na realidade

italiana da época, encontrar um processo que instale um Estado duradouro. Sua principal “lição” será a de desvincular a ética da prática política. Leia com atenção, a seguir, um trecho dessa obra:

Daqui nasce um dilema: é melhor ser amado que temido, ou o inverso? Respondo que seria preferível ser ambas as coisas, mas, como é muito difícil conciliá-las, parece muito mais seguro ser temido do que amado, se só se puder ser uma delas.

Há uma coisa que se pode dizer, de uma maneira geral, de todos os homens: que são ingratos, mutáveis, dissimulados, inimigos do perigo, ávidos de ganhar. Enquanto lhes fazes bem, são teus, oferecem-te o teu sangue, os seus bens, a sua vida e os seus filhos [...] porque a necessidade é futura; mas quando ela se aproxima, furtam-se, e o príncipe que se baseou somente nas suas palavras encontra-se despojado de outros preparativos, está perdido. As amizades que se conquistam com dinheiro, e não pelo coração nobre e altivo, fazem sentir os seus efeitos – mas são como se não as tivéssemos, pois de nada nos servem quando delas precisamos.

Os homens hesitam menos em prejudicar um homem que se torna amado do que outro que se torna temido, pois o amor mantém-se por um laço de obrigações que, em virtude de os homens serem maus, quebra-se quando surge ocasião de melhor proveito. Mas o medo mantém-se por um temor do castigo que nunca nos abandona.

[...] Se os homens fossem todos gente de bem, o meu preceito seria nulo, mas como são maus e não respeitariam a palavra que te dessem, se não lhes conviesse, também não és obrigado a respeitar a que lhes deres (MAQUIAVEL, 1976) .

- HOBBS – Thomas Hobbes é um dos teóricos que procura justificar o poder absoluto

dos reis, mas ressalvando que tal poder deriva de um contrato social. No trecho a seguir, de sua obra *Leviatã*, publicada em 1651, Hobbes define Estado e especifica como imagina esse contrato.

O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de saírem daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária [...] das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis de natureza que foram expostas [...].

Porque as leis de natureza (como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, ou, em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, são contrárias a nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes. E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar qualquer segurança a ninguém.

Portanto, apesar das leis de natureza (que cada um respeita quando tem vontade de respeitá-las e quando pode fazê-lo com segurança), se não for instituído um poder suficientemente grande para nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas em sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros. [...]

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam

alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. [...]

Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado [...] (HOBBS, 1988).

Nos textos, Hobbes e Maquiavel apresentam suas concepções sobre a **natureza humana** e a forma como o **Estado** (organização política) deverá agir para que ocorram o **equilíbrio** e a **paz social**. Após ler os textos: (Anote as respostas em seu caderno.)

- Identifique as características apresentadas por Hobbes e Maquiavel sobre a natureza humana.
- Relacione a concepção de Hobbes sobre a natureza humana à formação do Estado moderno absolutista.
- Maquiavel defende que o príncipe tem como objetivo político a manutenção do seu poder. Considerando esse objetivo, explique como deve agir um príncipe, de acordo com Maquiavel.
- Para você, as ideias de Maquiavel e de Thomas Hobbes ainda são importantes para pensarmos a atuação do Estado e das autoridades políticas hoje?

Resposta comentada

a) Hobbes e Maquiavel têm uma visão da natureza humana marcada pela maldade, pela vaidade ou pelo egoísmo. Para ambos, essa natureza acaba por gerar a desconfiança entre os seres humanos, bem como ações violentas para defender seus objetivos pessoais.

b) Hobbes desenvolveu seu pensamento político no século XVII. Em sua obra *Leviatã*, afirma que o ser humano nasce mau e é guiado por seus interesses pessoais. Por isso, tende a agir em função de seus próprios objetivos, o que pode significar um ato contra outro ser humano. Para que os seres humanos consigam sobreviver juntos sem uma ameaça constante, eles precisam de uma autoridade política/Estado superior, que dite as regras e as normas de convivência. Para Hobbes, essa autoridade política se baseia em um pacto: os súditos abrem mão de sua liberdade natural e aceitam a autoridade política do rei absolutista, que deve garantir a vida e os bens dos súditos, evitando as ações egoístas e violentas.

c) Maquiavel escreveu no início do século XVI sua obra *O príncipe*. Para ele, os seres humanos possuem uma predisposição para o mal, o que torna difícil a convivência social, pois há sempre uma desconfiança de que agirão de forma desleal ou sem respeitar os acordos. Isto ameaça a autoridade política do rei e a estabilidade do Estado. Diante disso, a força do Estado/príncipe e seus mecanismos de controle devem ser utilizados para conter a natureza humana e estabelecer a paz social, ainda que, em determinadas ocasiões, seja necessário agir de maneira violenta ou ferir a ética.

d) Relacionar as concepções dos autores ao cotidiano do poder político, considerando as ações dos agentes políticos do Estado e destacando suas condutas na vida pública, bem como os mecanismos criados para executar as leis.

Referências

BOSSUET, Jacques. Política tirada da Sagrada Escritura. In: FREITAS, Gustavo de. *900 textos e documentos de História*, v. 2. Lisboa: Plátano, [1977], p. 201

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção Novos Pensadores).

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Lisboa: Europa-América, 1976.

As transformações na Europa Ocidental entre os séculos XIV e XVI (Parte 2)

03

meta

Explicar as transformações culturais, ideológicas e religiosas ocorridas no continente europeu entre os séculos XIV e XVI, analisando o surgimento de novas maneiras de pensar e de religiosidade cristã.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- apresentar as principais ideias do movimento renascentista europeu entre os séculos XIV e XVI, relacionando-as às transformações econômicas e sociais do período;
- explicar o processo de divisão da cristandade na Europa Ocidental ocorrida a partir do século XVI, com o surgimento de novas igrejas cristãs;
- analisar as relações entre as igrejas cristãs e as monarquias absolutistas.

Introdução

Na unidade anterior, discutimos as transformações que ocorreram na Europa Ocidental entre os séculos XIV a XVI: o enfraquecimento da sociedade feudal e o processo de formação das monarquias absolutistas. Também identificamos as práticas econômicas mercantilistas, que buscavam fortalecer os reinos por meio do acúmulo de metais e do crescimento do comércio, e caracterizamos a sociedade do Antigo Regime.

Nesta unidade, continuamos no mesmo espaço geográfico e período temporal – a Europa Ocidental dos séculos XIV a XVI. Mas, agora, nossa atenção está voltada para as ideias, as artes e as religiões. Enfocaremos o que chamamos de *cultura*. É fundamental que você busque relacionar as mudanças culturais com outras áreas da sociedade. Será que o surgimento de uma nova ideia pode influenciar a economia? É possível, através de uma produção artística, conhecer os grupos sociais de uma época? Como Estado e religião interagem ao longo da História?



Figura 3.1. Localizando a Europa Ocidental.

Renascimento

O período que vai dos séculos XIV ao XVI foi marcado por um grande número de invenções, frutos da criatividade humana. Surgiram novas técnicas agrícolas, de construção de navios mais rápidos, de máquinas de impressão no papel...

>> **saiba mais**

O surgimento da imprensa deve-se a um longo caminho iniciado pelos chineses com a criação do papel de farrapo no século II, feito de fibras vegetais e trapos velhos. Essa técnica foi compartilhada com os árabes por volta do século VIII e chegou na Europa nos séculos XII e XIII. Em 1450, o alemão Johannes Gutenberg inventou uma máquina para imprimir tinta em papel que reuniu as tecnologias já existentes: a prensa de tipos móveis. A partir da produção de caracteres (letras, símbolos) feitos de metal derretido, ele construiu um maquinário cuja base era uma prensa com tinta que era pressionada contra uma placa de metal ou de madeira onde os caracteres eram organizados em frases, com um papel entre elas (STANCKI, 2015, p. 65). Essa máquina foi aperfeiçoada e possibilitou, com rapidez e economia, a impressão de centenas de cópias em papel. Máquinas similares às de Gutenberg espalharam-se pela Europa, ampliando a tiragem de livros e intensificando a circulação de ideias e saberes.

O estímulo à criatividade esteve ligado ao comércio. Foi o caso de técnicas que permitiam maior produtividade agrícola e das novas armas, que ajudavam a vencer guerras e conquistar mercados. Muitos homens foram contratados por empresas e reis para criar tecnologias mais avançadas.

Nessa tarefa, os inventores desenvolveram um *método* para investigar e criar. Primeiro, buscavam conhecer o que já tinha sido escrito sobre determinado assunto, lendo obras publicadas desde a Antiguidade. Depois, observavam o funcionamento da natureza, realizavam experimentos e chegavam a um novo conhecimento. Esse tipo de método foi, mais tarde, chamado de científico.

Muitas obras da Antiguidade foram conhecidas pelos europeus graças às rotas comerciais de longa distância, estudadas na Unidade 1. Nas trocas constantes com africanos, árabes e asiáticos, o que era produzido em centros de estudos sobre **astronomia**, bem como livros de autores antigos e teorias matemáticas, se misturava aos produtos comercializados.

Esse período, marcado pelo surgimento de novas ideias que estimularam a pesquisa científica e uma intensa produção artística, ficou conhecido como Renascimento. Vamos entendê-lo melhor nas próximas páginas.

astronomia

ciência que estuda os corpos celestes, como o sol, a lua, os planetas, asteroides e meteoros. Considerada a mais antiga das ciências, serviu de parâmetro para a definição de calendários agrícolas e rituais religiosos desde a Antiguidade. A prática da observação dos padrões de movimento dos corpos celestes foi, durante muito tempo, a única maneira de se determinar a localização no mar ou na terra e, por isso, era crucial para o desenvolvimento das técnicas de navegação.

lá na plataforma

Analise conosco, em nossa plataforma, como os renascentistas inventaram a ideia de uma "Idade Média" e definiram a si mesmos como aqueles que iriam fazer "renascer" a cultura na Europa.

As ideias renascentistas

O incentivo à pesquisa e à experimentação cresceu a partir do século XIV. Isso foi possível porque se fortaleceu a crença de que o ser humano era capaz de conhecer os segredos do mundo por meio de seu raciocínio e de transformar a sociedade com suas ações. Essa crença no homem como um ser com muitas capacidades é o que podemos chamar de *antropocentrismo*, um dos principais valores do Renascimento.

Defendendo essa ideia, os renascentistas afirmavam que a explicação das coisas que aconteciam no mundo não devia ser procurada somente na vontade de Deus. Para eles, as teorias religiosas sobre o universo, a sociedade e o ser humano não podiam ser consideradas verdadeiras se não fossem submetidas à análise do homem, capaz de estudar, observar a realidade e produzir novas conclusões. Esses princípios que guiavam os estudiosos do Renascimento foram chamados de humanismo.

Não devemos pensar que a valorização das capacidades humanas se opunha à religiosidade, bastante forte na sociedade europeia. Muito pelo contrário. Deus continuava existindo como o criador da Terra e dos homens, porém os renascentistas defendiam que os seres humanos nascem com a capacidade de descobrir o funcionamento do mundo. Os novos conhecimentos, afirmavam os renascentistas, eram resultado do intelecto que Deus deu aos homens.

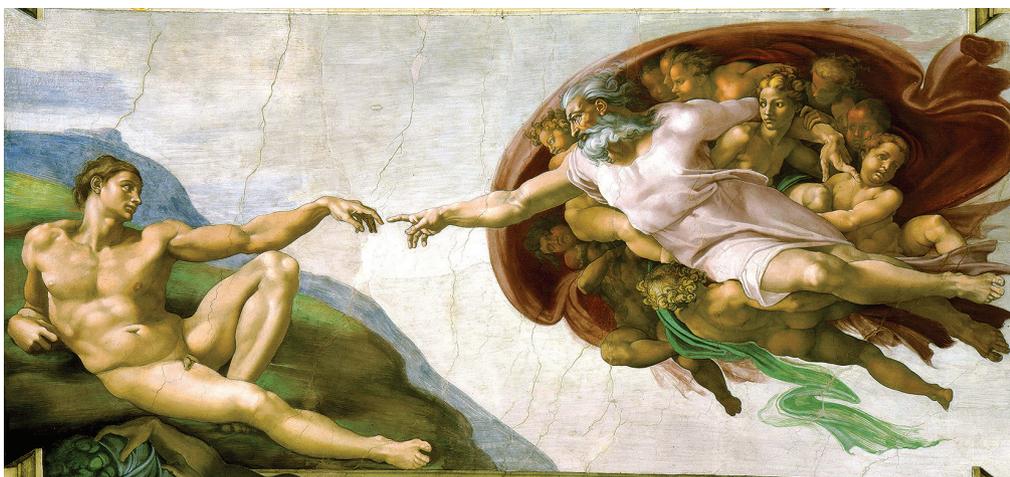
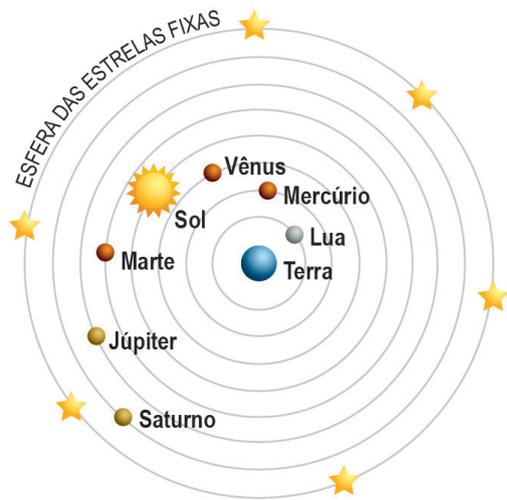


Figura 3.3. Criação de Adão. Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=29099348>.
Autor: Michelangelo, 1508

A imagem acima foi pintada no teto da Capela Sistina, no Vaticano, em Roma, por um grande artista do Renascimento, o italiano Michelangelo. Bastante famosa, ela representa o momento em que Deus teria criado o primeiro homem – Adão. Repare como o artista criou essa representação: Deus e o homem são bastante semelhantes em sua forma física e tamanho, não acha?

Entre os indivíduos que transformaram nosso conhecimento sobre o mundo, estão os astrônomos Nicolau Copérnico e Galileu Galilei. No início do século XVI, o polonês Copérnico foi o responsável pela descoberta de que a Terra não era fixa, como se acreditava, mas que girava em torno do sol. Esta era uma afirmação corajosa para a época, pois a Igreja Católica defendia a visão de que a Terra era o centro do universo e que os outros planetas e astros, incluindo o sol, giravam a seu redor. Com medo de sofrer alguma represália, Copérnico divulgou suas descobertas como uma das hipóteses para a compreensão do universo.

TEORIA GEOCÊNTRICA



TEORIA HELIOCÊNTRICA

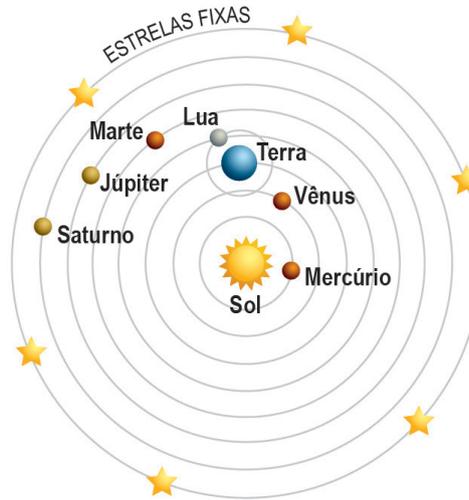


Figura 3.4. Representações da teoria heliocêntrica e a da teoria geocêntrica.

Cerca de 100 anos mais tarde, o italiano Galileu retomou as ideias de Copérnico, reafirmando que o sol estava no centro do sistema do qual a Terra era apenas um dos planetas. Suas ideias despertaram a reação da Igreja Católica. O cientista foi denunciado ao Tribunal da Santa Inquisição, que julgava pessoas que praticassem atos contrários aos aceitos pela Igreja, e condenado. Somente em 1992, o então papa João Paulo II reconheceu o erro da Igreja em relação a Galileu e aceitou sua teoria!

lá na plataforma

Quer saber mais sobre como Copérnico e Galileu construíram suas teorias? Então acesse nossa plataforma. E aproveite também para confirmar que a Terra não é plana!

O Renascimento nas artes

Artes como a pintura, escultura, arquitetura e literatura refletiram com muito vigor as novas ideias. Alguns dos artistas surgidos nessa época são famosos até os dias atuais: o escritor inglês William Shakespeare, autor da peça *Romeu e Julieta*; os já citados Michelangelo, criador do incrível afresco no teto da Capela Sistina (**Figura 3.3**) e das esculturas *La Pietá* e *David*, e Leonardo da Vinci, que pintou o quadro *Mona Lisa* e exaltou a matemática.

Essas obras estão reproduzidas a seguir. Observe seus detalhes, os personagens retratados e algo mais que chame sua atenção:



Figura 3.5. *Mona Lisa* (1503-1506). Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=15442524>. Autor: Leonardo da Vinci.

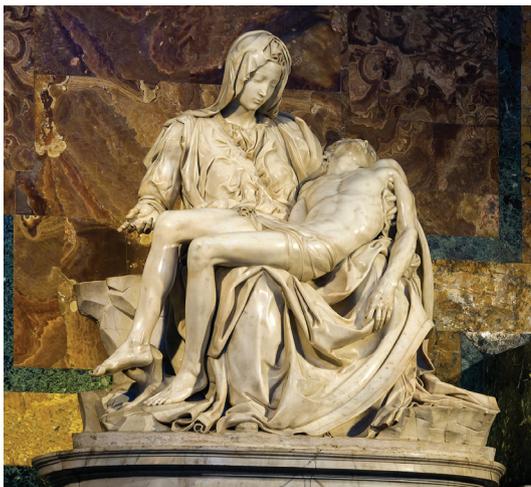


Figura 3.6. *La Pietà* (A Piedade, 1498 – escultura em mármore). Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=29907420>. Autor: Michelangelo.

lá na plataforma

No site do Museu do Vaticano, há um vasto acervo de obras do Renascimento e é possível acessar cada pintura da Capela Sistina em separado: <http://www.museivaticani.va/content/museivaticani/es.html> (link em espanhol). Acesso em: 30 jun. 2020. Veja mais informações em nossa plataforma.

Nas obras renascentistas, as figuras humanas ocupavam lugar central. Podiam ser o retrato de um nobre, um papa ou a esposa de um rico comerciante. Cenas e figuras bíblicas eram constantes. Com bastante frequência, os temas das obras se ligavam aos deuses da Grécia e Roma antigas, a chamada Antiguidade Clássica que os artistas tanto admiravam.

A arte do Renascimento tinha a vontade de mostrar homens e mulheres em toda a sua beleza, reproduzindo a realidade física e os sentimentos humanos, de acordo com uma proposta de *realismo*. Para isso, os artistas estudaram bastante a anatomia humana e inventaram novas técnicas de pintura e escultura. Volte às imagens que reproduzimos anteriormente para entender isso melhor!

Em toda a Europa, encontramos a marca do Renascimento, com destaque para as cidades italianas. Nelas, por conta da presença de ricos comerciantes e banqueiros e do alto clero da Igreja Católica, os artistas tinham um público com recursos para comprar seus trabalhos. Muitos deles foram financiados para criar obras, como palácios e esculturas, que traziam prestígio social para quem as patrocinava. Várias obras exaltavam a ação de um indivíduo no mundo e suas características pessoais, fortalecendo a ideia burguesa

de *individualismo*. Os protetores dos artistas eram chamados de *mecenas* e, através das obras de arte, buscavam divulgar representações de seu poder econômico e político.

Não devemos pensar, porém, que as ideias renascentistas chegaram da mesma forma a todos. Nas cidades, elas se espalhavam com rapidez e conquistavam um público cada vez maior. Porém, nas áreas rurais, essas ideias foram chegando lentamente e, por muito tempo, as pessoas continuaram guiando seus pensamentos e atos pelas antigas tradições e obedecendo às pregações dos religiosos.

As reformas religiosas do século XVI

Os pensadores do Renascimento defendiam uma nova relação entre os seres humanos e Deus e investiam com força em estudos críticos e pesquisas. O que isso poderia significar para a Igreja Católica Apostólica Romana, a mais forte instituição que existia na Europa Ocidental? Como a Igreja Católica, que guiava os cristãos da Europa Ocidental, lidou com as novas ideias?

Para responder a essas perguntas, vamos acompanhar brevemente como a força do catolicismo se construiu.

A força da Igreja Católica na sociedade feudal

Ao longo da Idade Média, a Igreja Católica conquistou grande poder na sociedade europeia. Camponeses e nobres tinham sua vida organizada pelas regras religiosas, e as

orações regulavam os vários momentos do dia. Os acontecimentos do mundo – nascimentos e mortes, catástrofes e momentos de fartura, pobreza e riqueza – eram explicados a partir da vontade de Deus, transmitida aos fiéis pelos padres católicos.

No campo da educação e do pensamento, a Igreja era igualmente poderosa. As universidades eram chefiadas por religiosos, e as principais bibliotecas se encontravam nos mosteiros. Manifestações culturais como pintura, música, literatura e escultura estavam ligadas ao mundo religioso, sendo vistas como uma forma de louvar a Deus e de ensinar aos católicos como se comportar corretamente.

O poder da Igreja Católica também vinha dos tributos que ela recebia dos fiéis, como o dízimo e uma parte da herança daqueles que morriam. Além disso, por possuir muitas terras, a instituição recolhia dos camponeses outras taxas. Isso significava que os líderes da Igreja, como bispos e cardeais, controlavam uma rica fonte de renda e o principal meio de sobrevivência na época – a terra.

Outro fator que fortalecia a Igreja Católica era o fato de que o poder político estava dividido entre os senhores feudais, como já vimos. A Igreja, ao contrário, estava em toda a Europa e tinha um poder centralizado em Roma, com uma autoridade que estabelecia regras para todos os católicos. Muitas vezes, era o papa quem intervinha e mediava conflitos entre nobres e reis da Europa.

O trabalho religioso diário era desenvolvido pelo clero – como chamamos os indivíduos que trabalham na igreja. Podemos dividi-lo em dois grupos. O primeiro era o baixo clero, formado pelos padres que atuavam nas

igrejas e paróquias e vinham das camadas mais pobres da população. Era comum que esses religiosos não fossem bem preparados para sua função e vivessem de forma semelhante aos camponeses e trabalhadores urbanos. O segundo grupo era o alto clero. Dele, faziam parte os bispos, arcebispos e cardeais, que administravam os bens da Igreja e pertenciam à elite da sociedade medieval. Muitas vezes, viviam mais distantes do trabalho religioso cotidiano. Por isso, não estabeleciam relações com os fiéis de sua comunidade e nem controlavam a atuação dos padres nas paróquias.

heresia
doutrina ou pensamento que defende práticas ou teorias contrárias a um determinado sistema religioso. Ou seja, é uma doutrina que se opõe a certos preceitos estabelecidos por uma religião, sendo considerada por esta como falsa ou mentirosa. Aquele que pratica heresia é denominado herege.

Com sua riqueza material, a Igreja se transformou numa instituição muito poderosa e luxuosa, o que beneficiou muitos membros do alto clero. Isso acabou por gerar críticas por parte dos fiéis durante o período medieval. Muitas vezes, vamos encontrar católicos pobres participando de movimentos de contestação às normas da Igreja, chamados de **heresias**. Esses movimentos condenavam os privilégios do alto clero, reclamavam dos padres sem instrução adequada e que viviam afastados de seus fiéis e pediam a volta a uma religião mais simples.

A Igreja reagiu às críticas buscando reprimir os movimentos heréticos. Para isso, recorreu a tropas armadas e, por decreto papal do século XIII, criou o Tribunal do Santo Ofício, responsável pelo processo conhecido como *Inquisição*, que investigava e punia os fiéis que contestavam as regras vindas de Roma. Seus métodos incluíam a delação, a confissão sob tortura, o julgamento rápido, a impossibilidade de apelação à condenação e a entrega para execução.

lá na plataforma

Em diversos países, a Inquisição promoveu os autos de fé, que eram cerimônias públicas nas quais suas sentenças eram lidas e executadas – incluindo a morte na fogueira dos condenados. Saiba um pouco mais sobre os autos de fé na nossa plataforma, através das pinturas feitas por artistas europeus dos períodos medieval e moderno.

dogmas
regras indiscutíveis, essenciais e fundamentais de uma determinada doutrina religiosa. Entende-se que são fundamentos e argumentos que norteiam uma religião e servem de base para as demais práticas religiosas.

Por outro lado, algumas mudanças internas foram feitas, buscando aproximar a Igreja da população. No entanto, esta jamais renunciou a seus **dogmas**, e as mudanças foram incapazes de conter as insatisfações dos fiéis. No século XVI, elas explodiram e fragmentaram a cristandade na Europa.

A contestação à Igreja Católica a partir do século XIV

Vamos retomar o que vimos sobre a crise do século XIV na Unidade 2: guerras, fome, pandemia de peste bubônica, mortes. Revoltas dos camponeses contra a exploração dos senhores feudais, incluindo a Igreja Católica, que possuía muitas terras. A crise levou a população europeia ao desespero, buscando uma explicação para a situação em que se encontravam.

As pessoas se tornaram cada vez mais religiosas. Muitas vezes, buscavam praticar a religião de maneira pessoal ou em pequenos grupos, estabelecendo sua própria comunicação com Deus. Crescia o número de procissões religiosas e de atos de penitência física (flagelação) como meio de livrar-se dos pecados. A crise do século XIV acabou, assim, por intensificar o sentimento religioso dos católicos. Ao mesmo tempo, fez com que eles buscassem formas de viver a religião que, por vezes, eram diferentes das que a Igreja prescrevia.

Além da intensificação dessa religiosidade popular, o Renascimento foi outro fator que reforçou o questionamento da Igreja Católica. Quando as pessoas começaram a investigar a natureza, Deus passou a ocupar um lugar diferente. As novas ideias sobre o ser humano eram também novas ideias para as relações com Deus que não seguiam exatamente o que era defendido pelo alto clero católico. Vimos o que aconteceu, por exemplo, com Galileu Galilei.

O fortalecimento do poder político dos reis também colaborou para o enfraquecimento da Igreja Católica. O papa era uma autoridade reconhecida, podendo cobrar impostos e determinar leis para todos os católicos, interferir nos diversos reinos e se colocar, até, acima da autoridade do rei.

Entretanto, para os monarcas que desejavam fortalecer seu poder, isso era um problema. Primeiro, porque os tributos cobrados pela Igreja eram transferidos para Roma, retirando riquezas do reino. Além disso, os monarcas desejavam ser a autoridade máxima em seus Estados e isto significava controlar a interferência do papa. A Igreja deveria permanecer, mas o poder religioso teria que ser submetido ao rei. Era importante limitar o poder papal.

Por fim, as ações cotidianas de muitos membros do clero provocaram uma enxurrada de críticas. Muitos viviam em meio à riqueza, enquanto os camponeses pagavam altos tributos. Outros conheciam pouco a Bíblia e não conseguiam orientar os católicos. Havia, ainda, a venda de indulgências (perdão dos pecados), que enriquecia os cofres da Igreja e punia os fiéis mais pobres. O clero também praticava a simonia, vendendo para os fiéis relíquias sagradas como pedaços de madeira, tecidos, espinhos que teriam pertencido a santos e, até mesmo, a Jesus Cristo.

Com tantas questões, começaram a surgir dentro da Igreja Católica propostas de mudança. E foi uma delas que deu início ao processo que ficou conhecido como Reforma Protestante.

As novas religiões cristãs



Figura 3.7: A divisão religiosa na Europa nos séculos XIV e XVII.

Os mapas da **Figura 3.7** apresentam informações sobre as religiões predominantes na Europa nos séculos XIV e XVII. Comparando os dois, é possível identificar mudanças, sobretudo na parte ocidental do continente: onde, no século XIV, existia uma igreja cristã, a Católica, vemos no século XVII novas denominações. Todas as novas igrejas, com exceção dos hussitas, surgiram no século

XVI, fazendo parte do movimento chamado Reforma Protestante. Mas o que teria levado à divisão da cristandade europeia?

A Reforma Luterana

Em 1517, um monge alemão chamado Martinho Lutero se mostrava bastante descontente com a situação da Igreja Católica. Como protesto, ele fixou na porta do templo de sua comunidade um documento no qual condenava vários atos da Igreja – como a venda de indulgências e a simonia – e discordava de algumas regras e crenças.

Lutero afirmava que todo cristão era um sacerdote, com condições de interpretar por si mesmo a palavra de Deus. Para isso, era necessário conhecer a Bíblia, escrita apenas em latim. Lutero, então, traduziu o livro sagrado para o alemão, permitindo o acesso por um maior número de pessoas. Ora, se os fiéis podiam conhecer sozinhos a palavra de Deus, qual seria o lugar dos padres? De acordo com esse pensamento, o clero perdia a função de intermediário entre Deus e os fiéis.

As ideias de Lutero causaram a reação imediata da Igreja Católica, que acabou excomungando (expulsando) o monge alemão. Mas ele tinha conseguido o apoio de grupos fortes na Alemanha. O primeiro deles, parte da nobreza, se converteu à nova igreja que Lutero fundou e o defendeu militarmente do ataque dos católicos. Agindo assim, os nobres conseguiram autonomia diante do papa e tomaram para si as terras que eram da Igreja Católica.

O segundo grupo que apoiou Lutero era formado pelas camadas mais pobres da população, principalmente os camponeses. Levando uma vida difícil e sempre muito explorados

pelos senhores feudais, os servos viram nas ações de Lutero uma forma de expressar suas insatisfações com a Igreja Católica e com a ordem social desigual. Afinal de contas, Cristo não tinha vivido entre os pobres, dividindo entre todos a comida e a bebida?

Com essa interpretação, os camponeses não só se converteram à nova religião como defenderam o direito de dividir as riquezas existentes, o que significava distribuir as terras entre eles. Organizaram um movimento que ocupou propriedades em várias regiões alemãs. Foi a chamada Reforma Camponesa, que previa mudanças nas relações com Deus e, também, entre os cristãos na Terra. Nesse momento, porém, os camponeses perderam o apoio de Lutero, que orientou os nobres a combatê-los.

Os camponeses foram duramente reprimidos e sua reforma não foi adiante. A Igreja Luterana se fortaleceu, unida a uma parte da nobreza alemã, instituindo o fim da proibição do casamento dos sacerdotes e a abolição das imagens de santos e do culto à Virgem Maria. Os cultos eram feitos na língua falada pelos fiéis, e não mais em latim.

A Reforma Calvinista

A contestação iniciada por Lutero ganhou seguidores em várias regiões da Europa, indicando que as insatisfações com a Igreja Católica eram mais gerais. Um desses seguidores foi o francês João Calvino, que, assim como Martinho Lutero, foi criado dentro do catolicismo.

Calvino se converteu ao luteranismo em 1530 e, por isso, foi perseguido pelo governo católico na França, tendo que se mudar para Genebra – na atual Suíça. Nesta cidade,

criou sua própria igreja, cuja crença principal era a seguinte: a pessoa já nascia predestinada por Deus para a salvação ou condenação, não importando o que ela fizesse durante sua vida. Essa ideia era diferente do que acreditavam os católicos, para quem a salvação da alma viria com a realização de boas obras e de orações.

Na cidade de Genebra, com o apoio das autoridades políticas, Calvino estabeleceu um rígido sistema social e moral para seus habitantes. Nada de festas, nada de divertimentos, nada de prazeres. A vida deveria ser a mais simples possível, pois toda diversão afastava o fiel da conduta correta. O calvinismo conquistou muitos fiéis na França, onde ficaram conhecidos como “huguenotes” e enfrentaram uma dura perseguição do Estado.

A Reforma Anglicana

O movimento reformista estabeleceu raízes em várias regiões da Europa, e a Inglaterra não ficou de fora. Porém, nesse país, os caminhos foram diferentes.

Na década de 1520, as boas relações entre o rei inglês Henrique VIII e o papa começaram a mudar. Henrique VIII queria a anulação de seu casamento com Catarina, alegando que ela não lhe dera um filho. Catarina pertencia à monarquia espanhola e, por isso, o papa negou o pedido do rei inglês. Não queria desagradar a Espanha, cujo rei era um dos maiores defensores do catolicismo. Ao mesmo tempo, os ventos da Reforma Protestante de Lutero chegavam aos ingleses, que criticavam o clero e o excesso de impostos e rendas da Igreja.

Henrique VIII, com o apoio de nobres e da burguesia, estabeleceu diversas leis que limitaram a atuação da Igreja Católica em seu país, até o momento em que exigiu que o clero católico o reconhecesse como chefe

catequese ação de ensinar, doutrinar ou instruir acerca de alguma religião. Foi largamente utilizada por missionários católicos durante o processo de colonização nas Américas na Idade Moderna, como uma ferramenta de controle sociocultural.

supremo da Igreja. Isso aconteceu em 1532 e concretizou o rompimento com Roma. Dois anos depois, foi criada a Igreja Anglicana, tendo o rei como autoridade máxima. Junto com o poder sobre a Igreja, as terras católicas foram transferidas para as mãos do monarca.

Motivada mais por razões políticas do que religiosas, a Igreja Anglicana não promoveu grandes mudanças em relação às regras católicas. Por isso, muitos ingleses ficaram insatisfeitos com ela, fundando novas igrejas e estabelecendo suas próprias regras para professar o cristianismo. Esses grupos foram chamados de puritanos, sofrendo a repressão do monarca inglês.

A Reforma da Igreja Católica

No contexto do surgimento dos protestantes, a Igreja Católica buscou meios de defender sua posição, buscando identificar os vários problemas que precisavam ser enfrentados. Durante quase 20 anos (entre 1545 e 1563), os principais líderes da Igreja Católica discutiram o que fazer. Ao final, várias regras foram mantidas, como o celibato dos padres (proibição do casamento), as missas em latim e a ideia de que somente a Igreja poderia interpretar a Bíblia. Entretanto, algumas mudanças também foram indicadas.

Quanto à conduta dos padres, foram criados os seminários para que eles tivessem melhor formação. Foi determinado que os bispos teriam que morar na região sob sua autoridade e acompanhar o trabalho feito junto aos fiéis. Foram criadas novas ordens religiosas dedicadas ao ensino, à caridade e à **catequese**.

Por fim, a Igreja Católica buscou intensificar a vigilância sobre os católicos. Para isso, criou uma lista de livros proibidos – *Index Librorum Prohibitorum* – e fortaleceu o Tribunal do Santo Ofício.

As relações entre as monarquias absolutistas e as igrejas cristãs

O surgimento de novas religiões foi acompanhado por muita violência e conflitos armados. Nos reinos alemães, os luteranos pegaram em armas para derrotar os católicos e, também, os camponeses que propunham uma reforma na sociedade. Na Inglaterra, a imposição da Igreja Anglicana se deu com a repressão aos católicos e aos puritanos. Na França, os protestantes foram perseguidos pelos monarcas católicos, e os conflitos armados duraram quase um século. Em Portugal e Espanha, cujos reis se mantiveram fiéis à Igreja Católica, a Inquisição intensificou sua atuação na Europa e nas colônias nas Américas.

Para entender essa violência, é preciso destacar que a ideia de liberdade religiosa não existia na Europa Moderna. O que se estabeleceu entre os séculos XVI e XVII foi uma união entre os reis absolutistas e as igrejas. Em outras palavras, Estado e religião estavam ligados e, em cada país, os súditos de-

veriam seguir a religião dos reis. Aqueles que se recusavam sofriram duras consequências. Por isso, houve muitos episódios do que chamamos hoje de intolerância religiosa – atos de desrespeito, ódio e violência contra pessoas que professam crenças diferentes da religião do Estado.

Guarde essa informação porque, nas próximas unidades, veremos como os europeus iniciaram um processo de expansão marítima e de formação de colônias nos continentes africano, asiático e americano. Em todo esse processo, as questões ligadas às reformas religiosas estiveram presentes.

Resumo

Nesta unidade, discutimos as transformações culturais e religiosas que ocorreram na Europa Ocidental entre os séculos XIV e XVI. Vimos que o Renascimento se desenvolveu em vários países, tendo como principais valores o antropocentrismo, o humanismo e o elogio da Antiguidade greco-romana. Nesse período, verificou-se o desenvolvimento do método científico e o surgimento de novos conhecimentos e tecnologias, muitas vezes ligadas às necessidades do comércio. As cidades italianas se destacaram no Renascimento em razão do mecenato praticado por burgueses e autoridades católicas.

Acompanhando as transformações ideológicas, no século XVI, as reformas religiosas colocaram fim à unidade católica da Europa Ocidental. O surgimento de novas igrejas cristãs resultou da intensificação do sentimento religioso popular, bem como do questionamento da autoridade do catolicismo. Os interesses dos reis em fortalecer sua autoridade diante do poder do papa e questões econômicas também atuaram no processo de rompimento de diversos grupos com a Igreja Católica romana, que buscou promover algumas transformações para manter sua posição dominante. Por fim, a união entre monarquias absolutistas e igrejas gerou uma forte intolerância religiosa e inúmeros conflitos armados ao longo dos séculos XVI e XVII.

Atividade

Nas Unidades 2 e 3, abordamos transformações políticas, econômicas, socioculturais e religiosas na passagem da Europa Medieval para a Europa Moderna – entre os séculos XIV e XVI. É importante lembrar que essas transformações estão relacionadas no desencadeamento dos eventos estudados. Assim, apesar de fazermos uma divisão por aspectos explicativos (política, economia, sociedade, cultura), você deve enxergar as Unidades 2 e 3 como um todo, percebendo que os eventos históricos abordados ocorreram no mesmo espaço e tempo.

Para auxiliar você neste processo de construção do saber, elabore um *mapa mental* sobre as transformações ocorridas na Europa Ocidental, abrangendo os seguintes processos históricos: Absolutismo Monárquico, Mercantilismo, Renascimento e Reformas Religiosas. (*Anote a resposta em seu caderno.*)

Você já elaborou um mapa mental alguma vez? Veja, a seguir, algumas dicas:

1. Determine o tema principal e pense num título para ele.
2. Estude esse tema principal – no nosso caso, as Unidades 2 e 3 – e selecione as principais informações do conteúdo e as palavras-chave.
3. Inicie a elaboração colocando no centro de uma folha o título referente ao tema principal, destacando-o com uma cor diferente ou outro recurso gráfico (sublinhado ou círculo, por exemplo).
4. A partir do título, desenhe linhas que o liguem às principais palavras-chave que você destacou no seu estudo. Você pode utilizar sinais gráficos (setas, +, =, \$) e desenhos que sintetizem as principais ideias. O uso de diferentes cores facilita a sua memorização.
5. Não escreva frases, mas palavras-chave.

Os mapas mentais podem ajudá-lo a estudar o conteúdo de várias disciplinas e ser uma boa síntese para revisões antes das provas de vestibular. Mãos à obra e bons estudos!

Resposta comentada

Veja uma possibilidade de um mapa mental sobre esse conteúdo na nossa plataforma.

lá na plataforma

O modelo proposto na plataforma é apenas UM padrão de resposta. O ideal é que você crie seu próprio mapa mental e o apresente a(o) seu/sua mediador(a) para ajustes possíveis ou necessários.

As novas relações entre europeus, africanos e asiáticos no contexto da expansão marítima europeia (sec. XV-XVI)

04

metas

Explicar a expansão marítima europeia, identificando suas motivações e agentes, e analisar as novas relações econômicas, políticas e socioculturais estabelecidas entre europeus, africanos e asiáticos.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- explicar as condições políticas, econômicas e sociais que permitiram aos países europeus empreender a expansão marítima e comercial;
- identificar os sujeitos históricos envolvidos na expansão marítima;
- caracterizar as relações econômicas, políticas e socioculturais estabelecidas entre europeus, africanos e asiáticos.

Introdução

Nesta unidade, vamos relembrar brevemente os processos históricos discutidos nas Unidades 2 e 3. Entre os séculos XIV e XVI, a Europa Ocidental experimentou transformações políticas, sociais, econômicas e culturais com o fortalecimento do poder real e do espaço social da burguesia, novas visões de mundo renascentistas e a divisão da cristandade. No entanto, ainda falta debater um último processo, muito importante para a nossa história: a expansão marítima e comercial ocorrida nos séculos XV e XVI.

Essa expansão marítima e comercial também se relaciona com o que aprendemos na Unidade 1. Como vimos, os circuitos comerciais de longa distância que uniam europeus, asiáticos e africanos já eram frequentes no período medieval, principalmente através das rotas terrestres controladas por comerciantes islâmicos. Nesse contexto, os europeus buscaram novos caminhos para comprar mercadorias asiáticas sem passar por intermediários. No decorrer dos séculos XV e XVI, portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses realizaram inúmeras viagens pelos oceanos, que estabeleceram novas rotas para o comércio internacional e levaram os europeus ao continente que, mais tarde, eles próprios nomearam de América.

Vamos, agora, estudar esse processo, buscando entender por que e como ele aconteceu e quem participou dele. Discutiremos, também, as novas relações estabelecidas entre europeus, africanos e asiáticos. Então, vamos lá! Estamos nos séculos XV e XVI e abordaremos as seguintes regiões:



Figura 4.1. Regiões envolvidas na expansão marítima e comercial.

A expansão marítima portuguesa e espanhola

Portugal e Espanha foram os primeiros Estados a investir em viagens marítimas para descobrir novas rotas até as Índias. Esse pioneirismo se relaciona com a história específica da Península Ibérica e a chamada “Reconquista”, as guerras empreendidas pelos cristãos para expulsar os “mouros” que ocupavam a região desde o século VIII. Vamos entender um pouco mais esse processo.

O pioneirismo de Portugal e Espanha

Os árabes e norte-africanos muçulmanos que dominaram e governaram a Península Ibérica entre os séculos VIII e XV ficaram conhecidos como mouros, palavra usada como sinônimo de muçulmano ou islâmico. Como afirmamos antes, eram fundamentalmente os mouros que faziam a conexão entre a Europa e o Oriente, passando pelo norte da África, através do comércio terrestre de longa distância. Foram eles que levaram muitos dos conhecimentos e tecnologias que ajudaram a desenvolver a agricultura e a atividade marítima na Península Ibérica.

A presença moura, entretanto, era vista como uma presença invasora pelos povos cristãos da península. No século XI, iniciou-se uma resistência ao norte e surgiram reinos cristãos que empreenderam uma guerra contra os mouros. A Reconquista não foi resolvida rapidamente: Portugal surgiu como reino independente no século XII. A Espanha ainda levaria três séculos na guerra e para se constituir como uma monarquia unificada, a partir da união dos reis de Castela e Aragão e da conquista da última cidadela moura, Granada, em 1492. Observe melhor, nos mapas a seguir, o desenrolar desse processo e onde se localizavam os reinos de Granada, Castela e Aragão:

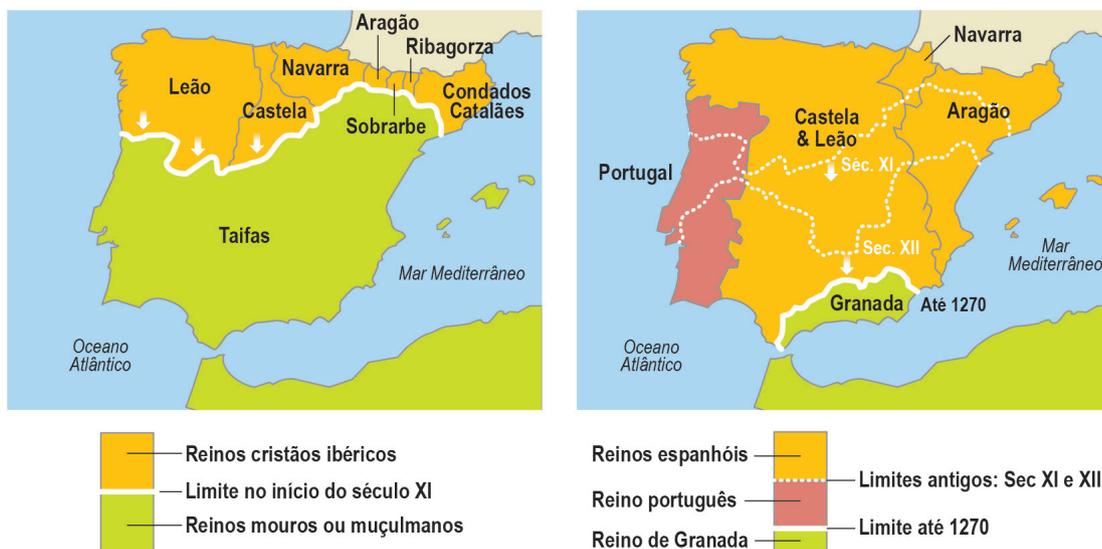


Figura 4.2. A Reconquista da Península Ibérica pelos cristãos (sec. XI-XV).

É importante destacar que a “Reconquista” teve um caráter *militar* (guerra), *religioso* (defesa do catolicismo) e *político*, pois resultou na unificação dos reinos da península em duas monarquias: Portugal e Espanha.

Portugal, pioneiro na centralização política, viveu em fins do século XIV um movimento político interno, conhecido como Revolução de Avis, que trouxe para o reino um estímulo maior ao comércio e à navegação. A partir daí, os portugueses levaram adiante a bandeira da Reconquista – mas já com ares de conquista para além da Europa – e se lançaram sobre outras terras. Os espanhóis iriam segui-los nesse movimento expansionista, que misturou aspectos econômicos e religiosos, em fins do século XV.

As gentes da expansão

Mas, afinal, quem eram as pessoas que organizavam, comandavam e trabalhavam nas embarcações portuguesas? Barcos não se moviam sozinhos, contatos e guerras com outros povos eram feitos por comerciantes e soldados, a administração de locais distantes se fazia com funcionários. História, como sabemos, se faz com gente. Os marinheiros e aprendizes que trabalhavam nos barcos eram em geral homens muito pobres, que viam nessas viagens possibilidades de enriquecer ou ao menos de sair da pobreza. A vida nas viagens era muito dura: os marinheiros obedeciam a uma disciplina rígida de trabalho e eram alojados sem qualquer conforto. Corriam riscos, pois nem todas as viagens eram bem-sucedidas, mas parecia valer a pena para eles.

A figura mais importante da tripulação era o piloto. Os pilotos, em geral, haviam sido marujos que aprenderam o valorizado ofício e recebiam bem por seu trabalho, sendo contratados com exclusividade. A função exigia conhecimentos das rotas e correntes marítimas, dos locais de parada e de toda uma série de informações vitais para a viagem. Por isso, os pilotos estavam em constante contato com novas teorias e técnicas produzidas por astrônomos e inventores, dentro do espírito do Renascimento.

Os pilotos contratados para essas grandes viagens, ao regressarem, recebiam um pagamento que cobria também o valor de seu silêncio a respeito dos caminhos marítimos utilizados. Além disso, os pilotos também tinham o direito de comprar produtos e revendê-los na Europa.

Os reis de Portugal também nomeavam homens da nobreza como capitães dos barcos e frotas. Em geral, eram nobres de sua confiança que viam nas funções administrativas nas terras conquistadas uma oportunidade de ficarem muito mais ricos. E, de fato, ficavam.

Nesses empreendimentos marítimos, outros grupos sociais tiveram uma participação efetiva. A burguesia, como vimos na Unidade 3, se constituiu como grupo social durante a expansão do comércio dentro da Europa desde o século XI. No século XV, já mais fortalecida, ela custeou a maioria das expedições marítimas. Mas por que fazer esses altos investimentos em viagens pelo Oceano Atlântico que, muitas vezes, fracassavam? Ora, porque, se fosse descoberto um novo caminho para as Índias, seria possível acabar com o monopólio da venda de mercadorias orientais pelos comerciantes das cidades italianas e controlar diretamente

esse comércio. Dessa forma, aliada ao rei no financiamento das frotas de caravelas, os comerciantes portugueses teriam a perspectiva de aumentar os lucros obtidos.

O clero católico também participava das viagens, com padres e freis atuando como agentes catequizadores de outros povos e responsáveis pela propagação e manutenção da moral e da doutrina cristãs em outros continentes. Os papas, bispos e cardeais davam seu apoio às viagens marítimas tanto em seu caráter comercial como vendo nelas uma forma de divulgar o catolicismo e de recuperar fiéis, perdidos a partir da Reforma Protestante que vimos na Unidade 3. A expansão comercial era acompanhada, assim, da perspectiva da expansão do cristianismo para outras regiões como continuidade do movimento da Reconquista, mas que, nesse momento, significava a conquista de novos fiéis.

A expansão portuguesa sobre a África e a Ásia

De África tem marítimos assentos
É na Ásia mais que todas soberana
Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara.

(CAMÕES, 1572, c. VII, est. XIV)

Vamos ler com atenção os dois primeiros versos do trecho do poema. Em seguida, façamos uma pausa para reflexão: quem tinha na África “marítimos assentos” e na Ásia se fazia “soberano”? A que acontecimentos históricos, ocorridos em que tempo, se refere o grande poeta da língua portuguesa, Luís de Camões?

África

No início do século XV, Portugal se lançou à conquista do norte da África, tomando a cidade de Ceuta (no Marrocos atual) e, seguindo pelo Atlântico, conquistou as então chamadas “ilhas do Mar Oceano”. Primeiro, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, áreas que ainda hoje fazem parte do território português e onde desenvolveram as primeiras experiências de colonização com base em grandes plantações de cana-de-açúcar. A seguir, Portugal obteve domínio sobre os arquipélagos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

A conquista das ilhas representou muito para Portugal, sendo pontos estratégicos para a navegação no Atlântico. Nelas os portugueses adotaram o sistema de divisão do território em capitânicas hereditárias que, mais tarde, seria utilizado em sua colônia na América. Inicialmente, as ilhas, que eram desabitadas, foram sendo povoadas por pessoas vindas com os portugueses, mas de diferentes partes da Europa.

Em alguns casos, como em Cabo Verde, africanos foram arrancados de seus lugares de origem, escravizados e levados para as ilhas, onde também chegavam **degredados** e portugueses muito pobres, originando-se no local uma sociedade mestiça. Em outras ilhas como na do Príncipe, aos degredados juntaram-se muitas crianças trazidas por ordem dos governantes portugueses, para povoar o local. Eram filhas de pais perseguidos ou condenados pela justiça (em sua maioria judeus). São Tomé e Príncipe tornaram-se, com o tempo,

degredado

é uma pessoa que recebeu uma pena de degredo, que foi exilado, expulso ou deixou de fazer parte de uma sociedade, na maioria das vezes por ter cometido algum crime.

entrepósitos importantes no comércio de escravos africanos.

Localize no mapa abaixo as ilhas atlânticas. Veja também a continuação das viagens marítimas portuguesas pela costa africana:



Figura 4.3. Início da expansão marítimo-comercial portuguesa. Fonte: Adaptado de Teixeira; Dantas (1980).

A partir das ilhas, Portugal iniciou a conquista do litoral atlântico do continente africano. Estabeleceu contatos em regiões importantes para atingir os seus objetivos comerciais: a conquista de novas terras e o acesso a suas riquezas (metais preciosos, marfim e especiarias, principalmente). Uma das primeiras paradas foi na foz do rio Senegal. Dali, descendo pela costa, os portugueses chegaram até a região das atuais Guiné Bissau e Serra Leoa. Através desses contatos, os portugueses começaram a dar um caráter comercial às práticas de escravização, já presentes no continente africano, conforme abordado na Unidade 1, porém alterando sua dinâmica.

Na segunda metade do século XV, as caravelas portuguesas continuaram seguindo a costa atlântica da África em direção ao sul e buscando estabelecer relações com os povos que encontrava. As negociações não eram

simples. Por meio da guerra, os portugueses obtinham pessoas escravizadas, em geral prisioneiros, e faziam pressão sobre os derrotados para obter pimentas e peles de animais. Carregavam seus barcos com essas mercadorias para vendê-las a bom preço no reino.

Longas batalhas eram travadas e nem sempre os africanos eram os derrotados. Por isso, essa política guerreira portuguesa mostrou-se pouco eficaz para a conquista de pontos de comércio. Afinal, os portugueses precisavam de algum apoio local se queriam manter uma presença constante no litoral africano e fazer comércio. Então, passaram a substituir a guerra por uma política de alianças com os chefes nativos.

Dessa política fazia parte a obtenção de licença para construir fortalezas no litoral e a garantia de obtenção de pessoas escravizadas. Assim, foi construída (em 1481 e 1482) a fortaleza de São Jorge da Mina (no que hoje é o litoral de Gana), de onde os portugueses tiveram acesso ao ouro africano trazido do interior do continente e a muitos escravizados. Fizeram também contatos e alianças com o reino de Benin (sudoeste da Nigéria e parte do Benin atual) e com diferentes povos do chamado Golfo da Guiné. O tráfico de escravizados realizado no século XV movimentou, somente no Golfo da Guiné, cerca de 150 mil pessoas.

No reino do Congo (norte de Angola e parte da República Democrática do Congo, atualmente) foram feitos acordos e estabeleceu-se um relacionamento entre os governos locais e Portugal que durou muito tempo. Embaixadas do rei do Congo foram enviadas a Portugal e, mais tarde, ao Brasil; filhos dos reis do Congo foram estudar em Portugal e missionários católicos realizaram ações de evangeliza-

ção com apoio dos soberanos locais, desde o século XV. O reino do Congo tornou-se um grande fornecedor de escravizados para os portugueses e aumentou seu poder sobre os reinos e povos vizinhos na África.

A integração do reino do Congo ao comércio marítimo português se deu a partir da chamada conversão do Mani Congo ao cristianismo, tornando-se D. João I o primeiro rei cristão do Congo. Esse processo de conversão não garantiu aos portugueses livre acesso ao Congo e às suas mercadorias, mas significou a afirmação de uma aliança comercial e religiosa. Para o rei do Congo, essa conversão assegurou o fortalecimento do seu poder político diante de líderes locais e de povos dominados.

Ao longo do século XVI, as relações entre a Coroa portuguesa e os soberanos do reino do Congo oscilaram entre momentos de paz e enfrentamento. O catolicismo se expandiu na região, assim como o comércio de cobre e de pessoas escravizadas, que gerou grandes lucros para os comerciantes e reis do Congo e de Portugal. Entretanto, com o aumento da pressão portuguesa sobre o tráfico de escravizados, surgiram conflitos com lideranças locais. Ainda assim, o reino do Congo foi a principal porta de saída de africanos escravizados rumo ao Brasil no século XVI, através de portos na costa de Angola atual, entre eles o de Luanda.

Dando continuidade à expansão, os portugueses contornaram o sul da África, dobraram o Cabo da Boa Esperança em 1488, alcançaram o Oceano Índico e entraram em contato com comerciantes e representantes de reinos da África Oriental, com os quais fizeram importantes acordos.

Os portugueses tiveram grandes surpresas quando chegaram ao outro lado da África, no Oceano Índico. Encontraram um mar que era cenário de um intenso comércio, realizado por embarcações de diferentes origens, comerciantes falando diferentes línguas e utilizando diversas moedas, como explicamos na Unidade 1.

Na parte oriental da África, se surpreenderam com a variedade de mercadorias de luxo envolvidas nesse comércio, como cerâmicas finas, ouro, pérolas, peles de animais, tecidos, sândalo, pimenta, gengibre, prata, rubis, pérolas, ouro – trazido do reino de Monomotapa até Sofala (costa norte de Moçambique atual) – e sedas. Eram muitas mercadorias valiosas para o mercado europeu. Além disso, os habitantes das cidades costeiras já estavam habituados ao grande comércio marítimo – era questão de estabelecer os acordos e fazer as trocas. Veja algumas dessas rotas na figura a seguir.



Figura 4.4. As principais rotas da expansão marítimo-comercial portuguesa. Fonte: Adaptado de Teixeira; Dantas (1980).

Tanto os portugueses quanto os outros europeus que se lançaram sobre a África no período não passaram da costa. A expansão caracterizou-se pelo estabelecimento de feitorias e pela construção de fortalezas portuguesas no litoral, mas não ultrapassavam os limites que as autoridades locais permitiam. A exceção foi o reino do Congo, onde

as alianças se consolidaram de tal maneira que permitiram o acesso a locais do interior.

Entretanto, nesse processo de navegação e estabelecimento de contatos com soberanos africanos, os portugueses fizeram o mapeamento de toda a costa atlântica do continente, nomeando acidentes geográficos, aprendendo sobre as correntes marítimas e sobre locais favoráveis ao desembarque e embarque de mercadorias.

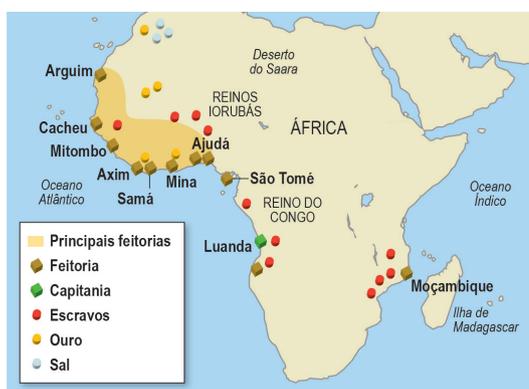


Figura 4.5. A presença portuguesa na África ao final do século XVI.

Ásia

Da costa oriental da África, com correntes marítimas favoráveis, podia-se chegar à Índia muito rapidamente para os padrões da época. E este, afinal, era o grande objetivo dos portugueses: alcançar a terra cobiçada, a Índia das especiarias, dos tecidos luxuosos, das pedras preciosas e dos perfumes.

O avanço sobre a Índia foi relativamente rápido. Em 10 anos, os portugueses já dominavam importantes cidades do litoral. Para isso, utilizaram ataques militares, estratégias de negociação e presentes aos chefes e funcionários de governos locais. Também se aproveitaram de rivalidades já existentes entre as sociedades locais, aproximando-se de

grupos inimigos dos que queriam derrotar ou alimentando esses conflitos. Assim se deu a conquista de cidades importantes da Índia: Goa – conhecida como a “Lisboa do Oriente” e que virou capital do grande vice-reino português da Índia –, Diu, Damão, Cochim e Calicute – onde, para garantir a construção de um forte português, foram necessárias várias batalhas com milhares de mortos.

>> saiba mais

A viagem de Vasco da Gama, em 1498, apresentou um início promissor nas relações entre o Oriente e o Ocidente. Porém, estas relações, com o passar do tempo, foram se deteriorando. Os presentes que D. Manuel [rei de Portugal] confiara a Vasco da Gama para entregar ao samorim (rei de Calicute) foram considerados indignos: 12 peças de tecido de algodão, quatro gorros escarlates, seis chapéus, quatro colares de coral, seis bacias, uma arca de açúcar, duas barricas de azeite e duas barricas de mel. Vasco da Gama protestou, afirmando que era um embaixador, e não um comerciante.

Quando você lê esse relato, o que pensa sobre as relações entre europeus e asiáticos, no início da expansão marítima? Para o samorim de Calicute, o que o rei português tinha a lhe oferecer significava muito pouco diante da riqueza que já possuía. Isso destaca o papel de protagonismo das lideranças indianas nas negociações comerciais com os europeus e o quanto estes últimos teriam que se esforçar para conseguir participar desse circuito econômico.

A Índia não era um centro produtor de todas as mercadorias do Oriente. Suas cidades eram centros de distribuição de produtos que vinham não apenas do interior da própria Índia, mas também do Ceilão (atual

Sri Lanka), da China, do Japão e da Indonésia. Nas cidades indianas, mercadores locais, árabes e africanos atuavam nesse comércio que reunia, pelas rotas marítimas e terrestres, regiões distantes.

Os portugueses disputavam o controle do comércio marítimo no Oceano Índico com esses grupos. Suas vantagens sobre os adversários eram seus barcos, mais velozes e maiores, e suas armas de fogo, mais potentes. Os muçulmanos, grandes inimigos de Portugal na região mediterrânea, também eram adversários na Índia e na África Oriental. Mas, nesse caso, eram muçulmanos indianos, africanos e árabes.

Da Índia, os portugueses partiram para leste (China, Japão) e oeste (Golfo Pérsico). Antes, conquistaram Málaca (na atual Malásia), importante ponto estratégico e centro comercial naquela área. Dali, conquistaram as ilhas Molucas, o Timor e outras ilhas produtoras de especiarias. Na China e no Japão, não encontraram grandes concorrentes comerciais. Enfrentaram alguma oposição, mas venceram a resistência em alguns pontos. Na China, fundaram a cidade de Macau, que permaneceu durante séculos como colônia portuguesa. No Japão, levaram missionários católicos e conseguiram muitos adeptos – no entanto, a intolerância religiosa dos católicos, sobretudo frente ao budismo, levou à expulsão dos missionários no século XVII.

No início do século XVI, Portugal marcava presença em diversos pontos do Oriente e participava de quase todo o grande comércio da região do Oceano Índico. Em alguns poucos lugares, tinha o controle do poder local, sustentado, é claro, com alianças e acordos com soberanos vizinhos.



Figura 4.6. A presença portuguesa no continente asiático (séculos XV e XVI).

A expansão marítima gerou muita riqueza para os comerciantes e o reino português e, também, novos espaços para a atuação e enriquecimento da nobreza portuguesa. Os reis de Portugal nomeavam nobres de sua confiança para funções administrativas no Oriente, que oferecia uma oportunidade de ficarem muito mais ricos. E, de fato, ficavam.

Um fiel e bom funcionário do rei, de origem nobre, mas não necessariamente rico, poderia ter como prêmio em determinado momento de sua vida um posto na Índia. Um eficiente administrador de terras consideradas de domínio português poderia ter como pagamento, no final de sua carreira funcional, um cargo numa cidade da Índia. Lá, era praticamente certo o enriquecimento, além do poder de distribuir favores, o que o tornaria um homem respeitado, ao estilo da época e conforme os valores da sociedade portuguesa. Funcionários da Coroa acabavam por atuar em várias partes do Império Português, não só na Índia, estabelecendo laços entre suas diversas partes.

A ocupação dessas áreas do mundo no período da expansão portuguesa (séculos XV e XVI, sobretudo) também se deu pela presença dos “lançados”. Os “lançados” eram portugueses degredados (expulsos de Portugal por terem cometido crimes), que eram deixados nas terras encontradas, por ordem dos capitães dos barcos. Como muitas vezes não podiam voltar para Portugal, casavam-se com mulheres nativas, constituíam família e se tornavam informantes e tradutores dos viajantes portugueses que por ali voltassem a passar. Alguns desses degredados viraram intermediários no comércio de produtos locais e enriqueceram. Em muitos lugares do Oriente, as famílias de degredados formaram as bases de uma sociedade “portuguesa” local.

Os domínios portugueses na Ásia trouxeram, além de muita riqueza, muitos conhecimentos e novos produtos para o mundo português. E o mundo português, a partir de 1500, passou a incluir também parte da América do Sul – o que viria a ser o território brasileiro. Nesta parte do mundo (a América), os espanhóis haviam sido os primeiros a chegar, segundo constava. À espera de que essa terra fosse a Índia, chamaram seus habitantes de... *índios*!

A expansão sobre a América

A expansão espanhola e a viagem de Cristóvão Colombo

Cristóvão Colombo, de origem genovesa (italiana), tinha experiências na arte da navegação e acompanhava atentamente as discussões de seu tempo, inclusive aquelas sobre a geofísica da Terra, tais como vimos na Unidade 3: seria ela plana ou redonda? Colombo estava convencido de que poderia atingir as Índias por um caminho diferente do trilhado por portugueses, navegando em direção a oeste e contornando a Terra – que ele acreditava ser redonda. A partir de 1483, apresentou seu projeto a vários reis, sem sucesso. Em 1486, submeteu seu projeto ao colégio dominicano de Salamanca (cidade espanhola), mas foi rejeitado novamente sob a alegação de que a Terra era plana e tal viagem seria inviável.

Em 1492, com a derrota dos mouros em Granada e a centralização política da Espanha, a nova rainha, Isabel, deu sua aprovação para o projeto de Colombo de chegar às Índias navegando a oeste pelo Oceano Atlântico. Essa era uma chance de fazer frente a Portugal, que traçava sua rota contornando o continente africano. Colombo, ao assinar a autorização da viagem com os reis espanhóis, comprometia-se a “descobrir e adquirir ilhas e territórios continentais no Mar Oceano”, ou seja, “conquistar”. O navegador ainda receberia uma série de privilégios e títulos, incluindo almirante, governador e vice-rei, além de 10% da riqueza obtida na expedição.

Em agosto de 1492, ele partiu em uma expedição composta por três caravelas e uma tripulação de 87 homens. Após 70 dias de viagem conturbadas, avistou terra. A chegada dos europeus na América se deu no dia 12 de outubro de 1492 em uma ilha do atual Caribe. Cristóvão Colombo chamou-a de São Salvador. A partir dela, a expedição chegou a outras ilhas próximas. Uma delas, onde se encontram hoje o Haiti e a República Dominicana, foi chamada de Espanhola (Hispaniola) e ali Colombo deixou uma guarnição militar.

As primeiras viagens de Colombo às ilhas do Caribe e à América Central revelaram um imediato potencial econômico das terras recém-descobertas, com a perspectiva de obtenção de grandes carregamentos de ouro e prata e de abundantes riquezas naturais de alto valor mercantil. Nos anos seguintes, os espanhóis buscaram se apropriar das riquezas que estavam sob controle direto das populações nativas, o que significou o domínio do território e dos nativos.

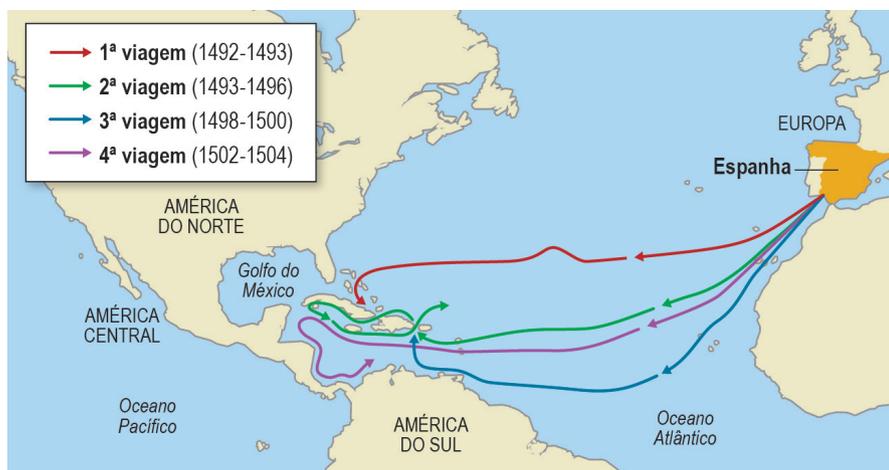


Figura 4.7. As viagens de Cristóvão Colombo à América (secs. XV – XVI).

A viagem de Pedro Álvares Cabral

No caso de Portugal, estavam presentes nas principais cidades, como Porto e Lisboa, grupos consolidados de comerciantes que já participavam da colonização portuguesa nas ilhas do Atlântico, da conquista do litoral africano e da descoberta do caminho marítimo para as Índias (1498). É nesse contexto que ocorre o “descobrimento” do Brasil, com a chegada a Porto Seguro, em 22 de abril de 1500, de Pedro Álvares Cabral, comandante de uma frota enviada pelo rei de Portugal, cujo objetivo era chegar às Índias e estabelecer contatos comerciais.

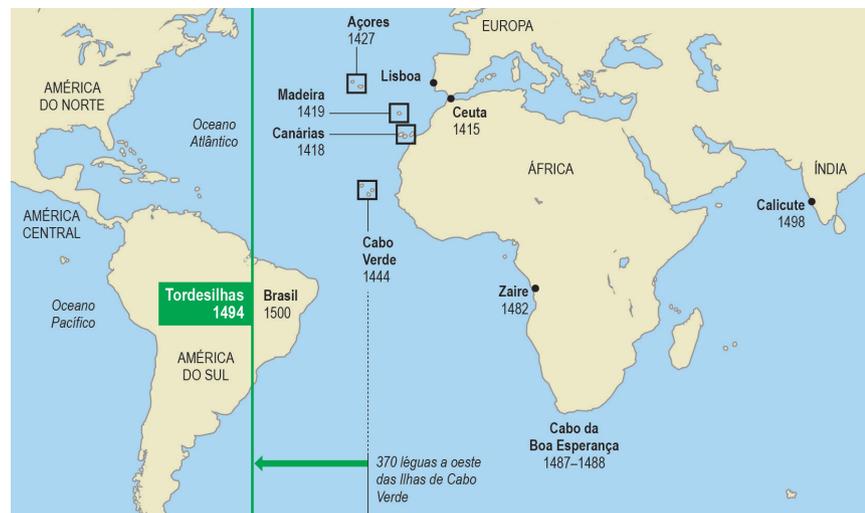
A experiência portuguesa na América foi muito diversa da espanhola. As notícias sobre metais preciosos não se confirmaram até o final do século XVII. A conquista de territórios era um meio de assegurar a supremacia marítima na parte sul do Oceano Atlântico, fundamental para garantir o domínio português sobre as rotas que levavam às Índias. Os portugueses logo tiveram concorrentes. Eram Estados e burguesias mercantis europeias interessados nas riquezas das terras recém-achadas. Foi para garantir a posse do território e de suas riquezas que se iniciou a conquista e, mais tarde, a colonização de suas possessões na América.

A expansão francesa, inglesa e holandesa

corsários donos de navios armados a serviço de uma nação, atacando navios, portos e territórios de nações consideradas inimigas. Os capitães desses navios recebiam comissões navais ou autorizações, que eram chamadas de “cartas de corso”. O corsário se diferencia do pirata, que age sem o apoio de um governo; o corsário está submetido a um rei ou governador.

As viagens marítimas portuguesas e espanholas e sua expansão sobre terras em outros continentes despertaram a atenção de outras monarquias europeias. Afinal de contas, todas queriam aumentar seu comércio e fortalecer-se politicamente. Por isso, desde o início do século XVI os comerciantes e **corsários** franceses frequentavam as costas da América portuguesa. Entre 1523 e 1524 e em 1534, enviaram expedições ao Canadá. Em 1555, ocuparam a baía de Guanabara e fundaram no Rio de Janeiro a chamada “França Antártica”, mas foram repelidos pelas tropas comandadas por Mem de Sá, então governador-geral. Essas tropas incluíam muitos guerreiros indígenas, fundamentais na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro.

>> saiba mais



O Tratado de Tordesilhas, 1494. Fonte: <https://historitura.wordpress.com/2013/07/22/bula-intercoetera-e-tratado-de-tordesilhas/>

Ao longo do século XV, espanhóis e portugueses disputaram a exploração e o domínio de regiões da costa atlântica, fundamentais para garantir o acesso às Índias. Após inúmeras tentativas de acordos, em 1494, chegaram a um consenso que atendesse aos interesses de ambos os reinos em relação à descoberta, exploração e colonização dos territórios encontrados. Assinaram no dia 4 de junho de 1494, na cidade de Tordesilhas, um tratado, aprovado pelo papa Júlio II, que estabelecia uma linha imaginária que demarcava 370 léguas (1.770 km) de Cabo Verde e serviria de referência para a divisão das terras. Pelo novo acordo, as terras descobertas no ocidente da linha pertenceriam à Espanha, já o território descoberto no oriente caberia a Portugal. Você acha que esse acordo eliminou qualquer problema? Como reagiriam as outras nações europeias, como França e Inglaterra, a essa divisão do mundo entre Portugal e Espanha?

No entanto, as guerras internas na França, sobretudo com fundo político-religioso, interromperam por um tempo essa expansão. Somente no século XVII, os franceses retomaram suas investidas sobre a América e sobre a África. Investiram inicialmente sobre o Canadá e a região do Mississipi na América do Norte. Depois avançaram sobre ilhas do Caribe e sobre o norte da América do Sul (futura Guiana Francesa, até hoje parte do território da França).

Na sua expansão, os franceses não só enfrentaram os portugueses como também os ingleses. As guerras entre França e Inglaterra na América causaram fortes efeitos na política europeia. Foram longas disputas, e os indígenas da América se dividiram também no apoio aos diferentes conquistadores, talvez procurando a mesma estratégia utilizada por estes nas suas guerras. Os ingleses foram vitoriosos em muitas batalhas, mas não em todas. Os ingleses, desde fins do século XVI, enviaram expedições à América do Norte, mas só em princípios do século XVII estas adquiriram um caráter de conquista e ocupação. Ainda no século XVII, estabeleceram colônias no Caribe, nas chamadas Antilhas Inglesas, em Barbados e na Jamaica, que se tornou grande produtora de açúcar. O uso da violência e a formação de alianças com povos locais fizeram parte das ações de conquista.

Os holandeses surgiram nesse cenário no século XVII, utilizando sua experiente frota naval para tentar obter domínios na América. Em geral, procuraram conquistar territórios com presença europeia e já vinculados ao comércio internacional, como foi o caso do nordeste açucareiro no Brasil. Enfrentaram rivais europeus e a população local. Em alguns momentos, conquistaram territórios

e conseguiram estabelecer-se. Desses territórios holandeses, nem todos se tornaram seus domínios na América. Após a expulsão do Brasil, os holandeses se estabeleceram na Guiana e em Curaçao, nas Antilhas, onde passaram a produzir açúcar. Na América do Norte, fundaram a colônia de Nova Amsterdã, posteriormente perdida para os ingleses.

Resumo

- A expansão marítima europeia, nos séculos XV e XVI, teve como pioneiros Portugal e Espanha, o que se relacionou com a formação desses Estados na luta contra os reinos muçulmanos da Península Ibérica e a ação da burguesia.
 - Obedecendo a objetivos econômicos e com forte espírito missionário, as viagens pelos Oceano Atlântico e Índico colocaram os portugueses em contato com diferentes sociedades africanas e asiáticas. Com elas, os europeus estabeleceram relações diplomáticas e comerciais e travaram diferentes guerras.
 - No comércio entre os continentes, se destacaram as especiarias e os produtos de luxo asiáticos, bem como os africanos escravizados.
-

Atividade

Nas Unidades 2, 3 e 4, enfocamos uma mesma região – a Europa ocidental – durante um mesmo período temporal – os séculos

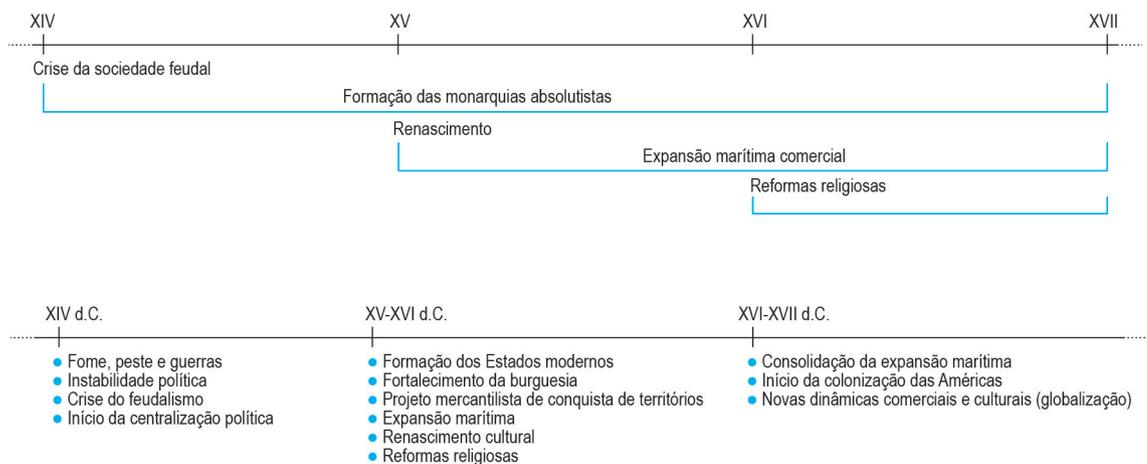
XIV e XVI. Entretanto, separamos a nossa análise por aspectos: POLÍTICO, ECONÔMICO, CULTURAL, RELIGIOSO e EXPANSÃO MARÍTIMA. Agora, é necessário produzir uma síntese dessas unidades para que você consiga perceber como os processos que estudamos de maneira separada ocorreram ao mesmo tempo. Assim, a tarefa que propomos a você é elaborar uma linha do tempo situando nela os seguintes processos históricos:

Crise da sociedade feudal – Formação das monarquias absolutistas – Renascimento – Reformas religiosas – Expansão marítima

Para isso, consulte os itens referentes a esses temas nas Unidades 2, 3 e 4. (*Anote a resposta em seu caderno.*)

Resposta comentada

Veja, a seguir, duas possibilidades de resposta:



Referências

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os lusíadas*, 1572. Disponível em: <https://oslusíadas.org/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; DANTAS, José. *Estudos de História do Brasil*, v. 1. São Paulo: Moderna, 1980.

Os povos indígenas das Américas e a colonização espanhola (sec. XV a XVIII)

05

metas

Caracterizar a organização política, econômica e social de povos indígenas das Américas e analisar os principais aspectos da colonização espanhola entre os séculos XV e XVIII.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- caracterizar a diversidade social dos povos indígenas que habitavam o continente americano, identificando suas transformações e relações políticas, econômicas e culturais;
- caracterizar a colonização espanhola na América, destacando a organização político-administrativa, econômica e sociocultural;
- explicar a constituição das sociedades coloniais originais e os processos de resistência indígena e negra;
- analisar a atuação da Igreja Católica no processo de colonização.

Introdução

Nesta unidade, vamos tratar de sociedades distintas que, a partir do final do século XV, estiveram em contato permanente. Em 1492, ao chegarem na América, os espanhóis encontraram o continente habitado por milhares de indígenas, com enorme diversidade étnica e cultural. Nosso primeiro objetivo será o de conhecer melhor a história de alguns povos indígenas e suas interações, buscando questionar visões preconceituosas presentes até hoje.

Em seguida, nossa atenção se voltará para a história das relações entre europeus e os povos nativos americanos. Como foram os primeiros contatos entre eles? Como ocorreu o processo de conquista do território pelos espanhóis que provocou a desorganização de várias sociedades e o genocídio de parte das populações nativas? Como se estruturou o controle espanhol sobre terras e povos? Como os indígenas buscaram reagir e atuar diante das situações que a presença espanhola criou?

Na Unidade 4, vimos que os interesses econômicos e as motivações religiosas estiveram presentes na expansão marítima europeia. Esses interesses aportaram aqui nas Américas, junto com espanhóis. Com isso em mente, como se construíram as sociedades e economias coloniais, reunindo os interesses dos colonizadores e a ação de indígenas e africanos, esses últimos trazidos à força para as Américas? Essa é pergunta que pretendemos responder nas próximas páginas.



Figura 5.1. Regiões de colonização espanhola. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Spanish_Empire-Americas.png. CC BY-SA 3.0.

Os povos indígenas das Américas



Figura 5.2. Povos indígenas das Américas (adaptado). Fonte: <https://pt-static.z-dn.net/files/dfa/2bdf087f35effaaca7887b338b89431.jpg>.

A história de ocupação do continente americano remonta a milhares de anos – entre 15 mil e 20 mil anos – e deu origem a centenas de organizações sociais que povoaram o território e se transformaram ao longo do tempo. Antes da chegada dos europeus, as Américas eram

habitadas de norte a sul por muitos e diferentes povos indígenas, como indica o mapa anterior. Havia uma enorme diversidade no modo de vida e na cultura deles, bem como muitas interações entre eles. Por não podermos tratar de todos aqui, definimos um marco temporal e um espaço geográfico para contar um pouco dessa história: o século XIII e os grupos nativos com os quais os espanhóis se relacionaram de imediato.

Conhecer as histórias indígenas é fundamental para compreendermos as sociedades que se formaram a partir do século XV. Isso porque os povos originários desempenharam papel central na produção da sobrevivência e da riqueza, na religiosidade, na alimentação, na língua e nas famílias coloniais.

Os impérios Asteca e Inca

Entre os séculos XIII e XV, dois grandes impérios se constituíram nas Américas: o Asteca, cujo território estava concentrado no que atualmente é parte do México, e o Inca, na América do Sul, na região andina (Peru, Equador, Chile).

O Império Asteca

A sociedade asteca habitava o centro do México e, a partir do século XIV, expandiu seu domínio sobre outros povos indígenas por meio de alianças, do comércio e de vitórias militares. Uma vez consolidada sua autoridade sobre a região do centro-sul do México, os grupos dominados foram obrigados a pagar pesados impostos. No Império Asteca, viviam aproximadamente 25 milhões de habitantes de diferentes etnias. Era uma sociedade hierarquizada, ou seja, estratificada em vários segmentos, cuja posição

social era determinada pelo poder econômico e cultural. No topo, estavam o imperador e sua família, seguidos de sacerdotes e funcionários que formavam a elite. Outros grupos que constituíam a sociedade asteca eram os comerciantes, artesãos, camponeses e escravizados.

O poder desse império era representado nas cerimônias religiosas e políticas, realizadas nos templos e pirâmides grandiosos da sua capital, Tenochtitlán, atual Cidade do México. A cidade foi construída sobre um sistema de lagos e canais que fazia dela uma obra admirável de arquitetura urbana. Para se ter uma ideia, Tenochtitlán tinha cerca de 300 mil habitantes no início do século XVI, enquanto cidades europeias como Lisboa e Paris tinham cerca de 200 mil e 150 mil moradores, respectivamente.



Figura 5.3. Mapa do Império Asteca. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Aztec_Empire_c_1519.png. CC BY-SA 3.0.

A economia asteca estava baseada em três aspectos: bens agrícolas, comércio e impostos. O comércio era a atividade mais importante porque permitia a chegada de mercadorias de todas as regiões dominadas. Os astecas criaram um sistema de negociação complexo, com uma grande diversidade

de produtos, tais como: carne, peixe, perus, coelhos, pássaros, legumes, verduras e temperos. O sistema comercial asteca usava dinheiro para as trocas. Entretanto, diferente de nossa sociedade, as moedas usadas eram os grãos de cacau e panos de algodão conhecidos como *quachtli*, de grande valor para os astecas.

Com o aumento de sua população, a cidade de Tenochtitlán passou a depender fortemente do que era produzido em outras cidades-Estados. Assim, seus mercados passaram a ser locais de troca de produtos e, também, espaços de informação, socialização e de negócios entre pessoas de diferentes regiões e etnias.

A partir do início do século XV, a cobrança de tributos e a diminuição da autonomia das comunidades dominadas, devido à centralização da administração no Império Asteca, provocaram vários descontentamentos. Povos subjugados e grupos que eram súditos do grande *tlatoani* (título dado ao imperador asteca) resistiram ao pagamento dos impostos cobrados, gerando inúmeros conflitos.

lá na plataforma

Na seção 2 do nosso ambiente virtual, você encontrará mais informações sobre a sociedade asteca e, também, os povos Maia.

O Império Inca

Na América do Sul, os incas vinham se afirmando militarmente sobre povos vizinhos desde princípios do século XIV. Ainda no século XIII, haviam conquistado a cidade de Cuzco, nos Andes, então controlada por três

grupos que falavam um mesmo idioma – o quéchuá – e sobre os quais os incas conseguiram se impor. Na batalha final, foram comandados pelo *sinchi* (chefe) Inka Roka, cujo nome passou a designar o grupo vitorioso e conquistador. Os vencedores adotaram a língua local, o quéchuá, que até hoje é falada por povos da região dos Andes.



Figura 5.4. O Império Inca (adaptado). Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Inca-expansion.png>. Domínio público.

No século XV, os incas estavam em plena expansão sobre outros grupos étnicos, construindo um império baseado em um sistema de aldeias comunitárias que produziam e pagavam

impostos coletivamente. Estima-se que o Império Inca chegou a ter em torno de 6 a 10 milhões de habitantes. A produção agrícola era realizada nos *ayllus*, áreas onde um grupo de indígenas cultivava a terra coletivamente, devendo produzir para a sua própria sobrevivência e pagar os impostos devidos ao *Sapa Inca* (imperador). Cabia ao chefe do *ayllu*, conhecido como *kuraka*, fazer uma divisão dos alimentos produzidos e, também, auxiliar os membros de sua comunidade que enfrentassem dificuldades.

O Império Inca desenvolveu uma forma de trabalho obrigatória, denominada *mita*. Nela, cada indígena deveria dedicar ao imperador um número de dias do ano, na maioria das vezes trabalhando em obras públicas. A agricultura e a pecuária garantiam matéria-prima para outras atividades da economia inca. O algodão era cultivado no litoral, e a lã vinha das regiões mais altas, por meio da domesticação das lhamas e das alpacas, que garantiam a extração da lã para a produção de tecidos.

O Império Inca, através dessas estradas, interagiu com povos de diferentes origens, línguas e saberes, como os localizados na Amazônia. Essa convivência entre os povos andinos e amazônicos gerou, ao longo dos séculos, tanto intercâmbios comerciais como culturais. O Império Inca nem sempre conseguiu impor seu poder militar sobre essas populações, precisando em muitos momentos adotar uma postura de negociação com os povos amazônicos.

lá na plataforma

Na nossa plataforma, você encontra muitos materiais sobre a história do Império Inca.

Os povos indígenas do Caribe

No item anterior, tratamos brevemente da história de dois impérios nas Américas do Norte e do Sul. Milhões de pessoas ali viviam, sustentando a si próprias e aos governos através das atividades agrícolas, pastoris e comerciais. Em outras regiões da América, povos indígenas apresentavam dinâmicas sociais, econômicas e políticas diferentes.

É o caso dos povos Caraíba e Aruaque, que viviam nas ilhas do Caribe (Antilhas) e na parte norte da América do Sul. Os aruaques, que no século XV chegavam a 1 milhão de habitantes, foram os indígenas com quem Cristóvão Colombo se encontrou em sua primeira viagem para a América. Eram especialistas em cerâmica e se organizavam em grandes aldeias, obtendo a maior parte da sua sobrevivência pela prática da agricultura, da pesca, da coleta de mariscos e da caça de animais de pequeno porte. Sua organização política estava baseada na chefia dos caciques, que representavam os grupos familiares daquela sociedade.

Os povos Caraíba ou Caribe englobavam uma população de cerca de 2 milhões de pessoas e chegaram a formar aldeias extensas, com construções de barro. Suas lideranças eram responsáveis pela organização das atividades econômicas e pelas guerras, travadas constantemente

contra outros povos. Sua sobrevivência vinha da agricultura e das trocas comerciais com outros povos. O ouro era um dos produtos que fazia parte desse comércio. Nas ilhas do Caribe, os caraíbas venceram os aruaques, que migraram para outras áreas. Quando os caraíbas começaram a ocupar as ilhas maiores do Caribe (Santo Domingo, Cuba, Jamaica, Porto Rico e Bahamas), tiveram seu avanço interrompido pela chegada dos espanhóis, no século XVI.



Figura 5.5. As Antilhas/Caribe (adaptado). Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Caribbean_general_map.png

A América espanhola

A conquista dos povos do Caribe e dos impérios Inca e Asteca

Vimos que a história dos povos indígenas é marcada por muitas transformações ao longo do tempo – migrações, formação de impérios, invenções tecnológicas – e por constantes intercâmbios políticos, econômicos e culturais. As sociedades nativas não estavam paradas no tempo e nem viviam isoladas! Essa história vai tomar outros rumos a partir de fins do século XV, com a invasão do continente iniciada pela Espanha.

A primeira região em que os europeus desembarcaram foi o Caribe, onde Cristóvão Colombo aportou em 1492. Em poucas décadas, os espanhóis impuseram seu domínio sobre várias ilhas e populações locais e sobre as capitais dos impérios Inca (Cuzco) e Asteca (Tenochtitlán). Esse

processo rápido de imposição de domínio sobre territórios e povos é chamado de “conquista”. Mas a questão é: que fatores podem explicar esse “sucesso” espanhol?

Um deles, embora não o mais importante, foi o uso da força militar. Nesse esforço, os espanhóis não contaram somente com seus soldados e armamentos, mas buscaram se aproveitar das rivalidades preexistentes entre os povos indígenas. Um exemplo é o dos povos que tinham sido subjugados pelos incas e astecas e se aliaram aos espanhóis como uma maneira de recuperar sua autonomia. Com essas sociedades, os espanhóis estabeleceram relações de colaboração e negociação. Isso nos mostra que a história indígena anterior a 1492 é muito importante para entender a vitória e a sobrevivência dos europeus num território que eles desconheciam completamente.

Contudo, a mais poderosa estratégia de enfraquecimento presente na conquista espanhola foram as epidemias, que provocaram a morte de milhões de indígenas de maneira muito rápida. O contato com as doenças trazidas pelos europeus causou muitas vítimas, pois os nativos das Américas viviam até então isolados no continente – ao contrário do que acontecia com africanos e asiáticos. Calcula-se que, até o fim do século XVI, 75% da população do México morreu em razão das epidemias causadas pelas doenças que os invasores trouxeram.

Guerras, doenças e a exploração do trabalho por parte dos conquistadores resultaram no genocídio dos povos nativos. No Caribe, os indígenas praticamente desapareceram. Entre os astecas e incas, a população, estimada em 35 milhões de habitantes, em 1492, foi reduzida a aproximadamente 3,5 milhões em 1590. Para os povos indígenas, a experiência das primeiras décadas de contato com os europeus foi de sofrimento, dor e desespero sem fim. Aqueles que sobreviveram tornaram-se, em sua maioria, mão de obra para os colonos espanhóis. Nessa transformação de seu modo de vida, carregaram consigo suas memórias pessoais, sua religiosidade, suas visões de mundo, seu conhecimento sobre a natureza do lugar onde moravam, impregnando a sociedade colonial das heranças e experiências indígenas.

> > *saiba mais*

Usamos o termo genocídio para definir a eliminação total ou parcial de um grupo étnico e de sua cultura. No caso dos povos indígenas americanos, as milhões de mortes foram causadas por gripes, sarampo, disenteria, varíola e a doença causada pela salmonela (cocoliztli). O genocídio indígena vem sendo perpetuado ao longo dos séculos, e ainda hoje estas populações enfrentam o descaso das autoridades no atendimento e no tratamento às novas doenças, entre elas a covid-19, como também na proteção de seus direitos e territórios garantidos pela lei. Para saber mais, acesse nossa plataforma.

Durante a conquista, os espanhóis encontraram aquilo que era um dos principais interesses dos monarcas, nobres e burgueses envolvidos na expansão marítima: metais preciosos. Tanto no Caribe quanto nas áreas inca e asteca, eles se depararam com objetos de ouro e prata e joias trabalhadas com pedras preciosas, roubando-os imediatamente. Essas riquezas só animaram os conquistadores a avançarem mais sobre a América.

Podemos observar que o processo de dominação espanhol no século XVI ocorreu em algumas áreas do continente americano. Nas demais regiões, a presença espanhola só ocorreu nos séculos seguintes, o que permitiu que suas comunidades nativas se mantivessem isoladas ou com pouco contato com os europeus. Mas, conforme surgiam interesses econômicos ou políticos, os colonos e os funcionários do rei se deslocavam para o interior do território e as terras indígenas passaram a ser cobiçadas por fazendeiros e mineradores. Por isso, o processo de conquista foi contínuo durante todo o período colonial, marcado pela violência, causando mortes dos indígenas, desestruturação de sua vida social e cultural e exploração de sua mão de obra. Essas questões perduram até os dias atuais em muitos países das Américas.

A colonização espanhola

Ao longo do processo de conquista, a Coroa espanhola iniciou também ações de colonização. Mas o que quer dizer essa afirmação? Em termos gerais, podemos dizer que colonizar significa a ocupação permanente de um território por parte de determinado grupo humano e o estabelecimento de atividades econômicas que garantem a sobrevivência das pessoas. A seguir, vamos discutir como isso ocorreu nos domínios espanhóis.

As ilhas do Caribe

As primeiras ações colonizadoras se deram nas ilhas do Caribe, região onde se desenvolveu a exploração de minério, principalmente o ouro. Para a monarquia espanhola, foi o início de um período de fortalecimento em razão do aumento de suas reservas de metais preciosos, de acordo com as ideias mercantilistas.

Para o trabalho na mineração, os colonos se utilizaram da escravização da população nativa. Aliada às doenças e guerras das quais já falamos, a exploração dos trabalhadores provocou a morte de grande parte dos indígenas, ainda no século XVI. A violência do colonizador foi tão grande que gerou uma rebelião indígena entre 1519 e 1533 e questionamentos entre os próprios colonizadores. O religioso Bartolomeu de Las Casas, espanhol que viveu em diversas ilhas do Caribe no início do século XVI, escreveu *Brevíssima relação da destruição das Índias* (1552), na qual denunciou torturas, assassinatos e estupros cometidos pelos espanhóis. Leia a seguir um trecho dessa obra:

Na ilha Espanhola, que foi a primeira [...] a que chegaram os espanhóis, começaram as grandes mudanças e perdas de gente, tendo os espanhóis começado a tomar as mulheres e filhos dos índios para deles servir-se e usar mal e a comer seus víveres adquiridos por seus suores e trabalhos, não se contentando com o que os índios de bom grado lhes davam [...]. E o que pode bastar durante um mês para três lares de dez pessoas, um espanhol come ou destrói num só dia. [...] E tudo chegou a tão grande temeridade e dissolução que um capitão espanhol teve a ousadia de violar pela força a mulher do maior rei e senhor de toda esta ilha. Causa essa que [...] deu motivo a que os índios procurassem meios para lançar os espanhóis fora de suas terras e se pusessem em armas: mas que armas? (LAS CASAS, 2001, p. 32-33).

A exploração intensa dos veios de ouro levou ao seu esgotamento e muitos espanhóis abandonaram as ilhas, que passaram a se dedicar à produção de subsistência e como pontos intermediários entre as metrópoles europeias e as colônias na América. Em algumas delas, como Cuba e Espanhola (hoje Haiti e República Dominicana), os espanhóis desenvolveram lavouras de cana-de-açúcar e tabaco, mercadorias muito valiosas no mercado europeu. Nessa atividade econômica, foi utilizada a mão de obra de africanos trazidos à força para as Américas, através do tráfico transatlântico.

A administração colonial

Na nossa breve descrição sobre as ações colonizadoras no Caribe, é possível identificar alguns personagens centrais: os indígenas, os religiosos encarregados de catequizá-los, os colonos interessados na exploração econômica e os africanos escravizados. Todos esses sujeitos deveriam viver sob a autoridade da Coroa espanhola, a metrópole. Mas como fazer valer essa autoridade nas colônias?

Na Espanha, ficavam os órgãos responsáveis pela elaboração da política colonizadora, ou seja, pelas leis e regulamentações existentes na América e pelo controle do comércio colonial. O Conselho das Índias, que recebia esse nome porque os europeus denominavam as Américas de “Índias Ocidentais”, tinha as funções de legislar e fiscalizar a atuação da Igreja e das forças de defesa. E a Casa de Contratação comandava os assuntos relativos ao comércio. Essa não era uma tarefa fácil, pois o território espanhol nas Américas ia de norte a sul do continente americano. Como poderia a metrópole estabelecer sua autoridade e fazer cumprir

as leis elaboradas na Europa sobre tantas terras e gentes? A Coroa espanhola decidiu, então, dividi-las em diferentes unidades político-administrativas, os vice-reinos e as capitanias-gerais. Veja, na **Figura 5.6**, a divisão político-administrativa das possessões espanholas em fins do século XVIII:



Figura 5.6. Vice-reinados na América Espanhola.

Em cada vice-reino e cada capitania, foram nomeados homens que se constituíam nas autoridades máximas nas colônias. Geralmente, eram nobres espanhóis que, uma vez nomeados, residiam nas Américas enquanto ocupassem o cargo. Eram responsáveis pelo controle das atividades econômicas, pelo comando militar e presidiam as audiências, que eram os órgãos responsáveis pelo julgamento de crimes e conflitos entre os colonos.

Esses altos funcionários também deveriam fiscalizar os trabalhos de catequização dos indígenas. Para cuidar dos problemas locais, existiam os cabildos, que eram órgãos onde atuavam os colonos mais ricos de

cada região e tinham sob sua responsabilidade resolver questões como garantir a segurança das vilas e estradas, promover obras públicas e cobrar impostos. Muitos desses colonos haviam nascido na América, formando um grupo social economicamente muito poderoso: a elite *criolla*.

Trabalho e economia colonial

As colônias espanholas abrangiam regiões com recursos naturais muito diferentes: umas, pouco povoadas, e outras, habitadas por milhares de indígenas, como já vimos. Essa diversidade é fundamental para que possamos compreender como se desenvolveram as atividades econômicas coloniais e as diversas relações de trabalho existentes.

Vamos começar com a mineração que, sem dúvida, foi a atividade que mais lucros deu à Espanha nos séculos XVI e XVII. Duas áreas econômicas começaram a se desenvolver: ao redor de Potosí, no Vice-reino do Peru (atual Bolívia), e de Zacatecas, no Vice-reino de Nova Espanha (atual México).

Para desenvolver a mineração, a Coroa espanhola concedeu a colonos particulares o direito de retirar os metais em determinada área. Em troca, esses colonos eram responsáveis pela compra dos objetos e máquinas necessários para o trabalho e pagavam um imposto ao governo. Mas havia uma questão importante a resolver: como conseguir trabalhadores para explorar as minas com rapidez? Potosí e Zacatecas eram localizadas em regiões dos antigos impérios Inca e Asteca, onde havia maior concentração populacional.

Os espanhóis se valeram, então, de uma prática já existente entre esses povos – um

imposto que era pago em trabalho às autoridades do Estado. Entre os incas, era a *mita*, e entre os astecas, o *cuatequil*. Com os impérios Inca e Asteca dominados pela Espanha, era ao rei desse país que os indígenas deviam esse imposto. Desta forma, os colonos espanhóis conseguiram resolver o problema de mão de obra, e a prata passou, então, a ser explorada e enviada aos cofres da Coroa espanhola, entre o século XVI e meados do século XVII.

O trabalho na mineração foi devastador para os trabalhadores indígenas, que eram submetidos a péssimas condições, o que provocou a morte ou graves problemas de saúde em muitos deles. Para as comunidades, a retirada dos homens de suas tarefas tradicionais e seu deslocamento até as minas gerou prejuízos para a economia e a sobrevivência das famílias, levando à desestruturação de muitas delas.

lá na plataforma

Na seção 2 do nosso ambiente virtual, apresentamos mais informações sobre a importância da mineração para a Espanha.

A mineração, ao longo do século XVI, além de fazer da Espanha a monarquia mais rica da Europa, ainda estimulou a formação de vários centros urbanos na colônia, onde se concentraram muitos mineiros indígenas e outros trabalhadores, como comerciantes e pequenos artesãos. Muitos espanhóis pobres migraram para a colônia em busca de enriquecimento.

Outras atividades econômicas surgiram em torno da mineração para abastecer os habitantes das cidades com alimentos, bebidas

e roupas, animais para transportar o metal precioso até os portos e trazer de volta os produtos estrangeiros que iam para as minas. Foi o caso da pecuária desenvolvida na bacia do Rio da Prata, onde hoje estão Argentina e Paraguai, e das áreas que se especializaram na produção de milho e trigo.

A mão de obra indígena também foi utilizada na agricultura e pecuária, localizadas em regiões onde a população nativa era bem menor, através da *encomienda*. Por este mecanismo, o governo espanhol dava aos colonos a autoridade para explorar uma determinada terra e a população que nela vivia. Os colonos tinham a obrigação de catequizar esses índios, mas também tinham o direito de cobrar tributos que poderiam ser pagos em gêneros ou em trabalho nas terras.

A *encomienda*, num primeiro momento, não ameaçou as comunidades nativas, que permaneciam em suas terras e trabalhavam para a própria subsistência e para pagar os tributos aos *encomenderos*. O colono não tinha direito às terras indígenas. Entretanto, a situação se modificou em fins do século XVII, quando os fazendeiros tomaram conta das terras indígenas para a produção agrícola para exportação. Diante dos conflitos crescentes, as *encomiendas* foram suspensas pela Coroa espanhola.

As atividades agrícolas para exportação, como o cultivo de cana-de-açúcar, algodão, açúcar, anil, cacau e tabaco, eram realizadas em grandes propriedades rurais, principalmente no Caribe e em regiões da América do Sul, como Venezuela, Colômbia e o litoral peruano. Em muitas dessas áreas, as populações nativas tinham quase desaparecido ou encontravam-se mais dispersas.

Assim, na agroexportação, foi utilizado de forma sistemática o trabalho do escravizado africano, dentro do modelo que foi chamado de *plantation* – grande propriedade, monocultura para exportação e mão de obra escravizada. É importante destacar que os africanos escravizados estiveram presentes em todas as áreas coloniais espanholas, incluindo as de mineração, onde a mão de obra dos indígenas era predominante.

Do que discutimos até aqui, podemos identificar um elemento comum: tanto nas áreas mineradoras, com a *mita* e o *cuatequil*, como nas plantações de açúcar cultivadas pelo braço do escravizado africano ou nas de milho trabalhadas pelos índios encomendados, existe sempre alguma forma de coerção utilizada pelos colonizadores para forçar os indivíduos ao trabalho – por isso, chamamos esse tipo de *trabalho compulsório*.

As razões para a adoção de diferentes formas de trabalho compulsório são variadas. Em primeiro lugar, o trabalho livre assalariado não era muito difundido na Europa. Eram poucas as pessoas sem nenhum tipo de vínculo social que trabalhavam em troca de um salário por mês. Por isso, não era uma opção para os colonizadores. Em segundo lugar, para desenvolver as atividades econômicas nas Américas era necessário um grande número de pessoas, que nunca seria alcançado somente pela migração de espanhóis. Por fim, no caso da escravidão africana, ela já era utilizada na Europa.

O controle metropolitano da economia colonial

A política de colonização implementada pela metrópole tinha como um de seus ob-

jetivos enriquecer o Estado espanhol. Para isso, era necessário garantir que as riquezas produzidas nas Américas se direcionassem para o reino, estabelecendo algum tipo de controle sobre a produção e o comércio dos colonos. Daí a criação do *exclusivo comercial* ou *pacto colonial*, ou seja, a determinação de que as colônias só poderiam vender e comprar produtos a comerciantes autorizados pela Coroa espanhola. As áreas coloniais também foram proibidas de produzir alguns artigos, como tecidos, pois o objetivo era que eles fossem comprados de produtores estrangeiros autorizados.

As trocas comerciais das colônias só deviam se realizar, então, com comerciantes que possuíam o privilégio real – *monopólio* – de realizar negócios em domínios espanhóis. Todas as transações realizadas resultavam em impostos para a Espanha, aumentando as reservas de metais preciosos do reino. Bem de acordo com os princípios mercantilistas, não?

A tentativa de controle da metrópole também se estabeleceu através de um *sistema de portos únicos*. Toda a produção colonial só poderia ser embarcada e desembarcada em locais predeterminados na Espanha e nas Américas. Por fim, o transporte das valiosas mercadorias coloniais era feito por comboios oficiais – *sistema de frotas e galeões* – com proteção armada para cruzar o Oceano Atlântico.

No entanto, as sociedades coloniais não eram exatamente um retrato do que desejavam suas metrópoles. Entre as normas da metrópole e os interesses e necessidade dos colonos, houve espaço para desobediência, autonomia e dinâmicas próprias. Veja o caso da proibição da produção de tecidos. Várias cidades coloniais possuíam oficinas que produziam panos de lã para a população, e as

autoridades da Coroa nunca conseguiram reprimir totalmente essa atividade. O contrabando de metais preciosos, apesar de combatido, sempre foi praticado pelos colonos.

O tráfico de africanos escravizados também ocorria sem o completo controle da metrópole. Por isso, podemos pensar que as relações comerciais não se desenvolviam somente entre metrópole e colônia, mas também entre diferentes regiões coloniais, criando circuitos internos e externos alternativos. O exclusivo comercial ou pacto colonial encontrava, na prática, muitos limites.

A sociedade colonial

Africanos escravizados e seus descendentes, indígenas de diferentes etnias, mestiços, filhos de espanhóis nascidos na América, pobres e ricos, religiosos europeus e espanhóis de nascimento misturavam-se nas áreas de colonização. Entre eles, aqueles que possuíam o maior poder político eram os funcionários espanhóis nomeados pela Coroa, responsáveis pela administração das colônias e por fazer valer aqui as leis espanholas. O poder econômico colonial estava nas mãos dos *criollos*, os donos das minas e fazendas, conhecidas como *haciendas*, e grandes comerciantes.

Em algumas regiões, havia uma população mestiça, resultado da união entre europeus e indígenas, que não ocupava a mesma posição que os *criollos*. Nas áreas de economia mais dinâmica, com grande número de europeus, algumas famílias indígenas se “hispanizaram”, ou seja, passaram a adotar hábitos e costumes dos espanhóis.

Nas regiões de agropecuária, com a interiorização da colonização e das atividades

econômicas dos *criollos*, muitos indígenas foram expulsos de suas terras e sofreram um processo de empobrecimento. Essas comunidades, apesar da pobreza e da falta de terras, foram responsáveis pela transmissão da cultura indígena através das gerações.

Em áreas como o Caribe e as fazendas de agricultura de exportação da Venezuela e Colômbia, os afrodescendentes estavam presentes em grande número. O desenvolvimento da colonização de maneira acelerada em algumas áreas, principalmente naquelas envolvidas nos circuitos da mineração, levou ao crescimento e enriquecimento de alguns centros, como a Cidade do México e Lima (Peru). Nestes espaços, além da presença de muitos funcionários da Coroa espanhola e de membros muito ricos da elite *criolla*, houve a formação de uma elite intelectual, com a abertura de universidades, a publicação de livros e a produção de obras de arte. Esse não foi, porém, um processo geral em toda a América Espanhola.

As relações entre os indígenas, os africanos e os europeus foram assumindo novas formas com o decorrer da colonização. Por vezes, essas formas foram conflituosas e violentas; por outras, foram cooperativas e de influência mútua.

A atuação da Igreja Católica

Uma das principais características da sociedade colonial espanhola foi a importância da atuação da Igreja Católica em dois campos: junto aos povos indígenas e no controle da vida social e intelectual dos colonos.

Na Unidade 3, vimos que a Europa, no início do século XVI, vivenciava os conflitos e

as consequências das reformas religiosas, que resultaram na perda de fiéis pela Igreja Católica. Nesse mesmo momento, ocorria o início da colonização nas Américas, o que poderia significar a conquista de novos adeptos para o catolicismo. É nesse contexto que a catequização dos indígenas se colocou como um objetivo da colonização, a ser desenvolvido pelo clero católico, protagonizado pelas ordens religiosas.

Nos primeiros anos de colonização espanhola, a partir da experiência no Caribe, discutiu-se muito a questão da escravização indígena. A Coroa espanhola, após vários debates, decidiu-se pela proibição desse tipo de trabalho compulsório, editando várias leis durante o século XVI. Os religiosos que defenderam a proibição da escravização argumentavam que os indígenas deveriam ser iniciados na religião católica. Para isso, era necessário protegê-los da ação dos colonos que queriam escravizá-los, o que provocou seguidos conflitos. Uma das estratégias utilizadas pelo clero católico para a catequização foi reunir diferentes etnias indígenas em terras da Igreja, chamadas de “reduções” ou “missões”. Nelas, a religião católica era imposta e os indígenas deveriam se adaptar a uma nova organização social e cultural baseada nos padrões europeus.

lá na plataforma

Aprofunde seus conhecimentos sobre as missões ou “reduções” religiosas no nosso ambiente virtual.

As leis que proibiam a escravidão indígena foram cumpridas nas áreas onde os membros da Igreja e os fiscais da metrópole

podiam controlar as ações dos colonos. Mas, nas áreas de fronteira, ou seja, onde a ocupação estava apenas começando e as autoridades religiosas e espanholas ainda não haviam chegado, os índios continuaram sendo escravizados pelos espanhóis e *criollos* durante todo o período colonial.

Além da atuação junto às comunidades nativas, a Igreja Católica desempenhava funções importantes na vida social das colônias. Os costumes morais da população e o cumprimento dos deveres dos cristãos eram constantemente vigiados pelo clero. A prática de atos religiosos condenados pelo catolicismo também sofreu uma grande vigilância e a América espanhola recebeu a visita do Tribunal da Santa Inquisição. Lembre-se de que, como vimos na Unidade 3, o século XVI foi marcado por uma grande intolerância religiosa e as colônias não escaparam à disputa entre as religiões.

Resumo

- Os povos indígenas das Américas se caracterizam pela diversidade econômica, política e cultural. Ao longo do tempo, eles estabeleceram intensas relações de trocas econômicas e culturais, assim como processos de expansão e migração
- A colonização espanhola nas Américas se caracterizou pela conquista permanente das terras e dos povos indígenas, que resultou na morte de milhões de nativos por doenças, guerras e exploração de sua mão de obra.
- A estrutura político-administrativa montada pela metrópole nas Américas

teve o objetivo de controlar e fiscalizar a ação dos colonos e as diferentes atividades econômicas;

- Na exploração econômica, diferentes modalidades de trabalho compulsório foram utilizadas – como a mita e a escravidão indígena e africana.
- As sociedades coloniais eram marcadas pela hierarquização étnico-racial – colonos descendentes de espanhóis (*criollos*), população mestiça, índios e escravizados negros;
- A Igreja Católica teve um papel importante na catequização dos indígenas e na regulação da vida social da colônia.

Atividade

Leia o trecho, transcrito a seguir, do documento *Os povos indígenas na América Latina*, feito pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em 2015. Faça o que se pede:

A situação atual dos povos indígenas na América Latina só pode ser compreendida como o resultado histórico do processo que começou com a chegada dos europeus há mais de cinco séculos, mediante o qual estes foram despojados dos territórios que habitavam, de seus espaços de reprodução social e cultural e também de sua própria cultura, cosmovisões e modos de vinculação com a natureza. [...] Não foi só a maquinaria bélica que ajudou a ocupação europeia do continente e o despovoamento de seus históricos habitantes, mas também a carga de doenças que os europeus trouxeram consigo e que dizimaram gravemente as populações originárias. À introdução de novas doenças, como a varíola, o sarampo, o tifo, a febre amarela e a malária, se somou a submissão a trabalhos forçados e a castigos desumanos.

Denevan (1976) estima que na época dos primeiros contatos com europeus viviam 57,3 milhões de indígenas em todo o continente, dos quais 47 milhões habitavam nos países hoje denominados latino-americanos. No entanto, estima-se que 130 anos depois essa população havia diminuído em 90% e que a população indígena do Caribe quase foi exterminada em menos de meio século (CEPAL, 2015, p. 13).

A colonização da América espanhola foi justificada, também, pelo conceito de *terra nullius*, que significa “terra de ninguém” em latim. A ele, somou-se a criação de instituições destinadas a explorar e aproveitar o trabalho dos indígenas. A partir do que estudou nesta unidade: (*Anote as respostas em seu caderno.*)

- a) Apresente uma argumentação contrária ao conceito de *terra nullius*.
- b) Caracterize duas instituições que foram utilizadas no processo de colonização espanhola.

Resposta comentada

a) O uso do termo *terra nullius* jamais poderia justificar a ocupação do território americano pelos europeus, já que era um continente habitado por diversos povos em vários estágios de complexidade social.

b) Instituições criadas no processo de colonização tinham como objetivo consolidar os interesses da metrópole espanhola e da burguesia mercantil. Entre elas podemos caracterizar:

Vice-reinos – unidades administrativas com funcionário responsáveis pela fiscalização das atividades econômicas, da catequese e pela justiça.

Cabildos – órgãos locais nos quais atuavam os colonos mais ricos responsáveis pela segurança das vilas e estradas, realização de obras públicas e cobrança de impostos.

Encomenderos – colonos que recebiam o direito de explorar uma determinada terra e a população que nela vivia; tinham o dever de catequizar os índios.

Igreja católica – instituição que atuava, nas comunidades nativas e na vida social das colônias, pela propagação da fé católica por meio da conquista de mais adeptos, fixando os costumes morais da população.

Referências

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Os povos indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos*. Santiago (Chile): Nações Unidas, fev. 2015. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf. Acesso em: 4 fev. 2020.

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. *O paraíso destruído* (1502). São Paulo: L&PM Pocket, 2001.

Os povos indígenas das Américas e as colonizações inglesa e francesa (secs. XV a XVIII)

06

meta

Explicar a organização política, econômica e social dos povos indígenas das Américas e os principais aspectos das colonizações inglesa e francesa, entre os séculos XVI e XVIII.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- identificar os principais aspectos das sociedades nativas e seus contatos com ingleses e franceses;
- caracterizar a colonização inglesa e francesa nas Américas, destacando a organização político-administrativa, econômica e sociocultural;
- explicar a constituição de sociedades coloniais, identificando os processos de resistência indígena e negra escravizada.

Introdução

Na Unidade 5, vimos que, logo após a chegada de Cristóvão Colombo às ilhas do Caribe, os espanhóis iniciaram a conquista, exploração e ocupação do território nas Américas Central e do Sul. A parte norte do continente, porém, trilhou um caminho um pouco diferente, já que esta, durante o século XVI, permaneceu muito pouco conhecida pelos europeus. Algumas expedições marítimas francesas, inglesas e espanholas atingiram pontos do litoral, mas não iniciaram qualquer núcleo de ocupação.

A partir do início do século XVII, esse contexto começou a ser modificado, com a presença mais efetiva de ingleses e franceses na região. Veremos, nesta unidade, as primeiras impressões desses europeus sobre as novas terras “descobertas” e os primeiros contatos com os povos nativos. E discutiremos também as políticas de colonização que as metrópoles inglesa e francesa buscaram implementar na América do Norte, lembrando do que já discutimos em relação à América espanhola: como se desenvolveu a exploração econômica e o controle metropolitano sobre os colonos? Qual o papel desenvolvido pelas igrejas nesse processo? Quem foram os trabalhadores nessas colônias?

Ingleses e franceses não estiveram presentes somente na parte norte do continente, mas também atuaram no Caribe e na América do Sul. Contaremos um pouco dessa história a seguir, mas, antes, observe no mapa as regiões americanas controladas pela Inglaterra e pela França no século XVIII:

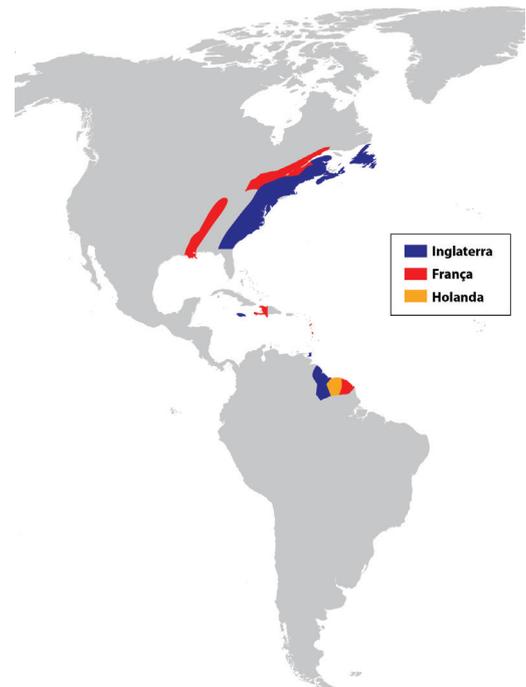


Figura 6.1. Regiões da América de colonização inglesa e francesa no século XVIII.

A colonização na América do Norte

Os povos indígenas

No século XV, ao norte da América, existiam cerca de 18 milhões de indígenas de diversas etnias. Aqui, vamos nos deter em três delas: Apache, Sioux e Iroquese, que além da densidade populacional, apresentam muitos aspectos culturais, religiosos e políticos comuns a outros povos. Isso nos permite apresentar um panorama da interação entre elas e da diversidade dos povos que viviam ao norte do continente.



Figura 6.2. Povos indígenas da América do Norte.

Uma das principais nações indígenas da América do Norte foi a Sioux, que se dividia em vários clãs que falavam línguas diferentes. Eram nômades e exímios caçadores de búfalos. Sua atividade caçadora era tão importante que se deslocavam seguindo os rebanhos e carregando suas casas com formato de cone e cobertas de pele de búfalo.

O povo Apache conseguia sua sobrevivência por meio da caça, da pecuária e da agricultura. O cultivo de milho e do feijão e a criação de ovelhas e cabras correspondiam à maior parte de sua alimentação diária. Atualmente, os apaches constituem a comunidade indígena americana mais populosa, com aproximadamente 57 mil pessoas.

Os iroqueses formavam uma confederação de povos: os Caiuga, os Mohawk, os Oneida, os Onondaga e os Sêneca. Esses povos viviam próximos uns dos outros e falavam línguas semelhantes. Por volta dos séculos XV e XVI, após um extenso período de guerras, ocorreu uma aliança entre os povos e foi formada uma confederação. Em 2010, foram identificados cerca de 81 mil indígenas iroqueses vivendo em Nova York e no sul do Canadá.

Entre os povos nativos da América do Norte, era comum a formação de conselhos de representantes das famílias, nos quais eram eleitos líderes capazes de mediar conflitos e estabelecer alianças com outros povos. A tradição da transmissão pela oralidade das regras e leis de cada povo era comum, embora alguns poucos grupos tenham desenvolvido formas de escrita.

Os indígenas do norte da América consideravam os elementos da natureza e a terra como sagrados. Eles tinham diferentes formas de cultuar esses espíritos, mas era comum em seu sistema de crenças a existência de um criador, chamado por eles de “o Grande Espírito”. Existia em cada tribo a figura de um indígena, geralmente mais velho, responsável por mediar o contato com os espíritos, realizar os rituais de cura e transmitir as tradições.

A colonização francesa

No contexto da expansão comercial dos séculos XV e XVI, em relação a outras monarquias europeias, a Inglaterra e a França entraram de forma tardia na disputa por território. A instabilidade política, provocada principalmente pelos conflitos religiosos da época, inviabilizou investimentos dessas nações nas navegações. Mas, a partir do século XVII, ambas passam a disputar os territórios da América.

A França foi o primeiro país a contestar o Tratado de Tordesilhas (1494), ao reivindicar que Deus não dera o mundo a espanhóis e portugueses. Para Francisco I, monarca francês, somente a ocupação efetiva, através da habitação no território, criaria o direito à posse do território. A França enviou, então, alguns exploradores à América do Norte na

década de 1520, mas isso não se desdobrou numa política de ocupação do território, o que só começou a ser feito em 1603.

No século XVII, com um período de estabilidade política e social, o governo francês instaurou a colônia da Nova França, na porção norte da América do Norte. A intenção era que ela fosse a sede do Império Colonial Francês e auxiliasse na colonização do Caribe. Poucos anos depois, foram fundadas as cidades de Quebec e Montreal (no atual Canadá) e núcleos de agricultores franceses se instalaram na região.

O povoamento, porém, não foi adiante, porque não houve por parte do Estado francês uma política de incentivo à ida de colonos para a América. As terras eram controladas pelo Estado, sendo doadas para nobres que deviam promover a migração de camponeses e artesãos para as colônias. Contudo, a nobreza francesa não tinha interesse em distribuir terras aos camponeses que decidissem vir para a América, por conta das hierarquias sociais na Europa, que garantiam a posse da terra somente à nobreza.

Em 1627, foi criada uma companhia de comércio controlada pela burguesia mercantil, que obteve do rei o monopólio do comércio de peles de animais. Essa atividade econômica foi a que mais se desenvolveu na colônia, pois não havia a necessidade de investimento em produção, e o comércio era realizado com os povos indígenas, envolvendo a troca de peles por mercadorias como armas de fogo e bebidas. Na segunda metade do século XVIII, Inglaterra e França entraram em guerra disputando áreas na América. Com a vitória inglesa, a França perdeu o domínio sobre essa região.

Além da região correspondente ao atual Canadá, a colonização francesa também penetrou em direção ao sul da América do Norte, seguindo o rio Mississippi, tendo ocupado uma região que ficou conhecida como Luisiana (em referência aos reis franceses chamados Louis, no século XVII).

Alguns núcleos de povoamento foram estabelecidos, como a cidade de Nova Orleans, bem como as missões religiosas que tinham o objetivo de catequizar os índios. A Luisiana ocupava uma área a oeste das colônias inglesas na América e, também, especializou-se no comércio de peles com os indígenas. A reduzida população francesa permaneceu nessa região enquanto os colonos ingleses ocupavam as terras próximas ao litoral.

As comunidades indígenas participaram desses enfrentamentos armados, principalmente através de alianças feitas com os franceses. No entanto, o número pequeno de colonos da França e a pressão pela ocupação das terras por parte de imigrantes ingleses acabaram dificultando a permanência dos franceses. Após a independência das colônias inglesas, a Luisiana acabou sendo vendida para o novo governo dos Estados Unidos em 1803.

A colonização inglesa

A sociedade inglesa atravessou nos séculos XVI e XVII um período de muitos conflitos religiosos e políticos, resultado da mesma conjuntura de reformas religiosas que havia provocado enfrentamentos entre católicos e protestantes na França. Na Inglaterra, o rei tornou-se o líder de uma nova igreja, a Anglicana, e o desafio seria o de combater

católicos e calvinistas que não aceitavam a nova religião.

A fundação das Treze Colônias

No final do século XVI, o primeiro núcleo de povoamento inglês foi fundado em terras americanas, mas sem sucesso. No início do século XVII, a Coroa inglesa entregou a duas companhias privadas, lideradas por integrantes da burguesia comercial, a concessão para fundar colônias, ou seja, elas receberam do rei o direito de cuidar do povoamento da América do Norte. A região Norte ficou sob a responsabilidade da Companhia Plymouth, e a Sul, coube à Companhia Londres. Elas seriam responsáveis pelos custos com o transporte de colonos e os artigos necessários para sua fixação no território americano. Entre as duas regiões, a Coroa reservou para si uma extensão de terras.

Em 1607, foi fundada a primeira colônia no Sul, Virgínia, onde se estabeleceu uma assembleia responsável pelo governo da colônia, com participação de seus moradores do sexo masculino. A cidade de Jamestown foi criada pelos primeiros colonos, que passaram por enormes dificuldades nos primeiros tempos.

#lá na plataforma

Uma das cidades mais famosas dos Estados Unidos é Nova York, mas você conhece sua história? Para saber, acesse nossa plataforma virtual.

No Norte, chegaram muitos puritanos – seguidores das igrejas calvinistas que sofriam com a perseguição religiosa na Inglaterra – e surgiu, em 1620, a colônia de Massachussets. Ali, os colonos estabeleceram um governo baseado em regras religiosas extremamente rígidas, com uma grande vigilância sobre a população. Dessa primeira colônia se originaram mais três durante o século XVII, que foram destino de um grande número de imigrantes europeus. Até o final do século XVII, 12 colônias haviam sido fundadas por ingleses na América. Geórgia, a décima terceira, foi criada no século seguinte.

#lá na plataforma

Em nosso ambiente virtual, você poderá aprender mais sobre os muitos ingleses protestantes que vieram para a América do Norte fugindo das perseguições religiosas na Inglaterra anglicana. Dentre estes, poderá conhecer a história dos peregrinos do Mayflower.

É importante ressaltar o fato de que estamos falando de 13 colônias, totalmente independentes entre si, com governos separados e leis diferentes. O povoamento também ocorreu em momentos diferentes, com pessoas que vieram de vários países da Europa. Somente muito mais tarde, após a independência, é que se formou uma unidade – o país chamado Estados Unidos da América.

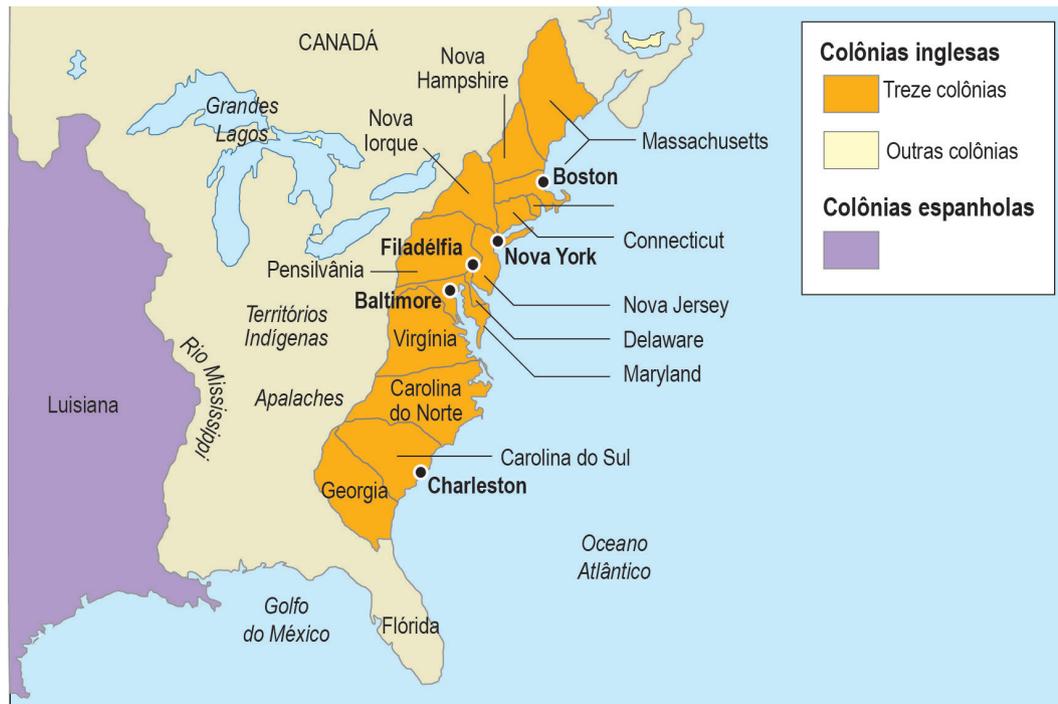


Figura 6.4. As Treze Colônias inglesas. Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=22166954>. CC BY-SA 3.0.

Política e economia

Uma característica das colônias inglesas na América era a existência de uma maior autonomia nas atividades econômicas e nas decisões políticas. Envolvida em crises políticas internas e muito mais interessada na conquista de posições importantes no comércio oriental, principalmente na Índia, a metrópole inglesa não se empenhou em criar um controle efetivo sobre suas terras na América.

As colônias praticaram o que muitos autores chamam de “autogoverno”. Os funcionários da Coroa inglesa não estavam presentes em grande número na América e, por isso, os próprios habitantes se organizaram em assembleias para cuidar das leis, impostos e dos negócios de suas colônias.

O mesmo acontecia com as relações comerciais, que não eram organizadas através do exclusivo comercial da metrópole, analisado no caso da América espanhola. A monarquia e o parlamento na Inglaterra criaram um aparato legal para regular os assuntos comerciais coloniais, porém a fiscalização era muito deficiente, abrindo espaço para uma maior autonomia dos colonos.

Em termos econômicos, as colônias apresentavam muitas diferenças e, por isso, as dividimos em três grupos: as quatro colônias localizadas ao norte, começando por Massachusetts, tinham clima parecido com o da Europa. Isso dificultava a produção de alguma mercadoria com grande procura no mercado europeu e, portanto, que fosse de interesse da metrópole inglesa.

As colônias do Norte investiram em uma agricultura de subsistência em pequenas propriedades com mão de obra basicamente familiar. Praticavam, também, o comércio de peles de animais com os povos indígenas. O desenvolvimento da colonização e a chegada de novos imigrantes levaram ao crescimento das atividades agrícolas, agora com o objetivo de atender ao mercado interno da colônia.

Com uma maior demanda foi necessário buscar mais trabalhadores, e a saída encontrada foi a “servidão de contrato”, de que trataremos mais adiante. A atividade pesqueira também se desenvolveu, o que contribuiu para a indústria de construção de navios. Nesses estaleiros favorecidos pela abundância de madeira dessa região foram produzidas embarcações que seriam usadas no chamado comércio triangular, que estabelecia relações comerciais entre os três continentes: África, América e Europa.

>> saiba mais

O comércio triangular liderado por colonos ingleses interligava América do Norte e Caribe, Europa e África, através de relações comerciais em torno do tráfico de pessoas escravizadas. Nas Antilhas, os colonos compravam o melado, produto da cana-de-açúcar, que seria transformado em rum nas colônias inglesas. Dessa região, saíam navios com carregamentos dessa bebida para os mercados africanos. Lá, eram trocados por escravizados. Esses escravizados eram levados para ser vendidos nas fazendas das Antilhas ou nas colônias do Sul das Treze Colônias. Após a venda, os navios voltavam para a Nova Inglaterra (região ao norte que compreendia as colônias

de Connecticut, Maine, Massachusetts, Nova Hampshire, Rhode Island e Vermont), com mais melado e cana para a produção de rum. Era uma atividade altamente lucrativa, entre outros motivos, por garantir que o navio sempre estivesse carregado de produtos para vender em outro lugar. O comércio triangular também poderia envolver a Europa, para onde os navios levavam açúcar das Antilhas, voltando com os porões repletos de produtos manufaturados. Ao longo do tempo, essa atividade gerou o surgimento de importantes companhias comerciais nas colônias inglesas.



O comércio triangular das Treze Colônias inglesas na América.

As colônias do centro foram as últimas a serem povoadas, recebendo imigrantes ingleses, holandeses, suecos e irlandeses. Com terras muito férteis, tornaram-se grandes produtoras de alimentos que eram vendidos no mercado interno. Especializaram-se, também, na produção de artigos têxteis e na metalurgia. Alguns centros participavam do comércio triangular, dando origem a um importante grupo de comerciantes.

No Sul, a colonização foi muito semelhante à que ocorreu na América espanhola e no Caribe inglês. Com condições climáticas diferentes da Europa, essas áreas puderam

desenvolver o cultivo de produtos para exportação, como o tabaco e o algodão. Ao contrário das pequenas propriedades encontradas ao norte, a paisagem agrária do Sul foi marcada por grandes propriedades nas mãos de uma elite de fazendeiros. Sua economia era muito mais dependente da Inglaterra, atendendo a seus interesses econômicos.

Essa divisão das colônias não deve ser compreendida de forma rígida, pois apesar de apresentarem aspectos econômicos e sociais bem demarcados, algumas das características poderiam ser encontradas nas três regiões. Temos como exemplo a cidade de Nova York, que, situada numa colônia do centro, era um grande mercado comprador de escravizados e, como cidade, era marcadamente escravista.

Trabalho e sociedade na colônia

A necessidade de mão de obra para desenvolver as atividades econômicas que vimos nas colônias espanholas se repetiu nas colônias inglesas. No século XVII, esse problema foi resolvido através da “servidão de contrato”, pela qual homens e mulheres pobres da Europa que quisessem vir para a América teriam suas despesas de transporte custeadas e trabalhariam de cinco a sete anos para um colono, sendo sustentados por ele, mas sem salários. Ao final do contrato, os imigrantes receberiam uma indenização ou um pedaço de terra.

>> saiba mais

A “servidão de contrato” é descrita por um homem que veio para a colônia inglesa na América do Norte em 1666 da seguinte maneira:

Aqueles que vivem atormentados com a preocupação de como ganhar decentemente sua subsistência, ou aqueles que, com seu trabalho, mal conseguem levar uma vida confortável, procederão bem se vierem para este lugar, onde qualquer homem, seja quem for, que esteja disposto a enfrentar moderados esforços, tem assegurada uma existência bastante confortável e está a caminho de levar sua fortuna muito além do que ousaria imaginar, se permanecesse na Inglaterra. Que nenhum homem se preocupe com a ideia de ser um servo durante quatro ou cinco anos, pois – posso assegurar – muitos homens dariam dinheiro e até mesmo seus filhos para servirem durante sete anos, sofrer mais adversidades e passar fome, como os servos desta plantação o farão. É preciso considerar, então, que, quando seu tempo de servidão terminar, possuirá a terra. Instrumentos de trabalho e roupas lhes serão dados como adiantamento (“Perdição de um imigrante europeu do séc. XVII” *apud* SÃO PAULO, 1981).

Como fica claro no relato, a “servidão de contrato”, modalidade usada como forma de conseguir mão de obra em algumas áreas das Treze Colônias, significava para muitos imigrantes, mesmo que a longo prazo, a garantia de uma melhoria de vida, embora tivessem que viver por um bom tempo sob as ordens e condições estabelecidas por seu contratador.

Entre o início da colonização no século XVII e a independência das colônias, em 1776, 80% dos europeus que chegaram à América estavam sob o contrato de servidão. Pessoas de diferentes religiões cristãs vieram para a América e, na maioria das colônias, a convivência entre elas não provocou maiores conflitos. Ao contrário do que aconteceu na América espanhola, a Igreja Anglicana não foi a única com atuação permitida nas colônias inglesas.

A escravidão negra africana foi introduzida na Virgínia em 1619, no Sul, poucos anos depois da fundação desta. No decorrer do século XVII, esse tipo de mão de obra concorreu com a servidão dos europeus, tornando-se predominante no século seguinte. Era possível encontrar escravizados negros em toda a América inglesa, mas eles se concentravam principalmente nas colônias do Sul, constituindo a maioria da população em algumas delas. A presença de muitos negros escravizados fez com que várias decisões de ordem moral e jurídica fossem tomadas, para que, segundo os colonos, se evitasse a “desordem”.

Em 1712, foi criado um código escravista na Carolina do Sul que estabelecia uma série de normas e leis, desde a proibição de os negros saírem aos domingos para a cidade, a fim de evitar ajuntamentos, até a proibição do porte de armas de qualquer espécie por um escravizado. Recomendava-se rigor aos juízes que tratassem de crimes cometidos por escravizados, especialmente se fosse de rebelião coletiva contra a autoridade local. A existência das normas que previam uma possível rebelião nos mostra que a atuação das pessoas escravizadas na resistência à escravidão era permanente. Daí que, ao longo

da colonização, foram criados mecanismos de controle e vigilância dos escravizados.

As relações com os povos nativos

Assim como ocorreu em outras áreas das Américas, o território das Treze Colônias inglesas era ocupado por diversos grupos indígenas. Nos primeiros contatos com os brancos, houve vários conflitos armados e a disseminação de doenças que levaram à morte de muitos indígenas. A invasão progressiva das terras pelos colonos fez com que os embates com os indígenas se prolongassem por muito tempo. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os diferentes grupos indígenas fizeram várias alianças com franceses contra os colonos ingleses.

De maneira frequente, a solução encontrada por muitos grupos indígenas foi fugir para o interior do território. Em 1763, a Inglaterra proibiu os colonos de tomar posse de terras a oeste. Com isso, o Parlamento inglês manteve protegidos os povos nativos, evitando que se interrompesse o comércio de peles. Ao mesmo tempo, controlava a interiorização contínua dos colonos, para não dificultar a cobrança de impostos.

Ao contrário do que aconteceu em domínios espanhóis, a colonização inglesa não apresentou um espírito missionário. Em outras palavras, não houve a intenção de converter os nativos à religião oficial da Inglaterra, o anglicanismo. Ao contrário das colônias ibéricas, o pensamento religioso entre os colonos ingleses não via o indígena como um indivíduo a ser inserido na sociedade cristã que estava sendo construída. Nunca houve um processo sistemático e permanente de

catequização, somente ações isoladas como a do reverendo puritano John Eliot, que chegou a traduzir o Novo Testamento para o povo Algonquino.

Isso não quer dizer que a religião não tenha desempenhado um papel importante na ocupação do território das colônias inglesas na América do Norte. Os puritanos, por exemplo, acreditavam que eram os escolhidos de Deus e, por isso, tinham direito a ocupar as terras dos índios para realizar seus projetos.

A colonização no Caribe

A ocupação e a colonização da região do Caribe foi estudada na Unidade 5, quando tratamos da colonização espanhola. A chegada dos espanhóis nessa região e a localização dos primeiros sinais de ouro significaram o extermínio das populações indígenas: por conta das doenças trazidas pelos europeus, da escravização dos povos nativos e dos atos de violência cometidos para dominar o território. Ao longo do século XVI, as ilhas permaneceram como domínios espanhóis, mas sem grande importância econômica, atuando como entrepostos comerciais, locais de pirataria e na exploração do ouro.

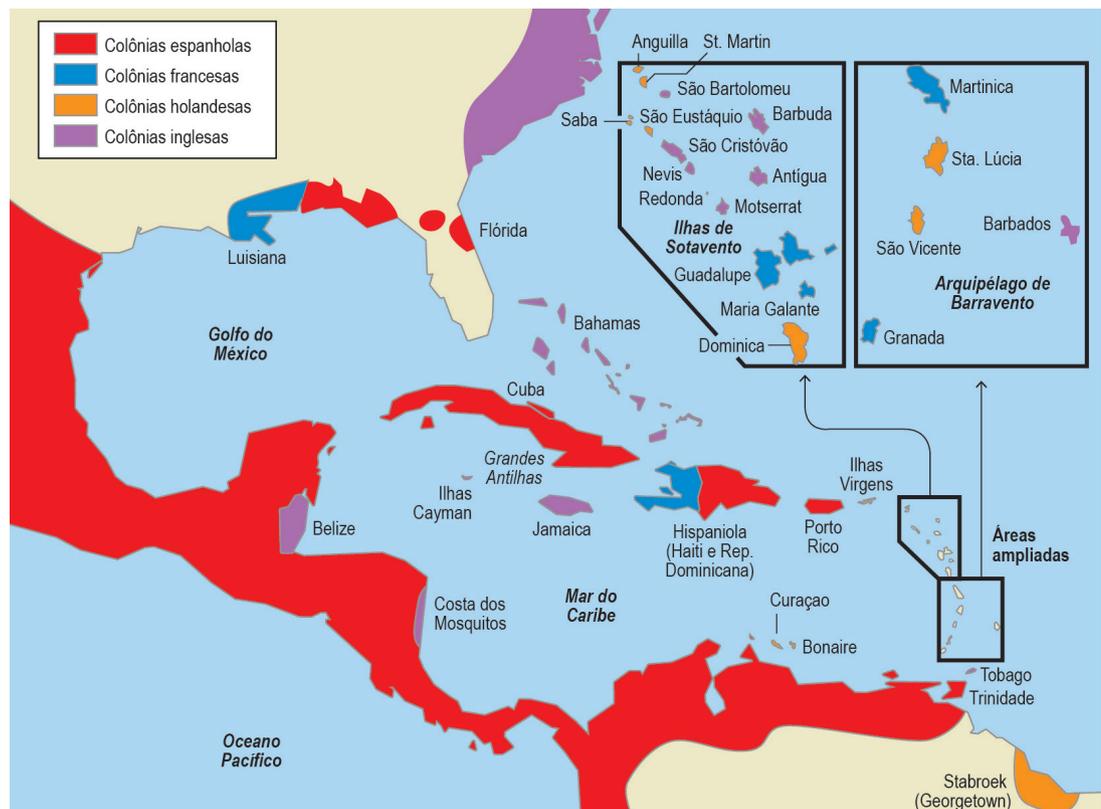


Figura 6.5. A colonização europeia nas Antilhas/Caribe.

O século XVII transformou esse cenário, pois Inglaterra, França e Holanda voltaram-se para a colonização de terras americanas, tornando-as novas forças coloniais, o que significou muitas disputas entre os países europeus. No final do século XVII, ingleses, franceses e holandeses conquistaram muitas ilhas dos espanhóis e a região passou a ocupar um espaço bem maior no comércio mundial.

Entre 1620 e 1655, a Inglaterra conquistou várias ilhas espanholas, que se transformaram em colônias muito lucrativas. Entre elas, a Jamaica se destacou com a produção de açúcar para exportação, baseada na utilização da mão de obra escravizada africana fornecida pelos navios ingleses que praticavam o comércio de escravizados. O povoamento do Caribe inglês contou com a vinda de grupos de perseguidos religiosos e políticos, como ocorreu nas colônias da América do Norte. Além da cana-de-açúcar, também foi implantado nas ilhas o cultivo de algodão, anil e tabaco.

No mesmo período, a França se apoderou de outras ilhas espanholas no Caribe. Entre elas, o Haiti – na época, chamado Saint Domingue – foi a que mais se desenvolveu, fornecendo muitos lucros à monarquia francesa e a seus colonos com a produção de cana-de-açúcar. A mão de obra do africano escravizado também foi predominante.

A metrópole francesa buscava estabelecer um rígido controle sobre o comércio do Haiti através da presença numerosa de funcionários. Ao mesmo tempo, os franceses se dirigiram à África, ocupando em 1659 a ilha de Saint-Louis, no litoral do atual Senegal, e estabelecendo uma rota de tráfico de escravizados africanos para suas colô-

nias na América. Em 1667, foi a vez da ilha de Goré, também no Senegal, ser tomada dos holandeses para ser transformada em base de apoio às companhias de comércio francesas.

Em 1621, foi criada a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais com o capital de um grupo de comerciantes holandeses. Imediatamente, o governo deu à empresa o monopólio do comércio de escravizados africanos e outros produtos para as colônias holandesas. Entre 1620 e 1640, a Holanda ocupou cinco ilhas no Caribe, administradas pela Companhia das Índias Ocidentais, que deveria povoar a região e organizar atividades econômicas. Algumas ilhas serviram como entreposto comercial e base para o comércio negreiro desenvolvido pela Companhia. Mas os lucros maiores vieram após 1654, quando os holandeses foram expulsos do Brasil e levaram para as ilhas do Caribe a técnica da produção do açúcar. Da mesma forma que nas ilhas inglesas e francesas, a mão de obra do escravizado africano foi a base da economia das colônias holandesas.

Sobre as colonizações nas Américas

Nas Unidades 5 e 6, discutimos a ação dos países europeus nas Américas. Agora, vamos analisar alguns aspectos da colonização. Em primeiro lugar, para entendermos as decisões e as iniciativas de espanhóis, franceses, ingleses e holandeses em relação às suas colônias americanas, devemos considerar as relações políticas e econômicas entre eles na Europa e, também, na Ásia e na África.

A utilização da mão de obra do negro africano escravizado na América e a importância do tráfico negreiro para sua continuidade, por exemplo, nos levam a reconhecer a profunda conexão existente entre as colônias americanas e a África. Não só porque vinham de lá os escravizados, mas porque muitos comerciantes americanos, como os de colônias inglesas, estavam à frente do negócio negreiro.

As relações entre diferentes regiões coloniais também eram muito importantes. O comércio triangular feito por algumas das colônias da América do Norte é uma prova disso. Através dele, regiões do Caribe se ligavam estreitamente às colônias inglesas. Da mesma forma, vimos como diferentes áreas espanholas estabeleceram circuitos comerciais internos importantes.

É importante também destacar que os países europeus que ocuparam a América possuíam diferentes projetos de colonização e objetivos. Espanha e Portugal, pioneiros na expansão marítima e na colonização da América, fizeram da expansão da fé católica com a catequização dos nativos uma meta inseparável da busca por riquezas. Nessas áreas, os praticantes de outras religiões se defrontaram com uma grande vigilância e repressão.

O mesmo não aconteceu nas colônias inglesas na América do Norte, para onde se dirigiram muitos perseguidos religiosos da Inglaterra, já que a Igreja Anglicana não desempenhou um papel importante na colonização. Ao mesmo tempo, essa diferença implicou distintas relações com os povos nativos do continente americano.

Assim, para compreendermos as sociedades americanas surgidas a partir do século XVI, temos que considerar as relações estabelecidas entre as colônias e suas metrópoles, as relações das colônias entre si, além do choque, enfrentamento e sincretismo entre as diferentes culturas que se encontraram nas Américas.

Resumo

No século XVII, Inglaterra, França e Holanda conquistaram da Espanha várias ilhas do Caribe, ao mesmo tempo que dominavam territórios na África e na Ásia. A colonização do Caribe foi marcada pela produção de mercadorias para exportação, com destaque para o açúcar, e também, pelo uso da mão de obra do africano escravizado, que “repovoou” as ilhas, depois do extermínio de grande parte da população indígena, pelos espanhóis.

Na América do Norte, as colonizações francesa e inglesa tiveram início em princípios do século XVII, devido a questões internas dos países. A colonização francesa não levou a um efetivo povoamento das terras americanas e sua principal atividade foi o comércio de pele com os indígenas. A partir do século XVIII, as colônias da França foram sendo perdidas para outros países.

A formação das Treze Colônias inglesas na América do Norte ocorreu durante os séculos XVII e XVIII, com a formação de três tipos de colônia com características particulares: Norte, Centro e Sul. Nas colônias inglesas, o controle da metrópole não se estabeleceu de forma rígida, permitindo maior autonomia política e comercial para os colonos. A prática religiosa também encontrou maior liberdade nessas colônias. Diferentes modalidades de trabalho compulsório também foram utilizadas nas Treze Colônias inglesas.

Atividade

1. Leia o trecho a seguir:

Nas centenas de povos indígenas que habitavam a América do Norte até a chegada dos europeus, havia uma enorme variedade de línguas, cerca de trezentas. Grupos indígenas como os cherokees, iroqueses, algonquinos, comanches e apaches povoavam todo o território, do Atlântico até o Pacífico. [...] Por toda a América, a história dessas tribos seria profundamente modificada pela chegada dos europeus. As opiniões dos colonos sobre os indígenas variaram, mas foram, quase sempre, negativas. Um dos mais antigos relatos sobre eles, de 1628, de autoria de Jonas Michaëlius, mostra bem isso: *Quanto aos nativos deste país, encontro-os totalmente selvagens e primitivos, alheios a toda decência; mais ainda, incivilizados e estúpidos, como estacas de jardim, espertos em todas as perversidades e ímpios, homens endemoniados que não servem a ninguém senão o diabo [...]. É difícil dizer como se pode guiar a esta gente o verdadeiro conhecimento de Deus e de seu mediador Jesus Cristo* (KARNAL et al., 2007, p. 53).

A partir desse relato de um colono sobre os indígenas que viviam na América do Norte, explique com base em argumentos presentes no texto da Unidade 6, alguns aspectos da vida dos indígenas que eram considerados incivilizados pelos europeus. (*Anote as respostas em seu caderno.*)

2. Releia o conteúdo da unidade e preencha o quadro comparativo sobre a ação colonizadora de ingleses, franceses e holandeses na América: (*Anote as respostas em seu caderno.*)

Região da América Colonial	Período da colonização	Principais atividades econômicas	Mão de obra	Relação com os indígenas
América Francesa (Norte e Caribe)				
América Inglesa (Norte e Caribe)				
América Holandesa				

Resposta comentada

1. Os europeus consideravam os indígenas atrasados, porque não encontraram em suas práticas sociais, culturais e de organização política e econômica semelhanças com as suas. Os indígenas da América do Norte acreditavam em espíritos da natureza; não tinham templos religiosos; viviam daquilo que conseguiam na natureza; seus líderes não tinham o poder e a função de um rei europeu; sua economia não estava baseada no acúmulo de metais.

2.

Região da América Colonial	Período da colonização	Principais atividades econômicas	Mão de obra	Relação com os indígenas
América Francesa (Norte e Caribe)	Séculos XVII e XVIII	América do Norte: comércio de peles de animais Caribe: produção do açúcar	Caribe: africanos escravizados Norte: indígena	América do Norte: trocas comerciais, alianças Caribe: relações comerciais
América Inglesa (Norte e Caribe)	Séculos XVII e XVIII	Treze Colônias Norte: policultura, pesca, construção de navios e comércio de peles Centro: policultura, artigos têxteis e metalurgia Sul: produção para exportação de tabaco e algodão Caribe: Produção de açúcar, algodão, anil e tabaco	Treze Colônias Norte: “servidão por contrato” Centro: “servidão por contrato” e escravizado africano Sul: escravizado africano Caribe: escravizado africano e homens livres pobres	Treze Colônias Norte: trocas comerciais e conflitos por territórios Centro: trocas comerciais e conflitos por territórios Sul: conflitos por territórios Caribe: uso como mão de obra
América Holandesa	Século XVII	Produção do açúcar para exportação	Escravizados africanos	Uso como mão de obra

Referências

KARNAL, Leandro *et al.* *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Coletânea de Documentos de História da América para o 2º. Grau – 1ª. série*. São Paulo: CENP, 1981 (mimeografado).

Os povos indígenas e a colonização portuguesa na América (sec. XVI ao XVIII)

07

meta

Explicar a organização política, econômica e social dos povos indígenas e os principais aspectos da colonização portuguesa na América, entre os séculos XVI e XVIII.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- apresentar a diversidade social dos povos indígenas que habitavam o território atual do Brasil, identificando suas dinâmicas políticas, econômicas e culturais;
- caracterizar a colonização portuguesa na América, destacando a organização político-administrativa, econômica e sociocultural;
- explicar as principais ações da Igreja Católica no processo de colonização;
- analisar a constituição de sociedades coloniais originais e o processo de resistência indígena e negra.

Introdução

Nas Unidades 5 e 6, estudamos os processos relacionados à conquista e colonização do continente americano, analisando as políticas espanhola, inglesa, francesa e holandesa. Na presente unidade, vamos tratar da colonização portuguesa na América, nas terras que vieram a se chamar brasileiras.

Antes de tudo, é preciso ressaltar que o Brasil, como o conhecemos hoje, é bem diferente da colônia estabelecida no século XVI. Nossas fronteiras atuais, por exemplo, foram definidas muito tempo depois, assim como a adoção da língua portuguesa de maneira uniforme e o sentimento de nacionalidade. Ao mesmo tempo, o Brasil de hoje é marcado pela contribuição das pessoas que viviam aqui bem antes de 1500...

Para compreender essas particularidades do nosso processo de colonização, partimos de algumas perguntas: como viviam os povos nativos desta região? Como se deram o processo de conquista do território e o genocídio indígena promovido pelos portugueses? Como a metrópole buscou estruturar a administração e a exploração econômica das terras e dos povos? Quais as áreas de atuação da Igreja Católica? E de que forma se construíram as relações sociais na colônia, considerando a ação de todos os sujeitos históricos – europeus, indígenas, africanos e seus descendentes escravizados, libertos e livres?



Figura 7.1. Região de colonização portuguesa na América.

Os povos indígenas: diversidade e dinamismo

O território que os portugueses começaram a conhecer e invadir em 1500 possuía características semelhantes às que encontraram espanhóis, ingleses e franceses. Nele, viviam milhões de pessoas, em sociedades com grande diversidade demográfica, política, econômica e cultural.

Sem conhecer esses povos, não é possível compreender a sociedade que vai se constituir a partir do século XVI, pois eles tiveram papel fundamental na produção da riqueza, na religiosidade, na alimentação, na língua e nas famílias coloniais.

O mapa a seguir refere-se aos séculos XIV e XV. Embora não seja preciso quanto às fronteiras dos territórios onde viviam os povos nativos, ele nos permite ter uma ideia aproximada dos diferentes grupos indígenas que habitavam o que veio a ser, mais tarde, o território brasileiro.

OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1500

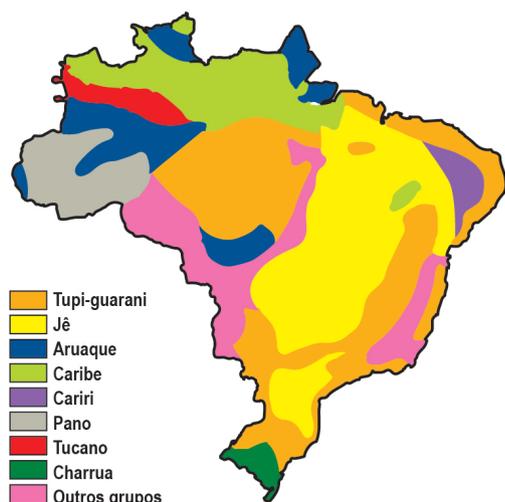


Figura 7.2. Povos indígenas das Américas. Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa-dos-Povos-Indigenas-na-Epoca-do-Descobrimto.jpg?uselang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2020.

É importante destacar que denominações como Tupi-guarani e Jê reúnem povos que, embora pertençam à mesma família linguística, têm línguas faladas, formas de sobrevivência e organização política com muitas variações entre si. As regiões habitadas pelos indígenas iam muito além dos limites do território brasileiro atual, uma vez que a área de ocupação e de trânsito era muito

mais ampla. Muitos grupos indígenas viviam em constante movimento, buscando melhores fontes de alimento e terras.

As relações entre os povos indígenas do Brasil eram marcadas por disputas e alianças entre eles. A guerra fazia parte da vida social, como também a política de aproximação com outros grupos. Era nas guerras que se conseguiam prisioneiros, se capturavam mulheres e se conquistavam territórios. E, com aliados, um povo garantia apoio nas guerras, ampliava sua área de influência e as possibilidades de trocas comerciais. Também entrava em contato com técnicas e conhecimentos elaborados por outros grupos, modificando sua própria sociedade.

Cada região do território apresentava características e recursos naturais próprios, que poderiam favorecer uma atividade econômica específica – agricultura, pesca, caça, coleta de frutos silvestres, artesanato, comércio. As populações nativas conheciam em grande parte a agricultura, ainda que a maioria a praticasse de forma muito simples. Dominavam recursos e técnicas para a construção de casas, para fabricar seus instrumentos de trabalho, de lazer e de meios de locomoção. A produção artesanal variava de grupo para grupo, de acordo com os recursos disponíveis e os conhecimentos técnicos. Objetos de cerâmica, de palha de folha de palmeira ou de casca de frutos serviam para o uso cotidiano e muitas vezes recebiam pinturas e adornos, transformando-se em arte.

Mas não era somente o meio ambiente que determinava os padrões de vida desses povos. As relações culturais, políticas e econômicas que os indígenas mantinham entre si também definiam a constituição de suas

sociedades. O isolamento entre os povos indígenas do continente americano já se mostrou pouco provável. Os povos andinos e amazônicos, por exemplo, desenvolveram um intenso intercâmbio cultural em que trocavam tradições, crenças e produtos. Na parte mais ao sul, o Caminho do Peabiru reunia uma rede de caminhos com cerca de 3 mil quilômetros que ligava o continente do Oceano Atlântico ao Pacífico. Através desta rede, indígenas de diferentes povos transitavam e se comunicavam incessantemente. Essas estradas foram intensamente utilizadas pelos europeus e orientaram os rumos da colonização.

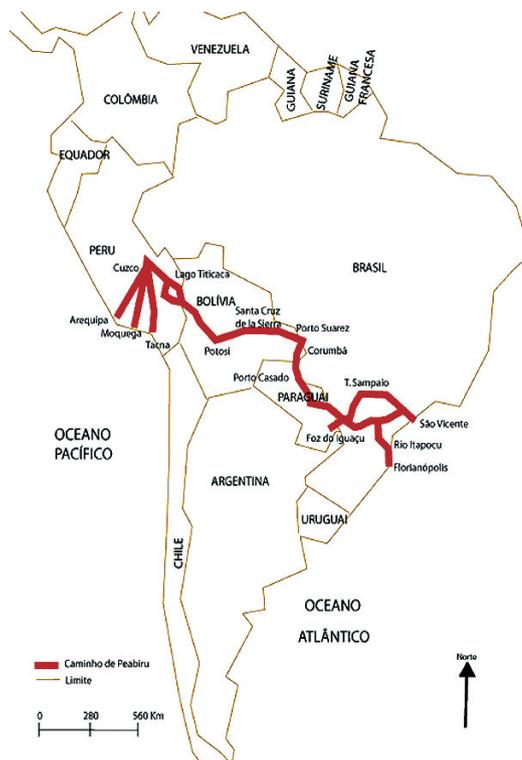


Figura 7.3. Esboço do Caminho de Peabiru na América do Sul. Fonte: COLAVITE; BARROS, 2009, p. 89.

Em sua maioria, os povos indígenas acreditavam que espíritos e seres divinos influenciavam cada acontecimento do seu cotidiano. Se chovia ou fazia sol, se uma estrela parecia ter mudado de lugar no céu, se encontravam uma caça para se alimentar ou se a pesca não era boa, as crenças religiosas poderiam oferecer a explicação. Acreditavam, também, que era possível mudar o rumo dos acontecimentos se conseguissem aprender a se comunicar e a agradar os seres do mundo espiritual.

Nesse processo histórico de organizar-se, garantir sua sobrevivência, dominar a natureza, relacionar-se com sociedades vizinhas, os povos indígenas transformaram-se continuamente. Às vezes, migraram para outras regiões; em vários momentos, alteraram suas formas de produção econômica, suas línguas e crenças em contato com outros povos, americanos ou não.

Assim como europeus, africanos e asiáticos ao longo dos séculos, as sociedades nativas não estavam paradas no tempo, ou seja, não estavam congeladas! Muito pelo contrário, modificaram-se continuamente e estabeleceram novas formas de vida. Essas mudanças nos ajudam a entender melhor a história da formação da sociedade brasileira, profundamente marcada pela presença das culturas nativas. Nos permitem também desenvolver uma relação de maior respeito com as etnias indígenas que são parte de nós.

lá na plataforma

Ao pensar sobre as populações indígenas, ainda reproduzimos vários preconceitos que, na maioria das vezes, são gerados e consolidados por desinformações, tais como: “os índios são todos iguais”; “os índios são atrasados”; “não existem mais índios em nosso país atualmente”; “os índios que vieram para a cidade deixaram de ser índios”. É necessário contestar estas e outras afirmações e, para isso, precisamos de conhecimento. Para saber mais sobre esse assunto, consulte nosso ambiente virtual.

A colonização da América portuguesa

As relações entre europeus e indígenas

No processo de conquista e colonização da América, os portugueses dependeram fundamentalmente dos povos nativos e, com eles, estabeleceram diferentes relações. Segundo o historiador John Monteiro, os indígenas não estavam aqui à disposição dos europeus, nem com eles colaboraram por serem ingênuos. Na realidade, as relações de aliança ou hostilidade obedeceram a seus próprios objetivos e aos interesses de suas organizações sociais (MONTEIRO, 2001).

Nas primeiras três décadas após a viagem de Cabral, a presença portuguesa esteve

restrita a alguns pontos do litoral, onde foram construídas feitorias nas quais residiam poucos europeus. Nesse período, as alianças com os indígenas foram fundamentais para que esses primeiros portugueses sobrevivessem no território desconhecido. Nas feitorias, eram guardadas as toras do pau-brasil que os portugueses negociavam com os indígenas através do escambo.

>> saiba mais

O **escambo** pode ser definido como uma troca em que cada uma das partes entrega um bem ou presta um serviço e recebe da outra parte um bem ou serviço, sem o envolvimento monetário. Essa prática foi muito utilizada durante os primeiros contatos entre indígenas e europeus, no início da colonização portuguesa do Brasil. A troca de objetos – como espelhos e machadinhas – por trabalho tinha significados diferentes para portugueses e indígenas, visto que seus valores culturais eram distintos. Para os indígenas, por exemplo, objetos como machadinhas facilitavam bastante o trabalho cotidiano. Essa prática foi comum na América, mas também ocorreu com africanos e asiáticos.

Após as primeiras décadas do século XVI, a ampliação do projeto colonizador português impôs a necessidade de obter mais mão de obra, submetida a uma carga de trabalho maior e por períodos mais longos, o que provocou mudanças na relação entre colonizadores e povos nativos. Os conflitos se intensificaram e as guerras indígenas contra os portugueses explodiram em toda a área do litoral brasileiro. Ao longo do processo de colonização, os indígenas foram

escravizados, mortos, incorporados como trabalhadores rurais e urbanos, aliados e, também, foram catequizados pelas missões jesuíticas.

Desde os primeiros contatos com portugueses, as doenças tiveram uma ação desarticuladora das comunidades indígenas. Foi o caso de uma epidemia de varíola que ocorreu na Bahia entre 1562-1565. Veja o relato do padre José de Anchieta sobre o que aconteceu:

No mesmo ano de 1562, por justos juízos de Deus, sobreveio uma *grande doença aos índios* e escravos dos portugueses, e com isto *grande fome, em que morreu muita gente*, e dos que ficavam vivos *muitos se vendiam* e se iam meter por casa dos portugueses a se fazer escravos, vendendo-se por um prato de farinha, e outros diziam, que lhes pusessem ferretes, que queriam ser escravos: foi tão grande a morte que deu neste gentio, que se dizia, que entre escravos e índios forros *morreriam 30.000 no espaço de 2 ou 3 meses* (ANCHIETA, 1933, p. 356, grifo nosso).

Doença, desestruturação da economia, fome, escravização, morte... Diante desse cenário, muitos povos nativos migraram para o interior do território, buscando no deslocamento uma forma de resistência às novas condições que estavam sendo impostas a eles. Entretanto, conforme os portugueses foram avançando para o chamado “sertão”, um novo ciclo de conquista se iniciava. O resultado desse processo contínuo foi o genocídio dos povos indígenas, que se prolongou ao longo de toda a colonização.

A administração colonial

Nós vimos, nas Unidades 5 e 6, que as metrópoles europeias buscaram estabelecer

estratégias de ocupação e administração de suas colônias para garantir a posse da terra e o desenvolvimento de atividades econômicas lucrativas. Esse também foi o objetivo de Portugal em relação à América.

Entre 1500 e 1530, a ocupação do território foi pequena, somada ao envio de expedições marítimas para reconhecimento do litoral e de suas potencialidades comerciais, bem como a defesa das terras. A exploração do pau-brasil não exigia a fixação de colonos na terra. Daí a denominação desse período de pré-colonizador ou de colonização acidental.

A partir de 1530, a Coroa portuguesa decidiu ocupar efetivamente suas terras americanas com colonos portugueses, estabelecendo regras para isso. Que razões levaram Portugal a tomar tal decisão? Podemos apontar algumas:

- a necessidade de defender o território, cujo litoral era “visitado” por outros países europeus;
- a busca por metais preciosos, já encontrados nas colônias espanholas e
- o interesse de gerar lucros na América, até então concentrados no comércio com as Índias.

Assim, em 1534, a Coroa portuguesa estabeleceu o sistema de capitanias hereditárias, já utilizado em suas colônias das ilhas do Atlântico. Mas o que eram e por que foram adotadas as capitanias hereditárias? Por esse sistema, o território colonial foi dividido em extensões de terras – as capitanias hereditárias – que podem ser visualizadas no mapa a seguir:

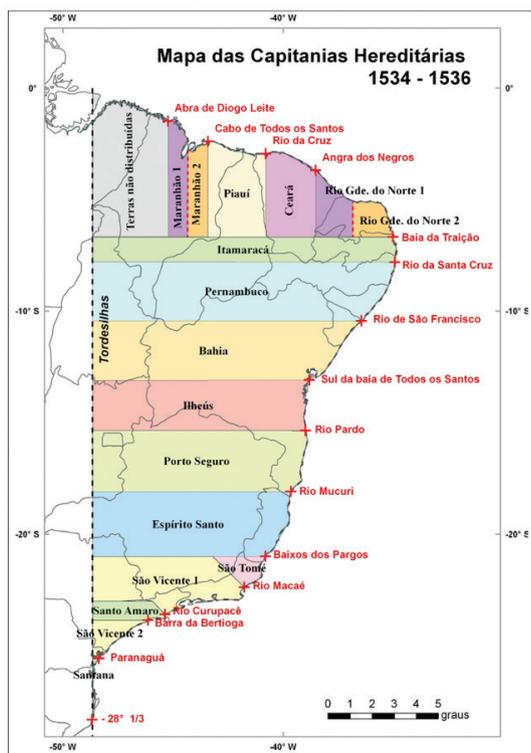


Figura 7.4. As capitanias hereditárias na América portuguesa. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Novo_mapa_Capitanias.jpg?uselang=pt. CC BY-SA 4.0. Acesso em: 5 nov. 2020.

Como proprietária de todas as terras coloniais, a Coroa doou as capitanias a particulares, chamados *capitães donatários*. Havia duas exigências básicas para ser donatário: ser católico e ter recursos para investir na colonização de sua capitania. O donatário era responsável por:

- recolher os impostos,
- administrar a justiça e
- distribuir lotes de terras para portugueses que tivessem interesse em migrar para a América. Esses lotes eram chamados *sesmarias*, e quem os recebia eram os *sesmeiros*.

Por esse sistema, não haveria um poder centralizado na colônia. Cada capitania era autônoma e independente, respondendo às autoridades de Portugal. Por sua vez, a metrópole não teria que gastar muitos recursos na ocupação e exploração do território, receberia uma parte dos impostos arrecadados pelos capitães e manteria o monopólio do comércio das especiarias e do sal, muito valiosos na época, a serem vendidos aos colonos.

Ao longo dos anos, as capitanias não alcançaram o resultado esperado, com exceção de Pernambuco e São Vicente, que obtiveram bons resultados graças ao cultivo da cana e à produção de açúcar. Muitas vezes, os capitães donatários não puderam ou não quiseram investir os recursos necessários para o povoamento e defesa das terras. Combinado a isso, havia a inexperiência de alguns homens, o precário sistema de transportes e de comunicação e as hostilidades entre portugueses e grupos indígenas. No entanto, não se pode falar de fracasso do sistema de capitanias hereditárias, pois elas continuaram existindo até o século XVIII, embora com as fronteiras modificadas.

Em 1549, buscando atender às queixas dos colonos, garantir a defesa do território e impulsionar a exploração econômica, a Coroa criou uma nova estrutura de administração na colônia: o Governo Geral, que seria chefiado por um homem indicado pela metrópole. O primeiro governador-geral foi Tomé de Sousa, que chegou à capitania da Bahia – transformada em capitania real – no ano seguinte. Eram funções do governador-geral, autoridade máxima na colônia, auxiliar as capitanias no esforço de povoamento, no combate às resistências indígenas e na defesa do território contra estrangeiros.

Com o Governo Geral, surgiram novas instituições e cargos político-administrativos na colônia. Os mais importantes foram os cargos de:

- ouvidor-mor, responsável pela justiça;
- provedor-mor, que supervisionava as finanças e a arrecadação de impostos;
- capitão-mor, responsável pela defesa.

As câmaras municipais formaram-se nos núcleos urbanos e desempenhavam um papel fundamental na vida colonial: eram responsáveis pelas questões da administração local das vilas e áreas rurais, por cobrar impostos, aplicar a lei e efetuar prisões, proteger crianças órfãs e executar obras públicas. Eram constituídas por funcionários e proprietários locais, cristãos e do sexo masculino – os chamados “homens bons” –, que detinham o poder econômico e político local.

As câmaras, em muitas situações, funcionavam como mediadoras dos conflitos entre os colonos de uma região, mas, também, entre os colonos e representantes da Coroa. Colocavam-se, dessa forma, como um espaço local onde os colonos mais ricos articulavam seus interesses e organizavam-se de forma coletiva. Muitas vezes, autoridades portuguesas tiveram que negociar com as câmaras municipais.

Assim, é possível afirmar que a administração colonial foi construída a partir do nível geral, regional e local, com ações que buscavam se complementar. Em muitos momentos, porém, ocorreram conflitos, até armados, entre capitães e funcionários da metrópole e entre estes e os “homens bons”.

As atividades econômicas

Um dos principais aspectos do processo de colonização se refere às relações econômicas estabelecidas entre metrópoles e colônia. Vimos que, nas áreas espanhola e inglesa, elas variaram entre a tentativa de controle do comércio – através do pacto colonial/exclusivo comercial – até a existência de espaços de autonomia para os colonos. Também destacamos que as atividades econômicas desenvolvidas dependiam de fatores como a presença de metais preciosos e as potencialidades agrícolas de cada região.

No caso do Brasil, a metrópole portuguesa direcionou sua ação para a imposição do pacto colonial. As mercadorias exportadas e importadas pelos colonos deveriam ser comercializadas apenas por comerciantes autorizados pela metrópole, que recebiam desta o monopólio. A Coroa portuguesa também proibiu a produção de algumas mercadorias na colônia, obrigando seus moradores a importá-las, como foi o caso do sal e da aguardente. Mas, como já vimos na Unidade 5, na prática esse monopólio comercial foi, muitas vezes, burlado pelos colonos, através do contrabando ou de negociações com as autoridades para maior liberdade econômica. Em resumo: entre a teoria do pacto colonial e a realidade colonial, surgiram distintas relações econômicas e foi impossível para a metrópole controlar totalmente o comércio.

A agromanufatura açucareira

Um dos principais objetivos da Coroa em relação às colônias era gerar riqueza e, para isso, valia a pena buscar um produto que

fosse lucrativo e que atraísse investidores portugueses. O produto escolhido foi o açúcar, que atingia altos preços no mercado europeu e já era produzido em outras áreas do Império Português.

A agromanufatura açucareira se desenvolveu com mais força nas capitanias do Nordeste, embora estivesse presente também nas regiões do Sudeste. Ela se organizava em duas etapas: a agrícola (cultivo da cana-de-açúcar) e a manufatureira (a transformação da cana em açúcar). O sistema adotado foi a *plantation*, ou seja, grandes propriedades rurais monocultoras, com mão de obra escravizada e destinada ao mercado externo.



Os engenhos de açúcar no Brasil

Figura 7.5. Regiões de produção açucareira nos séculos XVI a XVIII. Fonte: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/uniao_iberica.html. Acesso em: 5 nov. 2020.

Para a manutenção dessas grandes fazendas açucareiras, outras atividades foram desenvolvidas nelas, como a agricultura para o consumo interno. Dos engenhos de cana, saiu também a aguardente, bebida consumida pela população colonial e um importante artigo na troca por pessoas es-

cravizadas na África. A aguardente brasileira chegou a concorrer com o vinho importado de Portugal, fugindo da regra estabelecida pelo pacto colonial.

Nos séculos XVI e XVII, formou-se nessas regiões uma sociedade centrada na figura do grande proprietário de terras e de escravizados – o senhor de engenho –, que dominava a vida política juntamente com os funcionários metropolitanos e os grandes comerciantes. Além deles e de suas famílias, a sociedade era composta por membros do clero, comerciantes, artesãos, pequenos e médios lavradores, trabalhadores livres e escravizados indígenas e africanos.

A pecuária e a agricultura para o mercado interno

Com o crescimento da população, ao longo dos séculos, foram se organizando pequenas e médias unidades produtoras de alimentos. A capitania de São Vicente (região próxima ao que atualmente é o estado de São Paulo) destacou-se nessa produção, chegando a apresentar grandes propriedades rurais destinadas à produção de alimentos (milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar) para a população colonial, usando a mão de obra escravizada africana e indígena.

A pecuária também se expandiu. Sua origem está no início da colonização, quando os portugueses trouxeram algumas cabeças de gado com o objetivo de utilizá-las como tração animal, nos engenhos de açúcar, no transporte de cargas e de pessoas. Com o aumento do rebanho, o gado começou a ser utilizado também como fonte de alimentação. De início, era criado no próprio engenho, mas, com o crescimento da atividade

canaveira e dos rebanhos, a pecuária passou a ser uma atividade independente.

No início do século XVII, a administração portuguesa determinou que a costa litorânea da colônia se dedicasse à atividade agrícola e que a criação de gado se desse a 80 km da costa. Essa medida levou os criadores a buscarem pasto em áreas mais distantes, contribuindo para a interiorização da presença portuguesa no território. Nessa atividade, predominava o trabalho de negros libertos e homens livres e pobres, tendo os vaqueiros uma participação na produção. Recebiam uma parcela das crias que nasciam e, com o tempo, poderiam se estabelecer por conta própria.

Outras atividades para exportação

Além da cana-de-açúcar, desenvolveram-se outras atividades econômicas voltadas para a exportação, envolvendo o cultivo de produtos como o tabaco, sobretudo na região da Bahia, que se destinava ao comércio de pessoas escravizadas na África. O extrativismo vegetal – das chamadas “drogas do sertão” – foi bastante explorado no vale amazônico, crescendo no período em que o comércio português com o Oriente entrou em declínio. A atividade extrativista utilizava a mão de obra indígena local organizada nas missões religiosas.

lá na plataforma

Cacau, cravo, guaraná, urucum, poaia e baunilha são algumas das chamadas “drogas do sertão”, que foram comercializadas em grande quantidade. O contato

com os povos amazônicos fez com que os portugueses tivessem acesso a essas plantas, que foram consideradas as “especiarias amazônicas” por terem propriedades medicinais equivalentes às especiarias das Índias. Para saber mais sobre esse assunto, visite nosso ambiente virtual.

O mapa a seguir localiza geograficamente todas essas atividades, incluindo as primeiras regiões mineradoras. Repare como as atividades econômicas colaboraram para ampliar o território ocupado pelos portugueses para além dos limites do Tratado de Tordesilhas:



Figura 7.6. Principais atividades econômicas no sec. XVII.

Junto às atividades econômicas, outro fator que levou à interiorização da colonização foi o período em que o reino português foi dominado pela Espanha, entre 1580 e 1640. Chamado pelos espanhóis de *União Ibérica*, essa nova situação tornou sem efeito a linha divisória estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, facilitando o avanço dos colonos portugueses rumo ao interior. Ao mesmo tempo, trouxe ameaças aos domínios portugueses, uma vez que Portugal herdou os diversos

inimigos espanhóis, que se concretizaram na perda de possessões no Oriente e na invasão holandesa da América portuguesa.

lá na plataforma

Os holandeses fizeram duas tentativas de estabelecer domínios no Nordeste brasileiro na primeira metade do século XVII. Sobre isso, consulte o material sobre as invasões estrangeiras no Brasil colônia, em nosso ambiente virtual.

Por fim, diversas expedições feitas ao longo do século XVII levaram a presença portuguesa para o interior da colônia. Organizadas pela Coroa portuguesa – as entradas – e por particulares – as bandeiras –, partiam com os mesmos objetivos: capturar e escravizar indígenas (bandeiras de apresamento) e buscar pedras e metais preciosos (bandeiras de prospecção). Nessa atividade, destacaram-se os moradores da capitania de São Vicente. Foram os bandeirantes os descobridores do ouro na colônia em fins do século XVII, na região de Minas Gerais.

A experiência militar dos bandeirantes, adquirida nas ações de apresamento de indígenas, passou a ser utilizada pela Coroa no combate aos índios rebeldes e aos quilombos, incluindo o mais famoso deles – o de Palmares, que existiu por praticamente todo o século XVII e abrangeu uma vasta área do atual estado de Alagoas. Esse tipo de ação bandeirante ficou conhecido como sertanismo de contrato.

Mineração

A descoberta do ouro no Brasil representou uma nova fonte de riqueza para o governo de Portugal. A exploração dos metais preciosos e a produção agrícola tornaram-se possibilidades de recuperação, tanto para a Coroa portuguesa como também para os súditos do reino em dificuldades econômicas. A notícia da descoberta de ouro espalhou-se rapidamente, e logo muitos migrantes, dentro do território colonial, correram para a região das minas. Pouco tempo depois, vieram imigrantes europeus, sobretudo portugueses, atraídos pela possibilidade de enriquecimento sem a necessidade de grandes investimentos. Em muitos lugares, o ouro era de aluvião – ou seja, depositado, principalmente, no leito dos rios –, como veremos na imagem a seguir.

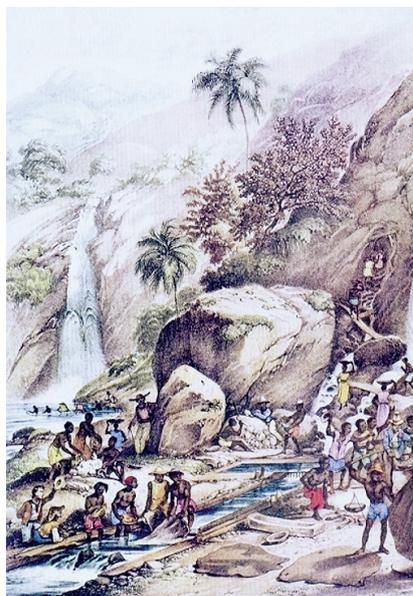


Figura 7.7. Lavagem de minério de ouro (aluvião).

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rugendas_-_Lavage_du_Mineral_d%27Or_-_pres_de_la_Montagne_Itacolumi.jpg?uselang=pt. Mineração de ouro por lavagem perto do morro do Itacolomi. Autor: Johann Moritz Rugendas, cerca de 1820 a 1825, Centro de Documentação D. João VI. Domínio público. Acesso em: 5 nov. 2020.

O governo português tratou de tomar uma série de medidas de caráter administrativo para controlar, fiscalizar e garantir que o ouro chegasse a seus cofres. Com esse objetivo, criou impostos, estabeleceu regras rígidas para os habitantes e implantou forças policiais para manter a ordem e garantir a obediência às leis da Coroa nas minas. Como resultado desse esforço, o ouro fluíu em grandes quantidades para Portugal.

A administração metropolitana gerou reações de grandes mineradores, descontentes com os impostos e a fiscalização. Em 1720, por exemplo, ocorreu a chamada Revolta de Vila Rica, após a Coroa ter determinado que todo o ouro garimpado deveria ser fundido em barras e receber o selo real nas casas de fundição oficiais. Ali, seria retirado o imposto de 20% devido a Portugal – o quinto do ouro. E todo o ouro sem o selo seria considerado contrabando, passível de punição exemplar. Nessa revolta, o líder da conspiração foi Felipe dos Santos, um rico minerador português. Denunciado e condenado à força, ele foi morto em praça pública e, depois, esquartejado.

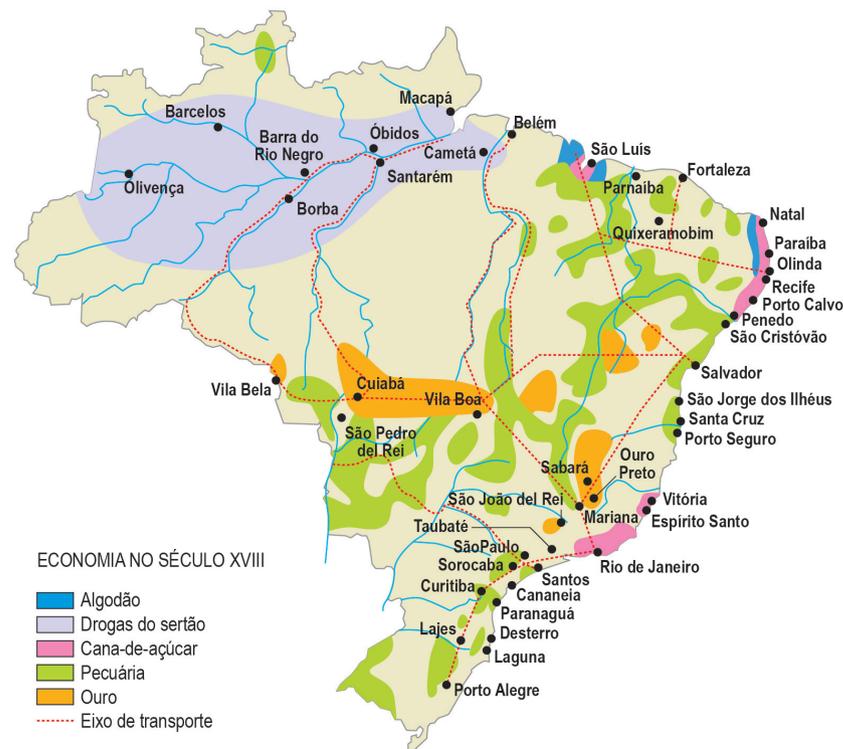


Figura 7.8. Principais atividades econômicas no sec. XVIII.

O desenvolvimento da mineração trouxe uma série de mudanças para a colônia. Em primeiro lugar, houve um crescimento intenso da população nas regiões das minas e dos portos por onde saía o ouro e chegavam produtos importados. Muitas vilas surgiram, nas quais seus moradores se dedicaram não só à mineração, mas também ao setor de serviços e atividades complementares, como pequeno comércio, transporte, construção de casas, fabricação de móveis, artesanato, entre muitos outros ofícios. Havia ainda os funcionários de diferentes níveis da administração colonial, militares e membros do clero católico.

Boa parte da população da região era composta por pessoas escravizadas, que vinham de várias regiões africanas num ritmo crescente. Em 1798, calcula-se que o Brasil possuía 3.260.000 habitantes, dos quais apenas 31% eram brancos. A maioria era formada por pessoas escravizadas de origem africana (42%). Os demais habitantes eram indígenas, mestiços e negros livres. A elite colonial, apesar de numericamente reduzida, tinha poder e influência.

A mineração também estimulou muito o desenvolvimento de atividades econômicas como o comércio, a pecuária e a agricultura. Afinal, era necessário alimentar, vestir, divertir, enfeitar as igrejas e transportar todas as mercadorias. As regiões Sul e Nordeste se conectaram ao Sudeste através da riqueza das minas, e a cidade do Rio de Janeiro se transformou no principal porto da colônia. Em 1763, passou a ser o novo centro administrativo da América portuguesa e sua nova capital.

O trabalho na colônia

As experiências prévias de Portugal com a produção açucareira incluíam a utilização do trabalho de escravizados, que não era novidade nem no próprio reino nem nas ilhas do Atlântico que faziam parte de seus domínios. Desde os primeiros passos da expansão portuguesa sobre a África, o comércio de escravizados fazia parte dos negócios portugueses com os grupos locais.

Por outro lado, a organização da produção colonial necessitava de uma mão de obra abundante, que se dedicasse ao cultivo de produtos de exportação. Esse tipo de organização da produção e a abundância de terras na América portuguesa inviabilizaram a utilização do trabalho livre, uma vez que seria muito difícil convencer famílias de colonos a trabalhar para outros, quando teriam a possibilidade de cultivar terras de maneira autônoma.

Dessa maneira, a escravidão foi largamente utilizada durante todo o período colonial. No século XVI, as primeiras pessoas escravizadas foram os indígenas, que sustentaram o trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar. Com o avanço dessa agricultura, africanos escravizados começaram a ser trazidos para o Brasil e passaram a ser a maioria dos trabalhadores nas áreas açucareiras do Nordeste a partir do século XVII. Nas outras regiões coloniais, a escravização de indígenas continuou de maneira intensa, coexistindo com a presença africana e de seus descendentes.

A adoção cada vez mais intensa da escravização africana deveu-se a alguns fatores. Em primeiro lugar, a demanda ocasionada pelo crescimento do número de engenhos e a morte e destruturação de muitas comunidades indígenas levou à necessidade de mais trabalhadores. Outro fator foi a oposição feita pela Igreja Católica à escravização indígena com fins puramente econômicos. A existência do tráfico atlântico de africanos escravizados, por sua vez, garantiu a chegada de mão de obra para as atividades econômicas.

A estruturação desse comércio envolveu a criação de redes políticas, militares e comerciais entre comerciantes portugueses, brasileiros e autoridades nativas africanas, que garantiam o abastecimento dos comerciantes que demandavam essa “mercadoria”. O tráfico negreiro fortaleceu, portanto, a presença portuguesa nos dois lados do Atlântico. E não era apenas isso: os barcos saíam do Brasil com aguardente e tecidos trazidos da Índia para levar para a África

e trocar por escravos. Ou seja, o comércio negreiro também movimentava as relações da América portuguesa e da África com os domínios portugueses no Oriente.



Figura 7.9. Tráfico de pessoas escravizadas entre África e Brasil (sec. XVI a XIX).

A economia colonial formou-se, tendo como suas elites os grandes fazendeiros, mineradores e comerciantes. Em sua base, vamos encontrar os trabalhadores escravizados de origem indígena e africana. Mas ela incluía também um número grande de pessoas livres pobres – de origem branca, indígena, negra e mestiça – que trabalhavam por conta própria ou a serviço dos grandes proprietários.

Eram livres, mas, para seu bem viver na terra, dependiam de sua boa relação com os grandes donos da terra. O trabalho de moradores livres assegurava a produção de alimentos, o transporte e a segurança para as grandes propriedades, o pequeno comércio nas cidades.

A sociedade colonial

A atuação da Igreja Católica

Uma das principais características da sociedade colonial da América portuguesa foi a presença da Igreja Católica em dois campos: junto aos povos indígenas, através dos aldeamentos, e no controle da vida social, moral e intelectual dos colonos. A tarefa evangelizadora do clero católico, com destaque para os jesuítas, e a maneira como organizaram sua atuação junto à população indígena provocaram, muitas vezes, conflitos de interesses entre estes e os colonos, que viam nos indígenas a mão de obra a ser escravizada para suas atividades econômicas.

Os aldeamentos possibilitaram a ocupação territorial, a conversão dos indígenas e a garantia de mão de obra para a agricultura. Com uma rotina de trabalho e de estudos religiosos, pretendia-se que os indígenas fossem catequizados e adquirissem a cultura cristã e europeia. As missões reproduziam uma pequena cidade, com capela, casas, escolas, áreas para o cultivo de alimentos e um conselho administrativo missionário.

Ao longo dos séculos XVI ao XVIII, esses locais concentraram milhares de indígenas de diferentes etnias, que, apesar dos conflitos com os religiosos e resistências, tomavam tais territórios como espaços de sobrevivência, uma vez que no contexto da colonização, a escravização e a violência eram riscos permanentes. Por outro lado, a presença dos indígenas nos aldeamentos não significou o apagamento de sua cultura, pois, apesar do projeto de evangelização,

havia a manutenção de muitas práticas culturais e de hábitos pelos nativos.

A Igreja Católica, personificada por seu clero, propagou a cultura cristã católica europeia na colônia, através da catequização, do ensino, do controle moral e da vigilância, por membros da comunidade e do clero. Portanto, a Igreja assumiu um papel importante na colonização, o que a tornava parceira do projeto do Estado português na implantação de um modelo político, econômico, social e cultural.

A resistência das pessoas negras escravizadas

A constituição de um sistema escravista na colônia também gerou resistências, ou seja, negros e negras submetidos à escravidão negociavam seus espaços de autonomia fazendo “corpo mole” no trabalho. Além disso, quebravam ferramentas, incendiavam plantações, agrediam senhores e feitores e rebelavam-se individual ou coletivamente (REIS; GOMES, 1996).

A fuga era um dos meios de resistência mais reconhecidos, o que poderia ser em grupo ou individualmente. Esse movimento poderia gerar uma negociação com o senhor de terras, mas também poderia representar um rompimento. Muitas fugas deram origem a agrupamentos coletivos, que receberam o nome de mocambos ou quilombos.

Em várias regiões da colônia formaram-se tais quilombos, que funcionavam como comunidades constituídas por escravizados fugidos, libertos, indígenas e pequenos agricultores que não viviam de forma isolada, mas interagiam com as comunidades locais.

A história da escravidão no Brasil está relacionada a diferentes mecanismos de resistência, que ocorreram nas fugas e rebeliões, como também no campo cultural, na manutenção e/ou ressignificação das práticas trazidas pelos africanos.

lá na plataforma

O Quilombo dos Palmares foi símbolo de resistência à escravização colonial, no século XVII, na região da Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado de Alagoas. Caso queira saber mais sobre este assunto, pesquise na seção 2, em nosso ambiente virtual.

Que colônia é essa?

Em meados do século XVIII, a América portuguesa surgia como uma sociedade diversa do ponto de vista econômico, social e étnico-racial. Podiam ser encontradas atividades produtivas voltadas para o mercado externo e, também, interno, com regiões que se especializaram em determinada produção para atender às necessidades locais. O comércio externo, longe de se limitar às regras do pacto colonial, era feito com todas as áreas do Império Colonial Português.

Diferentes modelos familiares indicam a diversidade de relações sociais presentes na colônia. O modelo patriarcal, dominante em todo o espaço colonial, conviveu com famílias ricas chefiadas por mulheres em áreas como São Paulo e Minas Gerais, por conta da ausência dos maridos devido a suas atividades econômicas. Núcleos familiares foram formados

por escravizados e libertos com brancos e pardos, como também entre indígenas e brancos. A escravidão, como modelo de trabalho compulsório e perda da liberdade, não impediu que negros e negras escravizados formassem famílias e, dependendo do contexto em que viviam, com as bênçãos da Igreja.

Ao fim de três séculos de colonização, a América portuguesa era o resultado desigual das etnias que aqui se encontraram forçadamente, a partir do projeto de colonização europeu baseado na violência e exploração da força de trabalho de nativos, africanos e de seus descendentes. Ao mesmo tempo, nos hábitos cotidianos, nas línguas faladas, nas expressões artísticas, nas rezas, na riqueza econômica, refletia a força da resistência de indígenas e negros e a emergência de uma sociedade colonial que foi além dos planos e projetos portugueses.

Resumo

O projeto colonial português na América, iniciado a partir de 1530, estabeleceu uma estrutura político-administrativa que definiu a divisão do território em capitâncias hereditárias. Em 1549, foi criado o governo geral, com o objetivo de impulsionar a colonização, ajudar os donatários e colonos e combater as rebeliões indígenas e as invasões estrangeiras. Foram, ainda, criadas as câmaras municipais, que representavam o poder local e eram integradas pelos chamados “homens bons”, das vilas.

A economia colonial nos séculos XVI e XVII caracterizou-se pelo desenvolvimento de atividades para a exportação e também

para o mercado interno. A produção açucareira e da aguardente, no litoral, e as “drogas do sertão”, na região amazônica, estavam voltadas para a exportação, enquanto a agricultura de alimentos e a pecuária, para atender ao mercado interno.

A ocupação do território foi resultante do desenvolvimento de atividades econômicas, como a pecuária, que permitiu a interiorização da colônia, do apresamento indígena e a busca por metais preciosos. A descoberta do ouro, na região da atual Minas Gerais, no início do século XVIII, além de criar uma intensa migração interna e estrangeira, ainda criou uma nova forma de controle e regulação da região, pela metrópole. Nessa região, formou-se uma sociedade mais estratificada e com uso da mão de obra africana escravizada em larga escala.

A sociedade colonial, até o século XVIII, estava baseada nas mãos de obra indígena e africana escravizada. Estes grupos buscavam dentro de seus contextos a luta pela liberdade e autonomia. A história colonial está repleta de rebeliões indígenas, contra a escravização e os aldeamentos, como também de africanos escravizados, por meio de quilombos e outras formas de abrir espaço nessa sociedade escravista.

Atividade

1. Leia o texto e responda as questões:

Um dos equívocos mais comuns, quando o tema é povos indígenas, é considerar toda a diversidade cultural que ainda hoje existe como sinônimo de semelhança. Não é difícil

encontrar alguém que ao se deparar com um descendente dos primeiros povos, o identifique como índio. [...] Sei que tem gente que acha que a palavra “índio” é, na verdade, inocente e que acha até bonito referir-se assim a um indígena, pois valoriza a cultura. Digo a essa gente que a experimente na pele antes de confiar-lhe a áurea de inocência. Experimente o desprezo que ela carrega para poder sentir a necessidade do que estou propondo nestas reflexões. Podem ter certeza: ser “índio” custa muito caro para quem traz em si a marca de uma ancestralidade. [...] Compreender a riqueza de centenas de culturas que ajudam o Brasil ser mais forte, mais rico, mas próspero. Compreender e aceitar que é preciso dar voz e vez às gentes que já estavam aqui presentes antes do Brasil ser Brasil. Aqui não há índios, há indígenas; não há tribos, mas povos; não há UMA gente indígena, mas MUITAS gentes, muitas cores, muitos saberes e sabores. Cada povo precisa ser tratado com dignidade e cada pessoa que traz a marca de sua ancestralidade precisa ser respeitada em sua humanidade. Ninguém pode ser chamado de “índio”, mas precisa ser reconhecido a partir de sua gene Munduruku, Kayapó, Yanomami, Xavante ou Xucuru-Kariri, entre tantos outros (MUNDURUKU, 2014, p. 20-22).

O trecho do texto “Três reflexões sobre os povos indígenas e a Lei 11.645/08”, escrito pelo professor e indígena Daniel Munduruku, da etnia Munduruku, apresenta o significado que uma palavra tem e continua a ter, no processo de afirmação cultural das diferentes etnias indígenas que vivem no Brasil de 2020. A partir do trecho lido e de todo o conteúdo visto na Unidade 7, responda: *(Anotar as respostas em seu caderno.)*

- a) Identifique dois aspectos das culturas indígenas que confirmem a diversidade defendida no texto.
- b) Comente por que a palavra *índio* não contempla a diversidade étnica que existe entre os indígenas, até hoje, em nosso país.

2. Leia, a seguir, o trecho destacado da matéria “Quilombo dos Palmares expõe vestígios da resistência negra em AL”, de Waldson Costa (publicada no G1, em 18 nov. 2013):

Foram necessárias cerca de 18 expedições para destruir definitivamente o Quilombo dos Palmares. Em uma das ocasiões de batalha, Fernão Carrilho ofereceu a Ganga Zumba, um líder que implementou táticas de guerrilha na defesa do território, um tratado de paz, onde ficaria instituído que todos os nascidos no quilombo seriam livres. Proposta que foi rejeitada por grande parte dos quilombolas. [...] O quilombo passou a ser atacado pelas forças do bandeirante que contou com um contingente de 6 mil homens, bem armados e municiados.

A partir dessa leitura, em que podemos verificar a reafirmação das lutas e da resistência do povo negro, responda: *(Anotar as respostas em seu caderno.)*

- a) Identifique algumas formas de resistência negra escravizada no período estudado no texto.
- b) Por que o Quilombo dos Palmares, que permaneceu por quase todo o século XVII, precisava ser destruído?

Resposta comentada

1.

- a) A linguagem usada; suas práticas de sobrevivência (caça, pesca, coleta, alguns povos conhecem a agricultura), suas relações com outros povos.
- b) Mencionar o fato de que a palavra anula qualquer possibilidade de diversidade, pois cria a ideia de semelhança.

2.

- a) Quebravam ferramentas, incendiavam plantações, agrediam senhores e feitores, realizavam fugas individuais ou coletivas e formavam quilombos.
- b) Mencionar que os quilombos representavam agrupamentos de diferentes grupos, mas principalmente de negros escravizados em fuga. A existência dos quilombos colocava em risco o sistema escravista e a produção de riquezas.

Referências

- ANCHIETA, Padre José de. *Cartas, fragmentos históricos e sermões do padre Joseph de Anchieta*, S. J. (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- COLAVITE, Ana Paula; BARROS, Miriam V. Fernandes. Geoprocessamento aplicado a estudos do Caminho de Peabiru. *Revista da ANPEGE*, v. 5, p. 86-105, 2009. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6590/3590>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- COSTA, Waldson. Quilombo dos Palmares expõe vestígios da resistência negra em AL. *G1*, 18 nov. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/11/quilombo-dos-palmares-expoe-vestigios-da-resistencia-negra-em-al.html>. Acesso em: 6 nov. 2020.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Concurso de Livre Docência de Etnologia) – Unicamp, Campinas, 2001.
- MUNDUKURU, Daniel. Três reflexões sobre os povos indígenas e a Lei 11.645/08. *Moitará – Revista Eletrônica da Fundação Araporã*, ed. esp., v. 1, n. 1, Araraquara/SP, p. 19-23, nov-dez. 2014, Disponível em: <http://fundacaoarapora.org.br/moitara/wp-content/uploads/2016/02/19-Daniel-Munduruku.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2020.
- REIS, J. J.; GOMES, F. S. (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Transformações nos séculos XVIII e XIX: a construção dos sistemas políticos liberais na Europa

08

meta

Analisar as transformações ideológicas e políticas ocorridas na Europa nos séculos XVIII e XIX e o surgimento dos sistemas políticos liberais.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- explicar as principais ideias do Iluminismo;
- caracterizar as mudanças políticas e sociais da Revolução Francesa, relacionando-as à atuação dos agentes sociais;
- identificar os principais aspectos do período napoleônico;
- apresentar as características dos regimes políticos liberais no século XIX na Europa.

Introdução

Estamos na Europa no início dos anos 1700. A Inglaterra destacava-se no comércio realizado com as Américas, a África e a Ásia e vencia guerras contra seus concorrentes europeus. A França também apresentava uma economia forte e uma monarquia absolutista vista como referência.

Com o crescimento do comércio entre os continentes, os burgueses se fortaleciam como um grupo social do qual dependiam muitos reis. Nas cidades, as atividades manufatureiras e o setor de serviços se expandiam, atraindo moradores do campo. A publicação de jornais e livros era estimulada pelo surgimento de um público leitor cada vez maior, que entrava em contato com notícias dos quatro cantos do mundo.

Essas mudanças se desenvolveram no contexto do Antigo Regime, que estudamos na Unidade 3, e geraram ações de transformação social. Surgiram novas ideias sobre os seres humanos, a política, a economia e a religião. Revoluções derrubaram reis, levantaram bandeiras de liberdade, igualdade e cidadania e estabeleceram novos sistemas de governo. Tudo isso será discutido nas próximas páginas, lembrando que, nesta unidade, nosso espaço geográfico é a Europa.



Figura 8.1: Europa ocidental e oriental em destaque.

Iluminismo

Nossas discussões vão começar com as ideias de Immanuel Kant, que viveu entre 1724 e 1804 numa região da atual Alemanha. Leia com atenção o que ele escreveu, em 1784:

O Esclarecimento é a libertação do homem de sua imaturidade auto-imposta. Imaturidade é a incapacidade de empregar seu próprio entendimento sem a orientação de outro. Tal tutela é auto-imposta quando sua causa não reside em falta de razão, mas de determinação e coragem para usá-lo

sem a direção de outro. [...] Tenha coragem de usar sua própria mente! Este é o lema do Esclarecimento (KANT, 2012, p. 145).

Vamos pensar nas palavras de Kant. Para ele, as pessoas que se deixam guiar pelas ideias de outros são imaturas, ao contrário daquelas que “fazem uso de seu próprio entendimento”, ou seja, refletem sobre o mundo de maneira autônoma. De um lado, subordinação do pensamento e imaturidade; do outro, reflexão própria e coragem.

Essa proposta de Kant nos ajuda a compreender o movimento intelectual do qual ele fez parte, que se desenvolveu durante o século XVIII e é conhecido por diversos nomes – Iluminismo, Esclarecimento, Luzes, Ilustração... As pessoas que participaram da criação e do debate de novas ideias foram chamadas, então, de *filósofas* e compartilhavam o seguinte princípio: todas as pessoas nascem com a *Razão*, que é a capacidade de desenvolver um raciocínio e um pensamento próprios sobre a sociedade e a natureza.

Mas, segundo os *filósofos*, na Europa do século XVIII, a maioria das pessoas guiava suas ações de acordo com o pensamento religioso e as tradições. Obedeciam a autoridades tradicionais e repetiam comportamentos e crenças sem se perguntar se eles eram válidos ou não. Isso, para os iluministas, significava viver nas *trevas* da ignorância. Por isso, diziam eles, era fundamental iluminar as mentes, levar a luz da *Razão* às pessoas, tornar claro o funcionamento do mundo. Em resumo: transformar os modos de pensar!

O princípio iluminista da *Razão* foi um grande estímulo ao desenvolvimento da ciência. Muitos indivíduos se dedicaram à pesquisa, buscando descobrir o que os filósofos

acreditavam ser as leis que organizavam o mundo – as leis da Física, da Biologia, da História, da Economia. Muitos defenderam que, através da ciência, seria possível não só compreender, mas também resolver todos os problemas humanos, garantindo para as sociedades um futuro marcado pelo progresso. Assim, *Razão*, ciência e progresso se tornaram quase sinônimos.

Razão e liberdade contra o poder das igrejas

Usar a *Razão* humana para descobrir por que e como as coisas aconteciam significava questionar as explicações que vinham da religião e tinham grande força na época. As crenças sobre a vida e a morte e sobre a moral humana, baseadas na tradição, também deveriam ser submetidas à reflexão. Muitas vezes, essas crenças foram chamadas pelos iluministas de **superstição**.

Os filósofos também criticaram o poder das igrejas na área da educação, pois elas possuíam muitas escolas e tinham grande influência na transmissão de ideias para os jovens.

superstição

podemos definir superstição como uma crença no poder de determinadas ações, situações e coisas para influenciar o cotidiano humano.

Assim, explicar as catástrofes naturais e as epidemias não era mais função dos líderes religiosos, mas daqueles que se dedicavam à pesquisa em bases racionais. O mesmo acontecia com a sociedade. A pobreza de um camponês ou a posição superior da nobreza, por exemplo, seriam explicadas pela dinâmica das relações sociais ou por características pessoais do indivíduo, e não por decisão divina.

Não devemos, no entanto, imaginar que os iluministas não acreditavam em Deus. Pelo

contrário, eles defendiam a existência de um ser superior, criador do mundo e de tudo o que nele existia. Porém, os filósofos argumentavam que a natureza criada por Deus funcionava como uma máquina e que os homens tinham capacidade para entender seu funcionamento. Sobre essa concepção religiosa, o pensador francês Voltaire escreveu:

A mesma força de nosso entendimento que nos fez conhecer a aritmética, a geometria, a astronomia, que nos fez inventar as leis, também nos fez, portanto, conhecer Deus [...] não é necessária uma revelação para compreender que o homem não se fez a si mesmo e que dependemos de um Ser superior, qualquer que seja (VOLTAIRE, 2000, p. 9).

Atente para a última frase do texto de Voltaire que, assim como vários filósofos da época, defendia a liberdade religiosa. Eles afirmavam que cada pessoa deveria professar sua fé de acordo com seu entendimento, sem sofrer nenhum tipo de repressão do Estado. Imagine o que acontecia em um tempo em que a religião do rei deveria ser seguida por seus súditos? As ideias dos iluministas desagradaram autoridades da Igreja e monarcas absolutistas, resultando em perseguições a muitos deles, que foram presos e exilados ou tiveram suas obras censuradas.

Lá na plataforma

Estado, religião e educação... Na plataforma, você encontra um material em que se discutem essas relações no mundo atual.

Direitos naturais contra o rei absoluto e a sociedade de ordens

As críticas dos iluministas às igrejas também atingiam a autoridade absoluta dos reis. Lembrando o que discutimos na Unidade 2, um dos argumentos utilizados para sustentar o absolutismo monárquico era a crença de que Deus havia escolhido os reis para governar. Seu poder, portanto, tinha também um caráter divino. Todavia, os iluministas propuseram novas formas de pensar o poder e a autoridade política. O francês Denis Diderot, por exemplo, contestou a ideia de que a autoridade do rei não tinha origem divina. Para ele, o poder do rei era resultado das relações que ele estabelecia com seus súditos, que poderiam se basear no:

- uso da força, quando ele obrigava as pessoas a obedecer-lhe, ou
- consentimento, ou seja, porque as pessoas concordavam com sua autoridade.

Assim, não havia espaço para a influência divina na política.

Nessa discussão, um pensador fundamental foi o inglês John Locke, que viveu no século XVII em meio a guerras civis que dividiram a Inglaterra. A partir de sua experiência, Locke desenvolveu suas ideias políticas, que afirmavam que:

- os seres humanos nascem iguais e com direitos – à liberdade (de pensamento, religiosa, de expressão), à vida e à propriedade;
- as pessoas de determinado país concedem ao rei a autoridade de governar,

mas com a condição de que ele respeite e garanta os direitos.

Em outras palavras, o rei não recebia sua autoridade de Deus, mas dos habitantes de seu reino. E essa autoridade não era absoluta, pois o monarca não poderia desrespeitar os direitos naturais.

>> *saiba mais*

A Inglaterra e o fim do absolutismo monárquico

Entre 1640 e 1688, violentos conflitos ocorreram na Inglaterra. Nesse período, um rei foi julgado, condenado e executado, a república foi proclamada e anglicanos, puritanos, nobreza, burguesia e camponeses lutaram entre si pelo controle do poder político. Ao final desse processo, a monarquia foi restabelecida, porém sobre novas bases: o poder do rei foi limitado pelo poder do Parlamento e ele não poderia mais impor sua religião aos súditos.

Mas como assegurar que os reis respeitariam os direitos de seus súditos? Como evitar que eles abusassem de seu poder? Uma primeira solução, apresentada pelos iluministas, propunha que fosse redigido um código de leis a serem obedecidas por todos: uma Constituição. Essas leis garantiriam os direitos da população e seriam feitas por seus representantes.

Já o pensador francês barão de Montesquieu propôs a separação do poder em três partes diferentes e independentes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Cada poder ficaria responsável por uma função e teria como responsabilidade fiscalizar o outro, impedindo a concentração da autoridade em uma só mão.



Figura 8.2: A divisão de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

lá na plataforma

Você sabe como funciona a divisão de poderes no Brasil hoje? Dê uma olhada no material que colocamos na plataforma.

Por sua vez, a ideia de que os seres humanos nasciam iguais, proposta por Locke e apoiada pelos iluministas, contrariava diretamente a desigualdade de nascimento que caracterizava as sociedades europeias e as dividia em três *estamentos*, ou *ordens*: o clero, a nobreza e a plebe (burgueses, trabalhadores urbanos e rurais, artesãos). Dependendo do país, os nobres e o clero não pagavam impostos, possuíam leis e juizados específicos e monopolizavam alguns cargos públicos.

Ora, acreditar e defender publicamente que todos os homens nasciam iguais significava atacar a posição superior da nobreza e do clero e seus privilégios, propondo uma igualdade de todos diante da lei. Isso é o que chamamos de igualdade jurídica, que, ao lado da defesa do direito à liberdade, à vida e à

propriedade, está na base de uma corrente de pensamento conhecida como liberalismo político, importante até os dias atuais.

>> saiba mais

As ideias iluministas conquistaram um público importante nos centros urbanos europeus. Comerciantes e banqueiros, por exemplo, se ressentiam da posição inferior que ocupavam em relação à nobreza e queriam mais influência política. Funcionários públicos, pagos pelo Estado absolutista, e alguns membros das igrejas também apoiavam propostas de reformas. Até mesmo reis europeus tomaram para si alguns princípios iluministas. Soberanos da Rússia, Prússia, Áustria e Portugal lideraram reformas em seus reinos com o objetivo de melhorar sua administração e limitar a influência do pensamento religioso, por exemplo. Esses reis foram chamados de *déspotas esclarecidos*. *Déspotas* porque não pretendiam renunciar a seu poder, mantendo-se como absolutos. *Eclarecidos*, porque buscavam implementar mudanças baseadas em princípios racionais.

A Revolução Francesa (1789-1799)

Apesar da perseguição dos monarcas absolutistas e das igrejas, as ideias iluministas se disseminaram na Europa e nas Américas, influenciando a organização de novos sistemas políticos e sociais. Com certeza, elas fizeram parte da Revolução Francesa, processo que transformou a história da França e de outros países. Daí o seu ano de início, 1789, ter sido adotado por historiadores do

Ocidente como um marco: a passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea. Mas o que haveria de novo na Idade Contemporânea?

>> lá na plataforma

Você já pensou sobre quem definiu os marcos cronológicos da História – História Antiga, Média, Moderna, Contemporânea? 1789 é uma data importante para quem? A resposta a essas questões está lá na plataforma!

A crise da sociedade francesa no século XVIII



Figura 8.3: As três ordens da sociedade do Antigo Regime. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Francesa#/media/Ficheiro:Troisordres.jpg. Domínio público, 1789.

A caricatura acima foi publicada na França, em janeiro de 1789. Nela, um camponês se apoia em uma pá, seu instrumento de trabalho. Nas costas curvadas, carrega dois ho-

mens vestidos luxuosamente – o primeiro tem um crucifixo no peito e o segundo, uma medalha e uma espada. Na base da imagem, a frase “É preciso crer que o jogo terminará logo” demonstrava a expectativa de que alguma mudança ocorresse.

Para entender a caricatura e a crítica que ela faz, é importante saber que o Terceiro Estado (trabalhadores rurais e urbanos, artesãos, professores, comerciantes, banqueiros, industriais) correspondia a 95% da população francesa. Os camponeses compunham sua maior parte, cerca de 80%, e enfrentavam condições de vida difíceis, pagando diversos impostos à Igreja Católica e aos nobres, que formavam, respectivamente, o Primeiro e o Segundo Estados e tinham o privilégio da isenção de impostos.

Nessa estrutura social desigual e hierarquizada, os problemas se intensificaram a partir da segunda metade do século XVIII. O maior deles, e que concentrou a atenção de muitos homens, foi a crise do Estado francês. A causa da crise era bastante simples de ser definida, mas difícil de ser resolvida: faltava dinheiro ao governo para pagar todos os compromissos assumidos.

A saída encontrada pelo rei e seus ministros foi recorrer a empréstimos bancários para sustentar o Estado. Mas, com o passar do tempo, a situação foi se agravando. A França se envolveu em conflitos armados, sobretudo com a Inglaterra, que custaram muitos recursos e fizeram a dívida do governo explodir.

Vários ministros das finanças de Luís XVI, rei francês à época, tentaram encontrar soluções para a situação, sugerindo formas de aumentar as rendas do Estado. Como o Terceiro Estado já arcava sozinho com os im-

postos, surgiram propostas de que também o clero e a nobreza passassem a dar algum tipo de contribuição. Entretanto, a posição adotada por esses Estados foi de rejeitar totalmente qualquer alteração em seus privilégios tradicionais.

Para agravar os problemas, em 1787 e 1788 ocorreram quebras de colheita e os alimentos começaram a faltar nas cidades e nos campos, levando ao aumento do preço do pão e à ameaça da fome. A revolta de camponeses e de trabalhadores urbanos aumentava. Sem saída, em 1788, Luís XVI recorreu a um mecanismo que não era utilizado desde 1614: convocou uma Reunião dos Estados Gerais do reino. Foi exatamente nesse contexto que a caricatura analisada no início dessa seção foi produzida.

Em 5 de maio de 1789, 291 deputados do clero, 327 deputados da nobreza e 578 deputados do Terceiro Estado reuniram-se no Palácio de Versalhes, com a presença do rei Luís XVI e de seus ministros, para discutir e decidir os rumos da França.

O processo revolucionário

Desde o primeiro momento, as diferenças entre os deputados ficaram evidentes. A maioria dos representantes da nobreza e do clero se recusava a aprovar as reformas propostas. Após cinco semanas de debates sem uma decisão, os deputados do Terceiro Estado tomaram uma atitude inédita: abandonaram a reunião dos Estados Gerais e declararam que estavam formando uma Assembleia Nacional para aprovar novas leis. Após uma oposição inicial, a nobreza e o clero se juntaram a essa Assembleia. Em 9 de julho, foi aberta, então, a Assembleia Constituinte,

cujo objetivo era escrever uma Constituição para o reino da França.

1789: a ação popular e o fim da Sociedade do Antigo Regime

Publicamente, Luís XVI apoiava as decisões da Assembleia Constituinte, porém tentava articular uma reação nos bastidores. Ele temia, com razão, que a futura Constituição determinasse limites ao seu poder e abalasse a posição da nobreza, sua grande aliada. Luís XVI demitiu, então, o ministro das finanças, que se colocava a favor das reformas propostas pelo Terceiro Estado. Mas ele não contou com as repercussões de seu ato...

Vendo a ação do rei como uma ameaça às mudanças, entrou em cena um dos principais atores da Revolução Francesa: os setores populares urbanos, principalmente os chamados *sans-culottes* – trabalhadores, artesãos e pequenos proprietários. Em Paris, aos milhares, eles invadiram um armazém militar e se apoderaram de armas e munição; depois, enfrentaram e venceram, nas ruas da cidade, as tropas que defendiam o rei. Rumaram em seguida para a prisão da Bastilha, onde acreditavam encontrar mais armas. Era o dia 14 de julho, o dia da “Queda da Bastilha”.

Assim como aconteceu em Paris, em outras cidades da França as autoridades reais foram substituídas por partidários da Revolução, defendidos por batalhões formados por voluntários armados. A revolução estava nas ruas, armada e com um rosto popular!

Nas regiões rurais, uma série de boatos se espalhou entre os camponeses, dando conta de que a nobreza estaria preparando uma

reação com a ajuda de bandidos para mantê-los subordinados a ela. Rapidamente, os trabalhadores rurais invadiram os castelos e casas senhoriais, matando alguns nobres e, principalmente, queimando os livros onde estavam anotadas suas dívidas.

Diante da força da ação popular nos campos e cidades, a Assembleia Constituinte aprovou, em 4 de agosto de 1789, uma série de leis que acabavam com os direitos feudais e os privilégios da nobreza e cancelavam as dívidas dos camponeses. Poucos dias depois, em 26 de agosto, era aprovada a *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*. Leia os três primeiros artigos deste documento:

Art. 1. Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais não podem ser fundamentadas senão sobre a utilidade comum.

Art. 2. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3. O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação; nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente (FRANÇA, [2020]).

Pense no significado desses artigos! Era o fim das diferenças de nascimento, pois todos, dali em diante, eram iguais ao nascer. O objetivo do governo, ou seja, de quem estava à frente da associação política, era defender os direitos naturais das pessoas, que incluíam o direito de resistir a quem lhes oprimia. E a autoridade do chefe de governo era dada pela nação, e não por Deus. Outros artigos dessa declaração confirmaram o fim dos privilégios do clero e da nobreza,

como a isenção do pagamento de impostos e a justiça especial. Todos eram cidadãos de um Estado, tendo os mesmos direitos e obedecendo às mesmas leis.

A Declaração garantiu, ainda, a liberdade de expressão, de pensamento e de religião na França. O artigo final assegurou que a propriedade privada não seria tocada, a não ser com o pagamento de indenizações, indicando também a influência dos representantes da burguesia na criação de novas leis. O absolutismo monárquico e a sociedade de ordens encontravam seu fim, dando lugar às ideias de direitos, de cidadania e de limites à autoridade política.

Os trabalhos da Assembleia Constituinte continuaram a pleno vapor. A liberdade de comércio foi estimulada e monopólios e pedágios foram abolidos para facilitar as trocas comerciais. Os bens que pertenciam ao clero foram nacionalizados, ou seja, passaram para as mãos do Estado francês e foram vendidos posteriormente. Os setores populares, sobretudo de Paris, acompanhavam atentamente o desenrolar das discussões e transformações.

Em 1791, a Assembleia promulgou a primeira Constituição da França, estabelecendo uma monarquia constitucional. Os poderes foram divididos em Executivo, chefiado pelo rei, Legislativo, integrado pelos deputados eleitos, e Judiciário, formado por juízes também eleitos. A participação popular no futuro governo da França foi limitada, uma vez que se decidiu pelo voto censitário – que exige a posse de uma determinada renda para que alguém possa votar e ser votado. Assim, embora todos fossem cidadãos, somente uma pequena parcela de homens com determinada renda poderia votar e ser votada para os cargos do

Legislativo e Judiciário – os cidadãos ativos. Isso indicou a força do projeto revolucionário liberal que defendia o fim da sociedade do Antigo Regime, mas recusava o estabelecimento de uma democracia.

lá na plataforma

As mulheres participaram intensamente da Revolução Francesa, fosse nas manifestações e milícias populares ou nas discussões políticas. Olympe de Gouges foi uma dessas mulheres fantásticas. Filha de um açougueiro, ela redigiu e apresentou em 1791 a Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã, na qual defendeu a importância da participação política das mulheres e da igualdade de gênero. Leia esse documento na nossa plataforma.

A ação das forças contrarrevolucionárias e a radicalização da Revolução

Ao mesmo tempo em que as mudanças ocorriam, parte da nobreza e do clero e o rei Luís XVI buscavam maneiras de restabelecer a situação anterior a 1789. Para isso, contavam com a ajuda de reis e nobres de outros Estados europeus, que temiam que os ares revolucionários franceses chegassem até seus países. Luís XVI trocou correspondência com esses soberanos, e, em 1791, tentou fugir do país para se juntar aos exércitos contrarrevolucionários. Entretanto, foi descoberto e preso em Paris.

Em abril de 1792, o reino da Áustria e da Prússia declararam guerra à França, tornando concreta uma ação militar contrarrevolucionária. Para piorar a situação, a população

continuava sofrendo com a escassez de alimentos e a inflação. Discordando das ações do governo revolucionário e com medo da derrota da Revolução, em agosto do mesmo ano, a população parisiense invadiu o poder legislativo e obrigou que fosse estabelecida uma república.

A partir daí, uma nova Assembleia foi formada – a Convenção. Dela, participaram 750

sufrágio universal masculino

significa que todos os homens adultos podem votar sem o critério de renda.

deputados que foram eleitos por **sufrágio universal masculino**.

Isso significou o fortalecimento de um projeto revolucionário de caráter mais democrático, fortemente apoiado pelos setores

populares urbanos e visto com receio pela burguesia e nobreza reformistas.

Para administrar o país em plena guerra, a Convenção criou três órgãos:

- o Comitê de Segurança Nacional, encarregado de investigar os suspeitos de agir contra a Revolução;
- o Tribunal Revolucionário, que deveria julgar esses suspeitos de forma rápida, e
- o Comitê de Salvação Pública, responsável por mobilizar todos os recursos necessários para a defesa militar da Revolução.

No início, os deputados mais moderados, chamados de girondinos, conseguiram a maioria dos votos na Convenção. Entretanto, a crise só piorava. A invasão das forças militares estrangeiras encontrou os exércitos franceses mal preparados para defender a Revolução. A oposição dos monarcas europeus aumentou quando o rei Luís XVI e sua mulher foram julgados e, sob pressão da população de Paris, executados na guilhotina.

A inflação continuava a crescer, sacrificando as populações rurais e urbanas.

Nesse cenário, ganhou força o grupo de deputados conhecidos como jacobinos. Com o apoio da população parisiense, eles conquistaram o poder em junho de 1793. Seu principal líder foi Maximilien Robespierre, que chefiou o Comitê de Salvação Pública até julho de 1794. Um ano extremamente rico, agitado, contraditório e que marcou a Revolução Francesa e a História.

Para defender a revolução e derrotar os exércitos estrangeiros, os jacobinos adotaram uma série de medidas que não estavam previstas nas leis francesas. Para combater os contrarrevolucionários, promulgou-se a Lei dos Suspeitos, que acusava de alta traição todos aqueles que, mesmo sem lutar contra a Revolução, não a tinham defendido. Girondinos, monarquistas, críticos dos jacobinos, todos eram suspeitos.

As denúncias e delações tornaram-se frequentes. Prisões em massa foram feitas e os réus, julgados rapidamente pelo Tribunal Revolucionário, sem terem garantidos seus direitos de defesa. As condenações se avolumaram e, em um ano, cerca de 40 mil pessoas perderam a vida na guilhotina – era o Terror. Na prática, os Comitês de Segurança Nacional e Salvação Pública governavam o país com poderes ditatoriais, sob a liderança de Robespierre.

Enquanto o Terror se instalava, várias leis de caráter democrático foram aprovadas, tais como:

- o sufrágio universal masculino;
- a abolição da escravidão nas colônias francesas;

- a distribuição gratuita de terra entre os camponeses;
- o ensino primário obrigatório e laico para todos os franceses;
- o tabelamento dos preços dos alimentos e dos aluguéis.

Essas leis buscavam estabelecer maior igualdade social entre os cidadãos. Igualdade que não seria só de nascimento, mas também de condições materiais de vida, o que era uma ideologia extremamente inovadora e radical para o século XVIII.

A vitória do projeto revolucionário burguês

Reorganizando as forças militares e recrutando a população masculina para o exército, os inimigos estrangeiros foram sendo vencidos e expulsos da França. A Revolução, portanto, estava assegurada. Entretanto, o apoio aos jacobinos foi diminuindo por conta das medidas autoritárias. Já as novas leis que beneficiavam as classes mais pobres assustaram os políticos moderados e a burguesia, que não desejavam transformações mais profundas na distribuição da riqueza na sociedade. Em 1794, Robespierre foi deposto e, em seguida, os jacobinos se transformaram em alvo da violência política.

A Revolução, para os homens que sucederam Robespierre, fora longe demais. O tabelamento de preços foi abolido e uma nova Constituição, votada em 1795, restabeleceu o voto censitário. Pela terceira vez, criou-se uma Assembleia para governar a França, chamada de Diretório.

Nesse período, os grupos revolucionários mais radicais, ligados aos setores populares e às ideias de democracia e igualdade social, sofreram uma intensa repressão. Consolidava-se, assim, o projeto revolucionário ligado à burguesia e à nobreza reformista.

lá na plataforma

Apesar da repressão do Diretório, setores populares continuaram defendendo publicamente seus projetos revolucionários. Foi o caso do movimento que, em 1796, tentou tomar o poder para criar um governo popular baseado na igualdade social – a Conspiração ou Conjura dos Iguais. Conheça na nossa plataforma esse movimento e o manifesto.

A situação política e econômica na França permanecia grave. A guerra contra as monarquias estrangeiras prosseguia, agora fora do território francês, o que exigia o direcionamento de recursos econômicos e humanos para os exércitos. A economia sofria os impactos da mudança constante de governo e de leis e a necessidade de abastecer as tropas militares. A escassez de alimentos seguia sendo um tormento para a população e o governo.

Foi nesse contexto que Napoleão Bonaparte começou a se destacar. Napoleão era um jovem general, que se colocara a serviço da Revolução e sempre fora próximo aos girondinos. Como líder militar, consagrou-se em 1796, quando derrotou a Áustria e estendeu o domínio francês sobre os Estados italianos.

Para parte dos políticos, Napoleão era a liderança capaz de estabilizar o poder na França – representava autoridade e, ao mesmo tempo, a vitória da Revolução. Assim,

em 1799, o Diretório transferiu o governo do país a três pessoas que formariam um Consulado, entre elas Napoleão. A Revolução tinha, ali, seu fim.

lá na plataforma

O processo revolucionário francês é cheio de reviravoltas, mudanças de governo e agentes históricos. Por isso, elaboramos uma linha do tempo, de 1789 a 1799, para você tirar suas dúvidas. Ela pode ser visualizada lá na plataforma.

O período napoleônico (1799-1815)

Em pouco tempo, Napoleão transformou-se na principal autoridade política. Em 1804, após um plebiscito popular, tornou-se imperador da França, concentrando grande poder e governando o país por mais 11 anos.

Internamente, um de seus principais objetivos foi estabilizar a economia e a administração do país, sacudidas pelas guerras e mudanças de sistemas políticos durante a Revolução. Em 1804, foi promulgado um extenso código de leis, o Código Napoleônico, que garantiu a proteção do Estado à propriedade privada, a igualdade de nascimento, mas proibiu as associações de operários e as greves.

Políticas públicas, como a construção de uma rede de estradas, facilitaram as trocas comerciais e uma maior integração do mercado interno. Escolas de ensino básico e cursos técnicos e universitários foram criados para fornecer homens capazes de se encarregar do desenvolvimento econômico, militar e administrativo do país.

Em termos de política externa, Napoleão deu continuidade à ação expansionista iniciada ainda durante os tempos da Revolução, com sucessivas vitórias militares. Diante disso, alguns Estados, como a Rússia e a Áustria, firmaram com Napoleão acordos de aliança. Veja no mapa a seguir (**Figura 8.5**) a extensão dos domínios napoleônicos na Europa em 1811.

A Inglaterra, entretanto, permanecia como a grande inimiga da França e despontava como o primeiro país industrial. Com o objetivo de enfraquecê-la, Napoleão decretou em 1806 o Bloqueio Continental (identificado no mapa da **Figura 8.5**), proibindo os países europeus de realizar trocas comerciais com a Inglaterra. No início, os Estados buscaram respeitar o bloqueio, mas, com o passar dos anos, suas economias começaram a sentir os prejuízos dessa proibição.

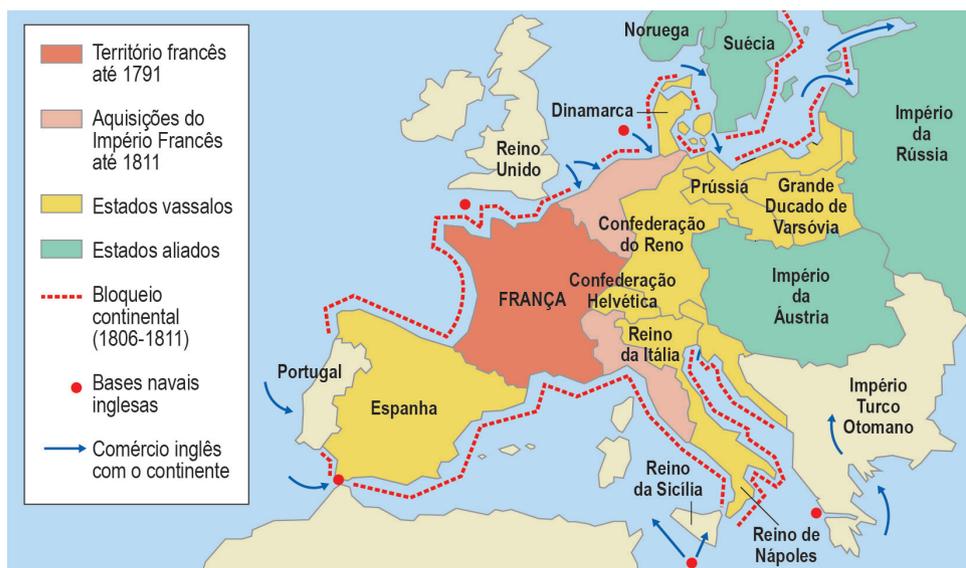


Figura 8.5: A expansão napoleônica e o bloqueio continental.

Essa situação levou a Rússia a retomar seu comércio com a Inglaterra, o que provocou a invasão do país pelos exércitos franceses em 1812. As estratégias dos generais russos e o forte inverno acabaram por enfraquecer muito as tropas napoleônicas. Nesse contexto, uma coligação militar formada pela Inglaterra, Rússia, Prússia, Áustria e Suécia avançou sobre os franceses. As populações dominadas também se organizaram para lutar pela libertação de seus países, impondo mais uma frente de batalha.

Na França, a liderança de Napoleão se desgastava. Os benefícios dados a seus parentes e assessores mais próximos acabaram por criar uma “corte” em torno do imperador que, para muitos, lembrava o Antigo Regime de Luís XVI. As contínuas guerras acabavam com os recursos do país, inclusive humanos, pois o recrutamento de homens jovens para integrar os exércitos era constante.

Assim, enfrentando a oposição na França e nos países dominados e os exércitos da coligação, Napoleão sofreu uma primeira derrota em 1814 e foi derrotado de maneira definitiva em 1815.

A consolidação do liberalismo no século XIX

O Congresso de Viena e a luta pela Restauração do Antigo Regime

Em sua expansão pela Europa, a França napoleônica havia modificado fronteiras, derrubado reis e disseminado ideias de igualdade de nascimento e liberdade de pensamento. Mas, em 1814, estava derrotada e as guerras europeias, iniciadas em 1792, chegavam ao fim. Era a hora de reorgani-

zar as fronteiras e as relações internacionais e, para isso, diplomatas e ministros europeus se reuniram na cidade de Viena, na Áustria, entre 1814 e 1815. As principais potências presentes foram Inglaterra, Áustria, Prússia, Rússia e França, ainda que derrotada.

Uma das decisões tomadas pelas autoridades no Congresso de Viena foi a defesa de que as famílias reais depostas por Napoleão tinham o direito de retomar o controle de seus Estados. Somente elas seriam reconhecidas como autoridades legítimas – o princípio da legitimidade dinástica. O retorno das famílias reais reforçaria, também, o Antigo Regime e a posição da nobreza. Na França, Luís XVIII, irmão de Luís XVI, tornou-se rei, comprometendo-se a manter algumas das leis dos períodos revolucionário e napoleônico.

Mas os monarcas sabiam que as ideias liberais estavam presentes em seus países, ainda mais depois dos acontecimentos franceses. Assim, com o objetivo de evitar novas revoluções, o czar (rei) da Rússia e representantes da Prússia, Áustria e França organizaram a Santa Aliança, um acordo de ajuda militar mútua, caso movimentos liberais eclodissem em seus países. Era importante pensar novas formas de manter a velha ordem...

Regimes liberais elitistas e as lutas pela democracia

Apesar das tentativas dos governantes absolutistas de impedir o avanço das ideias liberais, já em 1820 movimentos na Espanha, em Portugal e em Estados italianos reivindicavam Constituição, divisão de poderes e liberdades. Dez anos depois, ocorreram mo-

vimentos liberais na França, Bélgica, no norte da Itália, em regiões alemãs e na Polônia.

Em 1848, uma nova onda revolucionária, iniciada na França, atingiu mais de 10 regiões europeias. Isso mostra que cada vez mais pessoas defendiam as ideias de igualdade e liberdade, bem como de cidadania e direitos. Cada vez mais pessoas se opunham à ordem social do Antigo Regime, defendendo o estabelecimento de sistemas políticos liberais.

Os movimentos revolucionários de 1848 podem ser inseridos no conjunto das revoluções liberais que ocorreram na Europa desde 1820. Todavia, é importante destacar que, em 1848, além do Liberalismo, as ideias socialistas e democráticas apareceram com força nas manifestações populares. Num momento em que a industrialização começava a se desenvolver em vários países, os operários e trabalhadores urbanos se destacaram como um dos setores sociais mais ativos politicamente. Levaram para a cena pública suas reivindicações sobre a política, a economia e a cidadania.

Como vimos no processo revolucionário francês, as ideias liberais podem adquirir um caráter mais excludente ou mais democrático. No caso dos sistemas políticos liberais que foram se estabelecendo ao longo do século XIX em países como Inglaterra, França, Alemanha e Itália, o direito de voto era bastante limitado. Isso acontecia porque as leis estabeleciam que somente homens com determinada renda ou escolaridade poderiam participar de eleições, excluindo boa parte dos cidadãos e todas as cidadãs.

Nesses regimes liberais, o poder político acabava concentrado nas mãos de industriais, comerciantes, banqueiros e da no-

breza ainda existente. Por sua vez, as leis e políticas públicas acabavam influenciadas pelos interesses desses setores sociais. Por isso, a questão da organização de partidos políticos por trabalhadores e a luta pela extensão do direito de voto ganhou grande destaque. Era necessário ter representantes próprios nos parlamentos e assembleias.

Como resultado dessas mobilizações, entre fins do século XIX e início do XX, o sufrágio universal masculino foi sendo conquistado. As mulheres, entretanto, continuaram na luta para conquistar o direito de votar e ser votada.

Na virada do século XIX para o XX, a mobilização cada vez maior de trabalhadores e mulheres sinalizava que a existência de um regime liberal era insuficiente. Eles queriam a democratização da política.

Resumo

No século XVIII, desenvolveu-se na Europa o movimento intelectual chamado de Iluminismo. Acreditando no uso da Razão para agir no mundo, os iluministas criticavam a influência do pensamento religioso. Defendiam que todas as pessoas nascem iguais e com direitos naturais (liberdade, propriedade, resistência à opressão) que devem ser garantidos por uma constituição e pelas autoridades políticas. Assim, eles contestaram a ordem social do Antigo Regime e o Absolutismo monárquico, o que os aproximou de setores como a burguesia, que buscava mais espaço na sociedade.

No contexto de crise financeira do Estado, um movimento revolucionário com forte

participação da burguesia e de trabalhadores urbanos e rurais eclodiu na França, em 1789. Em poucos meses, novas leis acabaram com a sociedade de ordens e estabeleceram uma monarquia constitucional. Esse processo adquiriu caráter internacional, quando exércitos estrangeiros invadiram a França para combater a Revolução. Ao mesmo tempo, havia uma intensa disputa entre projetos de mudança moderados e radicais que, a partir de 1794, se encaminharam para o fortalecimento dos setores moderados.

A ascensão de Napoleão Bonaparte ao governo francês, em 1799, marcou o fim da Revolução. O período napoleônico se estendeu até 1815 e se caracterizou por uma política expansionista na Europa e pela consolidação da ascensão da burguesia e de aspectos liberais na França.

Após o fim do governo napoleônico, em 1815, os monarcas absolutistas voltaram ao trono e buscaram restaurar o Antigo Regime. Entretanto, a disseminação das ideias liberais e o fortalecimento da ação política de setores urbanos levou à implantação de sistemas políticos liberais e às lutas pela democracia política.

Atividade

Leia com atenção trechos da atual Constituição do Brasil, promulgada em 1988.

TÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. [...] Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação [...]

TÍTULO II - DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (BRASIL, 1988).

Após a leitura dos trechos, responda às duas questões que se seguem: (*Anote as respostas no seu caderno.*)

1. Identifique na atual Constituição brasileira a presença de propostas iluministas/liberais elaboradas a partir do século XVIII.

2. No seu cotidiano, você vivencia o cumprimento do artigo 5º. da Constituição brasileira? Justifique sua resposta.

Resposta comentada

1. A Constituição brasileira determina que o poder emana do povo, a divisão de poderes, a liberdade (pensamento, consciência, crença, artística, científica e de comunicação), a vida (proibição da tortura) e a igualdade entre os cidadãos, sem diferenças de origem, raça, sexo, cor, idade.

2. Resposta pessoal.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020].

FRANÇA. *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, de 1789. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos Humanos, [2020].

KANT, Immanuel. Resposta à questão: o que é esclarecimento? Tradução: Márcio Pugliesi. *Cognitio*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 145-154, jan./jun. 2012.

VOLTAIRE. *Deus e os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Transformações nos séculos XVIII e XIX: a construção do sistema capitalista mundial

09

meta

Analisar as transformações econômicas e sociais ocorridas na Europa entre os séculos XVIII e XIX, no contexto da formação e consolidação do sistema capitalista.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- explicar a Revolução Industrial e a expansão do capitalismo nos séculos XVIII e XIX;
- explicar as principais ideias do liberalismo econômico;
- caracterizar o cientificismo e as teorias racistas do século XIX;
- apresentar o movimento operário no contexto das sociedades industriais, identificando suas principais ideologias e formas de ação.

Introdução

Na unidade anterior, discutimos uma série de processos de mudança política e ideológica na Europa, a partir do século XVIII, que impulsionaram o surgimento da sociedade liberal. Tanto o Iluminismo como a Revolução Francesa abriram espaços para enfraquecer a posição dominante da nobreza e consolidar a ascensão da burguesia a partir da formação de um ideário liberal.

Agora, vamos estudar um processo que teve início também na segunda metade do século XVIII: a Revolução Industrial. Iniciada na Inglaterra, expandiu-se pela Europa ao longo do século XIX, levando ao estabelecimento do sistema econômico capitalista e de novas relações sociais e de trabalho em torno das fábricas e da vida urbana.

Foi nesse contexto que os operários surgiram como um novo ator político, criando movimentos e ideologias que contestavam a dominação burguesa, e propuseram novos caminhos para a sociedade. Essas novas ideologias produziram respostas para problemas como a exploração do trabalhador e a desigualdade social que caracterizavam a sociedade capitalista industrial. E, de alguma forma, ainda estão presentes nos dias de hoje.

A Revolução Industrial

Enquanto as ideias iluministas se espalhavam pelo continente europeu, outro processo de transformação ocorria na Inglaterra, ganhando força a partir da década de 1780: a Revolução Industrial. Geralmente, quando falamos em Revolução Industrial, somos levados a pensar imediatamente em mudanças tecnológicas, com a introdução de novas máquinas que reorganizaram o processo de produção de mercadorias. Isso, de fato, ocorreu. Na produção de tecidos, a passagem do século XVIII para o século XIX registrou a adoção de novas máquinas de fiar e tecer movidas a vapor, que aceleraram muito a velocidade de produção.

Surgiram as fábricas, locais onde um empresário reunia as máquinas, os trabalhadores e organizava uma forma de produção diferente. Porém, este é somente um dos aspectos que devemos ter em mente, pois a Revolução Industrial deve ser entendida como uma mudança não só das técnicas de produção, mas como um processo que deu início à construção de uma nova sociedade baseada no capitalismo. Ela foi, acima de tudo, um processo de transformação radical que atingiu a economia, a política, as ideias e as estruturas sociais. Seu ponto de partida foi a Inglaterra. Vamos ver como esse processo ocorreu!

O início da Revolução Industrial na Inglaterra

No início do século XVIII, a Inglaterra ocupava uma posição de grande destaque entre os países europeus. Seus navios transportavam uma parte considerável das mercadorias trocadas entre vários continentes, incluindo escravizados africanos, especiarias vindas da Ásia, tecidos produzidos no próprio país e artigos originários das colônias americanas.

Além desse grande mercado exterior, a Inglaterra também tinha internamente um importante mercado consumidor. Isso acontecia porque, desde o século XVI e, com mais força, a partir do século XVII, muitos camponeses estavam perdendo as terras que cultivavam devido ao processo de “**cercamento**” dos campos. A alternativa para sobreviver era a mudança para as cidades, onde precisariam comprar os alimentos e artigos necessários à sua sobrevivência.

cercamento

foi o fenômeno pelo qual as terras de uso coletivo foram cercadas e passaram a ser terras privadas.

Ao perderem suas terras, os camponeses passam a enfrentar outro problema: encontrar um trabalho para sobreviver. Um grande número de lavradores sem terras em busca de emprego é um sério problema para qualquer sociedade, mas, na Inglaterra do século XVIII, era também uma oportunidade para os empresários: os camponeses sem trabalho poderiam servir como mão de obra para as primeiras indústrias.

Assim, empregando o capital acumulado com os lucros obtidos nos mercados internacional e nacional, muitos comerciantes ingleses começam a investir na construção de fábricas. Dessa forma, você pode perceber que há uma relação muito próxima entre as mudanças ocorridas no campo e o surgimento de uma sociedade industrial. Por fim, a Inglaterra ainda tinha à sua disposição grandes reservas de carvão, muito importantes para garantir o fornecimento da energia a vapor, e de ferro, matéria-prima para construção de máquinas, ferrovias, trens e embarcações marítimas. Observe dois modelos de motor a vapor criados nesse contexto.

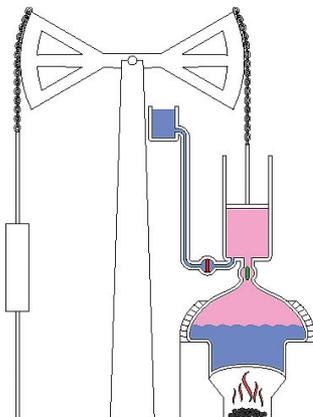


Figura 9.1. Motor a vapor de Thomas Newcomen.



Figura 9.2. Máquina a vapor de James Watt.

Fontes: 9.1 - https://pt.wikipedia.org/wiki/Motor_a_vapor#/media/Ficheiro:Newcomen_atmospheric_engine_animation.gif. Autor: Emoscopes. CC BY 2.5; 9.2 - https://pt.wikipedia.org/wiki/Motor_a_vapor#/media/Ficheiro:20070616_Dampfmaschine.jpg. Autor: Ingo Berg. CC BY-SA 3.0.

As transformações nas formas de trabalhar e os novos grupos sociais

Após o surgimento das primeiras fábricas na Inglaterra durante o século XVIII, a industrialização do setor têxtil espalhou-se rapidamente pelo país, ameaçando outras formas de produção. Acompanhe esse processo através das palavras de um trabalhador inglês da cidade de Manchester, que viu de perto a chegada das fábricas e suas consequências no início do século XIX:

[...] Quando a fição de algodão estava na sua infância, antes da implantação daquelas terríveis máquinas que substituíram o trabalho humano, chamadas máquinas a vapor, havia muitos dos então chamados “pequenos mestres” [...] – homens que, com um pequeno capital, podiam adquirir algumas máquinas e contratar alguns empregados, entre vinte ou trinta homens e rapazes, cuja produção era levada ao mercado central de Manchester e colocada em mãos de intermediários. Esses intermediários a vendiam aos mercadores, sistema que permitia ao mestre fiandeiro permanecer em casa, trabalhando e dando assistência a seus trabalhadores. O algodão era sempre fornecido em estado bruto, dos fardos para as mulheres dos fiandeiros em suas casas, para que elas o aquecessem e limpassem, deixando-o pronto para o trabalho dos fiandeiros na fábrica. Assim, podiam ganhar oito, dez ou doze xelins por semana, sem deixar de cozinhar e dar atenção a suas famílias. Mas nenhuma está empregada dessa maneira, agora: todo algodão é partido e torcido por uma máquina a vapor, que é um demônio. Portanto, as mulheres dos fiandeiros não têm emprego, a menos que trabalhem na fábrica durante todo o dia naquilo que pode ser feito pelas crianças, por quatro ou cinco xelins semanais. Se antes um homem

discordava de seu mestre, ele o deixava e podia empregar-se em outro lugar. Contudo, a fisionomia das coisas mudou em poucos anos. Surgiram as máquinas a vapor, exigindo um grande capital para sua aquisição e para a construção de edifícios suficientemente grandes para abrigá-las, juntamente com seiscentos ou setecentos trabalhadores. A energia do vapor produziu um artigo mais comercial (embora não melhor) que o pequeno mestre [...]. A consequência foi sua rápida ruína, ao passo que os maiores capitalistas triunfaram com sua queda, pois representavam o único obstáculo para o completo controle sobre os trabalhadores (THOMPSON, 2004, p. 25-26).

Nesse breve relato, temos uma série de informações que nos ajudam a entender as mudanças que resultaram do aparecimento do sistema fabril. Em primeiro lugar, vamos discutir o que aconteceu com as formas até então existentes de produzir mercadorias. Segundo nossa fonte, a produção de tecidos antes das fábricas dividia-se em algumas etapas. A primeira era a limpeza e a transformação do algodão e da lã em fios, feita principalmente pelas mulheres em suas casas. Era a chamada indústria doméstica. Depois, as manufaturas recebiam esses fios e se encarregavam da tecelagem, dividindo a produção em algumas tarefas e utilizando máquinas e instrumentos que eram movidos pela energia humana. Todavia, essas duas formas de produção sucumbiram diante das fábricas.

De acordo com o trabalhador inglês, isso aconteceu porque o tecido produzido pelas fábricas era mais comercial, com o qual as manufaturas não podiam concorrer. Por isso, elas foram à ruína e todos os trabalhadores, incluindo os donos e as mulheres

que fiavam em casa, ficaram sem emprego e sem suas pequenas oficinas.

lá na plataforma

A construção de fábricas alterou o ritmo de vida urbana na Inglaterra. A paisagem das cidades industrializadas trouxe uma nova arquitetura e o ar poluído pela fumaça das chaminés das fábricas, afetando a saúde de seus moradores. Para saber mais sobre essas transformações, dê uma olhada em nosso ambiente virtual.

Para sobreviver, qual era a única saída? Tentar arranjar um trabalho nas fábricas. O resultado desse processo foi a transformação de uma série de pessoas, que antes tinham ocupações diferentes, em operários. A partir daí surge um novo grupo social, formado pelos trabalhadores das indústrias. Ao lado dos milhares de operários, a Revolução Industrial também criou outro grupo social pouco numeroso, formado pelos ricos donos das fábricas, que chamamos de burguesia industrial.

Lendo atentamente o documento histórico, também podemos obter pistas sobre as novas máquinas presentes nas fábricas. Para o operário inglês, elas eram “terríveis, demônios”, não só por substituírem o trabalho humano, mas também por exigirem um novo tipo de ação do trabalhador. Movida pela energia a vapor, era a máquina que comandava o ritmo do trabalho dentro das fábricas, obrigando o operário ou a operária a se sujeitar a ele – ao contrário do que acontecia nas manufaturas, onde o trabalhador controlava a máquina. Além disso, dentro das fábricas a produção era dividida

em etapas e cada operário ficava responsável por uma delas, aprendendo apenas uma parte da fabricação de uma mercadoria.

Muitos estudiosos da Revolução Industrial buscaram entender as razões que levaram os comerciantes a investir seu capital na implantação das fábricas. À primeira vista, a busca do lucro parecia ser a resposta mais adequada, pois, ao comprar máquinas modernas e que produziam com mais rapidez, o empresário conseguiria aumentar sua produtividade e seus ganhos. A motivação econômica, portanto, justificaria o investimento em indústrias. Entretanto, alguns historiadores chamam a atenção para outro elemento: a intenção dos empresários de controlar totalmente o processo de produção e os trabalhadores.

Na fábrica os operários teriam suas ações vigiadas; a produtividade e o ritmo da produção seriam determinados pelas máquinas e pelo patrão. Com horário de entrada, saída e descanso determinados, multas por atraso e cartões de ponto, o tempo dos trabalhadores passa a se subordinar ao interesse do empresário. A fábrica, portanto, foi o meio não só de multiplicar os lucros dos capitalistas, mas de sujeitar completamente os operários à sua autoridade.

As condições de trabalho dos operários

Os primeiros tempos do mundo das fábricas apresentavam uma grande exploração do trabalhador. Os salários pagos aos operários eram muito baixos e a utilização em larga escala da mão de obra infantil e feminina ajudava a diminuí-los ainda mais. As jornadas de trabalho podiam chegar a

16 horas diárias, com pequenos intervalos para descanso e alimentação, fosse para crianças, mulheres ou homens. Nessa época, não havia nenhuma lei de descanso semanal ou proteção aos operários.

Como se não bastasse, nas fábricas não havia ventilação ou iluminação adequadas e, muitas vezes, os produtos químicos utilizados na produção das mercadorias causavam sérias doenças aos operários. Veja como o historiador W. Henderson descreveu a vida dos primeiros operários:

O novo sistema industrial arruinou a saúde de muitos trabalhadores. Quase todas as indústrias tinham as suas doenças características e as suas deformidades físicas. Os oleiros, os pintores e os cortadores de arame sofriam de envenenamento pelo chumbo; os mineiros, de tuberculose, de anemia, de vista, e de deformações da espinha; os afiadores, de asma; os fiandeiros, de perturbações brônquicas; os fabricantes de fósforos, de envenenamento pelo fósforo. [...] A expectativa de vida dos trabalhadores das fábricas e dos mineiros era pequena. [...] Além disso, após a Revolução Industrial, um operário tinha às vezes de percorrer uma considerável distância a pé para chegar à fábrica, enquanto sob o anterior sistema doméstico trabalhava em casa (HENDERSON, 1979, p. 122).

A expansão do capitalismo no século XIX

A disseminação da produção industrial fez da Inglaterra o país europeu mais forte em termos econômicos. Os baixos preços de seus produtos têxteis arrebatarem os principais mercados internacionais. Os ingleses passaram a exportar não só tecidos, mas também ferro, carvão e máquinas para outros lugares onde as fábricas eram instaladas. E, somado a esse fortalecimento econômico, o país ainda tinha a marinha mais poderosa do mundo...

O destaque conquistado pela Inglaterra fez com que outros Estados europeus buscassem investir na industrialização – e levou Napoleão Bonaparte a estabelecer o bloqueio continental, conforme vimos na Unidade 8. No início do século XIX, na Bélgica e na França, já era possível registrar o crescimento do número de fábricas, ao lado da intensificação da extração de ferro e carvão. Após 1850, investimento semelhante foi feito pela Alemanha, que tinha acabado de se estabelecer como um Estado unificado. Em países como Itália e Rússia, algumas regiões se especializaram na produção industrial.

lá na plataforma

A Alemanha começou a se destacar como potência industrial no final do século XIX, após a unificação de vários reinos sob o comando da Prússia. Rapidamente, o país se transformou em um competidor importante no sistema capitalista internacional. Para saber mais sobre esse processo, consulte nossa plataforma virtual.

Fora da Europa, a industrialização ganhou força nos Estados Unidos e Japão, muitas vezes a partir de investimentos feitos por banqueiros e industriais ingleses. A expansão do capitalismo

no século XIX, portanto, significou o surgimento de novas potências industriais que transformaram ainda mais as relações econômicas internacionais. Veja no mapa a seguir as principais economias industriais em fins do século XIX;



Figura 9.3. Expansão da industrialização no século XIX (adaptado). Fonte: <https://image.slidesharecdn.com/astransformaeseconomicasdaeuropa-150418161158-conversion-gate01/95/as-transformaes-economicas-da-europa-18-638.jpg?cb=1429391605>

Dois aspectos caminharam juntos na criação dessa economia capitalista mundial: os novos meios de transporte e de comunicação. Com a produção industrial crescente, era necessário distribuir as mercadorias para os consumidores em vários países, o que foi possível graças a tecnologias que aceleraram a navegação a vapor e aumentaram a capacidade dos navios. Ao mesmo tempo, os trens transportavam pessoas, notícias e produtos e conectavam as regiões urbanas e rurais. O telégrafo, primeiro, e o telefone, a seguir, também aceleraram a comunicação entre cidades e países diferentes, aumentando a integração dos mercados consumidores.

>> *saiba mais*

O capitalismo industrial é uma nova fase do sistema econômico que surgiu durante a Revolução Industrial, baseado na propriedade privada dos meios de produção pela burguesia. A industrialização se intensificou com a formação de novos setores produtivos, como a produção têxtil e a construção civil, por exemplo; a criação de novas tecnologias e de novos produtos; o aumento da produtividade; o desenvolvimento dos meios de transporte; a diminuição da intervenção estatal na economia; a especialização de funções e a divisão do trabalho para cada indivíduo, além do trabalho assalariado.

O mercado regulando a economia: o nascimento do liberalismo econômico

Ao mesmo tempo em que as primeiras fábricas apareciam no final do século XVIII, surgiu na mesma Inglaterra uma nova forma de pensamento econômico, que ficou conhecida como liberalismo econômico e dialogava diretamente com os iluministas que estudamos na Unidade 8.

As ideias do liberalismo econômico foram elaboradas a partir de uma crítica forte às práticas mercantilistas. Você deve se lembrar disso, pois o mercantilismo foi discutido na Unidade 2. Vimos, então, que as monarquias europeias buscavam estimular o desenvolvimento do comércio, tido como a principal forma de conseguir riquezas. Com esse objetivo, o Estado atuava diretamente na economia, interferindo nos impostos de importação e exportação, buscando controlar as trocas comerciais com suas colônias, fazendo guerras contra outras potências europeias.

Entretanto, essas práticas começaram a sofrer críticas durante o século XVIII. Em primeiro lugar, a ideia de que o comércio era a principal atividade econômica para o enriquecimento dos reinos foi contestada. Alguns pensadores, principalmente na França, defenderam a visão de que a agricultura era a base do crescimento dos países. Por isso, diziam eles, o Estado não deveria adotar medidas para incentivar o comércio, mas se concentrar no desenvolvimento das atividades ligadas à terra. Esse pensamento econômico ficou conhecido como fisiocracia.

Na mesma época, na Inglaterra, o pensador Adam Smith publicou *A riqueza das nações* (1776). Nesse livro, Smith afirmava que a riqueza de um país era resultado do trabalho dos homens, de acordo com as capacidades e os talentos de cada um. E, mais importante, o que garantia o enriquecimento de um país era a liberdade da economia, sem a intervenção do Estado, deixando que os homens se desenvolvessem sozinhos. Por isso, o liberalismo econômico condenava todas as ações que interferissem nas trocas comerciais. Para Adam Smith, ao contrário, todos os países e colônias deveriam comerciar livremente entre si.

Da mesma forma, ele não admitia que um país colocasse altas taxas de importação sobre produtos estrangeiros para proteger a indústria nacional, já que isso tornaria mais difícil a concorrência entre os produtores de determinada mercadoria. Para o liberalismo econômico, era a concorrência que traria benefícios à economia, pois obrigava as empresas a oferecer produtos melhores ou mais baratos para vencer seus concorrentes. Ela deveria ser, então, estimulada, e não controlada.

Assim, toda a economia deveria se desenvolver em torno do mercado, onde os indivíduos ofereceriam seus produtos, incluindo sua capacidade de trabalho, com total liberdade, e os mais competentes e capazes seriam os vencedores. Essa seria uma lei natural da economia, de acordo com a qual o governo deveria ter o mínimo de intervenção e poder possíveis.

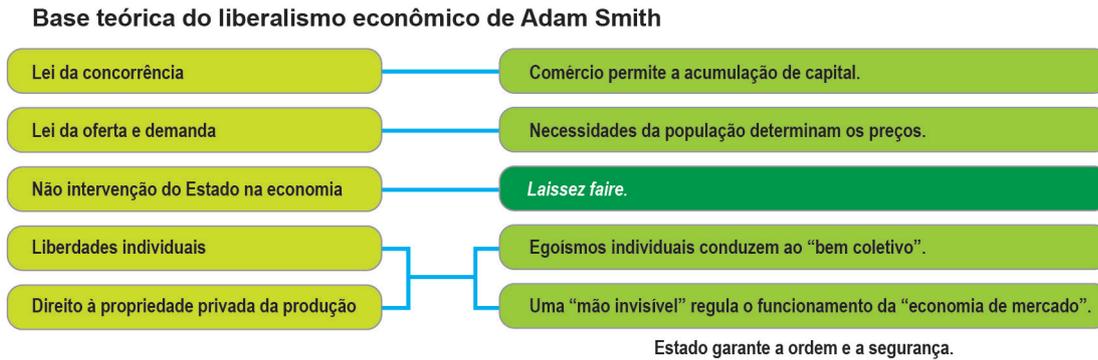


Figura 9.4 As bases teóricas do liberalismo econômico.
 Fonte: <https://macacogeografico.wordpress.com/2015/07/13/liberalismo-2/>

#lá na plataforma

O liberalismo econômico teve uma grande repercussão na Europa e nas Américas durante o século XIX, quando se espalhou por vários países. Até hoje, as ideias do liberalismo são importantes na discussão sobre economia. Desde a década de 1980, elas retornaram com força ao debate, sendo reunidas sob o nome de neoliberalismo. Conheça mais sobre esse pensamento econômico na nossa plataforma.

laissez faire

é uma expressão em francês que significa “deixe fazer”, usada para se referir ao liberalismo, que está ligada à ideia de deixar o mercado agir sem interferências das ações do governo.

Agora, vamos reunir dois “pontos”! Na Unidade 8, nós discutimos os sistemas políticos liberais, nos quais os princípios da igualdade de nascimento e das liberdades produziram monarquias constitucionais com a divisão de poderes. Nesse novo cenário político, vimos que a burguesia conquistou importantes espaços de poder, ainda mais com a existência do voto censitário, que excluía do direito de voto boa parte dos trabalhadores.

Ora, se voltarmos para o liberalismo econômico, veremos que esse pensamento também se baseava na ideia de liberdade do indivíduo, que deveria ser livre para agir conforme suas capacidades de produzir riqueza. Exatamente como os donos das fábricas, que se destacavam como os novos ricos! Assim, poder econômico e político caminhavam juntos na sociedade capitalista.

A ciência a serviço da indústria e do racismo

O processo de industrialização esteve intimamente ligado ao desenvolvimento do conhecimento científico. Nessa época, várias academias e associações voltadas para o “progresso” reconheciam a figura dos cientistas como importantes agentes de transformação social.

Em um mundo cada vez mais atravessado pelas descobertas científicas, a ciência alcançou uma posição de grande reconhecimento. Isso levou ao fortalecimento do cientificismo, um conceito que defende a superioridade da ciência sobre todas as formas de compreensão humana da realidade. A partir do método científico, as teorias desenvolvidas pelas ciências naturais deveriam ser estendidas a todos os domínios da cultura e do saber.

Uma das obras científicas que teve maior impacto foi *A origem das espécies*, livro publicado pelo naturalista Charles Darwin em 1859. Nessa obra, Darwin reuniu as conclusões da pesquisa que desenvolveu por muitos anos e defendeu a teoria de que as espécies vivas eram resultado de sua capacidade de se adaptar ao meio, constituindo uma evolução, e a própria espécie humana tinha se desenvolvido dessa maneira.

// atenção

Se você estudou a Unidade 9 do material de Biologia, já leu a explicação sobre as ideias de Darwin. Percebeu como um mesmo conteúdo pode ser abordado em disciplinas diferentes? Muitas questões de vestibulares e do Enem são baseadas em conteúdos desse tipo, então fique sempre atento!

Essa teoria, pensada para o mundo natural, foi apropriada pelas ciências sociais e aplicada às sociedades, que passaram a ser classificadas como mais ou menos evoluídas. Foi o que se chamou de darwinismo social, que alimentou diversas correntes de pensamento europeu no século XIX.

O racismo foi uma das teorias construídas dentro da lógica cientificista, que defendia a existência biológica de diferentes raças. A cada raça, corresponderiam características físicas, de inteligência, de moral e de habilidades, com as pessoas brancas sendo definidas como as mais evoluídas. Esse pensamento racial, amparado pela ciência da época, legitimou doutrinas políticas e ações militares sobre africanos, asiáticos e americanos, vistos como raças inferiores à dos europeus.

Dentro de uma mesma sociedade, alguns grupos também foram vistos como menos desenvolvidos. No caso das sociedades industriais, os setores populares urbanos, cujas condições de vida e moradia eram bastante difíceis, foram tratados como grupos perigosos. Problemas sociais como alcoolismo, prostituição e criminalidade, que marcavam as grandes cidades, foram entendidos como uma manifestação da inferioridade biológica das pessoas pobres, que deveriam ser constantemente vigiadas pela polícia.

Assim surgiu também a eugenia, baseada em estudos de hereditariedade que buscavam meios de intervenção para “melhorar a raça” de um país e, dessa forma, aumentar suas possibilidades de desenvolvimento. Práticas eugênicas se desenvolveram em vários países desde o século XIX até meados do século XX e incluíram a proibição do casamento de pessoas de raças diferentes, a esterilização de homens e mulheres considerados inferiores e até o assassinato de pessoas com algum tipo de deficiência.

lá na plataforma

O médico Cesare Lombroso (1835-1909) foi um expoente da antropologia criminal. Relacionava demência com delinquência, argumentando que a criminalidade era um fenômeno físico e hereditário, e por razões congênitas o criminoso era determinado para o mal. Essa teoria chegou no Brasil em fins do século XIX e colocamos um material específico sobre isso no ambiente virtual.

Movimentos sociais e as novas ideologias do mundo contemporâneo

O processo histórico da Revolução Industrial atingiu todos os níveis da sociedade. Esse processo envolveu toda sociedade europeia, que se dividiu em classes que buscavam se organizar para conquistar direitos. Diante desse contexto, os trabalhadores passaram a organizar lutas contra o sistema capitalista industrial, contestando fortemente a ideologia liberal. Vejamos como essa resistência aconteceu!

As primeiras lutas operárias na Inglaterra

Você lembra do personagem citado anteriormente, que trabalhava na cidade inglesa de Manchester e que, através de seu testemunho, nos ajudou a compreender o processo

de transformação que chamamos de Revolução Industrial? Destacaremos a maneira pela qual nosso oficial fiandeiro se referiu às máquinas a vapor presentes nas fábricas: elas eram “terríveis”, um “demônio”! Não é difícil saber a razão de um julgamento tão negativo, não é? Para esse homem, as novas máquinas significavam mudanças nas formas tradicionais de trabalho e, também, desemprego. Essa passagem não foi fácil para muitos trabalhadores, obrigando-os a abrir mão de seus antigos hábitos, formas de produzir e trabalhar, além de diminuir seus rendimentos. Por isso, nos primeiros anos após a implantação das fábricas, houve muita resistência por parte dos trabalhadores.

Uma das formas de resistência ficou conhecida como ludismo e teve como principal método de ação a destruição de máquinas. Os luditas agiram nas primeiras décadas do século XIX, em diversas regiões da Inglaterra. Grupos de artesãos e operários se organizavam para invadir fábricas, quebrando as máquinas. Muitas vezes, os luditas ameaçavam os próprios donos das fábricas.

Porém, essas ameaças também foram utilizadas pelos luditas para negociar com os patrões melhores salários e condições de trabalho. Ao mesmo tempo em que buscavam defender seu modo de vida tradicional, os trabalhadores começavam a se reunir e se organizar para pressionar os donos das fábricas em busca de conquistas para a classe operária. Com o passar dos anos e, principalmente, com a repressão das forças policiais inglesas, as ações luditas foram controladas. Isso não significou, entretanto, o enfraquecimento das mobilizações dos trabalhadores. Ao contrário, foram sendo criadas diversas associações de auxílio que buscavam ajudar os operários em situações

específicas – como acidentes de trabalho ou aposentadoria, por exemplo. As primeiras leis que regulamentavam o trabalho nas fábricas também foram criadas sob a pressão dessas associações.

Nas décadas de 1830 e 1840, na própria Inglaterra, ganhou força um movimento nacional chamado cartismo, que pressionou o Parlamento inglês a mudar as regras de participação política, permitindo que trabalhadores pobres tivessem acesso ao voto e pudessem ser eleitos. Lembra do que discutimos sobre o elitismo dos regimes liberais na Unidade 8? Pois os trabalhadores começaram a reivindicar seus direitos políticos.

Ainda que muitos de seus objetivos não tenham sido alcançados, o cartismo permitiu que os trabalhadores adquirissem experiência na organização de movimentos de âmbito nacional. O mesmo pode ser dito sobre as associações de auxílio mútuo. Através dessas iniciativas, os operários se encontravam, discutiam seus problemas e pensavam em propostas para resolvê-los. Passaram a ver que enfrentavam as mesmas situações e que possuíam modos de vida semelhantes. Em outras palavras, começaram a construir uma identidade comum e uma cultura operária, a ideia de classe trabalhadora.

O movimento sindical europeu no século XIX

Você já deve ter ouvido falar em organizações chamadas de sindicatos. É uma coordenação de trabalhadores e trabalhadoras que lutam por conquistas para um determinado grupo. Atualmente, as organizações sindicais ainda sofrem ataques constantes da classe patronal e de muitos setores

da sociedade que entendem o movimento como radical e carregado de ideologia, normalmente de esquerda. Mas de onde vem essa ideia?

O movimento sindical surgiu no século XIX, propondo a organização dos trabalhadores para fortalecer a luta por direitos básicos no mundo do trabalho e, principalmente, nas relações entre empregadores e trabalhadores. Foi um movimento que surgiu a partir da vontade e ação dos trabalhadores assalariados, no contexto de exploração do sistema capitalista industrial e das relações de trabalho existentes.

Mas não foram somente as condições de trabalho precárias e as ideologias difundidas entre os trabalhadores que moldaram o movimento operário do século XIX. Os valores culturais, as experiências vividas, a identidade como um grupo diferente e as instituições sociais também ajudaram a formar o movimento sindical naquele momento.

Desde a década de 1820, os sindicatos, considerados ilegais, vinham demonstrando, publicamente, sua força em greves e desfiles pelas cidades. As manifestações cresciam e os governos respondiam com dura repressão.

lá na plataforma

Em 16 de agosto de 1819, em Manchester, ocorreu o massacre de Peterloo, quando a polícia reprimiu uma manifestação pacífica que pedia reformas no Parlamento. O saldo da repressão foram muitos feridos e 15 mortos, em sua maioria, trabalhadores. Saiba mais sobre esse tema na plataforma!

Ao longo do século XIX, em vários países, a união e organização dos trabalhadores foi crescente. Com isso, mesmo proibidos, os sindicatos se transformaram no principal órgão de mobilização e contestaram diretamente governos e patrões.

Além da coordenação de mobilizações para manifestações e greves, os sindicatos investiram na publicação de jornais operários responsáveis por informar e formar a consciência do operariado. A alfabetização dos trabalhadores através de meios como escolas dominicais, grupos de leitura e escolas também foi uma ação desenvolvida pelos sindicatos.

Por fim, a luta pela conquista do direito de voto foi também muito importante. Para os trabalhadores, o sufrágio universal era símbolo de igualdade, cidadania e dignidade pessoal. Além disso, era uma forma de os trabalhadores alcançarem o controle social sobre suas condições de vida e trabalho.

As correntes socialistas

Os primeiros socialistas

Nas primeiras décadas do século XIX, várias experiências que buscavam uma nova maneira de resolver questões sociais estavam em pauta, como as condições insalubres de trabalho, trabalho infantil, longas jornadas, ausência de direitos e baixos salários. Em comum, essas experiências se baseavam numa crítica aos resultados sociais do progresso industrial. Algumas pessoas que defendiam essas ideias ficaram conhecidas como os primeiros socialistas.

Buscando combater o que consideravam os males da época – o individualismo e o egoísmo –, alguns pensadores defendiam a

necessidade de estabelecer novos valores morais. Para eles, era indispensável que os trabalhadores tivessem alguns direitos assegurados, de maneira a diminuir a exploração por parte dos patrões e garantir-lhes um melhor nível de vida. Para outros, a produção deveria ser organizada em cooperativas de produtores, nas quais todos obedeceriam a regras estabelecidas em comum.

Uma dessas experiências foi feita no início do século XIX pelo inglês Robert Owen, proprietário de fábricas de algodão, que estabeleceu uma jornada diária de 10 horas e 30 minutos para os operários e implantou escolas para os trabalhadores e creches para as crianças. Em seguida, Owen idealizou cooperativas que fossem geridas pelos próprios trabalhadores, nas quais reinasse a igualdade entre os participantes, mas seu projeto acabou fracassando na Inglaterra e nos Estados Unidos.

O pensamento de Owen é um bom exemplo de como pensavam esses socialistas. Ele acreditava que era possível organizar a sociedade em torno de valores como cooperação e harmonia, no lugar da concorrência e do conflito; valores que deveriam atingir a todos, fossem patrões ou operários. Assim, a ação dos indivíduos deveria ter como objetivo construir uma sociedade sem conflitos, onde homens e mulheres acreditassem na possibilidade de união entre eles e trabalhassem harmoniosamente. Pregando esses ideais, muitas vezes esses pensadores elaboravam uma forte crítica à propriedade privada, cuja posse permitia a alguns homens dominar a sociedade e relegar à miséria uma grande parte da população.

O comunismo

Em 1848, Karl Marx e Friedrich Engels escreveram uma obra chamada *Manifesto comunista*, na qual chamaram esses pensadores de socialistas **utópicos**.

utópicos Essa obra foi lançada numa reunião de trabalhadores de vários países da Europa, ocorrida em Londres. Nesse documento, tornaram públicas suas ideias acerca do caminho que o movimento operário deveria seguir, caso tivesse a intenção de acabar com a exploração da classe

trabalhadora. Vamos ler atentamente o que eles argumentaram:

você já ouviu falar em utopia? Geralmente, essa palavra é usada em situações nas quais alguém descreve um objetivo ou projeto bom, justo, ideal, mas que não pode se realizar concretamente.

trabalhadora. Vamos ler atentamente o que eles argumentaram:

Os sistemas socialista e comunista propriamente assim chamados, estes de Saint-Simon, Fourier, Owen e outros, nasceram no início do período subdesenvolvido [...] da luta entre proletariado e burguesia. Os fundadores destes sistemas veem, claramente, os antagonismos de classe, como também a ação dos elementos de decomposição na forma da sociedade predominante. [...] O estado subdesenvolvido da luta de classes, como também, seu próprio ambiente leva os socialistas deste tipo a considerar-se muito superiores a todos os antagonismos de classe. Eles querem melhorar a condição de todo o membro da sociedade, até a do mais favorecido. Por isso, normalmente, apelam para a sociedade como um todo, sem distinção de classe; mais ainda, de preferência, à classe governante. Basta compreender seu sistema para reconhecer nele o melhor plano possível para a melhor sociedade. Por isso, rejeitam toda ação política e, especialmente, toda ação revolucionária. Desejam alcançar seus objetivos por meios pacíficos e procurar, através de pequenos expe-

rimentos, necessariamente condenados ao fracasso, e pela força do exemplo, pavimentar o caminho para o novo evangelho social (MARX; ENGELS, 1998, p. 50-51).

Nesse trecho do *Manifesto*, os autores identificaram algumas das propostas dos primeiros socialistas: o objetivo de melhorar a vida dos membros da sociedade através de um apelo geral a todos, utilizando meios pacíficos e realizando pequenas experiências, como as cooperativas pensadas por Owen. Essas ideias, segundo Marx e Engels, estabeleciam um bom plano para a construção da sociedade ideal. Porém, ele nunca seria concretizado; daí ser chamado de utópico. E, por que não seria concretizado? Na resposta a essa pergunta, começamos a estabelecer as diferenças entre o socialismo utópico e o socialismo científico, como Marx e Engels chamavam sua teoria. Voltemos ao documento. Nele, podemos encontrar termos como “luta de classes”, “antagonismos de classe”, “luta entre proletariado e burguesia”, “ação revolucionária”. Em todos eles, é possível identificar um elemento em comum: a oposição entre duas classes – a burguesia e o proletariado.

No pensamento marxista, a sociedade capitalista industrial se caracterizava pela luta entre a burguesia, que possuía o controle dos meios de produção (terra, matérias-primas, máquinas e instrumentos de trabalho), e a classe trabalhadora, chamada de proletariado, que vendia sua força de trabalho em troca de um salário. Por isso, seria impossível acabar com a miséria e a injustiça social através de um apelo a toda a sociedade, porque ela se dividia em classes opostas, antagonicas.

Para acabar com a exploração e a miséria, Marx e Engels defendiam a necessidade de

destruir o capitalismo e estabelecer uma sociedade comunista. Com esse objetivo, o primeiro passo seria a organização dos trabalhadores em sindicatos e partidos, pois a luta política era muito importante para a criação de uma nova sociedade. Através de movimentos revolucionários, o proletariado conseguiria tomar o poder e iniciar a construção do comunismo. Após a conquista do poder, o Estado seria controlado pelos trabalhadores, que instalariam a ditadura do proletariado. A propriedade privada dos meios de produção seria abolida e passaria a ser controlada por toda a sociedade. Assim, não haveria classes e, finalmente, o próprio Estado seria extinto. Nesse ponto, teríamos a sociedade comunista.

A interpretação das ideias de Marx e Engels fez surgir o marxismo, pensamento que influenciou fortemente o movimento operário a partir da segunda metade do século XIX. Muitos sindicatos e partidos políticos se organizaram para promover a revolução socialista e a tomada do poder pelos operários, participando ativamente da vida política em seus países durante todo o século XX. Mas os comunistas não estavam sozinhos no movimento operário e disputavam com os anarquistas a liderança e o apoio dos trabalhadores.

O anarquismo

Você já deve ter ouvido a palavra anarquia ou então alguém ser chamado de anarquista. Esses termos não são tão incomuns no nosso dia a dia. Procure lembrar em que ocasiões eles foram utilizados. Provavelmente, em situações que havia um pouco de “bagunça” ou “desorganização”. Contudo, esse é um significado mais recente. As palavras anarquia e anarquismo se referem a uma corrente de

pensamento que surgiu no século XIX e teve um papel muito relevante no movimento operário. O importante é que saibamos o seu significado original, percebendo como ele se modificou ao longo do tempo.

O anarquismo tem suas raízes no final do século XVIII, mas se desenvolveu com força no século seguinte. Assim como os comunistas, os anarquistas defendiam o fim da propriedade privada através de uma revolução na sociedade. Entretanto, e esta é a sua principal característica, eles pregavam também o fim de todas as formas de governo, acreditando na possibilidade de estabelecer uma sociedade onde os homens se associassem livremente. Para os anarquistas, o Estado e suas instituições deveriam ser extintos, criando uma organização social baseada na cooperação entre os indivíduos, que organizariam a distribuição das riquezas produzidas de acordo com a necessidade de cada um.

Em alguns países, os sindicatos anarquistas conquistaram bastante apoio entre os trabalhadores, conduzindo as lutas dos operários. Agora, talvez seja mais fácil compreender por que anarquismo e anarquia são hoje em dia identificados com “bagunça” ou “desorganização”. Porque esse pensamento pressupõe a ausência de qualquer forma de autoridade e uma organização livre dos próprios membros da sociedade. Não é uma sociedade sem lei, mas um projeto social de liberdade e cooperação entre pessoas. Lembre-se disso na próxima vez que escutar essas palavras.

Resumo

Nesta unidade, estudamos o processo conhecido como Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra e se disseminou pela Europa ao longo do século XIX, originando um sistema capitalista industrial. Esse processo foi acompanhado pelo surgimento do liberalismo econômico, que defende a não intervenção do Estado na economia, e por transformações sociais como o crescimento das cidades e de novos grupos sociais: a burguesia e o operariado.

Esse último grupo, sobrevivendo sob uma intensa exploração de seu trabalho, organizou-se politicamente para defender mudanças sociais e aderiu fortemente às ideologias revolucionárias criadas ao longo do século XIX, como o comunismo e o anarquismo.

No mesmo período, o desenvolvimento científico ligado à produção industrial se transformou em uma defesa da ciência como único conhecimento válido na sociedade. Nesse processo, a teoria evolucionista desenvolvida no campo das ciências naturais foi apropriada por cientistas sociais e resultou no surgimento de teorias racistas e discriminatórias.

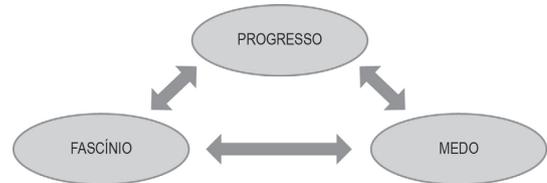
Atividade

Leia o texto a seguir com atenção:

Máquinas, multidões, cidades: o persistente trinômio do progresso, do fascínio e do

medo. O estranhamento do ser humano em meio ao mundo em que vive, a sensação de ter sua vida organizada em obediência a um imperativo exterior e transcendente a ele mesmo, embora por ele produzido. Registros de perdas e imposições violentas encontram-se nos escritos de homens que se auto-representaram contemporâneos de um ato inaugural [...] (BRESCIANI, 1984/ 1985, p. 37).

A historiadora Maria Stella Martins Bresciani consegue perceber algumas das construções básicas da nova sociedade do trabalho, nascida com a Revolução Industrial, baseadas no progresso, no fascínio e no medo. A partir desse trinômio, caracterize elementos da industrialização que representem esses três adjetivos. *(Anote a resposta no seu caderno.)*



Resposta comentada

A resposta deve associar o progresso às mudanças trazidas pela industrialização a partir dos novos combustíveis, como o uso do carvão em motores a vapor, por exemplo; associar o fascínio às mudanças estruturais, como construções grandiosas de ferrovias, avanços na construção naval e nos transportes; associar o medo às péssimas condições de trabalho que as fábricas apresentavam, com locais insalubres, acidentes de trabalho e a insegurança no emprego.

Transformações nos séculos XVIII e XIX: independência, Estado e sociedade nas Américas

10

meta

Analisar os processos de independência ocorridos nas colônias americanas e os aspectos políticos, econômicos e sociais dos novos países surgidos nos séculos XVIII e XIX.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- explicar o processo de independência das Treze Colônias inglesas na América do Norte, da colônia francesa de Saint Domingue e das colônias espanholas;
- identificar os principais aspectos da construção dos Estados Nacionais após a independência;
- caracterizar as sociedades americanas no século XIX, analisando sua inserção no sistema capitalista internacional, o pensamento racista e a subalternização das populações negras e indígenas;
- apresentar o processo de abolição da escravidão nas Américas.

Introdução

Nas Unidades 8 e 9, discutimos as transformações que ocorreram na Europa nos séculos XVIII e XIX. Agora, nosso olhar se volta para o continente americano, cuja história se desenvolveu em conexão com a europeia desde o século XVI.

Também os moradores das colônias experimentaram mudanças e desafios, em fins do século XVIII, que resultaram em movimentos de separação de suas metrópoles – as independências! Esses mesmos moradores tiveram que construir novos sistemas políticos, elaborar leis e reorganizar as relações sociais nos países que surgiram.

Esses são os dois temas que trabalharemos nesta unidade: os processos históricos de independência das colônias e como os Estados independentes estabeleceram uma organização própria ao longo do século XIX. É importante ter em mente que tudo isso se fez em diálogo com o que ocorria na Europa. Observe no mapa as regiões que serão abordadas nesta unidade:

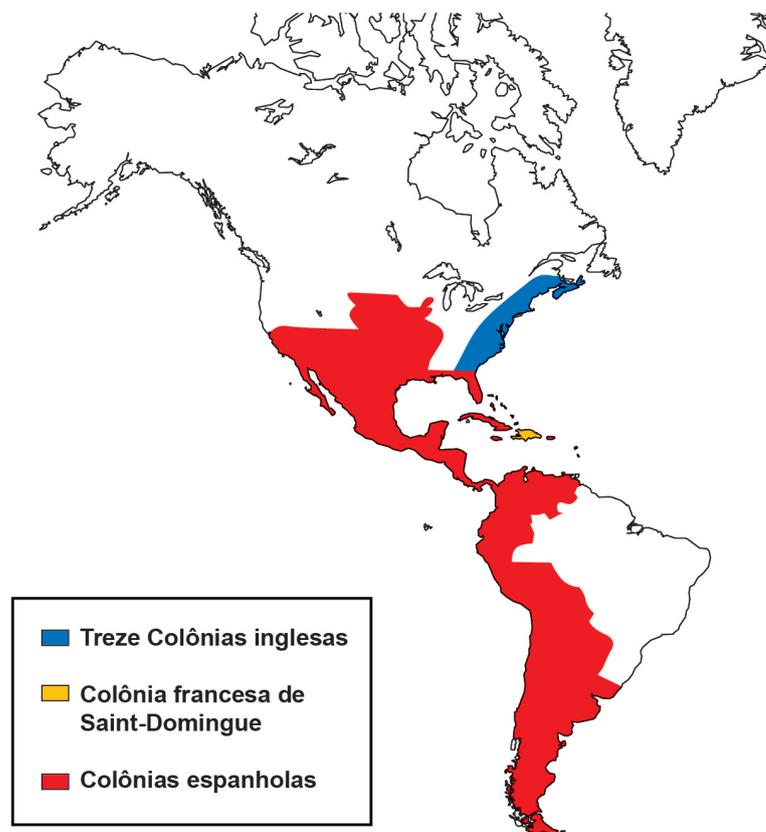


Figura 10.1. Regiões americanas estudadas nesta unidade.

Da negociação ao conflito: os processos de independência

Leia com atenção a linha do tempo:

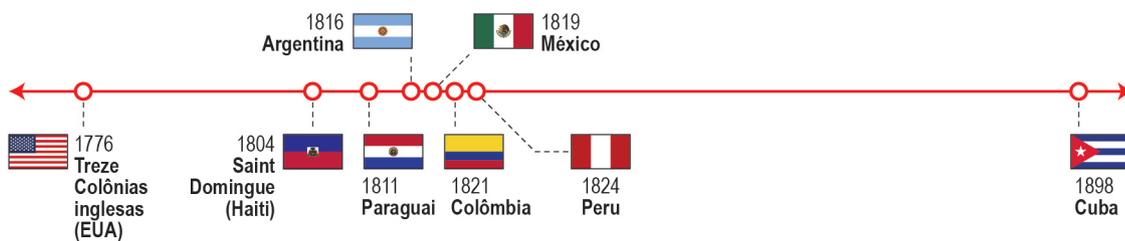


Figura 10.2. Declarações de independência de colônias europeias nas Américas.

Em 1776, as Treze Colônias inglesas na América do Norte declararam-se um país independente. Em 1804, foi a vez da francesa Saint-Domingue (atual Haiti) fazer o mesmo. Duas décadas depois, a maioria das colônias espanholas seguiu o caminho da independência. O que pode explicar esse processo, no qual moradores das Américas decidiram se separar das monarquias europeias às quais estavam ligados desde o século XVI?

Um aspecto que devemos considerar é o contexto interno das colônias em fins do século XVIII. Ao invés de pensar em situações de atraso ou isolamento, as sociedades coloniais estavam conectadas entre si e com a Europa por meio de circuitos econômicos e culturais. Nelas, agiam elites que, ainda que se vissem como descendentes de europeus, tinham interesses próprios e uma história nas Américas – onde construíram suas vidas, suas riquezas... Membros dessas elites frequentavam centros de estudos europeus, discutindo os problemas das colônias e dos reinos; liam filósofos iluministas e acompanhavam com atenção o surgimento das primeiras indústrias.

Ao lado disso, as regiões coloniais possuíam características étnico-raciais específicas. Nos vice-reinos da Nova Espanha e do Peru, por exemplo, a maioria da população era formada por indígenas, enquanto havia um predomínio de africanos e seus descendentes em Saint-Domingue e na Jamaica, levados para essas áreas como trabalhadores escravizados. Os indivíduos de origem europeia eram uma minoria, e a mestiçagem era um elemento da formação social. Esses aspectos tiveram um papel importante nas independências.

A criação dos Estados Unidos da América

Na Unidade 5, discutimos a criação de Treze Colônias inglesas no litoral atlântico da América do Norte, com diferenças entre si. As colônias do Sul tinham como principal mão de obra africanos e seus descendentes escravizados, com uma produção agrícola voltada para o mercado externo.

Suas elites eram formadas por proprietários de terras e de cativos e grandes comerciantes. As colônias do centro e do Norte também contavam com o trabalho de pessoas escravizadas, mas predominavam o trabalho livre, a agricultura para o mercado interno, a construção naval e o comércio. Nelas, os centros urbanos eram mais importantes.

No entanto, um elemento era comum: o chamado *autogoverno*. Todas as colônias possuíam assembleias locais que estabeleciam suas regras administrativas. Esse espaço de autonomia também existia nas questões econômicas. Ao longo do tempo, essa participação política se transformou em uma tradição compartilhada pelos colonos. Mas o cenário começou a mudar a partir da década de 1760.

As mudanças na política inglesa

Disputas entre os reinos da França e Inglaterra vinham de longe e se tornaram mais intensas em meados do século XVIII. Entre 1756 e 1763, os dois países se envolveram na Guerra dos Sete Anos, com batalhas em vários lugares. Nas Américas, houve grande participação de povos indígenas nesse conflito, através de alianças feitas por eles com franceses e ingleses para garantir a proteção de suas terras e comunidades. Ao final, a vitória ficou com os ingleses, que tomaram para si parte dos territórios franceses na América do Norte.

Lá na plataforma

A Guerra dos Sete Anos aconteceu em terras americanas e em outros continentes – um conflito mundial? Saiba mais sobre isso na plataforma.

Os colonos ingleses também lutaram nessa guerra ao lado da metrópole. No entanto, após o fim do conflito, autoridades da Inglaterra impediram que eles tivessem acesso às novas terras. A justificativa foi de que era necessário pacificar os indígenas do local, que haviam sido aliados dos franceses. Essa proibição desagradou enormemente aos colonos, que pretendiam expandir suas atividades econômicas.

A atitude rígida da metrópole não foi um ato isolado, mas se inseria em uma nova política que buscava reforçar seu controle econômico e político sobre as colônias. Ela incluiu a criação de impostos para cobrir as despesas da guerra, o envio de funcionários para as Américas e novas regras que limitavam o comércio colonial.

A reação dos colonos não demorou a aparecer, expressando-se em revoltas, boicotes e atos de sabotagem. A resposta da Inglaterra foi imediata, com maior presença militar e endurecimento da política colonial, combatendo o comércio triangular feito entre as colônias da América do Norte, das Antilhas e da África.

lá na plataforma

Uma das reações mais famosas dos colonos às novas leis ficou conhecida como a *Festa do Chá de Boston (Boston Tea Party)*. Saiba mais sobre ela na plataforma.

A reação colonial e a opção pela independência (1776)

Para os colonos, a nova política metropolitana desrespeitava suas tradições de autonomia. As ideias do pensador John Locke (veja na Unidade 8) foram uma grande força inspiradora, uma vez que o filósofo inglês afirmava que a autoridade do governo se baseava em um acordo entre governantes e governados. E, para os colonos americanos, definitivamente não era isso que estava acontecendo.

Por isso, eles reivindicaram o direito de participar das decisões da metrópole, através da presença de representantes seus no Parlamento inglês. Essa solicitação foi feita por representantes dos colonos, oriundos das elites coloniais, no I Congresso da Filadélfia, realizado em 1774. O governo inglês negou a solicitação e os conflitos entre milícias de colonos e soldados metropolitanos começaram a se tornar frequentes.

Em 1775, foi realizado o II Congresso da Filadélfia, no qual a ideia de separação começou a ser defendida. Finalmente, em 1776, os representantes das Treze Colônias escreveram a Declaração de Independência. Nesse documento, encontramos a defesa dos direitos de liberdade, igualdade e resistência. Sem dúvida, as elites coloniais conheciam as ideias iluministas e usavam-nas para pensar

sua realidade colonial. Liberdade, para elas, significava manter a tradição de autogoverno e resistir a uma autoridade que desrespeitava seus direitos **inalienáveis**.

inalienável

é algo que não pode ser suspenso, vendido, transferido ou retirado.

O governo inglês não aceitou a separação e iniciou uma guerra na qual lutaram vários grupos das colônias, além das elites. Derrotada em 1783, a Inglaterra reconheceu a independência de suas ex-colônias na América do Norte, que se reuniram em um novo país: os Estados Unidos da América.

>> saiba mais

Muitos escravizados lutaram do lado dos ingleses sob a promessa da liberdade. Com a vitória dos colonos, os ingleses providenciaram a ida de alguns deles para a Inglaterra e de outros para o continente africano. Surgiu, assim, uma cidade na África fundada para receber os libertos da escravidão, que recebeu o nome de Freetown (Cidade Livre). Hoje, essa cidade é a capital de Serra Leoa.

A independência de Saint-Domingue (Haiti)

Pouco após o surgimento dos Estados Unidos, a colônia francesa de Saint-Domingue foi sacudida por um movimento que propôs novas interpretações para os ideais de liberdade e igualdade. Saint-Domingue ocupava parte da ilha Hispaniola, no mar das Antilhas; a outra porção da ilha era a colônia espanhola de Santo Domingo. Veja sua localização no mapa da **Figura 6.7**, na Unidade 6.

Saint-Domingue era a mais importante colônia francesa por conta da produção da cana-de-açúcar cultivada por negros escravizados. Em 1789, segundo Viana (2013), possuía cerca de 560 mil habitantes, dos quais 500 mil eram escravizados de origem africana, 30.000 brancos e 28.000 “livres de cor”. A pequena elite branca e os poucos “livres de cor” controlavam a posse da terra e, também, o governo local.

Revolução na metrópole e em Saint-Domingue

O início da Revolução Francesa, em 1789, gerou impactos imediatos na colônia. Muitos proprietários aderiram à revolução, enquanto outros ficaram ao lado do rei e do Antigo Regime. Nesse contexto de divergência, em 1791, eclodiram grandes revoltas com a participação de mais de 100.000 escravizados e libertos. Fazendas, proprietários de terra e suas famílias foram atacados pelos revoltosos, que expressaram qual era, para eles, o sentido da liberdade e da igualdade revolucionárias: o fim da escravidão e das diferenças raciais.

As revoltas foram controladas, mas deixaram como herança a contestação à escravidão e várias lideranças negras, como François Dominique Toussaint, ex-escravizado que ficou conhecido como Toussaint L'Ouverture. Em 1794, o governo jacobino aboliu a escravidão nas colônias e declarou que todos os seus moradores eram cidadãos com direitos garantidos pela Constituição francesa. Isso fortaleceu ainda mais o protagonismo da população negra e de seus líderes em Saint-Domingue.

Toussaint L'Ouverture declarou apoio à República, sendo um dos principais líderes

militares na guerra travada contra os monarquistas na ilha. Milhares de soldados negros participaram de suas tropas. Mas a ascensão de Napoleão Bonaparte ao governo francês, em 1799, alterou essa situação: ele restabeleceu a escravidão em Saint-Domingue.

Nesse momento, os exércitos liderados por L'Ouverture se voltaram contra Napoleão; L'Ouverture foi preso e deportado para a França, onde morreu no ano seguinte. Mas a história não terminou aí. Em 1804, outro líder negro, Jean Jacques Dessalines, também ex-escravizado, derrotou as tropas de Napoleão e declarou a independência da colônia, que passou a ser chamada de Haiti (terra das montanhas, na língua local). Surgiu, assim, a primeira república das Américas governada por um negro e sem escravidão.

lá na plataforma

Você consegue imaginar o impacto do processo de independência do Haiti nas regiões americanas que utilizavam a mão de obra escravizada? Veja o material que colocamos na plataforma.

O fim do Império Espanhol nas Américas

Independência de colônias inglesas; protagonismo negro, independência e abolição da escravidão no Haiti! As Américas eram sacudidas por movimentos de contestação e mudança que chegaram ao imenso Império Espanhol no continente.

Devemos lembrar que esse império possuía muitas diferenças internas. Algumas regiões tinham grande presença de europeus, seus

descendentes e mestiços, mas muitas áreas permaneciam sob controle das populações indígenas. Os africanos escravizados estavam em todas as colônias, sendo mais importantes nas Antilhas e no norte da América do Sul.

Em várias cidades, havia universidades e uma intensa atividade intelectual que ligava partes das Américas entre si e à Europa. Fazendeiros, comerciantes e mineradores faziam parte da elite econômica colonial, sendo chamados de *criollos*. Nesse contexto, a autoridade da monarquia espanhola começou a ser contestada.

As guerras napoleônicas e a fragilização da monarquia espanhola

Como vimos na Unidade 8, o continente europeu se envolveu em muitas guerras durante o governo de Napoleão Bonaparte (1799 a 1815). A Espanha foi um dos países invadidos pelo imperador francês, que, em 1808, depôs o rei Fernando VII e colocou seu irmão José Bonaparte no trono. As colônias deveriam obedecer ao novo rei!

Mas *criollos* e *chapetones* (autoridades espanholas que viviam nas Américas) reagiram e se recusaram a obedecer a José Bonaparte, organizando, em suas regiões, juntas governativas de resistência. Nessas juntas, muitos *criollos* passaram a ocupar posições de maior poder político e autonomia administrativa.

As guerras contra Napoleão continuavam em território europeu. Na Espanha, grupos liberais se uniram para combatê-lo e, também, estabelecer uma monarquia constitucional no reino. Os colonos americanos participaram desse processo, discutindo ideias como

direitos, cidadania, liberdade, igualdade e as relações entre colônias e metrópole.

Na discussão sobre regras comerciais e participação nos órgãos governamentais, as ideias liberais foram fundamentais para que os *criollos* elaborassem suas reivindicações, sentindo-se capazes de construir um caminho próprio. Defendiam, principalmente, a liberdade comercial e o direito de representação política.

Com a derrota de Napoleão e o retorno de Fernando VII, a monarquia espanhola buscou reprimir os setores liberais e reforçar o controle sobre suas colônias americanas. Isso gerou forte reação das elites *criollas* e o início de um processo de conflitos armados entre exércitos que defendiam a independência das colônias e as tropas do rei.

As guerras de independência (1810-1825)

As declarações de independência ocorreram, principalmente, entre 1811 e 1825 e você pode localizá-las no mapa da **Figura 10.4**. A liderança das elites *criollas* foi uma característica marcante desse processo, mas as guerras contaram também com a participação de indígenas, mestiços e negros.

lá na plataforma

Sobre a participação das mulheres nos processos de independência das colônias americanas, veja na plataforma o material que selecionamos para você.

Na América do Sul, as lutas contra a Espanha transformaram alguns homens em lide-

ranças continentais. Foi o caso de Simón Bolívar (nascido em Caracas, atual Venezuela) e José de San Martín (nascido em Yapeyú, atual Argentina), que se colocaram à frente dos exércitos pela independência e “libertaram” várias regiões do subcontinente.

Na parte norte do Império Espanhol, em áreas do atual México, os primeiros levantes pela independência ocorreram na década de 1810 e tiveram a população indígena e mestiça como protagonista. Liderados por padres católicos, esses grupos contestaram não só a autoridade espanhola, mas também a exploração da força de trabalho dos indígenas e a posse da terra. Esse movimento foi reprimido pela metrópole e pelas elites *criollas*, que, no início da década de 1820, lideraram o processo de independência sem a participação dos setores populares.

As lideranças *criollas* puderam contar com o auxílio da Inglaterra, cuja presença econômica nas colônias espanholas se fortalecia desde meados do século XVIII. Cada vez mais poderosa econômica e militarmente, a Inglaterra viu no surgimento de países independentes nas Américas a possibilidade de conquistar mais mercados para suas mercadorias industrializadas e mais oportunidades de investimentos.

Os Estados Nacionais nas Américas

Construindo os novos Estados:

Após a conquista da independência, novas tarefas se colocaram para as lideranças políticas: reorganizar o sistema de governo e estabelecer novas leis. A opção geral foi pela república, com constituições, divisões de poderes e presidencialismo. Apenas o México e o Haiti apresentaram regimes monárquicos, mas que tiveram curta duração.

Se a adoção do modelo republicano e presidencialista teve grande apoio, havia, também, pontos de diferença que geraram instabilidade e violência. Um desses pontos era a questão do limite do poder central e das províncias/estados que compunham cada país: Quem teria autoridade para criar impostos, chefiar polícias e exércitos, negociar com países estrangeiros ou definir a manutenção ou não da escravidão?

Nos Estados Unidos, logo após a independência, os estados tiveram grande autonomia diante de uma autoridade central fraca – foi a chamada Confederação. Essa situação foi alterada pela Constituição de 1787, que manteve parte da autonomia estadual, mas concedeu mais poder aos órgãos centrais de governo, criando uma Federação. Já na Argentina, as lideranças provinciais tiveram grande autonomia até a década de 1860, quando os defensores do fortalecimento do poder central buscaram impor sua autoridade às províncias. Isso levou à eclosão de várias guerras civis.

A existência dessas divergências desde o pós-independência nos ajuda a entender como foram formadas as fronteiras dos novos Estados americanos. Observe com atenção os mapas, que apresentam a formação dos limites territoriais dos novos países:



Figura 10.3. A formação territorial dos Estados Unidos no século XIX (adaptado). Fonte: <https://www.coladaweb.com/wp-content/uploads/2017/11/20171129-formacao-territorial-eua.jpg>.

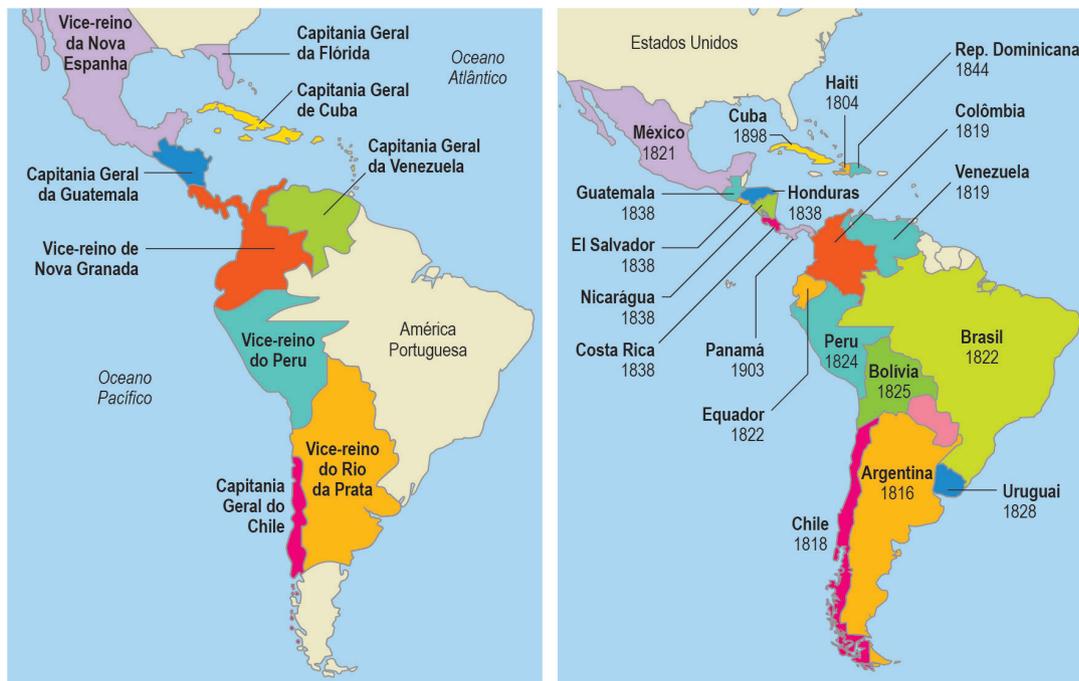


Figura 10.4. No mapa da esquerda, vemos a divisão político-administrativa do Império Espanhol nas Américas (adaptado). No mapa da direita, os países surgidos após os processos de independência (adaptado). Fonte: <https://www.coladaweb.com/wp-content/uploads/2014/12/20190514-independencia-america-espanhola-1.jpg>.

Podemos ver que as fronteiras coloniais foram muito modificadas após as independências. Os Estados Unidos tiveram uma grande expansão territorial, através de diferentes mecanismos, que levou os limites do país até o Oceano Pacífico. O governo se apropriou dessas novas terras e disponibilizou-as a preços baixos, estimulando sua ocupação por norte-americanos e imigrantes europeus, na chamada “Marcha para o oeste”. Por outro lado, a posse da terra dos

povos indígenas e mexicanos que viviam nessas regiões não foi reconhecida, o que provocou uma resistência armada que se prolongou por décadas.

Em relação às ex-colônias espanholas, verificamos um processo de fragmentação – uma colônia se dividiu em vários países. Assim, do Vice-Reino do Prata surgiram Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Várias razões explicam essa fragmentação.

A primeira delas eram as diferenças econômicas que caracterizavam o Império Espanhol. Havia circuitos econômicos regionais, mas que não conectavam os vice-reinos e capitanias gerais em um único mercado. Em cada região, as elites *criollas* desenvolviam atividades produtivas que podiam concorrer com produtores de outros lugares. Por isso, era difícil conciliar esses interesses sob a autoridade de um mesmo Estado.

Ao lado disso, a população era muito diversa em termos étnico-raciais e sociais. Se as elites *criollas* se viam como brancas e como parte da cultura europeia, grupos mestiços, indígenas e negros se identificavam com os locais onde viviam e suas próprias culturas, marcadas pela mistura de diferentes tradições. Não havia, portanto, a ideia de que todos pertenciam a uma mesma nação com características comuns.

Por fim, as guerras contra a Espanha lideradas pelos *criollos* transformaram muitos deles em autoridades políticas. Isso gerou muitas disputas por poder, e a divisão das antigas colônias em vários países diferentes foi um meio de acomodar todos os interesses particulares.

A modificação das fronteiras ocorreu até o início do século XX, mostrando como foi

difícil construir os Estados Nacionais após a independência. Muitas vezes, países estrangeiros, como Inglaterra e Estados Unidos, estimularam a fragmentação territorial, quando ela favorecia seus interesses econômicos e políticos. Dessa forma, o sonho de Simón Bolívar de criar uma confederação reunindo todas as ex-colônias espanholas, defendido em uma reunião realizada no Panamá em 1826, não se concretizou.

As atividades econômicas e o sistema capitalista internacional

Muitas atividades econômicas desenvolvidas nas Américas desde o século XVI tinham como destino o mercado externo. Foi o caso da mineração de ouro e prata e das *plantations* de cana-de-açúcar e algodão.

Após as independências, vários países mantiveram fortes vínculos com o mercado internacional, exportando gêneros alimentícios e matérias-primas. O surgimento da sociedade industrial exigia cada vez mais alimentos para os trabalhadores que se concentravam nas cidades. As indústrias precisavam de metais como o cobre, por exemplo, encontrado no Chile.

A inserção dos países da América no sistema capitalista também incluiu a importação de produtos industrializados e a abertura para investimentos estrangeiros – na construção de estradas de ferro, em reformas urbanas e portuárias, no comércio. Bancos ingleses fizeram muitos empréstimos para os governos americanos, que estavam sempre atrás de recursos para desenvolver seus países. Os resultados desse modelo de desenvolvimento nos países americanos foram:

- a manutenção do poder econômico e político dos proprietários de terra, com a concentração da propriedade rural nas mãos de uma elite agrária;
- a continuidade da exploração da mão de obra de trabalhadores rurais, fossem eles negros escravizados ou de origem indígena, que tinham poucas oportunidades de acesso a terras próprias;
- a dependência em relação às potências capitalistas industrializadas, que utilizavam pressões diplomáticas, financeiras e militares para manter sua influência sobre os governos americanos.

Na segunda metade do século XIX, algumas regiões do continente começaram a vivenciar um processo de industrialização. Foi o caso da Argentina e do México. O país que mais se destacou nessa atividade foi os Estados Unidos, onde o desenvolvimento das atividades industriais ganhou grande impulso a partir da década de 1860. A chegada de milhões de imigrantes, as terras conquistadas a oeste, a construção de ferrovias, as políticas protecionistas e os investimentos feitos pela burguesia em pesquisas científicas transformaram o país em uma potência industrial já no início do século XX.

lá na plataforma

Uma das primeiras ações dos Estados Unidos como potência foi buscar estabelecer sua influência sobre os outros países americanos. Aprenda mais sobre isso na nossa plataforma.

Racismo e abolição nas Américas

Por fim, vamos discutir o lugar das populações indígenas e negras após a independência. Para isso, precisamos lembrar que as antigas elites coloniais lideraram o processo de construção dos novos Estados, com exceção do Haiti, e que as atividades agrícolas e de mineração voltadas para o mercado externo tiveram lugar de destaque nas economias americanas.

Assim, as leis, políticas e ações dos governos após a independência foram elaboradas por fazendeiros, comerciantes e militares. Eram homens que tinham a sociedade europeia como modelo a ser seguido e, por isso mesmo, se apropriaram das ideias racistas surgidas no século XIX (ver Unidade 9). De acordo com elas, indígenas, negros e mestiços eram racialmente inferiores e, por isso, tinham pouca contribuição a dar a seus países. Era necessário “embranquecer” sua população através da migração europeia.

Esse pensamento gerou ações concretas do Estado, de fazendeiros e de empresas contra os povos nativos. Para eles, o uso comunal das terras feito pelos indígenas era um obstáculo ao “progresso” e somente o trabalho individual era capaz de gerar riquezas. Portanto, se uma área indígena era ambicionada para a agroexportação ou mineração, o Estado achava legítimo tomar posse dela e dar a outra pessoa o título de propriedade. Dependendo do país, os indígenas foram obrigados a migrar para outra região ou sobreviver como mão de obra camponesa.

Em relação às populações negras, a maioria das sociedades americanas manteve a es-

cravidão após a independência. Entretanto, ela passou a ser contestada cada vez mais no século XIX, em razão do fortalecimento das lutas dos escravizados pela liberdade, da ação de militantes abolicionistas negros e brancos, da pregação de lideranças religiosas que consideravam a escravidão contrária aos preceitos cristãos, da crença na “pouca produtividade” do escravizado em comparação ao trabalhador livre, entre outros. Isso provocou a abolição do tráfico atlântico negreiro e da escravidão.

Em alguns países, a abolição da escravidão ocorreu logo após a independência, o que se relaciona com a importância menor dos trabalhadores escravizados na economia e a possibilidade de recorrer à mão de obra de indígenas. Entretanto, onde a economia se baseou na intensificação da escravização de pessoas negras, o processo de abolição foi difícil e conflituoso.

Nos Estados Unidos, o debate sobre a abolição da escravidão foi um dos motivos que levou os estados do Sul a tentarem se separar do resto do país em 1860. Essa decisão não foi aceita pelo governo central, o que levou a um violento conflito civil e à morte de cerca de 600 mil pessoas na Guerra da Secessão (1860-1865). A derrota dos estados do Sul manteve o país unido e significou o fim da escravidão, em 1865.

lá na plataforma

Após a abolição da escravidão, várias leis estabeleceram a segregação de cidadãos brancos e negros nos Estados Unidos. Sobre isso, veja o material que selecionamos para você no ambiente virtual.

Não podemos diminuir a importância da abolição da escravidão para os afroamericanos, pois ela significou liberdade e direitos de cidadania. Mas nenhum governo implementou ações para concretizar esses direitos e garantir meios de sobrevivência aos ex-escravizados. Vivendo em sociedades marcadas pelo racismo, essas pessoas enfrentaram a desvalorização de suas origens e culturas e a discriminação no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, a história das populações negras no século XIX nos mostra grande capacidade de organizar-se coletivamente e lutar por liberdade, trabalho, escolaridade, dignidade, respeito e autoestima. Uma luta que seguiu no século XX e floresce com força nos nossos dias.

Resumo

- A independência das Treze Colônias inglesas na América foi declarada em 1776, após forte reação dos colonos às novas regras de controle da metrópole. As lideranças do processo foram as elites agrárias e urbanas.
- A colônia francesa de Saint-Domingue se tornou independente em 1804, a partir do protagonismo da população negra escravizada e liberta, o que resultou na abolição da escravidão.
- As colônias espanholas conquistaram a independência após guerras contra a metrópole entre 1810 e 1825. As elites *criollas* lideraram o processo de separação, com a participação de indígenas, mestiços e negros.

- As ideias de liberdade e igualdade foram apropriadas pelos colonos em suas lutas contra as metrópoles.
 - A construção dos Estados Nacionais após a independência foi marcada pela adoção do sistema republicano presidencialista, pelo surgimento de novas fronteiras e pela disputa sobre centralização, federação e confederação.
 - As economias americanas se inseriram de forma dependente no sistema capitalista, exportando gêneros alimentícios e minérios, importando produtos industrializados e como locais de investimentos estrangeiros. A exceção foram os Estados Unidos, que se transformaram em um país industrial.
 - Indígenas e afrodescendentes foram subalternizados nas sociedades americanas por conta do racismo e das dificuldades de acesso à terra e ao trabalho, mesmo após a abolição da escravidão legal em todo o continente.
-

Atividade

A partir de fins do século XVIII, a palavra “revolução” ganhou um significado específico: mudança acelerada da sociedade, objetivo final dos movimentos políticos, criação de coisas novas e inéditas, oposição ao passado. É de acordo com esse significado que os processos de industrialização e de mudança política ocorridos na Europa foram chamados de revolução – Industrial, Francesa...

Considerando o que está colocado acima, como você classifica os processos de independência das Américas? Podemos chamá-los de revolução? Justifique sua resposta. *(Anotar a resposta no seu caderno.)*

Resposta comentada

Não há uma resposta definida para a questão, pois ela depende do destaque que cada analista dá às mudanças, à criação de coisas novas e à oposição ao passado. O importante é o desenvolvimento da argumentação histórica – por que cada processo deve ser visto como uma revolução ou não, utilizando as informações históricas contidas no texto dessa unidade e em outras fontes de pesquisa.

Referências

- PASSETTI, Gabriel; PELLEGRINO, Gabriela. *As populações indígenas em face dos Estados Nacionais no século XIX*, [201-?]. Disponível em: Pellegrino https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=420. Acesso em: 6 dez. 2020.
- SANTOS, Fábio Muruci dos. *A formação dos Estados Nacionais na América Latina*, [201-?]. Disponível em: https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=414. Acesso em: 6 dez. 2020.
- VIANA, Larissa; CAMPOS, Janille. *A independência das treze colônias inglesas na América*, 2012. Disponível em: https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=415. Acesso em: 6 dez. 2020.
- VIANA, Larissa. *A independência do Haiti na Era das Revoluções*, 2013. Colaboração: Pedro Lucas Andrade. Disponível em: https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=416. Acesso em: 6 dez. 2020.

O processo de independência do Brasil e a construção do Estado Imperial (sec. XIX)

11

meta

Analisar o processo de independência do Brasil e a construção do Estado Imperial no século XIX.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- caracterizar os movimentos de contestação à metrópole surgidos no Brasil em fins do século XVIII;
- apresentar os principais aspectos do período joanino;
- explicar o processo de independência do Brasil, relacionando-o ao contexto político e social do Império Português e das Américas;
- caracterizar as forças políticas e seus projetos para o Estado brasileiro independente;
- analisar os conflitos armados e rebeliões escravas ocorridos entre as décadas de 1820 e 1840;
- identificar os mecanismos políticos que geraram a estabilidade política no Segundo Reinado.

Introdução

Na Unidade 10, vimos como as colônias europeias nas Américas tornaram-se independentes das metrópoles e como se deu a construção de seus sistemas políticos, fronteiras e relações sociais ao longo do século XIX. Registramos, ali, que as antigas elites coloniais se tornaram importantes forças políticas nos novos países que surgiram, influenciando fortemente os rumos econômicos e buscando determinar uma posição subalterna para indígenas, africanos e seus descendentes.

Como esse processo se desenvolveu no Brasil? Quando e onde surgiram as ideias de separação de Portugal? As lutas pela independência contaram com participação popular? Por que a opção das forças políticas brasileiras foi a forma monárquica de governo? Como ficaram as fronteiras coloniais após as independências? São muitas questões, que vamos debater nesta unidade.



Figura 11.1. Império do Brasil sem o Acre, em 1822.

O processo de independência do Brasil

Nunca foi fácil para a Coroa portuguesa manter o domínio sobre sua colônia na América. Além dos poucos funcionários metropolitanos para controlar um território tão extenso, havia a permanente resistência dos povos indígenas diante da ocupação de suas terras.

A relação entre metrópole e colonos também apresentou pontos de tensão. A expansão da pecuária, a extração das “drogas do sertão” e a agricultura para exportação e para o mercado interno deram origem a um setor de proprietários com muitos recursos econômicos e poder político local. Essa elite agrária e os grandes comerciantes urbanos sempre se manifestaram quando a carga de impostos e medidas da Coroa portuguesa iam contra seus interesses.

Desobediência às ordens de Portugal, negociações e enfrentamentos armados com funcionários da metrópole foram constantes durante todo o período colonial. Os motivos para essas ações foram diferentes, mas todas elas expressavam a insatisfação dos colonos com regras de controle por parte do governo português. Entretanto, não havia questionamento quanto à autoridade de Portugal sobre o Brasil. Esse cenário mudou em fins do século XVIII, quando movimentos organizados em diferentes regiões da colônia começaram a colocar em questão a independência.

As conjurações

Provavelmente, você já ouviu falar da Inconfidência Mineira e de seu mais famoso participante, Tiradentes. Durante muito tempo, os livros de História usaram esse termo – “inconfidência” – para os movimentos coloniais que defendiam algum tipo de independência em fins do século XVIII. Mas, aqui, vamos usar o termo “conjuração”. Isso porque “inconfidência” significa “trair a confiança”, mais adequada se acreditarmos que as pessoas devessem lealdade ao governo português. Preferimos usar o termo conjuração, que quer dizer “conspiração contra o Estado, contra o governante ou contra alguém”. E era isso que colonos estavam fazendo nas capitanias de Minas Gerais e da Bahia, como você pode ver no quadro a seguir:

Quadro 1: Principais aspectos das Conjurações Mineira e Baiana

	Conjuração Mineira	Conjuração Baiana
Ano	1789	1798
Participantes	- Membros da elite: padres, mineradores, donos de terra e escravizados, militares e advogados.	- Membros da elite: padres, donos de terra e escravizados, advogados e militares. - Artesãos e soldados, muitos deles negros e mestiços.
Contexto da capitania	- Aumento do controle da metrópole sobre a mineração. - Prejuízos para as atividades econômicas de membros da elite. - Declínio da mineração do ouro: cobrança da derrama e a Coroa vista como exploradora dos colonos.	- Salvador: maior cidade do Brasil e porto importante do comércio colonial e internacional. - Aumento dos preços dos alimentos e conflitos entre setores da elite e administradores portugueses. - Limitações legais à ascensão profissional e social de mestiços e negros libertos e livres.
A conspiração	- 1788 e 1789. - Reuniões em residências de homens ricos. - Atuação de Tiradentes em lugares públicos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. - Delação de um participante ao governador de Minas Gerais: prisão dos envolvidos.	- 1797 e 1798. - Reuniões em residências, oficinas, lojas e lugares públicos em Salvador e no Recôncavo Baiano. - Agosto de 1798: panfletos espalhados em igrejas e prédios públicos anunciam uma revolução. - Ação das autoridades: investigação, delações e prisões.
Projeto	- Independência da capitania de Minas Gerais. - República e divisão de poderes. - Liberdade comercial. - Criação de universidade. - Indefinição sobre escravidão.	- Independência da capitania da Bahia. - República com igualdade jurídica e racial. - Liberdade comercial. - Elevação dos soldos (pagamento dos soldados). - Crítica à escravidão.

Quando analisamos de forma comparativa as duas conjurações, encontramos elementos comuns que levaram colonos a organizar movimentos contra a Coroa portuguesa: as dificuldades econômicas de suas capitanias e a insatisfação com as medidas de controle adotadas pela metrópole. Por isso, eles pretendiam estabelecer o regime republicano constitucional e a liberdade comercial como forma de garantir a participação no governo e acabar com as restrições de ordem econômica.

As conjurações aconteceram em ambientes urbanos, onde circulavam mais pessoas, notícias e livros, e era mais fácil organizar reuniões para discussão dos planos de ação. Nesses encontros, também eram debatidos os problemas locais, os atos da metrópole e acontecimentos internacionais.

A independência das Treze Colônias inglesas foi uma experiência muito importante para os participantes da Conjuração Mineira, que chegaram a tentar estabelecer contato com o governo dos Estados Unidos para conseguir apoio ao seu projeto de independência. Por sua vez, os panfletos baianos usavam o termo “cidadãos”, defendiam o direito de liberdade e a igualdade racial, aproximando-se da linguagem utilizada nas revoluções francesa e do Haiti.

Assim, em diferentes partes da América portuguesa, os colonos debatiam as ideias iluministas e liberais e as utilizavam para pensar seus problemas. Isso ocorria não só entre os membros da elite, que tinham maior escolaridade e viajavam para a Europa. Artesãos e soldados baianos e o próprio Tiradentes, que pertencia à classe média, conheciam essas ideias através de leituras

feitas coletivamente, debates e traduções clandestinas de livros e jornais europeus para o português.

lá na plataforma

A Conjuração Mineira contou com a participação de mulheres. Para saber mais sobre esse tema, consulte nossa plataforma virtual.

Mas a comparação entre as duas conjurações nos mostra uma diferença importante: a participação popular e negra no movimento baiano, enquanto o movimento mineiro se manteve basicamente entre as elites. Essa presença de trabalhadores negros livres e escravizados colocou em debate as questões da discriminação racial na sociedade colonial brasileira e da manutenção da escravidão.

lá na plataforma

Colocamos na plataforma alguns vídeos para você aprofundar ainda mais seus conhecimentos sobre as Conjurações Mineira e Baiana.

O período joanino (1808-1821)

Na Unidade 8, discutimos a expansão napoleônica na Europa e como o imperador francês estabeleceu o Bloqueio Continental, que proibia todos os países do continente de comercializar com a Inglaterra, sua principal inimiga. Portugal se viu, então, em uma posição difícil: se acatasse à ordem de Napoleão, desagradaria sua tradicional aliada

e credora, a Inglaterra; se não acatasse, poderia sofrer uma invasão militar francesa.

As tensões aumentaram quando o exército francês ocupou a Espanha, cujo trono foi transferido para o irmão de Napoleão. Vendo-se ameaçado de perder o trono e com o apoio e a pressão da Inglaterra, o príncipe regente d. João e as autoridades portuguesas optaram por transferir a sede da monarquia para a capital de sua colônia mais importante, o Brasil. Assim, em 7 de março de 1808, chegaram ao Rio de Janeiro a família real e os principais funcionários e nobres portugueses.

lá na plataforma

A viagem da corte Portuguesa para o Brasil em 1808 não foi uma operação simples. Conheça essa viagem através do material na plataforma virtual.

Mudanças econômicas e político-administrativas no Brasil

O primeiro ato de D. João VI em terras americanas foi assinar um decreto – chamado carta régia – que abriu os portos brasileiros “às nações amigas”. Essa decisão pôs fim à ideia de monopólio, que organizou durante muito tempo o comércio da colônia. A Inglaterra e países amigos se beneficiaram dessa liberdade comercial estabelecida. Em 1810, Portugal assinou tratados específicos com a Inglaterra, que garantiram a esse país benefícios no comércio com o Brasil.

Com a intenção de estimular a economia, as autoridades portuguesas suspenderam a proibição de instalação de manufaturas

na colônia. Também buscaram apoiar atividades econômicas em diferentes regiões e melhorar suas ligações com o Rio de Janeiro, ampliando o mercado intercolonial. Nesse contexto, a permissão para as viagens de estudiosos europeus pelo Brasil tinha o objetivo de aumentar o conhecimento do governo sobre os povos indígenas do interior e suas riquezas econômicas.

lá na plataforma

Todas essas ações afetaram imediatamente os povos indígenas, que resistiram ao avanço sobre suas terras. Dois decretos do governo “declararam guerra” aos Krenak e aos Kaingang. Conheça mais sobre esse tema na plataforma.

Como sede do Império Português, foi necessário estabelecer uma estrutura administrativa no Brasil e criar novos órgãos, como a Imprensa Régia, responsável pela impressão da legislação, papéis diplomáticos vindos das repartições e outras obras. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital administrativa do império e local de residência da família real, de altos funcionários e de parte da nobreza. Era necessário, por exemplo, encontrar um lugar para acomodar os milhares de livros raros que foram trazidos de Portugal entre 1808 e 1811 e deram origem, no Brasil, à Biblioteca Real – depois, Imperial e, hoje, Nacional.

lá na plataforma

Uma das ações voltada para o campo artístico foi a vinda da “Missão Artística Francesa”. Para saber mais, consulte nossa plataforma virtual.

O aumento da população do Rio de Janeiro e o crescimento das atividades econômicas na cidade intensificaram a vinda de pessoas escravizadas para o Brasil. A cidade, no início do século XIX, era descrita pelos viajantes da época como altamente africanizada, onde era possível encontrar, como em nenhum outro lugar do mundo, indivíduos dos mais diferentes povos da África. No mesmo movimento, portanto, o Rio de Janeiro se “europeizou” e se “africanizou” em termos econômicos, religiosos, linguísticos...

Brasil: de colônia a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves

Em 1815, Napoleão estava definitivamente derrotado na Europa e não havia mais razão para a sede do Império Português permanecer na América. Entretanto, a família real e a corte portuguesa não pareciam dispostos a retornar a Portugal e a saída para essa situação foi mudar a condição do Brasil: de colônia, ele foi oficialmente elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815. É importante lembrar que, nesse momento, as independências se multiplicavam nas Américas e a presença da família real aqui poderia enfraquecer movimentos semelhantes no Brasil.

De fato, em 1817, um movimento de separação eclodiu na capitania de Pernambuco. A Insurreição Pernambucana declarou a independência da capitania e a implantação de uma república, revelando o desagrado com o aumento de impostos e com a perda de espaço político de suas elites frente ao fortalecimento do Sudeste. A repressão do governo foi dura e imediata, mas o movimento mostrou que as ideias republicanas e separatistas, de fato, circulavam no reino.

Revolução em Portugal, independência no Brasil

No Brasil, não surgiram novas contestações à autoridade do rei d. João VI após 1817. Em Portugal, a situação foi diferente. Em 1820, na cidade do Porto, teve início uma revolta liberal da qual participaram religiosos católicos, membros da burguesia, da nobreza e do exército. Diante da ameaça da perda do trono, D. João VI decidiu regressar a Portugal em 1821, deixando no Brasil, seu filho mais velho, príncipe Pedro, com a função de manter o controle político e o poder da família real.

Em Lisboa, deputados de todo o império, inclusive do reino do Brasil, se reuniram em uma assembleia – as Cortes – para escrever a constituição. Entre os temas discutidos, estava a questão das relações entre as partes do império – Brasil, Portugal, Algarves. Nesse contexto, deputados portugueses defenderam a limitação da autonomia política e econômica do Brasil, garantida desde 1808.

Para os representantes brasileiros, isso significava o retorno à condição de colônia, o que era inaceitável. Por isso, importantes lideranças políticas, proprietários de terra e de escravizados, altos funcionários e grandes comerciantes começaram, no Brasil, a discutir a independência. Essas ideias também eram divulgadas entre setores médios urbanos.

Mas havia alguns temores por parte das elites sobre como se daria essa ruptura com Portugal. A questão da escravidão era um deles. Nesse período, uma série de rebeliões de escravizados ocorria, principalmente na Bahia. A experiência do processo haitiano, que tinha abolido a escravidão, também estava presente. Como, então, fazer uma mudança sem ameaçar a estrutura escravista?

Como evitar, por outro lado, as guerras que enfraqueciam e fragmentavam as ex-colônias espanholas?

As Cortes de Lisboa exigiam o retorno do príncipe Pedro para Portugal e enviavam tropas militares para o Brasil para fazer cumprir suas ordens. As forças políticas no Brasil se organizavam cada vez mais em torno da ideia de independência e se aproximavam do príncipe, insistindo para que ele defendesse a autonomia do reino do Brasil.

No início de setembro de 1822, chegou um ultimato das Cortes para que o d. Pedro regressasse a Portugal. Diante desse ultimato e pressionado pelas elites brasileiras, declarou a independência do Brasil em 7 de setembro. Poucas semanas depois, d. Pedro I, português de nascimento, herdeiro de d. João VI, foi aclamado imperador do Brasil.

A construção do Estado imperial

O primeiro Reinado (1822-1831)

Após a declaração da independência, algumas tarefas estavam à frente das forças políticas e de d. Pedro I. Os grupos que lideraram esse processo defendiam a manutenção da unidade territorial do país, mas enfrentaram dificuldades. Nas províncias da Bahia, do Pará, Maranhão e Piauí, parte das elites locais e das tropas portuguesas se manteve fiel às Cortes de Lisboa e, somente em 1823, através do uso da força militar, elas se submeteram à autoridade do imperador.

Ao mesmo tempo, Portugal não reconheceu a independência do Brasil, o que impediu outros países europeus de fazer o mesmo. Essa situação foi resolvida, em 1825, com intermediação da Inglaterra e o pagamento de uma polpuda indenização a Portugal.

A Constituição de 1824

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, deputados eleitos entre homens livres e de boa condição econômica se reuniram em 1823 para escrever e aprovar uma Constituição. Uma comissão especial elaborou um projeto para ser debatido entre os parlamentares que previa a divisão de poderes entre o imperador e o poder legislativo, além do voto censitário, pelo qual somente pessoas que possuíam uma determinada renda poderiam votar. Como esse projeto contabilizava essa renda em alqueires de mandioca, ele ficou conhecido como “Constituição da Mandioca”.

Essas ideias agradaram parte dos deputados que defendiam um maior poder do Parlamento diante do Poder Executivo, mas causou reações entre forças políticas que defendiam uma centralização maior da autoridade nas mãos do imperador. Os enfrentamentos entre esses grupos cresceram, com a intervenção de D. Pedro I em favor da centralização.

Em novembro de 1823, ele ordenou às tropas militares que invadissem a Assembleia Constituinte, que foi fechada. O imperador convocou um pequeno grupo de deputados que elaborou, então, a Constituição. Ela foi outorgada, ou seja, imposta ao país em março de 1824. A Constituição de 1824 determinou:

- divisão em quatro poderes: Executivo, Legislativo (Assembleia Geral – senadores e deputados), Judiciário e Moderador (poder exclusivo do imperador que lhe concedia autoridade para intervir nos outros poderes e nas províncias);
- voto censitário;
- catolicismo como religião oficial. As outras religiões poderiam ser professadas apenas em cultos domésticos;
- proibição de torturas e penas físicas para os cidadãos brasileiros.

lá na plataforma

Veja na plataforma um esquema explicativo sobre o funcionamento do Poder Moderador.

Na Constituição, não há menção à continuidade da escravidão. Para os deputados, isso não foi necessário, pois o código de leis garantia o direito de propriedade privada aos cidadãos brasileiros. E era assim que os trabalhadores escravizados eram vistos pelas elites políticas.

A crise do Primeiro Reinado

A segunda metade da década de 1820 não trouxe tranquilidade para o governo central e d. Pedro I. A centralização do poder nas mãos do imperador continuava sendo criticada por lideranças políticas, que se organizavam na Assembleia Geral e em jornais publicados nas maiores cidades. As críticas de proprietários de terra aumentaram

quando, em 1826, o governo assinou um tratado com a Inglaterra, comprometendo-se, entre outras medidas, a combater o tráfico de escravizados africanos. Para eles, isso trazia sérios riscos para a expansão de suas atividades econômicas.

lá na plataforma

A Confederação do Equador, em Pernambuco, no ano de 1824, foi um movimento das elites locais e de setores médios e pobres urbanos em reação à imposição da Constituição. Seus participantes defendiam a formação de um Estado republicano independente. Para saber mais, consulte nossa plataforma virtual.

Ao mesmo tempo, uma crise econômica afetava os preços dos alimentos. Como, nas cidades, boa parte do comércio varejista estava nas mãos de portugueses, começou a se fortalecer um sentimento antilusitano – eram os portugueses que aumentavam os preços e exploravam os brasileiros. As exportações não iam bem e o governo tinha poucos recursos para pagar os empréstimos à Inglaterra. Para piorar, em 1826 mais uma província declarava separação do Brasil: a Cisplatina, no sul do país – atual Uruguai. O governo mobilizou exércitos para a guerra, que acabou com a perda da província e mais dívidas.

Como se não bastassem esses problemas, entrou em discussão a sucessão do reino de Portugal. D. João VI morreu e d. Pedro I se envolveu diretamente na disputa sobre quem ocuparia o trono, tentando garanti-lo para sua filha. Essa atitude intensificou a oposição a ele e tornou sua permanência

no poder insustentável. Em 7 de abril, ele abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho, o príncipe Pedro, e voltou para Portugal.

O Período Regencial (1831-1840)

O príncipe Pedro, herdeiro do Império do Brasil, tinha cinco anos. Pela Constituição em vigor na época, ele não poderia assumir o poder e caberia à Assembleia Geral eleger três pessoas para governar o país – a Regência Trina. Posteriormente, em 1834, uma mudança na Constituição estabeleceu a Regência Una – somente uma pessoa chefiaria o governo, sendo escolhida através de eleições. Os parlamentares buscaram entrar em acordo para a escolha desses regentes, mas essa não era uma negociação simples. Por todo o Brasil, havia descontentamento popular e disputas pelo poder.

Rebeliões regenciais

Observe com atenção o mapa a seguir. Ele indica a divisão das províncias brasileiras em 1830, as rebeliões contra o governo central e quando elas aconteceram.



Figura 11.2: Mapa das rebeliões do período regencial (adaptado). Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Evolu%C3%A7%C3%A3o_territorial_do_Brasil#/media/Ficheiro:Brasil_in_1822.svg

A partir de 1835, o que se viu pelo Brasil afora foram movimentos armados contra o governo central, com a participação de diferentes grupos sociais. Elites rurais, no caso da Farroupilha, declararam a independência do Rio Grande do Sul e travaram uma guerra contra tropas imperiais. Em Salvador, camadas médias urbanas se revoltaram contra o regente. No caso da Cabanagem e do Grão-Pará, disputas entre as elites abriram espaço para a atuação de indígenas e populações negras libertas e escravizadas.

lá na plataforma

Para saber mais sobre as rebeliões regenciais, consulte a plataforma virtual.

As revoltas de escravizados

Se a agitação tomava conta das províncias, ela também estava presente entre homens e mulheres escravizados. Dentre as várias revoltas organizadas por eles, destacamos três:

- a Revolta de Carrancas, em Minas Gerais, ocorrida no ano de 1833;
- a Revolta dos Malês, em Salvador, em 1835;
- a Revolta de Manuel Congo, na região cafeeira da província do Rio de Janeiro, em 1838.

As revoltas de 1833 e 1838 aconteceram em regiões rurais, e a organização do movimento contou com a participação de trabalhadores escravizados de diferentes fazendas. Em Carrancas, os ataques dos revoltosos a seus proprietários assustaram as elites escravistas. Já na região de Vassouras, que recebia milhares de novos africanos escravizados todos os anos, a ação liderada por Manuel Congo obrigou os fazendeiros a pensar em maneiras de controlar as rebeliões.

A Revolta dos Malês foi organizada por escravizados e libertos de origem africana, a maioria adepta da religião muçulmana, em Salvador. Aproximadamente 600 pessoas tomaram parte na organização do movimento, que pretendia estabelecer um Estado independente. Depois de vários embates, 70 rebeldes foram mortos e muitos outros

foram presos e duramente castigados. Os escravizados envolvidos na revolta foram vendidos para outras províncias.

lá na plataforma

A história da Revolta dos Malês poderá ser mais conhecida em nossa plataforma virtual. Consulte!

O “golpe da maioria” e o fim do período regencial

O período regencial registrou guerras civis, revoltas contra o poder central, contestação da escravidão e da desigualdade social. Entre as próprias elites, os conflitos opunham aquelas que defendiam um governo central mais forte e centralizador e aquelas que desejavam maior poder para a Assembleia Geral e as províncias. Porém, diante da rebeldia popular, esses grupos encontraram um elemento de união: a defesa da manutenção da escravidão e das hierarquias sociais.

Por isso, as lideranças políticas que defendiam a necessidade de fortalecer o poder central para impor a ordem escravista e garantir a unidade territorial foram ganhando cada vez mais apoio. Duas correntes políticas se formaram por volta de 1840: os conservadores e os liberais. Apesar de algumas diferenças, elas se aliavam na repressão das rebeliões de cunho popular e na defesa da unidade territorial do Brasil.

Em 1840, uma articulação política que reuniu liberais e conservadores promoveu a antecipação da maioria de D. Pedro, na época um jovem de 15 anos. O “golpe da maioria” – como foi chamado – preten-

dia conter os movimentos separatistas e, através da legitimidade da figura do imperador, combater a instabilidade política.

A estabilidade política no Segundo Reinado (1840-1889)

Os primeiros anos do reinado de d. Pedro II ainda assistiram à eclosão de algumas rebeliões, como as de São Paulo e Minas Gerais em 1842, e a Revolução Praieira, em Pernambuco, no ano de 1848. Em 1845, tinha fim a guerra civil no sul do país, com acordos estabelecidos entre o governo central e as lideranças políticas do Rio Grande do Sul.

lá na plataforma

A Revolução Praieira é considerada o último movimento de caráter liberal do Nordeste. Para saber mais sobre essa revolta, consulte nossa plataforma.

Aos poucos, a centralização do poder e a autoridade do imperador foram sendo aceitas pelas principais forças políticas, que passaram a resolver suas divergências dentro de um sistema bipartidário. Os dois grandes partidos, o Liberal e o Conservador, tinham como ponto em comum suas ligações com proprietários de terras e de escravizados, grandes comerciantes e funcionários de alto escalão; entre os liberais, havia também jornalistas e membros das camadas médias urbanas.

Eles divergiam quanto aos limites da concentração de poderes permitida ao imperador e quanto ao grau de autonomia dos governos das províncias. Os liberais eram, em geral, defensores de maior autonomia das províncias. Os dois partidos se alternaram no poder ao longo do Segundo Reinado.

lá na plataforma

O uso das charges foi muito comum nos jornais da segunda metade do século XIX, com críticas criativas às ações dos políticos e do imperador. Na plataforma virtual, você poderá conhecer mais sobre elas.

Resumo

- Em fins do século XVIII, foram organizados na colônia movimentos que reivindicavam a independência em relação a Portugal. Os dois principais foram as Conjurações Mineira e Baiana, ocorridas em 1789 e 1798, respectivamente, e contaram com a participação de membros da elite colonial e, no caso da baiana, de trabalhadores urbanos e escravizados.
- O período joanino (1808-1821) foi marcado por transformações econômicas, políticas e sociais no Brasil.
- O processo de independência do Brasil se relacionou com a tentativa, por parte de forças portuguesas, de limitar sua autonomia política e econômica e foi liderado pelas elites coloniais, principalmente do Sudeste, aliadas ao príncipe Pedro.

- A construção do Estado Imperial foi marcada por disputas políticas entre as elites e rebeliões armadas nas províncias e entre os escravizados.
 - A estabilidade política e a unidade territorial do Brasil foram alcançadas ao longo da década de 1840, durante o reinado de d. Pedro II, com a consolidação de um pacto político entre as elites dos partidos Liberal e Conservador. Esse pacto político defendeu a manutenção da escravidão e das hierarquias sociais e se baseou na forte centralização do poder político nas mãos do governo central no Rio de Janeiro e do imperador.
-

Atividade

1. Leia o trecho que segue:

[...] Em 1776, o descolamento das treze colônias inglesas ecoou na América. Os discursos de John Adams, Thomas Jefferson e George Washington, além de cópias da Constituição Federal e da Declaração da Independência, traduzidas para o espanhol, passaram a circular na região e inspirariam as constituições da Venezuela e do México. Além da independência dos Estados Unidos, um processo visto como “exemplo e advertência”, como destaca o professor John Lynch, foi o conduzido a partir de 1791 pela colônia francesa de Saint-Domingue, na região do Caribe. Inspirados pelos ideais de liberdade e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa, os escravizados iniciaram uma revolta, atacando lavouras e proprietários. Sob a liderança de Toussaint L’Ouverture e Jean Jacques Dessalines, as tropas napoleônicas foram derrotas e em 1804 foi proclamado o Estado do Haiti, “a primeira república negra nas Américas” e o primeiro país a se tornar independente na América. A revolução haitiana se tornou um modelo rival dos regimes coloniais e escravistas, que temiam a infiltração dos revolucionários em seus territórios e novas lutas (BRANDINO, 2019).

Segundo o texto, existiram relações entre as independências nas Américas, no final do século XVIII e início do XIX. Cada uma das regiões desenvolveu seu próprio processo de independência, apresentando semelhanças e diferenças com os demais. Considerando o que estudou nas Unidades 10 e a 11, compare os processos de independência das colônias inglesas, espanholas, do Haiti e do Brasil, identificando semelhanças e diferenças entre eles. *(Anote a resposta no seu caderno.)*

Resposta comentada

Semelhanças:

- Contestação ao domínio político e comercial das metrópoles.
- Autonomia política e comercial.
- Influências das ideias do Iluminismo e do Liberalismo.

- Influências da independência das Treze Colônias e da Revolução Francesa.

Diferenças:

- No Haiti, o protagonismo do processo foi de lideranças negras e escravizados, contestando o poder político da metrópole, mas também, a escravidão.

- Na América espanhola, o protagonismo foi das elites *criollas*, mas em algumas regiões ao norte, atual México, houve a participação de indígenas, mestiços e negros.

- Nas Treze Colônias e no Brasil, o protagonismo foi das elites coloniais, proprietárias de terras e de escravizados e comerciantes, que pretendiam assumir o controle de suas regiões, defendendo a liberdade comercial, mas sem o fim da escravização africana.

Ampliando horizontes

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem & teatro de sombras*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. A vida política, parte 2. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional: 1830 – 1889*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2019, p. 83-129. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/717/1/A%20VIDA%20POL%C3%8DTICA.%20A%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20nacional%201830-1889.%20CARVALHO%2C%20Jos%C3%A9%20Murilo..pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MOREL, Marcos. *O período das regências (1831 – 1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: SCHWARZ, Lilia Moritz (dir.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*, v. 1: Crise colonial e independência, 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

Referência

BRANDINO, Géssica. A diferença da independência no Brasil e na América espanhola. *Nexo Jornal*, 6 set. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/09/06/A-diferen%C3%A7a-da-independ%C3%Aancia-no-Brasil-e-na-Am%C3%A9rica-Espanhola>. Acesso em: 4 fev. 2021.

Economia e sociedade no Brasil Imperial

12

meta

Analisar o desenvolvimento econômico, as transformações sociais e o processo de abolição da escravidão no Brasil Imperial.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- caracterizar a economia do Brasil Imperial, destacando a cultura cafeeira e as novas atividades produtivas;
- explicar as transformações sociais ocorridas a partir de 1850;
- analisar o sistema escravista brasileiro no século XIX;
- caracterizar o movimento abolicionista, identificando seus agentes e suas formas de ação.

Introdução

Na Unidade 11, estudamos o processo de independência do Brasil e a construção do Estado imperial. Debates questões como a organização do sistema político, os conflitos entre elites, indígenas, pessoas escravizadas e setores médios urbanos. Foram muitas rebeliões, guerras civis e uma intensa ação política que, entre as décadas de 1820 e 1840, deram forma ao Estado brasileiro.

Nesta unidade, nosso olhar se volta para os aspectos econômicos e sociais do Brasil Império. Vamos conhecer as atividades produtivas desenvolvidas e analisar a inserção do país no sistema capitalista internacional. É possível identificar continuidades com o período colonial? Ocorreram mudanças? E como se deu o processo de abolição da escravidão?



Figura 12.1: Império do Brasil.

Economia no Brasil Imperial

Ao longo do período colonial, produtos voltados para o mercado externo como a cana-de-açúcar, o algodão, o tabaco e o ouro alcançaram grande destaque, ainda que algu-

mas regiões tenham se dedicado à pecuária e à agricultura de alimentos para abastecer o mercado interno. A importância da agroexportação e da mineração se manteve durante o Império, que assistiu ao surgimento de uma nova riqueza: o café!

Mas, ao lado dessa continuidade, também ocorreram transformações na economia brasileira. Elas se relacionaram com a expansão do capitalismo industrial no mundo e a inserção do Brasil nesse sistema. Vamos entender melhor essas questões.

A expansão cafeeira

Analise com atenção a tabela abaixo:

Quadro 12.1: O café nas exportações brasileiras (média anual por década)

Década	Porcentagem do café	Valor em milhões de libras
1820	18,4%	39
1830	43,8%	45
1840	41,4%	55
1850	48,8%	102
1860	45,5%	149
1870	56,5%	200
1880	61,5%	221

Fonte: <https://atlas.fgv.br/marcos/expansao-economica/mapas/cafe-e-estradas-de-ferro>

Podemos observar que, durante o século XIX, o café representou uma parte cada vez maior das exportações brasileiras, atingindo a marca de 61,5% na última década do Império. Por isso, podemos dizer que ele teve um papel central na economia brasileira, baseando-se no sistema agrário escravis-

ta-exportador-latifundiário, agricultura em larga escala, com uso de mão de obra escravizada e voltado para o mercado externo. Essa explosão da produção cafeeira gerou novos recursos financeiros para o Estado e enriqueceu seus produtores, chamados de cafeicultores.

Mas quem consumia o café brasileiro? Aqui, vemos que nossa história se conecta com outras. A expansão das cidades e das indústrias na Europa fez surgir novas necessidades de consumo, e o café foi visto, então, como uma bebida que trazia energia e espantava o cansaço dos trabalhadores. Além disso, degustar café foi se tornando um hábito de pessoas de classe média e alta que moravam nas cidades.

A história das Américas também esteve presente, uma vez que a produção de café do Brasil, no início do século XIX, foi estimulada pela guerra de independência do Haiti, abordada na Unidade 10. Essa guerra destruiu a agricultura e reduziu as exportações de café da ex-colônia francesa e possibilitou que o Brasil ocupasse mais espaço no mercado mundial do produto.

A partir da década de 1820, a lavoura cafeeira se expandiu pelas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, iniciando-se na região do vale do rio Paraíba até chegar ao oeste paulista. O crescimento da cafeicultura transformou a região Sudeste no principal eixo econômico do país e, nesse processo, os povos indígenas e pequenos agricultores que habitavam essas regiões foram duramente atingidos. Confira no mapa a seguir o caminho do café:

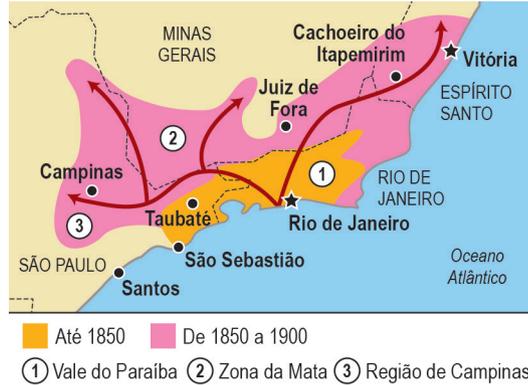


Figura 12.2: Expansão cafeeira.

No Vale do Paraíba, o cultivo de café utilizou técnicas simples, caracterizando-se como uma atividade extensiva sem preocupação com a preservação e produtividade do solo. O transporte do produto também era precário, sendo levado no lombo de burros até o porto na cidade do Rio de Janeiro. Na segunda metade do século XIX, avançando para o oeste paulista, essa realidade foi se transformando com a chegada das primeiras ferrovias e, também, de máquinas para uso na agricultura.

Os cafeicultores do Vale do Paraíba ficaram conhecidos como os barões do café. Isso porque, conforme iam enriquecendo, ganharam títulos de nobreza diretamente das mãos do imperador Pedro II. Muitos desses fazendeiros atuaram politicamente em suas regiões, nos partidos Conservador ou Liberal, garantindo um apoio importante para o sistema monárquico. Esses homens formaram uma nova elite imperial com poder econômico, político e social.

Novas atividades econômicas a partir de 1850

Em meados do século XIX, começaram a se desenvolver novas atividades econômicas, como a construção de ferrovias e estaleiros, as primeiras indústrias e os serviços urbanos públicos. Isso mostra que também o Brasil experimentava mudanças ligadas ao avanço do capitalismo e às inovações tecnológicas.

As primeiras indústrias voltaram-se para a produção de mercadorias de consumo cotidiano, como alimentos, bebidas, velas e tecidos. Não devemos imaginar que eram grandes fábricas; a maioria empregava poucos trabalhadores. Mas, no fim do século XIX, já podiam ser encontrados estabelecimentos com centenas de operários e máquinas modernas, importadas da Europa.

lá na plataforma

Nesse período, ganhou muito destaque a atuação do empresário Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá. Conheça sua trajetória e projetos no nosso ambiente virtual.

Os lucros proporcionados pelo café possibilitaram ao governo investir na modernização das maiores cidades, que cresciam com a chegada de moradores de áreas rurais e de imigrantes. Serviços de iluminação pública e linhas de bonde foram estabelecidos, assim como a ampliação e pavimentação de ruas centrais.

A vida no Rio de Janeiro, em Salvador e Recife contava com espaços de lazer como

teatros, arenas e cafés; lojas com produtos nacionais e importados; jornais e revistas sobre variados assuntos. Já era possível ler jornais escritos por mulheres e pessoas negras, por exemplo.

lá na plataforma

Veja na nossa plataforma como eram as cidades do Rio de Janeiro, de Salvador e de Recife no final do século XIX.

Nessas atividades, trabalhavam comerciantes, jornalistas, tipógrafos, modistas, cantores, atrizes, desenhistas, entregadores, costureiras, pedreiros, operários, portuários... Nesse mundo urbano, trabalhadores escravizados e livres conviviam no mesmo espaço. Entre os operários registrados nas fábricas de vidro, papel, sabão, couro, chapéus e têxtil do Rio de Janeiro, entre 1840 e 1850, 45% eram escravizados. No Brasil, indústria e escravidão não eram opostas!

Os historiadores Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes (2013) destacam que a primeira greve de que se tem registro ocorreu em 1858, quando os tipógrafos paralisaram suas atividades no Rio de Janeiro. Mas eles indicam também que, um ano antes, trabalhadores escravizados do então Visconde de Mauá interromperam seu trabalho na fábrica Ponta d'Areia, localizada na cidade de Niterói. Este era um dos maiores estabelecimentos da cidade, com cerca de 10 oficinas e 600 operários, sendo 150 deles escravizados.

O investimento na construção de ferrovias foi visto como fundamental para facilitar o transporte dos produtos de exportação até os portos. Porém, isso exigia um capital con-

siderável, muito maior do que os recursos do governo e dos empresários brasileiros. Foi, então, que os ingleses entraram nesse setor através de empréstimos ou investindo diretamente nas estradas de ferro. O mapa a seguir apresenta a divisão político-administrativa do Brasil em 1890 e onde se localizavam as principais ferrovias. Repare que elas estão mais presentes no Sudeste e ligam regiões do interior ao litoral:

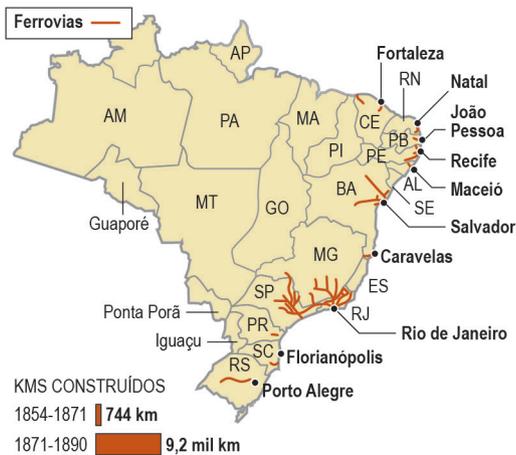


Figura 12.3: Malha ferroviária brasileira em 1890.

Por fim, uma nova atividade que alcançou grande destaque entre as exportações no final do século XIX foi a extração do látex de seringueiras na floresta amazônica. Mais uma vez, a economia brasileira participava dos circuitos capitalistas mundiais, pois o látex dava origem à borracha, matéria-prima fundamental para as novas indústrias químicas dos Estados Unidos e da Europa, que a transformavam em pneus, mangueiras, solas de sapato...

lá na plataforma

A extração do látex teve como base a exploração violenta da mão de obra indígena. Saiba mais sobre isso na plataforma.

As interações da economia brasileira com o sistema capitalista se davam através da exportação de matérias-primas e gêneros alimentícios, da importação de produtos industrializados e tecnologias e da abertura para investimentos estrangeiros. Como discutimos na Unidade 10, esse tipo de inserção no capitalismo deu origem a uma grande dependência do Brasil em relação a outras nações como a Inglaterra.

Escravidão e abolição no Brasil Imperial

Na seção anterior, tratamos da lavoura cafeeira e das mudanças econômicas e sociais ocorridas após 1850. O Brasil, então, parecia se modernizar com a chegada das estradas de ferro, os serviços urbanos de iluminação e transporte, os teatros, a imprensa, a criação de faculdades... Será?

Fazemos essa pergunta porque esse desenvolvimento econômico se baseou na intensificação da escravização de africanos e seus descendentes. Conforme cresciam os cafezais, chegaram ao Brasil mais de um milhão de africanos escravizados, transformando as paisagens com seu trabalho, culturas, hábitos e conhecimentos.

Os cativos não eram levados apenas para o campo, mas para atuar em diversos tipos de atividades nas cidades brasileiras. Nas áreas

urbanas, a escravidão de ganho, quando o escravizado prestava algum tipo de serviço nas ruas e dava a seu senhor uma determinada quantia, tornou-se comum, dando uma nova dinâmica a cidades como Rio de Janeiro e Salvador. Nessa trajetória histórica, a sociedade brasileira foi marcada por riqueza e exploração humana, desenvolvimento e desigualdade, gerando questões sociais e étnico-raciais que estão presentes até os dias atuais.

A ação das pessoas escravizadas

O intenso ritmo de trabalho e o alto grau de violência foram características constantes da vida das pessoas escravizadas, que nunca aceitaram tais condições de forma pacífica. Em todo lugar que havia escravizado havia, também, resistência, que perturbava a ordem do sistema escravocrata.

A resistência cotidiana mais comum consistia em tentar burlar a realização das tarefas. Segundo a historiadora Ynaê Santos (2017), o “corpo mole” era frequente nos canaviais, nas fazendas de café e nas casas senhoriais. Nesse tipo de resistência, o escravizado decidia trabalhar menos do que sua capacidade física e mental, ou inventava alguma doença ou mal-estar, gerando menor quantidade de trabalho e prejuízo econômico para os senhores. Para evitar isso, os cativos

feitor

cargo criado pela Coroa portuguesa para defender seus interesses nas colônias. Com o passar do tempo, passou a designar aqueles que desempenham essa função no sistema de produção escravista.

eram diariamente vigiados pelos **feitores** e capatazes, que controlavam o tempo e a qualidade do trabalho, e castigavam os resistentes.

Outra forma de resistência era o suicídio, quando os escravizados não suporta-

vam o cativo e paravam de se alimentar, comiam terra ou utilizavam meios mais violentos. Esse ato representava um enorme prejuízo aos senhores, que perdiam a mão de obra e o valor empregado para obter o escravizado.

As fugas também foram constantes e possuíam diversas motivações, tais como encontrar um local com melhores condições de vida ou negociar com o senhor algumas condições de retorno – podia ser uma menor carga de trabalho diário ou o direito de festejar. Os quilombos, também conhecidos como mocambos, eram comunidades – formadas por escravizados fugidos – onde eles refaziam suas vidas à margem da escravidão, formando famílias, estabelecendo laços de amizade, plantando, criando animais e, em alguns casos, chegando a comercializar com povos indígenas ou com vilarejos próximos. Apesar de terem sido diretamente combatidos pelos senhores e pelas autoridades governamentais, os quilombos não eram isolados e persistiram por anos.

O processo de abolição da escravidão

Como vimos na Unidade 10, o século XIX assistiu ao crescimento da contestação à escravidão, que passou a ser vista como imoral, contrária ao direito de liberdade e aos preceitos cristãos e até antiprodutiva. Essa mudança ideológica aconteceu junto com a ação de negros, escravizados e livres, pela abolição e por direitos de cidadania – como no caso da independência do Haiti.

No Brasil, esse processo foi especialmente conflituoso e difícil devido à força política

dos proprietários de escravizados e à aliança desses sujeitos com o regime monárquico. Fomos o último país a abolir a escravidão no continente americano. Como isso ocorreu?

O fim do tráfico atlântico de pessoas escravizadas

Em muitos países americanos cuja economia se baseava na mão de obra escravizada, o primeiro passo para a abolição da escravidão foi a proibição do tráfico atlântico. Ou seja, proibia-se a entrada de novos escravizados vindos da África pelo Oceano Atlântico, mas mantinham-se os já existentes. Isso garantia aos proprietários a sua força de trabalho e adiava a abolição total do trabalho escravo.

No Brasil, as discussões sobre a proibição do tráfico atlântico começaram logo após a independência, sob intensa pressão da Inglaterra. Enquanto isso, proprietários e traficantes defendiam que o fim do tráfico provocaria um colapso econômico no país. Em 1826, a Inglaterra conseguiu que o governo imperial assinasse acordos econômicos nos quais estava prevista a aprovação de uma lei contra o tráfico atlântico. Os ingleses ainda garantiram o direito de inspeção, em alto-mar, de navios suspeitos de comércio ilegal de escravizados.

Aprovada em 1831, uma lei determinou duras penas para quem trouxesse novos escravizados para o Brasil e para quem os comprasse. Imediatamente, houve uma queda brusca na entrada de africanos escravizados no país. Entretanto, no final dos anos 1830, o tráfico atlântico voltou a crescer com a cumplicidade das autoridades do Estado imperial, que deveriam combatê-lo. A expansão da lavoura

cafeeira nesse período se baseou na entrada ilegal de centenas de milhares de africanos escravizados, muitos deles crianças.

>> *saiba mais*

Por que a Inglaterra se esforçou tanto para que o Brasil proibisse o tráfico atlântico de pessoas escravizadas? Muitos argumentam que, como país industrial, ela desejava aumentar o mercado consumidor de seus produtos. Por isso, queria o fim da escravidão para que ex-escravizados se transformassem em trabalhadores remunerados e pudessem comprar suas mercadorias. Mas, nos debates ocorridos na Inglaterra na primeira metade do século XIX, o que encontramos foi a pressão intensa de lideranças religiosas e “humanitárias” para que as autoridades políticas combatessem a escravidão, sem relação com o argumento econômico exposto acima; o receio das rebeliões de escravizados que ocorriam nas colônias inglesas nas Américas, ameaçando a produção agrícola de exportação; os novos interesses dos industriais no continente africano, visto como uma região cheia de recursos naturais e matérias-primas para as indústrias, também reduziu a importância do comércio de escravizados na economia inglesa.

Esse cenário de ilegalidade gerou novas pressões sobre o Brasil e, em 1845, uma nova lei, conhecida como *Bill Aberdeen*, foi aprovada no parlamento da Inglaterra: ela autorizava sua marinha a tratar os navios negreiros de qualquer país como piratas, com direito à apreensão e ao julgamento dos envolvidos em tribunais ingleses. Nos anos seguintes, diversas embarcações com africanos escravizados foram aprisionadas.

No Brasil, já havia grupos lutando pelo fim do tráfico por várias razões. A chegada de cada vez mais africanos ao Brasil gerava um grande medo entre os proprietários de que surgisse uma rebelião incontrolável de escravizados. Os quilombos que cresciam na zona rural e o clima de tensão nas cidades contribuíam para esse medo.

Junto a isso, crescia o desejo por parte de autoridades e intelectuais de “branquear” nossa sociedade. Utilizando-se de teorias racistas, que vimos na Unidade 9, afirmava-se que a entrada de africanos traria prejuízos para o desenvolvimento do país. Logo, tratava-se de pôr fim ao tráfico e estimular a vinda de imigrantes europeus.

O ministro da Justiça Eusébio de Queirós apresentou, então, um projeto de lei para que fossem tomadas medidas mais duras contra o tráfico de pessoas escravizadas, reforçando a Lei de 1831. A proposta previa que o Brasil reconhecesse o tráfico como equivalente à pirataria. O projeto virou lei em 1850, sendo conhecido como *Lei Eusébio de Queirós*. Dessa vez, as autoridades públicas agiram para reprimir o tráfico atlântico ilegal e punir os comerciantes envolvidos com ele.

Com o fim da chegada de africanos escravizados, a demanda por mão de obra para agricultura foi atendida de duas formas. A primeira delas foi através da compra de pessoas escravizadas que já estavam no Brasil, através do comércio interno, sobretudo para atender à demanda dos cafeicultores.

Ao longo do tempo, esse tráfico interno levou à concentração da propriedade escrava nas mãos de menos pessoas e na re-

gião Sudeste. Provocou, também, o aumento da rebeldia dos escravizados, pois eles eram separados de suas famílias e comunidades e enviados para províncias distantes.

lá na plataforma

A escritora negra maranhense Maria Firmina dos Reis publicou, em 1887, o conto chamado “A escrava”, com a história fictícia de uma mulher escravizada que teve seus dois filhos vendidos para outra província. O link para o conto está na nossa plataforma e vale muito a pena lê-lo.

Outra forma de conseguir trabalhadores para a agricultura foi a imigração. A partir da década de 1870, os fazendeiros de café de São Paulo conseguiram que o governo provincial direcionasse recursos públicos para financiar a vinda de trabalhadores europeus. Em 1884, foi aprovada uma lei que estabelecia um imposto anual a ser pago por donos de escravizados, que seria usado para custear as viagens dos imigrantes.

O movimento abolicionista

Enquanto o café seguia sua marcha no oeste paulista, as reivindicações de abolição da escravidão avançavam, ganhando cada vez mais força após o fim do tráfico atlântico. Na década de 1860, profissionais como comerciantes, estudantes, jornalistas e intelectuais, muitos deles negros e filhos de escravizados, passaram a organizar associações e jornais por meio dos quais divulgavam ideias abolicionistas.

Essa ação, ao lado da abolição da escravidão nos Estados Unidos, em 1865, levou à aprovação da chamada Lei do Ventre Livre, em 1871.

Essa lei determinou que os bebês nascidos de mulheres escravizadas estariam livres a partir de então. Entretanto, deveriam ficar com suas mães até os 8 anos de idade, quando os senhores teriam a opção de liberá-los, recebendo uma quantia do Estado, ou explorar a mão de obra dessas crianças até os 21 anos, sob justificativa de compensar os custos com sua criação.

Isso indica o caminho pensado pelas elites políticas e agrárias para a abolição no Brasil: de maneira gradual e protegendo o interesse dos senhores. Apesar disso, os proprietários não ficaram totalmente contentes com a lei de 1871, pois ela também estabeleceu que, caso os escravizados tivessem dinheiro, era obrigatório conceder-lhes a alforria. Essa determinação foi vista como uma ação do Estado contra a propriedade privada.

A campanha pelo fim da escravidão avançou nos anos de 1870 e 1880. Políticos, advogados, jornalistas, artistas, engenheiros, juizes, trabalhadores urbanos iniciaram mais ações abolicionistas. Publicavam jornais, organizavam eventos públicos, recolhiam doações para comprar alforrias, ajudavam na fuga de escravizados e no ataque aos capitães do mato, contratados para capturar os fugidos. Nas cidades, cidadãos livres, junto com libertos e escravizados fugidos, criaram organizações clandestinas conhecidas como “quilombos urbanos”.

Parlamentares como Joaquim Nabuco, engenheiros como André Rebouças e jornalistas como José do Patrocínio, estes dois últimos cidadãos negros, incendiavam a opinião pública com seus discursos e textos. Contestando o direito de propriedade citado pelos senhores escravistas, José do Patrocínio se

inspirou em Proudhon, socialista francês que afirmara: “A escravidão é um roubo” (PROUDHON, 2014, p. 20).

Uma das maiores vozes contra a escravidão foi a do advogado, jornalista e poeta Luiz Gama. Filho de uma africana liberta, ele nasceu livre na Bahia e foi vendido como escravizado pelo próprio pai. Levado para o Rio de Janeiro e, depois, para São Paulo no tráfico interprovincial, aprendeu a ler e estudou a legislação brasileira. Conseguiu provar nos tribunais que tinha nascido livre e, com base em seus conhecimentos jurídicos, tornou-se defensor de muitos escravizados em ações na justiça para a conquista da liberdade.

lá na plataforma

No ano de 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) concedeu a Luís Gama o título póstumo de “profissional da advocacia”, que foi entregue a seu tataraneto. Saiba mais sobre essa personalidade e esse título na plataforma.

Quando a década de 1880 começou, o combate à escravidão tomava conta do Brasil, com a participação de homens e mulheres, livres e escravizados, brancos e negros. No Ceará, em 1881, os jangadeiros que levavam mercadorias para os navios, liderados por Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”, recusaram-se a transportar escravizados vendidos para outras províncias. Clubes abolicionistas faziam campanhas para compra de alforrias e redes de apoio à fuga de escravizados se fortaleciam.

Nesse contexto, os deputados brasileiros aprovaram uma nova lei que demonstrou

a força política dos proprietários de terra e cativos no Brasil. Em seu início, ela anunciava a extinção gradual da escravidão no país e estabelecia a libertação de escravizados a partir de 60 anos mediante uma indenização a ser paga por eles – que deveriam trabalhar ainda por um período para seus senhores. A frustração entre os abolicionistas foi grande. Apesar da força de suas ações, os parlamentares adiavam o fim da escravidão no país.

O resultado desse impasse foi a radicalização do movimento abolicionista em direção à desobediência civil, ou seja, uma ação popular que desrespeitava uma lei vigente. As fugas coletivas de escravizados se multiplicaram, com a ajuda de cidadãos livres e libertos. A luta antiescravista se desdobrava em ataques a capitães do mato e senhores. Em São Paulo, a agricultura do café chegou a ser ameaçada pela atuação dos escravizados, o que levou vários fazendeiros a libertá-los e firmar, imediatamente, contratos de trabalho livre que garantissem braços para a próxima colheita. Convocado pelas autoridades para capturar fugitivos em 1887, o exército brasileiro se recusou.

O ano de 1888 começou, então, com o Brasil em polvorosa e o governo incapaz de fazer valer a lei escravista. Na abertura dos trabalhos da Assembleia Geral, deputados e senadores discutiram e aprovaram rapidamente uma lei que aboliu a escravidão no país sem indenização para os proprietários. De acordo com a Constituição, a lei deveria ser sancionada pelo imperador, o que ocorreu em 13 de maio, quando a princesa Isabel, regente do Brasil, deu seu aval.

Uma multidão foi às ruas do Rio de Janeiro para festejar a liberdade. A celebração fez

lembrar a frase de Castro Alves, poeta baiano e um dos mais ardorosos combatentes da escravidão: “A praça, a praça é do povo, como o céu é do condor” (ALVES, 2013, p. 9).

lá na plataforma

Conheça mais sobre a história de personalidades negras que exerceram um importante papel na luta abolicionista lá no nosso ambiente virtual.

Resumo

- A economia brasileira durante o Império apresentou *continuidades* em relação ao período colonial, com a centralidade das atividades de agroexportação, e, também, *transformações*, com o surgimento das primeiras indústrias e o crescimento do setor de serviços. Ao longo do século XIX, a cafeicultura teve grande destaque, localizada no Sudeste e baseada na mão de obra negra escravizada.
- Alguns centros urbanos se desenvolveram, abrigando diversos setores sociais, veículos de imprensa e espaços de lazer.
- A sociedade escravista se aprofundou ao longo do século XIX, com a chegada de mais de um milhão de africanos escravizados, que se dirigiram para áreas rurais e urbanas. A resistência das pessoas escravizadas foi constante durante toda a escravidão.
- Nas últimas décadas do século XIX, o fortalecimento do movimento abolicio-

nista levou à contestação da escravidão, finalmente proibida em 1888. Diversos setores sociais tomaram parte nesse movimento.

Atividade

1. Observe com atenção a imagem a seguir:



Cartaz de 1888 comemorativo da Abolição da Escravidão no Brasil. Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/47/Cartaz_de_1888_comemorativo_a_Abol%C3%A7%C3%A3o_da_Escravid%C3%A3o_no_Brasil.jpg. Arquivo Nacional do Brasil, 1888, domínio público.

A imagem acima foi encomendada por uma fábrica de tecidos, em 1888, para comemorar a abolição da escravidão. No cartaz, um negro escravizado e agora liberto cumprimenta um homem branco, celebrando juntos a Lei Áurea e um novo tempo para o país,

sob o regime, monarquia. Considerando o que aprendemos nesta unidade, a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, ao contrário da mensagem do cartaz, não foi uma concessão da monarquia e dos agentes econômicos. Relacione as ações do movimento abolicionista, a partir da segunda metade do século XIX, ao fim do regime escravista no Brasil. (*Anote a resposta em seu caderno.*)

Resposta comentada

Durante a segunda metade do século XIX, houve a organização de associações e jornais formados por comerciantes, estudantes, jornalistas e intelectuais, muitos deles negros e filhos de escravizados, que passaram divulgar ideias abolicionistas. Além disso, entre 1870 e 1880, políticos, advogados, jornalistas, artistas, engenheiros, juizes, trabalhadores urbanos passaram a publicar jornais, organizavam eventos públicos, recolhiam doações para comprar alforrias, ajudavam na fuga de escravizados e no ataque aos capitães do mato, contratados para capturar os fugidos. Nas cidades, cidadãos livres, junto com libertos e escravizados fugidos, criaram organizações clandestinas conhecidas como “quilombos urbanos”. Todas essas ações criaram uma agência do movimento abolicionista no Brasil.

Ampliando horizontes

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. [Coleção Descobrimdo o Brasil.]

GOMES, Nilma L.; MUNANGA, Kabengele. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2018.

Referências

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *História da África e do Brasil afrodescendente*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

NEGRO, Antonio L.; GOMES, Flávio dos S. As greves antes da “grève”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. *Ciências e Cultura*, v. 65, n. 2, São Paulo, abr./jun. 2013. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200023. Acesso em: 18 jan. 2021.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *A propriedade é um roubo*. Seleção e notas de Daniel Guérin. Porto Alegre: L&PM, 2014.

ALVES, Castro. *O navio negreiro e Vozes d’África*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. [Série Prazer de Ler.]